

**SILVANA AGUIAR DOS SANTOS**

**INTÉRPRETES DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: UM ESTUDO SOBRE  
AS IDENTIDADES**

**FLORIANÓPOLIS  
2006**

**SILVANA AGUIAR DOS SANTOS**

**INTÉRPRETES DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: UM ESTUDO SOBRE  
AS IDENTIDADES**

Dissertação apresentada ao curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientadora: Dra. Ronice Muller de Quadros

**Florianópolis  
2006**

Dedico esse trabalho em especial a  
minha família que, me acompanhou  
em toda essa trajetória.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus que tem suprido e conservado minha saúde;

À minha família (minha mãe, o Fabrício e a Josiane) que, embora distante geograficamente, se faz presente por meio de apoio, de atenção e de solidariedade a mim. Ao meu querido e amado Paulo, por sua compreensão e demonstração de apoio nas horas que necessitei;

Aos colegas do Grupo de Estudos Surdos da Universidade Federal de Santa Catarina, pela oportunidade de compartilhar experiências profissionais e discussões teóricas. Às pessoas participantes da pesquisa, por terem confiado em minhas interpretações de seus depoimentos para obtenção dos dados;

Aos surdos que me permitiram entrar em seu mundo, conhecer seus aspectos culturais, sua língua e seus olhares para entender a sociedade atual;

À Dra. Rosa Maria Hessel Silveira e à Dra. Gládis Perlin tão atenciosas e dispostas a indicar materiais bibliográficos para construir esta dissertação e por também ter o privilégio de sua avaliação;

À Dra. Ronice Muller de Quadros pelo seu acompanhamento neste trabalho, pelas sugestões e pela sua experiência profissional e compreensão em minha recente caminhada enquanto pesquisadora;

À Dra. Silvia da Ros pelo carinho e atenção em meus momentos iniciais enquanto pesquisadora e intérprete de língua de sinais na Universidade Federal de Santa Catarina;

À Mauren Medeiros Vieira e Viviane Barazzutti, sempre tão presentes e atentas, contribuindo para a produção acadêmica e entendendo os deslocamentos identitários pelos quais passei;

À Aline Lemos Pizzio, pela paciência, dedicação e a revisão desse trabalho.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	iii
<b>ABSTRACT</b>	iv
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b>	v
<b>INTRODUÇÃO</b>	1
<b>CAPÍTULO 1: DE ONDE, PARA ONDE E POR QUÊ?</b>	6
1.1. MINHA TRAJETÓRIA ATÉ CHEGAR AO OBJETO DA PESQUISA	6
1.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	9
<b>CAPITULO 2: UM OLHAR SOBRE E COM AS IDENTIDADES</b>	11
2.1. INTRODUZINDO OS ESTUDOS CULTURAIS	11
2.2. A ARTICULAÇÃO DOS ESTUDOS SURDOS AOS ESTUDOS CULTURAIS	18
2.3. AS IDENTIDADES EM CENA	25
<b>2.3.1. A constituição lingüística como traço nas identidades dos ILS</b>	31
2.4. A CONSTITUIÇÃO PROFISSIONAL COMO TRAÇO NAS IDENTIDADES DOS ILS	42
<b>2.4.1. Os intérpretes de línguas orais na história</b>	44
<b>2.4.2. Os Intérpretes de línguas de sinais na história</b>	46
<b>2.4.3. As representações atribuídas aos ILS</b>	49
<b>CAPÍTULO 3: DETALHES METODOLÓGICOS</b>	56
3.1. A ABORDAGEM METODOLÓGICA	56
3.2. SUJEITOS DA PESQUISA	60
3.3. OS LOCAIS DA PESQUISA	61
3.4. OS TÓPICOS DAS ENTREVISTAS	67
<b>3.4.1. Como aprendeu língua de sinais?</b>	68
<b>3.4.2. Que traços servem como marcadores culturais para as identidades dos ILS?</b>	68

<b>3.4.3. Como aconteceu o processo de formação dos ILS?</b>	68
<b>3.4.4. Em que espaço está atuando como ILS?</b>	69
<b>CAPÍTULO 4: INTERPRETANDO MEMÓRIAS E OLHARES</b>	71
4.1. A QUESTÃO DO ASSISTENCIALISMO, DO VOLUNTARIADO E DA RELIGIÃO	71
4.2. A FORMAÇÃO E A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS ILS	85
4.3. TRANSITANDO ENTRE AS MÚLTIPLAS IDENTIDADES	97
4.3.1. A relação de pertencimento dos ILS nos grupos surdos	99
4.3.2. Os marcadores culturais das identidades dos ILS	102
<b>CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	108
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	110
<b>ANEXOS I (ENTREVISTAS REALIZADAS)</b>	119
<b>ANEXO II (DECRETO 5626)</b>	172

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo realizar um estudo sobre as identidades dos intérpretes de língua brasileira de sinais por meio de entrevistas com quatro participantes, sendo dois do estado do Rio Grande do Sul e dois do estado de Santa Catarina. Os subsídios teóricos que sustentaram essa busca foram às articulações dos Estudos Surdos com os Estudos Culturais, bem como algumas contribuições da História Cultural. Nesse estudo sobre as identidades o foco do trabalho centrou-se nas seguintes questões: o assistencialismo, o voluntariado, a precária formação e a busca pela profissionalização, assim como o trânsito entre as múltiplas identidades em que esses sujeitos estão inseridos por atuarem enquanto mediadores lingüísticos e culturais entre duas culturas diferentes. Essa dissertação tem foco nos intérpretes de língua brasileira de sinais pela questão cultural e parte de temas como as identidades, as tensões, as rupturas teóricas a respeito da educação de surdos, assim como as representações que a sociedade faz dos profissionais ILS. Na análise dos dados realizada com os entrevistados, foi constatado que as questões mencionadas acima permeiam as identidades da maioria dos intérpretes de língua brasileira de sinais. A situação desses intérpretes é singular no Brasil, uma vez que, até o presente momento, não há cursos de nível superior para a formação desses profissionais. Com a oficialização da Lei de Língua Brasileira de Sinais (10.436/02) e a regulamentação desta, por meio do decreto (5626), as possibilidades de formação para os ILS aumentam, uma vez que está contemplada nesses documentos. Com essas análises se tornou evidente que as narrativas, os depoimentos desses ILS e de outros futuros, precisam ser consideradas nas discussões a respeito da educação de surdos, pois esses profissionais fazem parte da política cultural que os Estudos Surdos vêm apresentando.

**Palavras-Chave: intérprete de língua brasileira de sinais, cultura, identidades, profissionalização.**

## ABSTRACT

The objective of this thesis is to investigate the constituent devices of possible identities of the sign language interpreters by means of interviews with four participants: two of them from the state of Rio Grande Do Sul and the others from the state of Santa Catarina. The theoretical subsidies that had supported this search had been the articulations of the Deaf Studies with the Cultural Studies, as well as some contributions of Cultural History. Amongst these devices that can contribute for the construction of possible identities of these professionals are the matter of the assistentialism, voluntary work, the precarious formation and search for the professionalization, as well as the transit between the multiple identities where these citizens are inserted for acting while cultural linguistic mediators between two different cultures. This thesis has focus on the cultural question and is guided by subjects as the identities, the tensions, the theoretical ruptures regarding the education of deaf people, as well as the representations that the society does of the sign language interpreter. In the data analysis done with the participants, it was evidenced that the mentioned devices above are constituent of identities in the majority of the sign language interpreters. The situation of these interpreters is singular in Brazil because we do not have under graduation courses to form these professionals. With the officialization of the Brazilian Sign Language Law (10.436/02) and its regulation, by means of the decree (5626), the possibilities to form sign language interpreters increase, because it is contemplated in these documents. With these analyses, it became evident that the narratives, the testimony of these interpreters and others need to be considered in the discussions regarding the education of deaf people. Therefore these professionals are part of the cultural politics that the deaf studies come presenting.

Keywords: sign language interpreters, cultural devices, identities, professionalization.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ILS – Intérpretes de Língua de Sinais

LS – Língua de Sinais

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais



## INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre os intérpretes de língua de sinais é recente. No âmbito internacional, por exemplo, STEWART et al (1998) discute temas como os modelos de interpretação, os fatores psicológicos que influenciam os intérpretes, os estilos de interpretação de acordo com discursos tais como jurídico, teatral que exigem dos intérpretes estratégias diferenciadas para cada espaço. Discute também questões como língua, cultura, postura ética, interpretação no ambiente educacional, e o futuro desses profissionais. Esses temas são tratados em seu livro que explora a arte e a ciência da interpretação em língua de sinais.

NAPIER et.al (2006) aborda a questão da interpretação em língua de sinais focalizando os profissionais intérpretes da Austrália e da Nova Zelândia. Os processos de interpretação, as competências e os atributos necessários aos interpretes de língua de sinais, os diferentes estilos de discursos, tais como o religioso, o diplomático, o jurídico, o clínico a serem interpretados pelos intérpretes de língua de sinais são alguns dos temas que compõem sua publicação.

Em METZER (2000), os estudos sobre os intérpretes de língua de sinais centralizam-se na desconstrução do mito da neutralidade na interpretação. A autora afirma que, durante algum tempo, os intérpretes tentaram manter o status neutro no processo da interpretação, porém estudos sociolinguísticos comprovaram que os intérpretes de língua de sinais não podem simplesmente agir mecanicamente como se fossem “canais neutros” por onde passam os discursos. Assim, esses profissionais têm o poder de influenciar o discurso, uma vez que a presença deste age sobre a interação dos participantes.

ROY (1999, 2000), discute em suas publicações a formação dos intérpretes de língua de sinais e sugere dinâmicas para auxiliar esses profissionais a conseguirem o nível mais elevado de habilidades nas interpretações. A autora, juntamente com outros pesquisadores, reúne vários artigos que abordam questões como a omissão, o ensino de técnicas de observação aos intérpretes, o discurso com base nos estudos da tradução e o uso incorreto das expressões faciais funcionando como “falsos cognatos”, que influenciam o discurso e prejudicam a atuação dos intérpretes de língua de sinais. Nesse contexto, a interpretação em língua de sinais é examinada como um processo do discurso.

WINSTON (2004) trabalha nas áreas da lingüística educacional, da análise do discurso e da formação dos intérpretes de língua de sinais. A autora aborda questões específicas dos intérpretes de língua de sinais na área educacional e sugere a necessidade de formação e de práticas de

avaliações das interpretações realizadas no ambiente escolar. Afirma que sozinhos, os intérpretes de língua de sinais pouco mudarão a realidade existente nessa área. Sendo assim, a necessidade de articular professores surdos, administradores escolares e familiares é parte do processo de formação dos profissionais intérpretes de língua de sinais, conseguindo esforços para as mudanças que se fazem necessárias na sua presença na área educacional.

Quanto ao Brasil, pouquíssimos trabalhos na área foram produzidos. Alguns desses materiais constam em LACERDA (2003, 2004), que focaliza o intérprete educacional e os desafios enfrentados em sala de aula no estado de São Paulo. QUADROS (2002, 2004), em seu livro sobre os intérpretes de língua de sinais publicado pelo Ministério da Educação<sup>1</sup>, dá um panorama geral sobre a formação desses profissionais no âmbito internacional, bem como as iniciativas realizadas no Brasil. A ética, os discursos a interpretar, os contrastes entre a língua de sinais e o português, bem como o futuro desses profissionais, são elementos discutidos na obra.

PIRES & NOBRE (1998, 2004), PIRES (2000) são exemplos de trabalhos que discutem as investigações sobre o processo de interpretação em língua de sinais. As autoras abordam elementos tais como os conhecimentos culturais, teóricos, lingüísticos e a fidelidade das línguas envolvidas no ato de interpretar.

Por outro lado, SANDER (2000, 2003) faz suas reflexões sobre a interpretação em língua de sinais no ensino superior e os desafios que se colocam para os profissionais que atuam nesse espaço. Nesse sentido, temos também ROSA (2003, 2005) ao abordar os intérpretes de língua de sinais pelo campo dos estudos da tradução. As noções de equivalência, desconstrução, fidelidade são temas discutidos pela autora em seu trabalho, bem como o papel que os intérpretes de língua de sinais desempenham enquanto mediadores entre pessoas ouvintes e surdas. Para PERLIN (2006), as reflexões sobre os intérpretes de língua de sinais apontam para a necessidade da tradução cultural, as narrativas e as identidades que se encontram em construção para esses profissionais.

Por fim, MASSUTI (2006), em sua tese de doutorado, discute o intérprete de língua de sinais sob os olhares dos estudos literários. A autora discute a presença desse profissional no espaço de fronteiras lingüísticas e culturais, em que o mesmo se localiza entre as pessoas ouvintes e surdas.

---

<sup>1</sup> O livro “o tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa” foi publicado em três edições pelo Ministério da Educação (2002,2003,2004)

A área de interpretação da língua de sinais carece de informações. Não há pesquisas sobre trajetórias, narrativas de vida e marcos culturais que constituíram as identidades dos profissionais intérpretes de língua de sinais. No entanto, por meio das narrativas, é possível identificar aspectos culturais das identidades desses profissionais. As suas narrativas precisam ser registradas e visibilizadas na sociedade.

O presente exercício será de analisar os depoimentos particulares dos intérpretes de língua de sinais e evidenciar alguns aspectos que marcam as identidades que os mesmos transitam, ancoradas na abordagem teórica dos Estudos Culturais e as contribuições que a História Cultural nos oferece para entender a história que esses profissionais vem traçando. Essa escolha teórica se justifica pelas possibilidades que essas abordagens nos oferecem, uma vez que enfocam justamente as questões culturais e suas tramas que tecem as identidades dos diferentes grupos sociais. Nesse sentido, as produções que tanto surdos quanto ILS são atravessados pelos discursos de identidades, poder e pertencimento e/ou identificação aos determinados grupos em que transitam podem ser analisadas.

Sendo assim, essa produção acadêmica tem como objetivo realizar um estudo sobre algumas identidades que os ILS perpassam bem como dialogar com as relações culturais que se estabelecem entre pessoas surdas, ensino superior e os ILS.

O capítulo 1 intitula-se “**De onde, para onde e porquê?**”. Essa é a frase que melhor traduz a apresentação, esclarecendo o porquê desse tema, os anseios pessoais e profissionais, constituindo o meu lugar diante dessa dissertação, isto é, como construí minha trajetória até chegar ao objeto dessa pesquisa. O mesmo capítulo é composto por subdivisões que comportam a contextualização da pesquisa, os objetivos, a metodologia e o referencial teórico do presente trabalho que coloca em cena os intérpretes de língua de sinais.

Adentrando o capítulo 2, “**Um olhar sobre e com as identidades**”, apresento um diálogo teórico que visa sustentar a questão das identidades e as relações que as mesmas desencadeiam para os intérpretes de língua de sinais. Para tal, utilizo-me dos estudos realizados por HALL (2004), WOODWARD (2000), SILVA (1996,2000), PERLIN (1998,2006) entre outros autores. Nesse capítulo, alguns subtítulos se fizeram necessários para melhor organização do desenvolvimento da pesquisa. O primeiro, *Introduzindo os Estudos Culturais*, aborda a escolha teórica assumida nessa dissertação. Pensar os estudos e reflexões sobre os intérpretes de língua de sinais nessa perspectiva se constitui dialogar com questões de representação, de cultura, de

poder que atravessam os Estudos Culturais, mas que também são elementos discutidos pelos Estudos Surdos.

Essa é uma das formas nas quais os Estudos Surdos têm se articulado aos Estudos Culturais, isto é, para entendê-los pela questão cultural, pois a língua de sinais, as produções desse grupo, as identidades são elementos que constituem o ser surdo. Essas discussões são apresentadas na seção *A articulação dos Estudos Surdos aos Estudos Culturais*.

*As identidades em cena* foi o momento escolhido para apresentar o diálogo sobre as identidades e alguns dos trabalhos que vêm discutindo esse tema. É possível observar alguns traços que servem como marcadores culturais das identidades dos intérpretes de língua de sinais, que serão apresentados na próxima seção. Dentre eles, está: *A constituição lingüística como traço de identidade*. Alguns desses marcadores das identidades dos intérpretes de língua de sinais se apresentam em *Traços de uma história em construção e a constituição profissional desse grupo*, que dialoga com pontos históricos que marcaram as discussões sobre os intérpretes de língua de sinais, tais como a questão religiosa, o assistencialismo, a colonização, a mediação cultural, a busca pela profissionalização e o transito nas múltiplas identidades. Nesse dialogo teórico é resgatado algumas contribuições da História Cultural e, também, dos Estudos Culturais, uma vez que atualmente os intérpretes de língua de sinais tem sido pensados a partir de uma política cultural dos surdos.

No capítulo 3, proponho “**Detalhes Metodológicos**”. Esse capítulo mostra a composição do caminho metodológico. Questões como subjetividades, memórias pessoais, questões culturais que transitam nas identidades dos intérpretes de língua de sinais são apresentadas como base da escolha metodológica. São mencionados os sujeitos que aceitaram participar desse trabalho e as contribuições para o desenvolvimento dessa dissertação.

A seguir, no capítulo 4, “**Interpretando memórias e olhares**”, são analisados os depoimentos dos intérpretes de língua de sinais. Os Estudos Surdos, nas atuais discussões acadêmicas, têm oferecido um espaço significativo de construção de propostas sobre os intérpretes de língua de sinais. As análises desse capítulo buscam contribuir com tais propostas sob o ponto de vista dos profissionais intérpretes de língua de sinais. Busquei dialogar com as narrativas dos intérpretes de língua de sinais e com os pressupostos teóricos, voltando assim ao objetivo inicial de colocar em cena esses sujeitos, suas memórias, olhares que compõem as

questões culturais das identidades dos intérpretes de língua de sinais e o que isso significa para desdobramentos futuros que poderão visar a qualificação desses profissionais.

Aglutinando essas idéias desenvolvidas acima, no capítulo 5 apresento **as considerações finais** sobre os intérpretes de língua de sinais, trazendo algumas discussões que servirão de possibilidades para reflexões futuras de novos trabalhos.

## CAPÍTULO 1

### 1.1. DE ONDE, PARA ONDE E POR QUÊ?

Este trabalho é fruto de uma história de vida, que desejo compartilhar aqui a partir do seguinte tema: intérpretes de língua brasileira de sinais<sup>2</sup> – um estudo sobre as identidades. Mas quem são esses profissionais? Segundo QUADROS (2004:27), *“intérprete de língua de sinais é o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete. No contexto brasileiro, o ILS é o profissional que medeia a relação entre pessoas que falam português e pessoas que usam a língua de sinais”*.

Primeiramente, apresentarei o contexto que me levou a desenvolver a investigação desse tema, uma vez que o objeto dessa pesquisa está diretamente relacionado com minha trajetória profissional.

#### 1.1. MINHA TRAJETÓRIA ATÉ CHEGAR AO OBJETO DA PESQUISA

Resgatando essa história pessoal, a aproximação com os surdos sinalizantes<sup>3</sup> ocorreu em meados da década de oitenta, na cidade de Santa Maria, localizada no estado do Rio Grande do Sul. Nas estações rodoviárias, era comum, naquela época, encontrar grupos de surdos que vendiam alfabetos manuais, cartões postais e adesivos. Nesse espaço, eles, também, se reuniam para conversar e interagir sobre diversos assuntos.

Na época, com sete anos de idade, lembro dos olhares atentos que a língua de sinais -LS<sup>4</sup> despertava, das imagens resultantes do combinar de expressões facial-corporais, das mãos que expressavam a significação desejada. A expressão visual é parte da LS, possibilitando a interação entre os surdos enquanto grupo cultural. QUADROS (2003:93) fala sobre a questão visual e sobre o que ela representa para os surdos e surdas.

As experiências visuais são as que perpassam a visão. O que é importante é **ver**, estabelecer as relações de **olhar** (que começam na relação que os pais surdos estabelecem com seus bebês), usar a direção do olhar para marcar as relações gramaticais, ou seja, as relações entre as partes que formam o discurso.

<sup>2</sup> A partir deste momento, estarei utilizando a expressão ILS para designar intérprete de língua de sinais.

<sup>3</sup> Utilizarei o adjetivo “sinalizante” para referir-me às pessoas que sinalizam, pois nem todos os surdos são usuários da língua de sinais. Há surdos que preferem oralizar, outros que são sinalizantes e ainda aqueles que utilizam a oralização e a língua de sinais.

<sup>4</sup> Estarei usando a expressão LS para referir-me à língua de sinais.

Em 1997, prestei vestibular na Universidade Federal de Santa Maria para Educação Especial, habilitação em Educação de Surdos. Essa decisão tinha como base sanar a curiosidade advinda daquela admiração visual, na infância, sobre a LS, sobre as pessoas surdas, sobre os profissionais que trabalhavam com estes sujeitos e de saber que espaço cultural era aquele, quais elementos sociais e culturais constituíam o grupo de surdos.

Tive a oportunidade de realizar alguns estágios como bolsista de um projeto cujo objetivo era a interação entre surdos e pessoas que ouvem. Esse espaço acadêmico serviu como um lugar de amadurecimento para conhecer e, posteriormente, para compreender as relações, as narrativas, as histórias de vidas, os conflitos culturais que se estabeleciam entre esses grupos.

Após quatro anos, finalizei meus estudos acadêmicos. Em 2001, iniciei a carreira profissional como educadora bilíngüe na rede municipal de ensino na cidade de Chapecó, onde atuei também em Sala de Recursos seguindo a Política Educacional do Estado de Santa Catarina daquele momento.

Por ter fluência em língua de sinais/português, conviver com as pessoas surdas em diversos espaços tais como, a associação de surdos, escolas e comemorações esportivas, atuei em alguns momentos, como ILS em palestras e eventos promovidos pela Secretaria de Educação em diferentes contextos. Dentre tais situações, menciono reuniões do orçamento participativo e os cursos de formação para professores surdos que trabalhavam na rede municipal.

Atualmente, trabalho como ILS na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. A minha formação profissional é oriunda de um contexto informal. Não estou menosprezando-a, porém, muitas vezes, sinto-me um pouco angustiada por ainda não possuir suporte formal para um melhor desempenho profissional. Percebo que a maioria dos ILS com quem mantenho contato também está diante dessa mesma realidade. Atualmente, a tarefa de ser intérprete, em especial no ensino superior, é necessária pela presença de surdos no meio universitário.

Acredito na possibilidade de compartilhar momentos que marcaram meu caminho profissional nesses espaços, recheados de complexidades, esforços, desafios, dificuldades e oscilações de auto-estima, circunstâncias essas que revitalizaram meu desempenho e o gosto em atuar na função de intérprete. Busco aperfeiçoar meu trabalho no contato com surdos, em estudos de pesquisas desenvolvidas na área de interpretação, com colegas ILS que dialogam incansavelmente para a melhoria dos trabalhos realizados e, também, na participação em

congressos ou seminários relacionados com a área de atuação. Esse processo de formação é comum entre os ILS, conforme observado por meio das narrativas analisadas nesta pesquisa.

Narrar fatos é algo comum na história da humanidade. Isso enriquece nossas vidas, nos torna pessoas sensíveis ao penetrar histórias e compartilhar as nossas com outros indivíduos, nos coloca no lugar do outro, na experiência e vivência do próprio eu em contato com o diferente. Quando saliento o ser diferente, me refiro tanto às pessoas surdas quanto às pessoas ouvintes, pois existem características peculiares desses grupos que são enunciadas por meio das culturas, histórias, línguas, identidades, entre outros, aspectos que constituem os sujeitos. O diferente, portanto, depende de quem determina a diferença e por qual perspectiva se coloca a questão.

O intérprete, muitas vezes, é o diferente, por vivenciar desconforto lingüístico, por transitar em espaços que se constituem na fragmentação de suas identidades, por adentrar em um olhar enunciado pelos surdos, que não é o seu olhar de pensar e visualizar as representações que se desencadeiam desta relação, um olhar de incômodo e ao mesmo tempo de receptividade, um olhar de instabilidade que demarca fronteiras culturais. Esse olhar que estou colocando aqui é o da perspectiva de uma mulher ouvinte, latino-americana, negra, universitária, gaúcha, ILS, entre outras identidades que constituem-se ao longo da minha vida pessoal.

Particularmente, observo que houve um “estranhamento cultural” quando adentrei nos espaços que transitam surdos com intuito de tornar-me ILS. Talvez as palavras que poderiam resumir tal experiência seriam as seguintes: sentimento de estrangeiridade ou de estranho-familiar. “Estranho” porque novas descobertas se fizeram presentes nesse caminho que iniciei como ILS e como àquela que buscou uma aproximação cultural mais intensa com os surdos. “Familiar” porque, ao mesmo tempo, esse espaço continha aspectos e características já, então, experimentados desde minha formação acadêmica até a atuação profissional na área da educação de surdos.

LEITE (2001:55) em sua pesquisa autobiográfica de aprendizagem da língua de sinais brasileira como segunda língua nos alerta que:

Os estudantes<sup>5</sup> da LSB precisam estar atentos para as diferenças culturais entre os dois mundos (Surdo e Ouvinte), a fim de que sejam prevenidos os choques culturais, isto é, situações nas quais o

---

<sup>5</sup> Ainda que esta citação seja dirigida a estudantes de LSB, optei em apresentá-la porque se aplica também à realidade dos ILS. LSB é uma sigla utilizada para referir a língua de sinais brasileira, comumente utilizada na academia. Além dessa sigla, é usada também no Brasil, a sigla LIBRAS nos documentos oficiais e divulgada pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS.

ouvinte possa eventualmente interpretar uma diferença cultural como desrespeito ou falta de polidez.

Minha atuação enquanto ILS despertava o encontro com uma nova identidade profissional que a cada mudança nos trabalhos desenvolvidos exigia uma redefinição por conta do processo de imersão na LS e no português. Estavam em cena novas oportunidades e experiências para compor a constituição de mim mesma, novos olhares, novos encontros e desencontros que, até então, não havia experimentado com tanta profundidade, ou seja, novas facetas da minha identidade estavam aflorando ao passar a ser uma ILS.

Tomo emprestadas as palavras de RAJAGOPALAN (2003:69) para expressar esse processo pessoal, quando tratou a questão das línguas e identidades afirmando que:

Assim as línguas são a própria expressão das identidades de quem delas se apropria. Logo quem transita entre diversos idiomas está redefinindo sua própria identidade. Dito de outra forma, quem aprende uma língua nova está se redefinindo como pessoa.

Cada pessoa é única em sua história e a (re) constrói conforme as oportunidades e experiências por ela vivenciadas. Minha constituição subjetiva e identitária foi e está sendo construída em contato com ILS com maior tempo de atuação profissional e com surdos e surdas, com quem convivo. A partir disso, busco qualificar o discurso e a prática da LS.

Essa pesquisa objetiva contribuir na formação dos colegas ILS, pois busca compreender as marcas culturais que permeiam as identidades enquanto ILS, a fim de valorizar suas narrativas e de buscar subsídios de qualificação profissional com base em suas experiências pessoais.

## 1.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

O objetivo geral da presente pesquisa é realizar um estudo sobre as identidades dos ILS, isto é, as marcas culturais que se estabelecem da relação entre as pessoas surdas e esses profissionais, por meio de entrevistas das quais foram colhidas narrativas, a respeito do processo de formação e das tensões culturais pelas quais passaram e se constituíram intérpretes profissionais dessa área. As indagações que nortearam esse trabalho foram as seguintes:

- Que marcas culturais permeiam as identidades dos ILS no contexto atual?
- Como tem acontecido o processo de formação dos ILS?

- Como os ILS se sentem atuando profissionalmente?

No Brasil, de modo geral, não há educação “formal” de ILS, determinando, portanto, a necessidade da formação empírica desses profissionais. Assim, torna-se fundamental considerar o ILS nas práticas desenvolvidas e as suas representações acerca e diante do discurso em relação ao ser surdo, ao trabalho e às suas reivindicações. O ser intérprete merece ser incluído no bojo desses debates, pois o percebo como sujeito político e cultural nos espaços onde se (re) constroem suas práticas, fazendo emergir novos olhares sobre sua inserção no mercado de trabalho. Assim, os objetivos específicos compreendem os seguintes:

- Elucidar alguns traços que servem como marcadores culturais das identidades dos ILS por meio de suas narrativas pessoais;
- Conhecer e registrar os movimentos que estão sendo construídos na formação de ILS;
- Discutir alternativas de futuros desenhos de qualificação dos ILS, preferencialmente, no ensino superior, juntamente com esses profissionais.

Essa pesquisa recorreu à abordagem qualitativa, procurando analisar depoimentos de ILS que atuam, preferencialmente, no ensino superior, em busca de lembranças de suas experiências vivenciadas ao longo da carreira profissional. Através de entrevistas semi-estruturadas, os ILS compartilharam suas experiências pessoais, as peculiaridades das suas atuações assim como alguns traços marcadores das múltiplas identidades que os constituem. Foi mencionada também, a relação presente no contexto social em que vivem, as interfaces lingüísticas que permeiam esta trama de significados, criando e recriando representações diversas.

A base teórica que subsidiou essa abordagem foram os Estudos Culturais, os Estudos Surdos e algumas contribuições da História Cultural. Nesse contexto, os Estudos Surdos apresentam contribuições mais diretamente relacionadas com a temática desenvolvida nesse trabalho.

## CAPÍTULO 2

### UM OLHAR SOBRE E COM AS IDENTIDADES

Os materiais científicos brasileiros na área da educação de surdos, como livros, revistas, pesquisas e periódicos, dentre outras fontes, pouco têm focado a questão do ILS, salvo algumas exceções como, por exemplo, ROSA (2005), PERLIN (2006), PIRES (2004), QUADROS (2004), LACERDA (2002) conforme citado anteriormente. Essas autoras buscam esclarecer aspectos educacionais, políticos e lingüísticos desse grupo de profissionais que se encontram em fase de organização e reconhecimento profissional.

Nesse capítulo, são situadas as bases teóricas que compõem esse trabalho. Começo introduzindo a abordagem que foi escolhida, os Estudos Culturais. A seguir, busco mostrar a articulação teórica que os Estudos Surdos têm feito a essa abordagem. A partir disso, desenvolvo aspectos dos deslocamentos políticos e algumas questões culturais que são marcadores das identidades dos ILS, foco desse trabalho, tais como a questão da religião, do assistencialismo, do voluntariado, o caminho da profissionalização dos ILS e o transito entre as múltiplas identidades.

#### 2.1. INTRODUZINDO OS ESTUDOS CULTURAIIS

Os Estudos Culturais se constituem, segundo SILVA (2000:55) como “*campo de teorização e investigação que tem origem na fundação do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), Universidade de Birmingham, Inglaterra em 1964*”. Nesse campo, inicio meu diálogo com autores tais como HALL (2004), WOODWARD (2000), SILVA (2000, 1996), PERLIN<sup>6</sup> (2006, 2004, 1998) e outros que constituirão as pontuações teóricas desta dissertação.

Nas pesquisas em educação, um número crescente de produções científicas estão ancoradas no campo teórico dos Estudos Culturais. No entanto, um campo novo de investigação se apresenta para os Estudos Culturais: a questão dos ILS e sua relação cultural com as pessoas surdas. Uma das explicações para tal se dá pelo fato desse campo de pesquisa ser “relativamente” novo, já que o mesmo teve início há poucas décadas.

---

<sup>6</sup> Perlin (2004, 1998) foi uma das primeiras pesquisadoras surdas a nos mostrar as questões referentes à educação de surdos, a partir de uma ótica cultural, questionando diversos temas como: identidades, alteridade, relações de poder, o retorno do ser surdo e suas diferenças. Sua admissão foi em um concurso público federal, o que aconteceu na Universidade Federal de Santa Catarina, em 2004. Atualmente PERLIN, desenvolve vários trabalhos acadêmicos, de orientação, de ensino, de pesquisa e de extensão, bem como coordenação do Grupo de Estudos Surdos sediado nessa mesma universidade.

JOHNSON (2000) afirma que os primeiros encontros dos Estudos Culturais deram-se com a crítica literária e, posteriormente, com a disciplina de História. Williams e Richard Hoggart, ainda que de modos diferentes, desenvolveram análises deslocando-se da literatura para a vida social. Na disciplina de História Social, o processo foi semelhante, pois deslocou noções tradicionais dessa disciplina, isto é, o foco das questões sobre cultura popular ou cultura do povo relacionadas com suas formas políticas tomaram visibilidade no pós-guerra.

Como o próprio nome acentua, as preocupações dessa abordagem teórica focaram nas discussões sobre a *cultura*, isto é, a mesma é o alvo de estudo desta abordagem teórica. Para THOMA (2002:43), *“os Estudos Culturais estão envolvidos tanto com uma discussão teórica quanto política e a cultura é tanto o objeto de estudo e o foco no qual se dão as análises, quanto o terreno de intervenção política”*.

No entanto, outros temas são filiados à cultura quando se trata de Estudos Culturais, entre eles está as representações, as identidades, a política das identidades, as diferenças, as questões étnicas, de gênero e sexualidade, subjetividade e mídia. A articulação desses tópicos e suas discussões, permeando diversas disciplinas, deram aos Estudos Culturais um caráter interdisciplinar. Esse caráter interdisciplinar se faz presente em diversas áreas de pesquisa como Literatura, História, Sociologia, Antropologia, Comunicação e Educação. ESCOSTEGUY (2000:137) afirma que

Os Estudos Culturais constituem um campo interdisciplinar onde certas preocupações e métodos convergem; a utilidade dessa convergência é que ela nos propicia entender os fenômenos e relações que não são acessíveis através das disciplinas existentes. Não é, contudo, um campo unificado.

Esses tópicos discutidos nos Estudos Culturais são elementos que sustentam as questões da contemporaneidade. Vivemos em fase de mudanças, de deslocamento, de indagações sobre as identidades. Essa fase é marcada pelos reflexos da globalização, das transformações sociais, da emergência de grupos culturais que migram dos espaços mais variados possíveis. Esses são alguns dos exemplos que instigam reflexões sobre a sociedade atual. HALL (2003) cita o exemplo do povo africano e o comércio de escravos, as migrações europeias decorrentes das guerras, as questões identitárias do povo caribenho como alguns dos fatos que marcam as questões da contemporaneidade.

Tais acontecimentos assinalam o reflexo de que a globalização tem produzido nos dias atuais e de que forma a mesma nos atinge enquanto sujeitos, seja qual for o lugar que ocupemos na sociedade atual. Esses reflexos se traduzem na fragmentação das identidades, no hibridismo entre os diferentes e plurais pontos de vista a despeito de entender como nos tornamos seres culturais e como, de certa forma, também somos produzidos pelos discursos na sociedade moderna em direção a uma sociedade pós-moderna. Que indagações se apresentam nessas fragmentações de identidades das quais vivemos? ARFUCH (2002:19) nos apresenta alguns elementos que marcam as indagações atuais relacionadas com as identidades.

En la última década, la problemática de la identidad y su despliegue plural, las *identidades*, se tornó recurrente en diversos dominios académicos- de la antropología a la teoría política o los estudios culturales- convocando tanto a la indagación teórica como al análisis de casos particulares. Confluían en este renovado interés, por un lado, los cambios ocurridos en el mapa mundial (la disolución de los bloques antagónicos este/oeste, la intensificación de los tránsitos migratorios, el debilitamiento de las ideas de nación y ciudadanía, la fragmentación identitaria e cultural que aparecía, ya tempranamente, como contracara de la globalización), por el otro, la crisis de ciertas concepciones universalistas y sus consecuentes replanteos destructivos.

Por outro lado, HALL (1997) nos remete às transformações sociais como propulsoras das mudanças das culturas da vida cotidiana, influenciando, conseqüentemente, nossas identidades. Ele cita o exemplo de Richard Rogers, um arquiteto inglês, ao descrever as mudanças nos últimos anos na Inglaterra. Pensemos no caso do Brasil, algumas das mudanças na última década que suscitaram reflexos e elementos para a constituição de novas identidades em circulação.

Dentre alguns acontecimentos históricos, podemos destacar: crise política, declínio dos valores morais tradicionais concebidos pela família, diversificadas uniões matrimoniais, conflito de gerações, consumismo exacerbado produzindo estilos diversos, falta de políticas que atendam o elevado número de desemprego, a questão da corrupção nos diversos setores da sociedade, declínio do Sistema Único de Saúde, a privatização de alguns órgãos públicos, corte de verbas das universidades públicas e por conseqüência seu sucateamento. Esses são alguns exemplos que mostram as mudanças nacionais e sua interferência na vida local dos sujeitos, forçando deslocamentos e mudanças identitárias a partir dos reflexos que estas transformações sociais e culturais desencadearam. Percebendo essas transformações em nível tanto nacional quanto

internacional, observo que os Estudos Culturais emergiram de um contexto caracterizado por inúmeras mudanças que suscitaram, em especial, a problematizar o termo cultura.

Houve a necessidade de questionar esse termo, porque, até então, era feita a distinção entre alta cultura e baixa cultura. Referente à *alta cultura*, atribuíam-se os valores eruditos da classe dominante considerada como legítima, clássica e erudita. Com relação à baixa cultura, se atribuíam os valores da falta, do popular, dos valores não compartilhados, sem status social e não legítima. Os Estudos Culturais rompem com esta distinção e apontam para as relações que a cultura desencadeia com a sociedade.

NELSON, et al. (1995:14) fala que os Estudos Culturais, em sua tradição “*a cultura é entendida tanto como uma forma de vida – compreendendo idéias, atitudes, linguagens, práticas, instituições e estruturas de poder – quanto como toda uma gama de práticas culturais: formas, textos, cânones, arquitetura, mercadorias produzidas em massa, e assim por diante*”.

Os Estudos Culturais movimentaram as discussões a respeito da cultura. Estas marcas da mudança do conceito fixado nas questões de legitimidade social, determinando certos grupos sociais, passa a novas formas de entender as questões culturais e as práticas que delas emergem, isto é, uma espécie de alteração, de transmutação, conforme COSTA et.al.( 2003:36) afirma deste eixo que funda os Estudos Culturais

Cultura transmuta-se de um conceito impregnado de distinção, hierarquia e elitismos segregacionistas para um eixo de significados em que se abre um amplo leque de sentidos cambiantes e versáteis. Cultura deixa, gradativamente, de ser domínio exclusivo da erudição, da tradição literária e artística, de padrões estéticos elitizados e passa a contemplar, também, o gosto das multidões.

Entretanto, não cabe reduzir as discussões sobre cultura na perspectiva dos Estudos Culturais como se tudo valesse, ou que qualquer coisa fosse cultura e fizesse parte desses estudos. A cultura está entrelaçada com outros elementos, tais como o poder que circula nas relações entre diferentes grupos sociais. Esses grupos exercem poder, mas também são inundados pelas conseqüências que outras redes de poder exercem sobre os mesmos. Não existem lugares fixos para designar as práticas culturais e suas redes de poder, elas se (re) encontram e são visualizadas na sociedade que vivemos de forma global perante as muitas articulações realizadas constantemente entre as diferentes áreas do conhecimento.

Essa busca em olhar os grupos sociais na perspectiva cultural caracteriza, também, as ações políticas assumidas pelos Estudos Culturais, pois discutem elementos inseridos dentro de um

contexto amplo. Gênero, raça, etnia, identidades profissionais, nacionais, regionais, lingüísticas, subjetividades, entre outras diferenças, são alguns adornos que compõem os grupos e suas culturas.

A partir desse olhar, não podemos atribuir a essa abordagem teórica somente estudos sobre as questões culturais. Os grupos sociais, pelas discussões a cerca dos elementos que estão atrelados à cultura, suscitaram a emergência dos Estudos Culturais, buscando estratégias de colocar em cena seus conhecimentos de mundo, suas identidades, estabelecendo outros pilares que sustentam esses estudos e se manifestam culturalmente. COSTA (2005:108) ressalta que os Estudos Culturais surgem

Em meio às movimentações de certos grupos sociais que buscam se apropriar de instrumentais, de ferramentas conceituais, de saberes que emergem de suas leituras do mundo, repudiando aqueles que se interpõem, ao longo dos séculos, aos anseios por uma cultura pautada por oportunidades democráticas, assentada na educação de livre acesso.

A importância desses debates a respeito das questões culturais, no contexto britânico dos Estudos Culturais, não ficou fixada somente neste local, ela se multiplicou percorrendo outros espaços atingindo também a América Latina. Os diferentes contextos nos quais esses estudos se desdobraram nos permitem entender os mesmos a partir de seus locais, das suas instituições, isto é, dos diferentes lugares em que os sujeitos traçam seus discursos sobre cultura. Colocando de outra forma, os contextos britânicos que serviram de base para a emergência dos Estudos Culturais se diferenciam dos contextos latino-americanos, embora ambos discutam a dimensão que o termo cultura abarca.

Na América Latina, a presença dos Estudos Culturais se consolida a partir dos anos noventa, de forma gradativa e acanhada, uma vez que alguns pesquisadores resistem em definirem-se como praticantes dessa abordagem teórica. Essa afirmação é colocada por ESCOSTEGUY (2001) em seu livro *Cartografias dos Estudos Culturais, uma versão latino-americana*, apresentando análises detalhadas sobre o desenvolvimento desses estudos e mapeando os principais questionamentos que situam os Estudos Culturais na América Latina. Jesús Martín-Barbero e Néstor García Canclini são figuras centrais na constituição desses estudos na América Latina, autores esses que iniciaram os primeiros diálogos na perspectiva dos estudos sobre culturas.

A vertente que caracterizou a emergência dos Estudos Culturais no espaço latino-americano se deu através da experiência do popular e suas relações com a mídia adentrando as áreas da sociologia, da antropologia e da comunicação. Esse enfoque cria uma característica ímpar, apresentando a questão do social e cultural como base do desenvolvimento desses estudos. Segundo ESCOSTEGUY (2001:49)

Desse modo, a experiência do popular vinculada ao espaço da comunicação foi a protagonista da emergência dos Estudos Culturais no contexto latino-americano. Por essa razão, o objeto preferencial de estudo desta perspectiva se concentra no espaço do popular, das práticas da vida cotidiana, fortemente relacionado com as relações de poder e conotação política.

Enquanto os Estudos Culturais, no contexto britânico, se concentravam, inicialmente, na crítica literária e nos questionamentos do termo cultura; os Estudos Culturais, na América Latina, ganhavam força, inicialmente, em debater temas ligados às mudanças sociais. Essa característica é observada por ESCOSTEGUY (2001), que fala a respeito da forte tendência do social nesses estudos. Acentua ainda, as intensas conexões que os Estudos Culturais mantiveram com as políticas de democratização da mídia, com a influência da política econômica internacional bem como com o papel que a mídia desenvolve na transformação das culturas nacionais, com a questão do gênero, do feminismo e das identidades, que constituem alguns dos objetos de estudos nessa vertente latino-americana.

As reflexões sobre os temas acima colocados nos convocam a entender as perspectivas sobre a fragmentação dos sujeitos que compõem a sociedade atual. Podemos observar essa afirmação em COSTA, et.al (2003:47) que salienta

As hibridações- o importante conceito proposto por Canclini para a análise das culturas latino-americanas, as identidades e sua fragmentação, as redes de dependências, as relações entre tradição e modernidade, as transformações das culturas populares, os consumos culturais são alguns dos núcleos temáticos mais poderosos que deram e dão fôlego ao pensamento latino-americano nomeado como Estudos Culturais ou lindeiros a esses.

Todas essas movimentações dos praticantes dos Estudos Culturais, seguindo tanto a abordagem britânica quanto a latino-americana, culminaram em produções acadêmicas que espalharam-se pelas mais diversas áreas do conhecimento (educação, literatura, sociologia, antropologia, comunicação, e outras afins), bem como pelos mais diversos países.

No Brasil, as produções que filiaram-se aos Estudos Culturais discutiam e continuam a debater temas, tais como as questões sobre currículo, as representações, as identidades, as subjetividades, as mídias e tantas outras infinitas possibilidades de serem abordadas, e refletem fortemente as pesquisas em nosso país. Na área educacional, dentre os autores que se dedicam a dialogar com essas questões, cito SILVA (1998:195), que nos coloca questões a respeito do currículo, tais como as narrativas que estão inseridas no mesmo.

As narrativas contidas no currículo explicita ou implicitamente, corporificam noções particulares sobre o conhecimento, sobre as formas de organização da sociedade, sobre os diferentes grupos sociais (...) As narrativas contidas no currículo trazem embutidas noções sobre quais grupos sociais podem representar a si e aos outros e quais grupos sociais podem apenas ser representados ou até mesmo serem totalmente excluídos de qualquer representação.

No cenário brasileiro, essas questões do currículo<sup>7</sup>, da pedagogia e da educação perpassam discussões inseridas nos Estudos Culturais, isto é, perceber a compreensão de que as atitudes, os comportamentos, os hábitos escolares, os professores, as escolas, suas identidades, as relações de poder podem ser olhadas culturalmente, e que são relações que caminham além dos debates internos no espaço escolar. Entretanto, apenas afirmar as práticas culturais existentes não é suficiente, é necessário problematizá-las, uma vez que outros discursos entram em cena, nos Estudos Culturais, tais como a questão da representação e da diferença.

SILVA (2005) nos afirma a questão da diferença e da identidade como processo cultural e social em que há necessidade de contestá-lo, questioná-lo e, também, de celebrá-lo. Atualmente, o currículo e os estudos escolares buscam atender a essas demandas, pois as questões culturais estão contidas nos mesmos. Além disso, os grupos sociais têm se organizado politicamente e criado estratégias culturais de participação que levam em conta suas diferenças culturais.

Assim, temos como exemplos dessas organizações dos grupos culturais, discussões feitas sobre a inserção de disciplinas que tratam sobre a história, a cultura do povo negro nos currículos escolares. A disciplina de LS nos currículos escolares, para discutir as concepções sobre o ser surdo, a história dos surdos, as diferenças culturais, se constitui em uma das estratégias de organização política e cultural que esse grupo vem traçando na atualidade.

Há, também, trabalhos (artigos, livros, dissertações, teses e dossiês) dedicados a focar as relações interdisciplinares que os Estudos Culturais ocupam no cenário brasileiro. Esses

---

<sup>7</sup> São discussões realizadas por COSTA (2005, 2003); WORTMANN (2005).

trabalhos foram e continuam sendo produzidos nos mais diversos Programas de Pós-Graduação, na área da Educação, na área de Letras, na área de Comunicação Social e na área de Literatura em nossas universidades brasileiras. Cito algumas delas, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade de São Paulo, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade Luterana do Brasil.

É a partir desse olhar que busco entender a articulação dos Estudos Surdos com os Estudos Culturais, uma vez que riquíssimos trabalhos foram produzidos e, certamente, continuam sendo, nos mais diferentes espaços que comprovam tal afirmação. Adiante, será mencionada uma seção de apresentação, situando as discussões que os Estudos Surdos tem se articulado com os Estudos Culturais.

## 2.2. ARTICULAÇÃO DOS ESTUDOS SURDOS AOS ESTUDOS CULTURAIS

Ao iniciar esta seção apresento as articulações dos Estudos Surdos e o porquê das mesmas com os Estudos Culturais. No entanto, é preciso compreender quais discursos perduraram durante muitos anos como a “*chave- mestra*” da educação de surdos. Coloco em itálico essa expressão porque ela agrega uma série de fatos que implicam em relações de poder exercidas entre grupos de pessoas que ouvem e de pessoas que não ouvem. Tais fatos se destacam, com a prioridade da fala, do treinamento da oralização, do desconhecimento em relação à língua de sinais, do desconhecimento e/ou dificuldade em entender os deslocamentos políticos dos surdos que mostravam, e continuam a mostrar, a resistência em relação a esses discursos.

Esses olhares, para entender as pessoas surdas, se refletiram nas estratégias e formas de educar, nas propostas “inclusivas” das escolas especiais, nas salas de recursos, nos documentos publicados pelos diferentes órgãos públicos nas mais diversas instâncias, entre outras marcas sociais e escolares que estavam em cena há alguns anos atrás. Esses discursos nos mostram caminhos diferenciados para entender o ser surdo. LULKIN (2000) apresenta dois caminhos que são o “*fenômeno físico e a construção cultural*”. Entender a surdez a partir do *fenômeno físico* se concentra nas questões da falta de audição, da perda biológica, e da normalização do surdo para equiparar-se como as pessoas que ouvem. O surdo é visto a partir da deficiência e, para corrigir a mesma, seu corpo precisa ser normalizado, sua história suprimida e seus comportamentos controlados. THOMA (2002:60) nos coloca que

A norma, marca a existência de algo tomado como ideal e que serve para mostrar e demarcar aqueles que estão fora da curva de normalidade, no desvio que deve ser corrigido e ajustado. A normalidade é uma invenção que tem como propósito delimitar os limites da existência, a partir dos quais se estabelece quem são os anormais, os corpos danificados e deficientes para os quais as práticas de normalização devem se voltar.

Esse discurso insiste em moldar oposições, ou seja, dicotomias que remetem a uma lógica fortemente ancorada nas bases epistemológicas do Iluminismo, no qual alguns traços caracterizavam o padrão como o ideal. Na maioria das vezes, explica a sociedade através de homens ocidentais, brancos, intelectuais, pessoas sem nenhum tipo de deficiência e cristãs. A teoria Iluminista tinha o discurso de que a sociedade era explicada pelas pessoas com características mencionadas acima, sendo que aqueles que não faziam parte desse perfil eram considerados sujeitos secundários e não autores de suas próprias narrativas. SKLIAR (2003:115) nos explica a questão das oposições: *“O segundo termo é o outro do primeiro, a cara oposta – degradada, suprimida, exilada – do primeiro e sua criação. Por isso, a anormalidade é o outro da norma, o desvio é o outro da lei a cumprir, a doença é o outro da saúde, a barbárie é o outro da civilização, e assim por diante”*.

O primeiro termo, então, assume a condição de superioridade em detrimento do segundo, tornando este dependente daquele. Assim, entende-se na educação de surdos que a sociedade, durante muitos anos, caminhou no sentido de marcar o surdo nas condições citadas acima, isto é, de um sujeito Outro, do segundo termo, daquele que precisa depender do primeiro conceito, nesse caso do ouvinte.

Por outro lado, o ser surdo é entendido como *construção cultural*. LULKIN (2000:19) nos remete à historicidade dos conceitos e como seus sentidos se alteram segundo perspectivas teóricas e posições políticas. *“Os surdos se olham e se constroem a partir das suas diferenças culturais, das suas histórias, da sua língua, das suas subjetividades, das identidades, tornando a surdez um processo cultural”*. No ponto de vista cultural surdo, a perspectiva da questão biológica e da surdez como questão física se traduz no termo “ouvintismo”, cunhado por SKLIAR (1998:15) para descrever *“práticas discursivas e dispositivos pedagógicos colonialistas, em que ser, poder, conhecer dos ouvintes constituem uma norma, não sempre visível, por meio da qual tudo é medido e julgado”*.

Nessa época, escassas pesquisas estavam sendo gestadas. Pesquisadores, como PERLIN (1998) e MIRANDA (2001), merecem atenção, ao lançar o tema das questões culturais do grupo de surdos e suas identidades, bem como histórias de vida. Esses são elementos relevantes das construções subjetivas desse grupo cultural. É por meio dessas investigações que os Estudos Surdos tem se fortalecido, trazendo discussões que possuem laços estreitos com os Estudos Culturais. As pesquisas na área dos Estudos Surdos, segundo PERLIN (1998:14), se apresentam

Nas investigações já realizadas a respeito do surdo, fica claro que há um distanciamento entre as abordagens. Algumas focalizam o surdo do ponto de vista da audiologia e outras sob o ponto de vista da lingüística. Poucos se referem ao surdo na totalidade cultural. São abordagens epistemológicas radicalmente diferentes.

Durante muito tempo, o colonialismo deixou marcas profundas nos discursos relativos aos surdos, influenciando a organização escolar e a formação de professores e educadores que delineavam suas práticas a partir da visão ouvintista. Quando me refiro a colonialismo, entendo as questões de práticas de significação e também os discursos que determinados grupos sociais, tais como ouvintes, médicos, entre outros profissionais, realizaram para colonizar, isto é, dominar e impor aos surdos o que deveria ser realizado nos espaços escolares.

Então, as produções culturais de surdos não entravam em cena, porque a necessidade de corrigir sua “suposta deficiência” ocupava um papel fundamental naquele contexto. SKLIAR (2003) esclarece essa questão ao colocar que o segundo termo das oposições não existe fora do primeiro, mas dentro dele, como se houvesse a necessidade de uma correção normalizadora.

No entanto, as discussões conduzidas pelos deslocamentos políticos das pessoas surdas, a resistência cultural e histórica, a inserção da liderança surda nos espaços acadêmicos fortificaram traços de organização social face às práticas colonialistas, produzindo caminhos de onde emergiram um olhar diferente acerca dos surdos. Quando me refiro a deslocamentos políticos, estou entendendo os movimentos surdos, tais como a Federação Mundial de Surdos, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, as Associações de surdos, as Confederações esportivas de surdos entre outros movimentos.

Tal visão se ancora na questão cultural e busca entender os surdos na sua diferença, na sua própria representação, na sua alteridade, não apenas respeitando-os, mas aceitando e fazendo valer suas interpretações, narrativas e suas formas de construir poder. Essas estratégias subsidiam

as suas organizações sociais pertencentes ao seu legado cultural, agregando elementos como a língua, a cultura, a resistência política entre outros aspectos relevantes.

Discuto os Estudos Surdos a partir dessa perspectiva cultural, tornando-se importante compreender também a questão da alteridade. De acordo com SILVA (2000:16), “*alteridade é a condição daquilo que é diferente de mim, a condição de ser Outro*”. A necessidade em entender as alteridades surdas se faz presente nesses estudos realizados pelos Estudos Surdos que articulam com os Estudos Culturais. No entanto, é preciso estarmos atentos, pois enquanto ouvinte que somos, dificilmente conseguiremos narrá-las em sua totalidade. Existe certa “impenetrabilidade” neste espaço cultural em que os surdos se encontram, isto é, os surdos passam a ser autores de suas próprias identidades, narrativas, representações e alteridades.

O fato de alguns ouvintes quererem ocupar o lugar dos surdos nas lideranças é deixado em cenas passadas, pois já não há espaço para fixar as identidades surdas, para criar mitos a respeito delas, para julgá-las nem tão pouco para negar sua razão de estar ali. A surdez se inventa sob outros traços que se traduzem nas palavras de SKLIAR (2000:13), que vê a surdez como “*uma experiência vivida, uma identidade múltipla e multifacetada, que se constitui em uma diferença politicamente reconhecida e localizada, na maioria das vezes, dentro do discurso sobre a deficiência*”.

Esse outro olhar, que tem sido mostrado pelos próprios surdos em relação a suas produções culturais, a sua diferença, suas reivindicações nos mais variados campos (educacional, tecnológico e político), justifica a articulação dos Estudos Surdos com os Estudos Culturais. Por ver nessa abordagem a possibilidade de entender as aproximações culturais dos surdos como significantes, uma vez que os Estudos Culturais rejeitam as distinções advindas das teorias que enfocam a diferença entre alta cultura e baixa cultura, esses estudos compreendem que todas as produções culturais são relevantes e precisam ser estudadas.

Algumas dessas articulações têm se efetivado por meio de grupos de pesquisas inseridos nos espaços acadêmicos que discutem temas relacionados às questões de currículo, de formas de poder, de identidades, de representações entre outras infinitas possibilidades de pesquisas. Temos como exemplo, o Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais para Surdos – NUPPES<sup>8</sup>, do

---

<sup>8</sup> Alguns dos trabalhos produzidos nesse grupo foram desenvolvidos por PERLIN (1998, 2003), MIRANDA (2001), LUNARDI (2003, 1998), THOMA (2002, 1997), LOPES (2002, 1997), KLEIN (2003, 1991), RANGEL (2004), GIORDANI (2003), RAMPELLOTO (2004) STUMPF (2006), SÁ (2001), LULKIN (2000), TESKE (1999), QUADROS (1999, 1995) e KARNOPP (1995).

Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; a Universidade Luterana do Brasil; o Grupo de Estudos Surdos -GES<sup>9</sup>, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina; o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação de Surdos - NEPES<sup>10</sup>, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (unidade de São José); entre outros grupos acadêmicos localizados em diferentes partes do país.

Os estudos produzidos pelo NUPPES foram uma das articulações das produções sobre novas temáticas em relação aos Estudos Surdos filiado aos Estudos Culturais. Temáticas diversificadas foram produzidas, entre elas, discutiram-se questões relacionadas às identidades, aos currículos, às culturas, às alteridades e às diferenças. SKLIAR (1998), juntamente com demais membros desse grupo, iniciou a organização das idéias que estavam em ebulição sobre essa perspectiva de pensar o surdo e suas articulações numa ótica educacional diferente da até então vista. SKLIAR (2000:11) descreve que:

Os Estudos Surdos em Educação podem ser definidos como um território de investigação educativa e de proposições políticas que, por meio de um conjunto de concepções lingüísticas, culturais, comunitárias e de identidades, definem uma particular aproximação ao conhecimento e aos discursos sobre a surdez e os surdos.

Vinculados a esse grupo, profissionais como QUADROS (1999, 1995) & KARNOPP (1995) dirigiam suas investigações na lingüística, desenvolvendo e publicando trabalhos a respeito da LS. Por outro lado, STUMPF (2006) delineava suas produções a respeito da escrita da Língua de Sinais, - o Sign Writing.

Um acervo de produções entre dissertações, teses, livros, artigos, organização de congressos e discussões locais, como fóruns e seminários, marcou os trabalhos desse grupo, chegando a um dos eventos de relevância mundial: o V Congresso Latino-americano de Educação Bilíngüe para Surdos, sediado em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul em 1999.

No estado de Santa Catarina, esse trabalho acadêmico também se fez notar por meio das produções científicas, tais como SILVA (2001), MACHADO (2002), BASSO (2003), BECHE

---

<sup>9</sup> No GES, algumas das primeiras produções foram de BASSO (2003) e BECHE (2005) na área educacional e PIZZIO (2006) na área da lingüística.

<sup>10</sup> O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação de Surdos (NEPES), apresenta perspectivas históricas, políticas e culturais que destacam um processo de intensa revisão dos próprios princípios organizadores do trabalho. Este trecho foi consultado em [http://hendrix.sj.cefetsc.edu.br/%7Enepes/nepes\\_historico.htm](http://hendrix.sj.cefetsc.edu.br/%7Enepes/nepes_historico.htm).

(2005). Esses trabalhos, juntamente com discussões de outros segmentos dos movimentos surdos, culminaram na organização de fóruns que propunham a reivindicação de um outro olhar do ser surdo, em especial na área educacional e nas produções culturais.

Além disso, deslocamentos políticos surdos marcaram um encontro, um espaço de amplo debate e de resistência que propiciou essa articulação entre os Estudos Surdos e os Estudos Culturais, subsidiando conquistas históricas para esse movimento e a reinvenção da surdez. Esses deslocamentos políticos dos surdos estão em constante fluidez por constituir tramas que se deslocam dependendo do olhar de quem está em cena. Essas tramas poderiam remeter desde a reivindicação da Libras pelo seu status lingüístico até as discussões de políticas públicas de inserção no mercado de trabalho. No entanto, o grupo surdo não se reduz somente à LS, pois é todo um aparato cultural que o constitui.

A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS - uma das principais organizações de surdos do país, desde sua criação esteve inserida nessa luta. Essa instituição é um marco de posição política dos surdos que exemplifica as tentativas que permeiam, desde sua fundação, a preocupação por um olhar diferente em relação aos surdos. A seguir, apresento um retalho histórico<sup>11</sup> que conta resumidamente a emergência dessa entidade, bem como as suas mudanças internas ao longo dos tempos.

A criação das associações foi, sem dúvida, um passo decisivo para a autonomia dos surdos. Com o passar do tempo, sentiu-se a necessidade de fundar uma organização nacional que atendesse a todas as pessoas surdas do país. Como resultado da reunião de várias entidades que já trabalhavam com essa temática, em 1977 fundou-se a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (Feneida).

Em 1983 a comunidade surda criou uma **Comissão de Luta**<sup>12</sup> **pelos Direitos dos Surdos**, um grupo não oficializado, mas com um trabalho significativo na busca de participação nas decisões da diretoria. Até então esse direito era negado por não se acreditar na capacidade de coordenação de uma entidade. Devido a grande credibilidade adquirida, a Comissão conquistou a presidência da Feneida. Em 16 de maio de 1987, em Assembléia Geral, a nova diretoria reestruturou o estatuto da instituição, que passou a se chamar Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis).

<sup>11</sup> Consultado no site <http://www.feneis.com.br/feneis/historico.shtml>

<sup>12</sup> Este grupo foi composto por Antônio Campos de Abreu, Fernando de Miranda Valverde, Ana Regina e Souza Campello, a primeira mulher surda a ocupar a liderança nacional a favor das reivindicações dos surdos. Atualmente Campello (2004, em andamento) desenvolve, na Universidade Federal de Santa Catarina seu Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação e, paralelamente, desenvolve sua pesquisa de Mestrado (2005), também nesta universidade, porém no Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

Dentre essas conquistas, estão à oficialização da lei 10.436 de 24 de abril de 2002, referida como a lei da Língua Brasileira de Sinais – Libras, e regulamentada por meio do decreto 5626 de 22 de dezembro de 2005. Essas conquistas têm garantido a acessibilidade ao ensino superior, à profissionalização de instrutores, de professores surdos, de professores bilíngües, de ILS, conferências estaduais e nacionais, a fim de discutir as demandas desse segmento político. Essa afirmação é corroborada por KLEIN (2004:89), que afirma “*os seminários de Educadores Surdos, seminários de Língua de Sinais e seminários de Políticas Públicas são exemplos de caminhadas densas, significativas e politicamente contundentes que os surdos vêm realizando, assim marcando sua condição de sujeitos diferentes*”.

A busca em articular os Estudos Surdos aos Estudos Culturais acontece na medida em que esses últimos oferecem várias possibilidades que, a partir das tramas culturais, analisam as relações políticas, intelectuais e sociais que criam e reproduzem discursos contestados e negociados a todo o momento.

Os Estudos Surdos marcados pelo viés cultural e pela diferença são analisados por SKLIAR (1998:06), ao afirmar que a “*diferença, como significação política, é construída histórica e socialmente, é um processo e um produto de conflitos e movimentos sociais de resistências às assimetrias de poder e de saber, de uma outra interpretação sobre alteridade e sobre o significado dos outros no discurso dominante*”.

Utilizando-me desses escritos que procuraram introduzir a articulação<sup>13</sup> entre os Estudos Surdos e as teorizações dos Estudos Culturais; articulação essa entendida como alternativas e olhares diferenciados ao interpretar o mundo, conforme WORTMANN (2005: 176) nos coloca:

(...) temos considerado a importância de buscarmos articular aos processos educativos que temos examinado, estudos sobre gênero, raça e sexualidade, bem como temos atentado para as tensões que envolvem pensar a identidade e a diferença, recorrendo não apenas aos trabalhos acadêmicos que focalizam tais temas, mas, também, aos que decorrem dos movimentos sociais (étnicos, raciais, sexuais, estéticos, anticolonialistas, ambientalistas, pacifistas, entre outros) que, como destaquei em texto escrito em colaboração com Alfredo da Veiga-Neto (2001), construíram posições e formas alternativas de interpretar o mundo, especialmente a partir dos anos de 1960.

---

<sup>13</sup> Os Estudos Surdos não têm se articulado somente aos Estudos Culturais, haja vista outros trabalhos que estão sendo desenvolvidos seguindo outras correntes epistemológicas, como na direção da perspectiva fenomenológica, em especial no GES, conforme proposto em MARQUES (2004, em andamento).

Nesse trabalho, estarei partindo dos Estudos Culturais por meio das articulações com os Estudos Surdos, para fazer uma análise das marcas culturais das identidades dos ILS, temática dessa pesquisa. As identidades não são fixas, a todo momento são negociadas nos diversos espaços nos quais transitamos, quer seja no trabalho, quer seja nos hábitos, nos gostos que desenvolvemos por determinados temas que nos tornam seres híbridos. COSTA (2005: 115) coloca a questão das identidades.

A questão das identidades – um dos pilares dos EC e que também tem se revelado central nos EC latino-americanos de língua espanhola – emerge com mais força nos trabalhos que discutem a heterogeneidade e hibridação de algumas delas, como as de gênero, de índio, de surdo (não mais visto como um “sujeito deficiente”, mas como uma identidade mergulhada em cultura própria), regionais (o “gaúcho”), de jovem, de internauta frequentador de chats...

Assim, penso os ILS como seres híbridos, que transitam entre culturas diferentes, que aprendem a ocupar seus espaços, que aprendem a negociá-lo descobrindo outras identidades em seu caminho de profissionalização. Então, coloco na seção seguinte as identidades em cena.

### 2.3. AS IDENTIDADES EM CENA

O tema a respeito das identidades tem sido amplamente discutido atualmente, trazendo diferentes vertentes de análises. No contexto dos Estudos Culturais, identidades têm sido analisadas como constituídas a partir das questões culturais, assim os estudos têm tratado das questões de raças, gêneros, mídias, idades, ou seja, a partir das especificidades, das diferenças.

Ao pesquisar como se dá o diálogo entre os artefatos constituintes de possíveis identidades dos ILS, parti da perspectiva de identidades abordada por HALL (2004), em que descreve o sujeito do Iluminismo, o sujeito Sociológico e o sujeito Pós-moderno. Nessa perspectiva, a identidade do sujeito do Iluminismo se concentra numa visão “individualista”. A mesma é vista como fixa, única e centralizada na sua “essência”, consistindo seu núcleo interior. Naquela época era descrito o homem branco, europeu, intelectual como padrão social, não havendo espaço para outras múltiplas identidades entrarem em cena.

A segunda perspectiva apresenta as identidades vistas por meio do mundo público e do mundo pessoal. No discurso de HALL (2004:11), a “*identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo interior que é o “eu real,” mas este é formado*

*e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e com as identidades que esses mundos oferecem”.*

A identidade, nessa perspectiva, é vista como “*sutura*” entre o mundo pessoal e o mundo público. HALL (2004) usa a palavra “*sutura*” referindo-se à metáfora médica para explicitar esse processo que as identidades desencadeiam entre os dois mundos. Do mundo pessoal vem as questões subjetivas que são “costuradas” com o mundo público (de onde vem as estruturas sociais) por meio das identidades. “*Esse processo proporciona estabilidade aos sujeitos, bem como aos mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificáveis e predizíveis*”, diz HALL (2004:12).

O terceiro entendimento de HALL (2004:13) a respeito das identidades afirma que “*o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão continuamente deslocadas*”.

Nessa perspectiva, as mudanças sociais, institucionais, culturais impulsionam os sujeitos a duvidar e ter incerteza sobre suas identidades, isto é, elas deixam de ser estáveis e passam a se deslocar, fragmentam-se e tornam possível ao sujeito identificar-se com múltiplas identidades. Essa escolha pode ser temporária, pois vai depender do espaço social e cultural em que o sujeito encontra-se.

As identidades são produzidas dentro das culturas, motivo este que justifica o porquê das mesmas serem culturais. No caso dos ILS, a transição entre duas culturas (espaços surdos e espaços ouvintes) multifacetadas, os fazem flutuar entre esses meios, tornando-o uma produção cultural e fervilhando novas significações a partir destas relações desencadeadas.

SILVA (2004: 133) remete “*cultura como um campo de produção de significados no qual os diferentes grupos sociais, situados em posições diferenciais de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla. A cultura é, nessa concepção, um campo contestado de significação... (a cultura é um jogo de poder)*”.

No entanto, há questionamentos sobre o fato de utilizar o termo cultura surda para grande parte da população, uma vez que outras identidades estão em questão como a identidade nacional, de gênero, de etnia causando uma “superposição” em relação as identidades surdas. No caso do Brasil, por exemplo, todos são brasileiros independentemente de serem ouvintes ou

surdos, afirma a sociedade de forma geral. Entretanto, tornam-se consideráveis alguns pontos que caracterizam e legitimam a cultura surda. WILCOX (2005:77) fala que assim “*como ocorre com qualquer outra cultura, seus membros compartilham valores, crenças, comportamentos e, o mais importante, uma língua diferente da utilizada pelo restante da sociedade*”.

Esse autor se referiu aos surdos norte-americanos quando tratou do termo cultura surda, porém, no Brasil, esses elementos também se observam e são constituintes de uma cultura surda brasileira. Em um contexto nacional, QUADROS (2003:105) aponta o entendimento da “*cultura surda como a identidade cultural de um grupo de surdos que se define enquanto grupo diferente de outros grupos*”.

Conforme o trecho acima, um dos caminhos que pode nortear essa discussão, é a perspectiva que GEERTZ (1983) apresenta, pois ele busca entender a cultura da forma como o próprio grupo a compreende, ou seja, o sentido que essa comunidade ou grupo dá à cultura. Ele sugere, ainda, que se olhe à questão sob o ponto de vista de um nativo. Continua o assunto afirmando que isso não significa que o indivíduo deva tornar-se o “outro”, mas simplesmente que coloque sua perspectiva de lado por um momento e tente aprender como o mundo é visto pelo outro.

Esse autor explicita a necessidade de entender as questões culturais a partir da perspectiva de quem vive a cultura, isto é, no caso em questão nesta seção, os surdos. Poucos são os trabalhos em que nativos surdos enunciam suas posições a respeito de como entendem e interpretam as questões históricas, lingüísticas, sociais e culturais do próprio grupo. No entanto, algumas dissertações caminham nesse sentido, ou seja, de apresentar os surdos como protagonistas dos discursos sobre a surdez. Tais trabalhos, como STROBEL (2006) e SCHIMITZ (2006), discutem questões pertinentes a respeito dos vestígios não contados na história dos surdos, no estado do Paraná e de Santa Catarina, respectivamente, uma vez que a maioria desses registros foram enunciados por pessoas ouvintes calcadas numa visão clínica em compreender a surdez. Outras dissertações foram produzidas como MIRANDA(2001) e RANGEL(2004) que discutem sobre *as comunidades de surdos e os contatos culturais*, bem como *as trajetórias de vida do povo surdo em Porto Alegre*, no estado do Rio Grande do Sul, respectivamente.

Nessa perspectiva, a expressão “*óculos surdos*” utilizados por PERLIN (1998), culmina na necessidade de entender e fazer essa aproximação cultural da perspectiva dos nativos, isto é,

óculos surdos corroboram o que significa a experiência visual para os surdos. PERLIN (2003:218) vai além explicando que

A experiência visual significa a utilização da visão, em (substituição total à audição), como meio de comunicação. Desta experiência visual surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico. A cultura surda comporta a língua de sinais, a necessidade do intérprete, de tecnologia de leitura.

PERLIN (1998) nos brindou em sua dissertação, com um olhar apurado em relação ao grupo cultural surdo, mostrando-nos que as identidades estão constantemente ligadas aos *jogos de poder*<sup>14</sup>, bem como à linguagem. O meio em que os atores encontram-se mergulhados marcam o cenário em que atuam. PERLIN (1998:21) prossegue ao enunciar que “*a linguagem não é um referente fixo, pois é construída a cada interpelação feita entre sujeitos. Seus sentidos variam de acordo com o tempo, com os grupos culturais, com o espaço geográfico, com o momento histórico, com os sujeitos etc*”.

O encontro surdo-surdo, que a autora refere, marca um momento especial, pelos mesmos terem vivido histórias de vida, com toques semelhantes e traços culturais que desenvolveram-se nestes ambientes lingüísticos e discursivos. No entanto, observo que essa relação não ocorre somente com surdos, mas com aqueles que identificam-se por peculiaridades e narrativas em comum. Negros, índios, estrangeiros e também ILS entre outros grupos culturais, marcam momentos distintos e únicos quando esses grupos dialogam entre si, compartilhando suas experiências vivenciadas.

PERLIN (1998:42) nos apresenta “*as identidades surdas que se traduzem nos surdos que fazem uso da comunicação visual, pois, conforme a autora coloca, ser surdo é, antes de tudo, uma experiência num mundo visual...é a consciência surda de ser definitivamente diferente e de necessitar de implicações e recursos completamente visuais*”.

Ao relacionar a citação de PERLIN (1998) com o tema dessa dissertação, questiono se os ILS não necessitam adquirir *identidades visuais*, pois transitam entre culturas com diferentes línguas que envolvem modalidades distintas. Quero dizer com isso que há modalidades distintas de língua, tais como oral-auditiva, visual-espacial e gráfica-visual. Segundo QUADROS (2004:9).

<sup>14</sup> Grifado por mim, uma vez que a colocação da autora reforça meu pensamento sobre a história da educação de surdos e as inúmeras relações de poder envolvidas nas práticas educacionais e sociais realizadas por ouvintes.

Uma língua falada é oral-auditiva, ou seja, utiliza a audição e a articulação através do aparelho vocal para compreender e produzir os sons que formam as palavras dessas línguas. Uma língua sinalizada é visual-espacial, ou seja, utiliza a visão e o espaço para compreender e produzir os sinais que formam as palavras nessa língua. Tanto uma língua falada, como uma língua sinalizada, podem ter representações numa modalidade gráfica-visual, ou seja, podem ter uma representação escrita.

No Brasil, os ILS, ao transitarem nas diferentes modalidades de língua, português e LS, necessitam aprender estratégias de competências lingüísticas para melhor desempenho nas interpretações. Em relação à LS, necessitam desenvolver a atenção, o olhar para os sinais e para o contexto do tema que está sendo sinalizado. As configurações das mãos, os espaços em que os sinais são produzidos, os movimentos, as expressões faciais, a orientação das mãos são alguns dos elementos lingüísticos que compõem a LS, atribuindo a essa língua grau de complexidade do qual os ILS precisam ter domínio. Tal domínio é necessário também para o português, que possui estruturas gramaticais complexas. Essas questões implicam no desempenho da interpretação que os ILS realizam. QUADROS (2004:27) coloca que *“o ato de interpretar envolve processos altamente complexos. Ele processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte.”*

Tomo como exemplo uma palestra ministrada em LS, da qual o ILS realizará interpretação para o português falado. Esse profissional deverá estar atento ao estilo que o palestrante surdo tem de sinalizar, à posição intelectual que o mesmo ocupa, (se ele é graduado ou pós-graduado, ou até mesmo se não possui essas qualificações), ao contexto do tema, às palavras sinalizadas e suas expressões, metáforas, variedades lingüísticas, isto é, todos os recursos para aproximar adequadamente as escolhas lexicais em português.

Após anos de atuação, os ILS desenvolvem essa *identidade visual*, pois a LS exige habilidades visuais das quais VIEIRA (2006) cita a fluência da língua de sinais, a clareza da comunicação, o conhecimento específico de sinais utilizados comumente pelo sinalizante, o uso expressivo da datilologia ou alfabeto manual. Conhecer as discussões que os surdos realizam, isto é, estar familiarizado com a temática e os discursos que são enunciados, os sinais atribuídos às palavras específicas das abordagens teóricas das quais discutem, ter leitura visual clara quando se coloca a datilologia ou alfabeto manual são alguns outros exemplos das habilidades que os ILS necessitam desenvolver.

Além dessas habilidades visuais, temos as habilidades auditivas, as quais os ILS estão expostos no ato da interpretação. Elementos como compreensão, memória, concentração fazem parte da tarefa complexa da interpretação de ambas as línguas, tanto da LS para o português e vice-versa. Em determinada situação, em que o ILS for solicitado interpretar do português falado para a língua de sinais, esse profissional necessitará conhecer o discurso que estará sendo colocado, a abordagem teórica que embasa as discussões, aprimorar sua capacidade de reter as informações ouvidas e interpretá-las para a LS. Esses são alguns dos elementos que envolvem a competência auditiva no processo de interpretação do profissional ILS.

No entanto, o fato dos ILS transitarem entre duas línguas, traz conseqüências além das habilidades visuais e auditivas, isto é, outras questões entram em cena, tais como o hibridismo cultural, uma vez que esses profissionais se deslocam entre fronteiras culturais (de surdos e ouvintes) e se constituem politicamente nesses espaços sociais e culturais que desencadeiam relações amplamente complexas. Relações essas de contestação cultural, de pertencimento ao grupo de surdos são algumas das exigências quando nos posicionamos nas fronteiras entre a LS e o português. Esse lugar nem sempre é confortável, pois vivenciamos relações de tensão cultural, em traduzir signos que nem sempre são traduzíveis, de enunciar as diferenças cultural por meio da interpretação, que às vezes se torna limitada. Estar aberto a esses embates pessoais e culturais deslocando-se freqüentemente a cada interpretação realizada, me convoca a refletir sobre a tradução cultural. BHABHA (2005:230) fala que

Na irrequieta pulsão de tradução cultural, lugares híbridos de sentido abrem uma clivagem na linguagem da cultura que sugere que a semelhança do símbolo, ao atravessar os locais culturais, não deve obscurecer o fato de que a repetição do signo é, em cada prática social e específica, ao mesmo tempo diferente e diferencial. (...) a “estrangeiridade” da língua é o núcleo do intraduzível que vai além da transferência do conteúdo entre textos ou práticas culturais.

Essa movimentação nas fronteiras das línguas das quais os ILS vivenciam faz parte da tradução cultural que leva esses profissionais a se deslocarem cada vez que realizam as interpretações e a experimentarem lugares híbridos. Ao trabalhar em fronteiras culturais, estamos em constante movimento e fluidez. HALL (2003) afirma que terão de reconhecer que irão sempre trabalhar numa área de deslocamento, se a cultura lhes arrebatou a alma. E os ILS vivem nesse espaço de deslocamento que a cultura proporciona. Eles vivenciam na interpretação a

constituição lingüística a que se expõem, ou seja, LS e português movimentam as identidades desses profissionais. Por isso, na próxima seção abordarei esse tema.

### **2.3.1. A constituição lingüística como traço nas identidades dos ILS**

As línguas representam mais que estruturas gramaticais entre seus falantes, elas representam o significado cultural que permeia os sujeitos. As línguas são elementos fundamentais da constituição dos sujeitos, isto é, elas são partes indispensáveis às identidades. RAJAGOPALAN (2003:93) corrobora essa afirmação ao dizer que a *“língua é muito mais que um código ou um instrumento de comunicação. Ela é, antes de qualquer outra coisa, uma das principais marcas da identidade de uma nação, de um povo. Ela é uma bandeira política”*.

Os ILS são constituídos pelo português e, posteriormente, pela língua de sinais ou até mesmo, em determinados casos, por uma terceira língua, seja ela o inglês, o espanhol, a língua de sinais americana entre outras possibilidades. Conforme mencionado no capítulo 1, quando alguém aprende uma nova língua, essa pessoa se redefine enquanto pessoa, isto é, emergem outras identidades que não estavam em cena. As questões lingüísticas, culturais, sociais e econômicas propiciam aos sujeitos que novas identidades entrem em jogo, refletindo-se também na constituição das identidades dos ILS.

No entanto, essas identidades são fragmentadas, instáveis devido à condição em tempos pós-modernos que vivemos. Assim, a representação acerca da identidade lingüística dos ILS se observa no ato interpretativo, que requer desse profissional o conhecimento das características específicas de cada língua, isto é, costumes, expressões, culturas, representações sobre as diferentes formas de entender a sociedade, as escolhas das palavras adequadas na interpretação e o vocabulário que está sendo utilizado. Esses são alguns dos fatores que influenciam na interpretação e se refletem no desempenho dos ILS frente à qualificação de seu trabalho.

A língua ocupa um lugar de destaque na formação individual e coletiva dos sujeitos, marcando posições de pertencimento ou não a um determinado grupo. Por exemplo, decidir ser um ILS no grupo cultural de surdos significa adquirir, saber, ter fluência na LS e no português, ter postura ética e estar inserido nos espaços onde os surdos transitam, pois esses elementos são primordiais para pertencer a esse grupo. Embora, mas não necessariamente, sejam elementos que garantam a permanência dentro desse grupo. ROSA (2005) coloca a tensão existente na escolha

do profissional ILS e sua aceitação pelo grupo de surdos. A autora foca essa escolha baseada no jogo de poder que os surdos têm em aceitar ou não aquele ouvinte como intérprete.

O ouvinte, ao aprender a LS como sua segunda língua, passará por um constante processo de renegociação e realinhamento com as pessoas surdas; em determinados momentos, poderá sentir vergonha da sua condição de aprendiz; em outros, necessitará de esforço para compreender aspectos culturais diferentes das suas experiências culturais por meio de uma língua com modalidade gestual-espacial, a LS, distinta da modalidade oral-auditiva da sua língua, o português. FERNANDES (1999:64) esclarece que:

Isso se dá por conta da dificuldade na ruptura com a língua materna e da descoberta de um novo eu na língua estrangeira. Ambos os processos são essencialmente distintos em sua gênese: na língua materna, o falante manifesta uma relação natural ao penetrar no mundo dos conceitos que a constituem, a aprendizagem é informal, há o vínculo afetivo com o grupo de referência mais imediato; na língua estrangeira, salvo os casos de imersão natural, a aquisição é sistemática, o ambiente é artificial, o aprendiz se vê num trabalho de elaboração constante, intencional sobre a adequação daquilo que quer dizer que vai sendo atenuado a medida que sua identificação vai se consolidando e o sentimento de pertencer à cultura, à comunidade de acolhida se estabelece.

Vale mencionar que a compreensão dos Estudos Culturais a respeito do termo “natural” é a de que nada é natural, as coisas, os objetos que permeiam as culturas são artefatos que se constroem socialmente e que são explicadas pelas suas posições culturais e as relações de representações desencadeadas dessas afiliações culturais. Noto essa questão com os artefatos que constituem as possíveis identidades dos ILS, pois os mesmos estão conectados por meio da sociedade e a cultura. Algumas questões se tornam presentes nesse discurso, por exemplo, como esse profissional ILS se narra, se interpreta e produz suas representações, uma vez que está permeada pelas múltiplas identidades? Ao adquirir a LS, quais foram às instabilidades que esses profissionais vivenciaram? Para compreender e buscar respostas para essas questões é necessário resgatarmos elementos históricos pelos quais a prática de interpretação em LS é subsidiada.

A maioria dos ouvintes que se tornaram ILS passou por um processo de aquisição da LS em contato com os surdos adultos e, ao longo das suas experiências, desenvolveram habilidades e estratégias de expressão na LS. Nesse ato de tradução e interpretação, na passagem de uma língua para outra, os ILS vivenciam aproximações culturais entre surdos e ouvintes. Quais são os elementos (des) confortáveis que esses profissionais experimentam nesse processo? Os ILS são

ouvintes, ora se aproximam da cultura surda ora se afastam da mesma. Com essa situação, tanto surdos têm suas representações culturais para com os ILS, assim como os ILS, para com os surdos.

PERLIN (2006) nos fala que os ILS sempre “voltam para casa”, que eles têm necessidade de conviver com seus pares, não são surdos, atendem um hibridismo. No entanto, penso que, ao conviver e se constituir nessas fronteiras culturais, quando os ILS “voltam para casa” levam consigo elementos lingüísticos, sociais, culturais de ambas as línguas envolvidas no ato de interpretação. Esse movimento cultural marca a alteridade desses profissionais e coloca em cena as *identidades híbridas* dos ILS. A ação de transitar nas fronteiras culturais exige dos ILS, conforme PERLIN (2006), romper com uma série de artefatos coloniais como a enunciação da cultura surda vista ainda como figura subalterna, ou como inexistente em algumas frações sociais.

Se os ILS atuam como mediadores lingüístico-culturais, além de romper com esses artefatos coloniais, eles se redefinem enquanto pessoas, pois transitam entre duas produções culturais e lingüísticas diferentes, isto é, entre surdos e ouvintes.

Quando PERLIN (1998) apresentou algumas das identidades que identificou em sua pesquisa referente aos grupos culturais de surdos, busquei aproximações com essas indagações na tentativa de entender o grupo de ILS que também se constitui em tramas de poder, de resistência, de colonialismo e de assistencialismo. As identidades não são fixas, prontas ou ligadas a uma identidade mestra, mas, ao contrário, são incompletas, deslocam-se constantemente permeadas pelos espaços, discussões, contextos culturais nos quais os ILS transitam.

PERLIN (2006) afirma que as identidades dos ILS não preenchem muitas das exigências culturais dos surdos. Questões de pertencimento e de vínculo são freqüentemente contestadas pelos surdos. Que artefatos constituem essas tramas e designam esse profissional incompleto? Alguns desses profissionais ILS são mais aceitos do que outros. A autora atribui esse fato às identidades compatíveis com a cultura surda que emergem das relações políticas de discurso.

Alguns ILS são reconhecidos profissionalmente. Esse reconhecimento se dá pela experiência e pela qualificada atuação com postura profissional e ética, bem como pela sua inserção e participação efetiva nas organizações dos grupos culturais de surdo, tais como a

Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, as associações de surdos e os espaços acadêmicos onde transitam surdos.

Mas e a escassa formação na área de interpretação/tradução, que lugar ocupa em nossas discussões? SANDER (2003) menciona duas condições<sup>15</sup> importantes para um profissional ILS qualificado: a formação acadêmica, o ambiente lingüístico e cultural constantes. Essas condições colocadas acima necessitam ser alvo dos profissionais que atuam, em especial, no ensino superior, caracterizado pela densidade das aulas no nível da pós-graduação ou na graduação.

A realidade brasileira evidencia que a qualificação dos profissionais intérpretes realmente se efetiva com base na experiência, ou seja, na própria atuação em “sala de aula” interpretando para as pessoas surdas, uma vez que a formação universitária com enfoque na interpretação e tradução da LS/português é algo que tem acontecido, eventualmente, por meio de cursos de extensão ou técnico tradutor em nível superior. Temos por exemplo, o Centro Universitário La Salle, situado em Canoas, no estado do Rio Grande do Sul, e a Universidade Estácio de Sá, por meio do seu curso politécnico com formação para intérprete e tradutor de língua brasileira de sinais, no estado do Rio de Janeiro. Ambos os cursos iniciaram em meados do ano de 2005.

Esses processos resultam da falta de programas formais de ensino na área da interpretação, pois há profissionais que passaram a atuar na academia sem a devida qualificação. A própria instituição, seja pública ou privada, acaba desempenhando o papel de formar os ILS, refletindo sobre sua prática.

Nesse sentido, as pessoas surdas têm de lidar com os limites de atuação dos ILS e se tornam, também, partes fundamentais na formação dos mesmos. Esse processo não é exclusivo do Brasil, pois no início da organização dos trabalhos nos Estados Unidos também houve processos semelhantes com os intérpretes de língua de sinais americana, conforme afirma WILCOX (2005:154)

Programas de formação de intérpretes de línguas sinalizadas são, hoje em dia, bastante comuns nos Estados Unidos. Quando a interpretação estava em seus primeiros passos, havia poucos programas formais disponíveis. Em geral, as pessoas que desejassem se tornar intérpretes adquiriam seu conhecimento da língua tornando-se amigos de pessoas surdas ou freqüentando uns poucos cursos de “língua de sinais”. Se elas tivessem sorte, poderiam adquirir também algum treinamento em interpretação participando de Workshops oferecidos pelo RID ou pelas faculdades locais.

---

<sup>15</sup> Veremos as discussões em relação à formação dos ILS no Brasil no próximo capítulo.

No Brasil, além dos conhecimentos lingüísticos, culturais e éticos dos quais os ILS necessitam conhecer; em especial no ensino superior, esses profissionais enfrentam dificuldades em sua atuação, tais como o cansaço cognitivo, os movimentos repetitivos, as dores e as tensões musculares, o estresse, as dores de cabeça entre outras alterações físicas e psicológicas frequentemente observada na maioria dos ILS. Essas alterações físicas e psicológicas não são exclusivas dos ILS, mas, também, de profissionais, tais como psicólogos, médicos, professores e outros. CATFORD apud PIRES e NOBRE (2004:163) afirma que *“como o intérprete necessita de reações rápidas, pois recebe, armazena e reproduz as informações quase que concomitantemente, sua capacidade de memória é facilmente esgotada se ele não tiver muito treino e conhecimento das línguas envolvidas e do assunto a ser interpretado”*.

A partir de investigações sobre a saúde do profissional ILS, RODRÍGUEZ (2001:208) diz que vários autores denominam (*las alteraciones motrices reiterativas - AMR*) como a enfermidade característica do profissional intérprete.

Las alteraciones motrices reiterativas (AMR) hacen referencia a un conjunto de síntomas de carácter inflamatorio en los brazos, manos y hombros, asociados a movimientos repetitivos y a dolores intensos en cuello, brazos, hombros y espalda. Las AMR vienen provocadas por la acumulación de estrés en aquellas personas que utilizan sus dedos, manos y brazos a una velocidad excesiva o sostienen sus brazos alejados del cuerpo durante largos periodos de tiempo.

Nesse espaço acadêmico, a necessidade de dois ou mais profissionais ILS traz, para sua atuação, melhor qualificação do trabalho a ser realizado. Na maioria das vezes, o tempo de interpretação, nos níveis da graduação e pós-graduação, excede três horas, sendo que a tensão cognitiva e muscular enfrentada por esses profissionais torna visível o cansaço dificultando o processamento das informações tanto na LS quanto no português. O trabalho se torna qualificado se existe a possibilidade da troca entre dois ou mais profissionais ILS, dependendo do grau de dificuldade da interpretação.

A tensão cognitiva e cultural a que os ILS estão expostos no ato interpretativo se torna visível, também, por meio da interpretação simultânea. A mesma exige mecanismos como concentração e atenção constantes, pois o profissional precisa realizar a tarefa complexa que o curto espaço de tempo exige. Segundo conversas informais, alguns dos ILS afirmam que a leitura prévia do material a ser interpretado funciona como agente facilitador e qualifica a interpretação.

Os ILS transitam em contextos plurais de atuação, onde estão radicalmente expostos a múltiplos discursos. Tais discursos se referem a contextos educacionais, jurídicos, clínicos e tecnológicos, exigindo do profissional ILS conhecimentos específicos da área de atuação, dos quais nem sempre o mesmo tem formação. Sendo assim, os ILS não se constroem somente por serem trabalhadores das línguas; junto com eles se ramificam outros componentes, como gênero, religião, cultura, que, também, são constituintes de identidades. Aí vemos o quanto os Estudos Surdos se contextualizam nos Estudos Culturais.

Todas essas questões são elementos que mexem com a auto-estima dos ILS e afetam seu desempenho profissional. Para HALL (1997:26), *“as questões culturais interpelam nossas vidas, marcam e afetam a constituição da subjetividade, da própria identidade e da pessoa como ator social”*. É a partir dessa aproximação cultural que os ILS necessitam aprender a negociar o espaço marcado “entre” surdos e ouvintes. Essa negociação se desdobra nas questões políticas, lingüísticas, profissionais das quais os ILS se expõem. Esse processo afeta as subjetividades, as identidades desses profissionais e os conduzem a constantes deslocamentos subjetivos.

Conforme discutido anteriormente nessa dissertação, PERLIN (2006) enuncia a *necessidade do ILS voltar para casa, da necessidade de ouvir e de conviver com seus pares, isto é, o intérprete sempre de novo volta a ser ouvinte*. Porém, essas relações que emergem nas fronteiras culturais fazem dos ILS, muito mais do que profissionais híbridos no ato interpretativo entre a língua de sinais e o português. Essas relações híbridas “perturbam” as identidades dos ILS e convidam os mesmos a se deslocarem e repensarem seus papéis tanto no processo de tradução/interpretação quanto fora dele.

Alguns dos ILS fazem parte de um grupo de pessoas que aprendem a LS, desenvolvem as habilidades visuais e compartilham de outros olhares e compreensões do que significa ser surdo, das suas diferenças, das questões de poder, das identidades culturais dos surdos. Esses profissionais vivem sob tensão nos deslocamentos que se movimentam complexamente tanto no grupo cultural de surdos como no de ouvintes. Alguns dos ILS parecem conhecer “intimamente” os dois espaços, de surdos e de ouvintes, mas não pertencem “completamente” a eles e sim transitam por eles. Não são surdos, mas se aproximam deles e, ao mesmo tempo, são ouvintes que desenvolveram características diferenciadas da maioria da população que ouve. Enfim, os ILS são Outros, em que outra identidade emergiu. HALL (1997) ainda propõe que as identidades

são o resultado de um processo de identificação que permite que nos posicionemos no interior das definições que os discursos culturais (exteriores) fornecem.

Essa compreensão poderá levar intérpretes a viverem suas alteridades como sujeitos que assumem diferentes discursos, diferentes posições sociais, que se fragmentam, se descentralizam e se rompem ao longo dos dias atuais, marcados pela era da globalização, que ora aproxima certas identidades, ora afasta-as para criar outras identificações culturais, indicando múltiplas identidades, não fixando em apenas uma delas, ou em lugar único. HALL (2004) apresentou alguns elementos e suas conseqüências políticas que permeiam as identidades, tais como o deslocamento, as contradições, a erosão de uma identidade mestra, a forma como o sujeito é interpelado e o pertencimento à cultura.

As identidades estão em constante deslocamento, elas se cruzam e podem ser contraditórias levando os sujeitos a descobrirem outras identidades não experimentadas. Esse movimento contraditório influencia os grupos políticos, tanto nas relações exteriores quanto interiores. O sentido atribuído a exterior, refere-se à sociedade que envolve os sujeitos. E à questão interior, entendo a forma como essas influências externas interferem na subjetividade dos sujeitos. A fragmentação, os deslocamentos, as características das sociedades atuais contribuem para as pessoas refletirem sobre suas posições de sujeitos sociais e culturais, isto é, a estabilidade de uma identidade que lhes dê suporte, abrangência e que nela possam basear suas discussões políticas entra em erosão. As formas como esses sujeitos são interpelados por essas discussões constitui outros olhares sobre as questões políticas e culturais, caracterizando uma política de diferença.

A compreensão das questões sobre identidades também é pensada como fatos históricos, sociais, culturais que se transformam constantemente, que levam os sujeitos a assumirem diferentes posições nas narrativas passadas, bem como traços de experiências que estão por vir. HALL (1990:225) traz outra análise citada, também, por ESCOSTEGUY (2001:151) que diz o seguinte

É um assunto de “chegar a ser” como também de “ser”. Pertence ao futuro tanto quanto ao passado. Não é algo que já existe, transcendendo lugar, tempo, história e cultura. As identidades culturais vêm de algum lugar, tem histórias. Mas, como tudo o que é histórico, elas sofrem uma transformação constante. Longe de estarem eternamente fixas num passado essencializado, estão sujeitas ao contínuo “jogo” da história, da cultura e do poder. Longe de estarem fundadas numa mera “reprodução” do passado que está esperando ser encontrado e que, quando encontrado, assegurará nosso sentido de nós mesmos até a eternidade, as identidades são os nomes que damos às diferentes maneiras como

estamos situados pelas narrativas do passado e como nós mesmos nos situamos dentro delas.

Ao discutirmos sobre identidades, percebemos as complexidades que emergem desse debate, pois elementos como classe, gênero, etnia, hibridismo, diásporas atravessam nossas reflexões atuais. Assim, a necessidade em olhar as identidades como articuladas é de suma importância, pois as mesmas não se sobrepõem uma as outras e nem tão pouco existe uma identidade como o centro, a categoria principal a ser analisada. LOURO (2003:51) afirma que *“essas múltiplas identidades não podem, no entanto, ser percebidas como se fossem” camadas que se sobrepõem umas as outras, como se o sujeito fosse se fazendo “somando-as” ou agregando-as”*.

Na América Latina, as discussões sobre as identidades tiveram como pano de fundo as mídias, focalizando os estudos de recepção baseados nas questões de gênero. As telenovelas, as narrativas de como as mulheres controlam em seu lar as programações televisivas foram algumas das inquietações que permearam as discussões sobre identidades no contexto latino-americano. Paralelamente a essa questão do gênero, outros elementos são questionados, tais como classe social, a questão étnica e de raça, o consumo simbólico, o poder que permeia grupos sociais e culturais. Esses elementos constituem identidades e fragmentam os sujeitos, os grupos sociais que passam a ser vistos em consequência do consumo simbólico que produzem. ESCOSTEGUY (2001:56) afirma que

No contexto latino-americano pode-se observar uma atenção crescente à temática das identidades num pano de fundo de intensa fragmentação do sujeito. Quase no final dos anos 90, a tendência geral que se esboça, aborda a constituição das identidades e representações, na qual o poder é entendido quase que exclusivamente como uma função de manipulação simbólica. Por sua vez, os diferentes grupos sociais e suas identidades passam a ser vistos mais como resultado do consumo simbólico, esmaecendo-se os laços com os processos produtivos.

Essa marcação simbólica que sinaliza os elementos de constituição das identidades marca a questão relacional e a forma como são produzidas essas mesmas identidades, permeadas pelas questões sociais e culturais. As identidades olhadas sob a ótica da diferença, nos provoca refletir a questão da exclusão/inclusão, isto é, de pertencer ou não a determinado espaço, necessitando da mútua articulação entre várias identidades. Nesse sentido, deve-se evitar cair em vertentes essencialistas de conceituar tal termo, classificando-o em uma oposição binária de quem pertence ou não àquele grupo e fixando as identidades que poderiam se entrecruzar. WOODWARD

(2000:14) remete esse olhar explicando que a “*identidade é, na verdade, relacional e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades (na afirmação das identidades nacionais, por exemplo, os sistemas representacionais que marcam a diferença podem incluir um uniforme, uma bandeira nacional ou mesmo os cigarros que são fumados)*”.

Essa questão evidencia mais uma vez que as identidades nunca são fixas, estáticas, imóveis, mas, ao contrário, elas precisam do movimento de flutuação, de hibridez a todo o momento, porque se o sentido de uma identidade se perdeu, há que se buscar outras identificações culturais que possam emergir e desencadear tramas e articulações naquele espaço. A autora prossegue o enunciado afirmando que a *construção da identidade é tanto simbólica quanto social*. Observam-se os efeitos da globalização sobre as mudanças da vida cotidiana instauradas em grande parte pelas mídias televisivas e escritas, contribuindo como mais um elemento para a constituição das identidades. Há a necessidade de discutir criticamente sobre esses elementos de comunicação da mídia e como se dá sua influência na sociedade atual. Os ILS estão inseridos nessas discussões sobre a mídia televisiva.

Como exemplo, tomo a questão da mídia televisiva. Alguns dos profissionais ILS prestam seus serviços em campanhas apresentadas pelo governo federal, campanhas eleitorais e outros vínculos, como as diversas instituições religiosas que apresentam o ILS realizando a interpretação dos cultos. Nesses casos citados, à direita da pessoa que está falando há uma janela com a presença do ILS realizando a interpretação do discurso. Há também as legendas para surdos, uma das novas tecnologias usadas pelas mídias televisivas. No caso do Brasil, essa ferramenta é utilizada em alguns horários do dia, tais como jornais, informativos e raros filmes, não sendo todas as emissoras autorizadas a usar esse instrumento que facilita o acesso das pessoas surdas às informações televisivas.

Em relação às campanhas eleitorais, a presença de ILS interpretando as mesmas foi recentemente discutida pelo Tribunal Superior Eleitoral<sup>16</sup>, como medida obrigatória a partir do mês de março de 2006.

Foi aprovada pelos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma nova regra para a propaganda eleitoral na campanha deste ano. Todos os candidatos terão que incluir nas peças publicitárias da TV a linguagem de sinais e legendas para que os deficientes auditivos possam acompanhar o conteúdo.

---

<sup>16</sup> Consultado em [www.coletiva.net/](http://www.coletiva.net/) notícias em 07/03/2006.

A partir da citação acima, deve-se refletir sobre as representações que a mídia faz para a questão dos surdos, bem como dos ILS. Nessas nomenclaturas apresentadas, os surdos são visualizados como pessoas incapazes e deficientes. THOMA (2002) suscita entender como os meios de comunicação operam nas questões sociais e como também constituem em elementos simbólicos da invenção da surdez. Por outro lado, os profissionais que farão a interpretação não são mencionados, apenas é posto que os candidatos terão que incluir a “língua de sinais”. Dessa forma, entendo a mídia como marcas simbólicas que constituem identidades e representações tanto para os surdos quanto para os ILS.

Sendo a mídia televisiva um dos meios de comunicação, há significativa influência na construção dos significados, sentidos que contribuem para o surgimento de novas identidades ou de contestação das já existentes. Nesse sentido, ESCOSTEGUY (2001:61) alerta para “*a necessidade de compreender que os media operam dentro do campo da construção social do sentido, isto é, os significados não estão inscritos nas suas próprias origens mas nas relações e nas estruturas sociais*”.

Assim, as representações implicam práticas, produções de sentidos atribuídos aos sujeitos. Os meios de comunicação agem como significantes na vida social e cultural das pessoas, contribuindo para que as mesmas desenvolvam suas representações e práticas de poder nas estruturas sociais das quais estão envolvidas, pois sozinhos não teriam essa força social. São as pessoas, as estruturas sociais e as relações que emergem dessas articulações que legitimam as representações e os olhares que hoje visualizamos na mídia.

Sob outra vertente, pode-se entender a presença dos ILS no meio televisivo como uma das muitas conquistas que os deslocamentos políticos surdos e suas mobilizações conseguiram nos últimos anos para os grupos culturais de surdos. O direito à informação é um dos acessos básicos para o exercício da cidadania. O que se observa, atualmente, é a emergência dessa categoria profissional de ILS e o seu crescimento na contemporaneidade em vista da demanda existente das pessoas surdas participarem cada vez mais ativamente, sejam em congressos, universidades, palestras, escolas ou, ainda, nos mais variados campos sociais e culturais.

Os profissionais ILS estão envolvidos nessa rede de comunicação que se apresenta na atualidade e, justamente pelos meios de comunicação terem seu papel de agentes significantes, há que ficar atento a respeito das compreensões que os mesmos transmitem em relação ao ser surdo, bem como em relação aos profissionais ILS. O Ministério de Educação tem

proporcionado algumas dessas visualizações, por meio de campanhas que tratam da inclusão de surdos em escolas regulares de ensino, com o entendimento equivocado de que todas as pessoas surdas e ouvintes usam LS para se comunicarem no ambiente escolar. Será isto uma prática ideal do que tem se efetivado nas escolas? Essa rede de ensino dá conta das discussões que emergem ao presenciar surdos nos espaços escolares? Há ILS com qualificação profissional, professores bilíngües e todo um aparato que caracterizaria uma prática enunciada como inclusiva?

As narrativas de escolares surdos, de professores bilíngües e de ILS não condizem com a proposição apresentada acima, uma vez que a realidade em cena nas escolas não reflete o conteúdo apresentado nas propagandas. Várias reivindicações por parte dos surdos sugerem modelos de escolas ou salas que atendam aos padrões desse grupo cultural, isto é, que enfoquem a organização visual, com profissionais habilitados para trabalharem como professores, sejam eles surdos ou ouvintes, ILS qualificados e conhecedores das línguas (LS e português), das produções culturais, da resistência e herança cultural surda. Em relação aos profissionais que trabalham no ensino fundamental e médio realizando as interpretações, os mesmos são chamados professores-intérprete, nomenclatura essa também divulgada pelo Ministério da Educação.

As pessoas não nascem ILS, elas tornam-se ILS ao longo da sua inserção nos espaços que surdos transitam, aprendendo por meio da convivência e da aproximação cultural a entender os traços comportamentais, os valores e os sentidos que esses sujeitos atribuem às suas atitudes. Aos poucos, os ILS desenvolvem as habilidades que são pertinentes para a sua atuação profissional.

Assim, pensar em alguns traços que marcam culturalmente as identidades dos ILS, nesse campo em que transita vários elementos como a cultura, o trabalho, a organização profissional, as transformações sociais, o próprio jogo das identidades, a comunicação, entre outros exige um desafio. Este desafio se constitui em dialogar com aspectos teóricos e práticos apresentados nas entrevistas realizadas com os ILS.

Para tal, dentre esses vários elementos, está à constituição profissional, que é um dos elementos que compõem as múltiplas identidades dos ILS e, por isso será analisada no próximo item.

## 2.4. A CONSTITUIÇÃO PROFISSIONAL COMO TRAÇO NAS IDENTIDADES DOS ILS

A constituição profissional dos ILS é um dos elementos que compõem as múltiplas identidades dos mesmos. Conhecer alguns pontos históricos que marcaram a trajetória profissional dos Intérpretes de línguas orais, bem como dos ILS, conhecer, também, as noções conceituais que permeiam os espaços em que os ILS transitam, se faz necessário para entendermos o processo atual que esses profissionais vivem. Processo esse marcado pela busca da identidade profissional, defendida por muitos ILS que estão à frente dos deslocamentos políticos desse grupo.

Conceitos como tradução e interpretação são confundidos pela maioria das pessoas, devendo ser esclarecidos nesse trabalho. Na maioria das vezes, esses conceitos acima citados, são apresentados como sinônimos, embora possuam diferenças na forma de atuação dos profissionais e as condições em que se realizam tais atividades. A seguir, apontarei alguns dos traços históricos que marcaram as interpretações de línguas orais. Após, situarei os traços históricos que constituíram os ILS enquanto profissionais.

Tradução é o processo que envolve um profissional habilitado para traduzir de forma escrita um texto de uma língua para outra. Por exemplo, um texto escrito em inglês que foi traduzido para o francês. QUADROS (2004) apresenta o tradutor como a pessoa que traduz de uma língua para outra envolvendo um processo mais reflexivo. Tecnicamente, tradução refere-se ao processo envolvendo pelo menos uma língua escrita.

A tradução proporciona ao tradutor um tempo adequado para realização de suas tarefas, facilitando o acesso desse profissional a locais para pesquisas (bibliotecas, internet, documentos históricos, profissionais experientes) que auxiliam o tradutor na realização da sua atividade. Essas condições possibilitam ao profissional melhor qualidade em seu trabalho.

No entanto, RÓNAI (1981) afirma que a busca constante aos dicionários se constitui em uma armadilha, das muitas que envolvem a tradução. As palavras isoladas que se encontram nos dicionários, sem contextos culturais ou lingüísticos, instigam alguns tradutores a cometerem contra-sensos, pois as palavras de uma língua não correspondem necessariamente em outra língua qualquer.

Já a interpretação, é um processo que também envolve um profissional habilitado a interpretar a língua A para a língua B, no entanto em tempo real. Tomo como exemplo uma

palestra ministrada em português falado que será interpretada em LS. Nesse caso, o ILS necessita de domínios lingüísticos, culturais, técnicos de interpretação de ambas as línguas em um tempo mínimo em que fará o processamento mental dos discursos enunciados. QUADROS (2004) afirma que o intérprete de língua de sinais é a pessoa que interpreta a LS para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar.

Uma das armadilhas que se apresenta e que é colocada por RÓNAI (1981) é a questão da metáfora e suas interpretações. Ele cita exemplos das línguas faladas, tais como alemão, francês, russo quando traduzidas para o português. Pensemos no caso do português falado e sua interpretação para a LS, estando à frente um intérprete com menos experiência, que ouve na palestra proferida a seguinte frase: “e agora, quem coloca o sino no pescoço do gato”? Ou expressões, tais como “chorar em cima do leite derramado” e “meter os pés pelas mãos”. Esses exemplos, se constituem em pontos cruciais para os ILS com menos experiência em sua atuação profissional. Os ILS, bem como outros intérpretes de línguas orais, precisam depois de se inteirar do conteúdo de um enunciado, conforme RÓNAI (1981:58), “*tentar esquecer as palavras em que o texto está expresso, para depois procurar, na sua língua, as palavras exatas em que semelhante idéia seria naturalmente vazada*”.

Na prática do ILS, temos o modelo da interpretação simultânea usado com mais frequência por esses profissionais. Esse modelo consiste na interpretação de uma língua para outra em tempo real, isto é, simultaneamente. Nesse caso, o intérprete, segundo QUADROS (2004), precisa ouvir/ver o discurso enunciado em uma língua, processá-lo e passar para a outra língua no tempo da enunciação.

Com menos frequência de uso na prática dos ILS, temos o modelo da interpretação consecutiva. Pensemos no seguinte exemplo: um palestrante ministra seu curso em francês, após um intérprete profissional interpreta oralmente para o português. O ILS ouviu a informação, processou-a e irá interpretar em LS de forma consecutiva. Uma outra situação, na qual o ILS pode usar a interpretação consecutiva em seu benefício, se constitui na presença de um surdo que sinaliza determinada palestra e o ILS terá de interpretá-lo. Nesse caso, o profissional poderá ver a sinalização, processar a mesma e posteriormente, interpretá-la de forma consecutiva. Essa atitude pode ser uma estratégia que qualifica sua interpretação, uma vez que a maioria dos ILS possui dificuldades de interpretar LS para o português falado, simultaneamente. Assim, a interpretação consecutiva poderá servir de estratégia para qualificar a interpretação realizada.

Essa estratégia tem como objetivo ganhar tempo para as reflexões, perceber o contexto, processar essas informações e, assim, escolher os itens lexicais adequados ao assunto em questão na língua alvo.

Na história, tanto intérpretes de línguas orais quanto ILS, durante muito tempo, ocuparam papel secundário, pois não eram reconhecidos como profissionais. Poucos são os registros históricos que tratam a respeito dessa profissão. Alguns desses registros constam em publicações como RODRÍGUEZ (2001), DELISLE e WOODSWORTH (2003), para citar alguns. Com base nesses autores mencionados anteriormente, discutirei alguns traços históricos dos intérpretes de línguas orais bem como dos ILS na próxima seção.

#### **2.4.1. Os intérpretes de línguas orais na história**

Uma tarefa difícil, na área da interpretação, se constitui em estabelecer com precisão a data em que aconteceram as primeiras interpretações orais e quem eram as pessoas que realizavam tal atividade. Provavelmente, essa atividade aconteceu na medida em que os povos começaram as trocas de mercadorias a fim de negócios e que necessitavam, para se comunicar, de alguém que intermediasse essa questão cultural, econômica e lingüística. No entanto, PAGURA (2003:4), *“nos coloca que a mais antiga referência a um intérprete parece ser um hieróglifo egípcio do terceiro milênio antes de Cristo. Há registros de intérpretes na antiga Grécia e no Império Romano”*.

Por outro lado, a história, ao abordar a questão da interpretação, recorre a dados bíblicos, tais como a orientação do apóstolo Paulo em sua carta aos Coríntios. Ele afirma como necessidade, a presença de um intérprete quando as pessoas falarem em línguas desconhecidas. Outro fato bíblico que remete à interpretação, se refere à Torre de Babel.

Na época do Iluminismo, conforme mencionei no capítulo 2, as posições sociais dos sujeitos era regida por um padrão social, ou seja, serem homens brancos, europeus, intelectuais, eram alguns dos critérios que definiam as classes sociais daquele tempo. Para “DELISLE e WOODSWORTH (2003:258), a posição social dos intérpretes, também, se explica pela sua omissão nos anais da história, pois eram:” *híbridos étnicos e culturais, muitas vezes do sexo feminino, escravos ou membros de uma “subcasta” – cristãos, armênios, judeus que viviam na*

*Índia britânica, por exemplo, (Roditi, 1982, p.6) -, esses intermediários não recebiam nos registros históricos o tratamento que mereciam”.*

Na Idade Média, os encontros diplomáticos marcaram a presença dos intérpretes de línguas orais em conferências, pois necessitavam de um intermediador lingüístico e cultural para os países representados nesses encontros. Antes, as negociações diplomáticas internacionais eram realizadas em francês, uma vez que essa era a língua que predominava na época. Essa situação começou a mudar a partir da Primeira Guerra Mundial, pois segundo PAGURA (2003), houve o Congresso de Viena (1814-1815) em que os Estados Unidos começaram a participar, precisando que as interpretações fossem realizadas em francês e inglês. Esse autor cita Paul Mantoux como um dos primeiros intérpretes das conferências atuando, também, no Tratado de Versalhes.

Nessa época, era comum, além das guerras em nome das religiões e, por conseqüência, a evangelização dos povos, a necessidade da intermediação cultural e lingüística. Conforme mencionei anteriormente, essas pessoas não eram valorizadas por seus trabalhos de interpretação e muitos eram forçados a realizar tal atividade.

Tanto nas guerras a fim de conquistar novos territórios, quanto nas Cruzadas que almejavam propagar o cristianismo, a língua desempenhou papel fundamental do poder de um povo sobre outros. As pessoas eram capturadas para intermediar lingüisticamente os povos, ainda que não fossem valorizadas pelos seus trabalhos. Foi assim que aconteceu com Doña Marina que interpretava para o conquistador de colônias, Cortez, na cidade do México.

Todos esses intermediadores lingüísticos e culturais atuavam sem conhecimento algum do processo de interpretação. PAGURA (2003) fala que nos meios profissionais se usa a expressão “método sink or swim” para a formação dos intérpretes daquela época, isto é, significa de forma literal “afogue-se ou nade”, uma vez que os mesmos não recebiam orientação alguma de como atuarem. Nessa época, a interpretação consecutiva era a mais utilizada. No entanto, era desgastante tanto para os intérpretes, palestrantes como para o público, pois se exigia bem mais tempo nessa modalidade. Outro elemento que contribuiu para perdurar essa interpretação, foi a falta de equipamentos tecnológicos que permitissem a interpretação simultânea.

Segundo PAGURA (2003:4), *“as coisas começaram a complicar-se com a criação da Organização Internacional do Trabalho, uma vez que alguns representantes sindicais não falavam francês nem inglês e tinham de expressar-se em sua própria língua”.* A solução para sanar esse obstáculo lingüístico, foi à interpretação sussurrada, que consiste no “sussurro” ao

ouvido da pessoa que necessita da interpretação. Essa modalidade é pouco usada atualmente, no entanto, a mesma deu origem à modalidade simultânea. A primeira vez que se utilizou a interpretação simultânea, segundo RODRÍGUEZ (2001:6), foi

La primera vez que se utilizó fue en 1931 durante la Asamblea de la Liga de Naciones. A partir de aquí se empezó a utilizar regularmente em todos los actos diplomáticos que sucedieron a la Segunda Guerra Mundial, especialmente en los Juicios de Nuremberg donde, gracias a este método, se consiguió la exactitud y calidad necesarias en un asunto tan delicado Asunto tan delicado como fue el juicio a criminales de guerra.

Os intérpretes de línguas orais, com o passar dos tempos, foram se organizando profissionalmente em diversos países por meio de associações. No âmbito internacional, temos a Associação Internacional de Intérpretes de Conferências. No Brasil, temos a Associação Profissional de Intérpretes de Conferências. Esses intérpretes se organizaram profissionalmente, reivindicaram formação, por meio das universidades e escolas de formação. Essa apresentação sobre os intérpretes de línguas orais nos mostrou alguns fatos que marcaram o percurso desses profissionais. Certamente, há muito ainda para ser contado sobre a história desses profissionais, assim como dos ILS. Por isso, na próxima seção estarei mencionando os traços de uma história que se encontra em construção: a dos ILS.

#### **2.4.2. Os intérpretes de língua de sinais na história**

Precisar a data e o lugar dos primeiros ILS se constitui em uma tarefa difícil de ser realizada. Por um lado, essa dificuldade se dá pelos raros documentos escritos que tratam sobre a história dos ILS. Por outro lado, antigamente, a atividade de interpretar não era reconhecida enquanto profissão, dificultando saber quem eram essas pessoas.

RODRÍGUEZ (2001) fala que nos séculos XVIII e XIX, em decorrência da revolução industrial, há maior crescimento nas cidades, trocando também as concepções a cerca do trabalho e do papel das pessoas surdas na sociedade. Para evitar o isolamento dos surdos, segundo a autora, instituições com fins religiosos, educativos, sociais e de ajuda em geral, ofereciam diferentes serviços para a comunidade surda. As pessoas que tinham contato com algum parente surdo assumem o papel de “ponte” entre a comunidade surda e os ouvintes. RODRÍGUEZ (2001:18) afirma que

Estos “intérpretes” trabajaban para el bien de la comunidad sin recibir ningún pago a cambio. Sus funciones sobrepasaban en cierta medida las propias del profesional de la interpretación tal y como se entendien hoy en día, ya que en la mayoría de los casos actuaban también como guías o asistentes, aconsejando y apoyando a las personas sordas, lo que, en muchos casos, conllevaba situaciones de sobreprotección.

Situação semelhante, no espaço familiar, aconteceu com os filhos ouvintes de pais surdos. Pela aquisição e fluência com que os filhos, em convivência com seus pais, tinham da língua, desenvolviam a atividade de interpretar, intermediando surdos e ouvintes. Esse fato nos é apresentado pelos CODAS<sup>17</sup>, em WILCOX (2005:154), *“ao relatarem à realidade de como era vista a função do ILS num passado não muito distante, em que a interpretação para surdos não era considerada uma profissão até 1964 e que os CODAS geralmente não eram pagos pelos seus serviços”*.

Nos Estados Unidos, a organização dessa categoria profissional iniciou em 1964, afirma WILCOX (2005), quando um grupo de intérpretes de língua sinalizada estabeleceu o Registro de Intérpretes para Surdos. Esse registro assumiu a responsabilidade de formação, treinamento e avaliação, estabelecendo código de comportamento ético. Promoveu, também, workshops com a finalidade de implementar um sistema de avaliação nacional, naquele país, para testar e certificar os intérpretes habilitados a desempenhar suas atividades.

Esse fato de permear a convivência familiar e a atuação dos ILS não é realidade exclusiva dos Estados Unidos, pois no Brasil características semelhantes foram notadas, uma vez que as pessoas, dentro dessa perspectiva, eram tomadas por atitudes benevolentes a fim de ajudar as “pessoas surdas”. Essas questões subjetivas, em que caridade, benevolência e ajuda aos surdos estavam presentes, levou muitos dos ILS que atuavam naquela época a não questionarem essa atividade como profissão. Percebemos que nesse contexto, acima citado, as aproximações que os ILS realizavam eram com os surdos, com ouvintes que sabiam a LS, com associações de surdos, mas, raramente, com intérpretes de línguas orais.

Por outro lado, o trabalho de evangelização direcionado aos surdos implicava na presença do ILS para realizar as interpretações. Diversas denominações religiosas criaram ministérios de surdos em seus templos, a fim de levar a palavra de Deus às pessoas surdas. Esse fato é um marco na história dos ILS, pois a maioria dos profissionais, que hoje atuam, mantiveram relações

---

<sup>17</sup> Em inglês essa sigla refere “Children of Deaf Adults”, isto é, filhos de adultos surdos.

estreitas com as questões religiosas. Dentro dos espaços religiosos, não era investido na formação desse profissional, compreendendo as questões lingüísticas, culturais e éticas que a atividade de interpretar requer. Para esses trabalhos desenvolverem-se, a base era o voluntariado por parte dos ILS, o que perdurou durante muitos anos. Atualmente, sabemos de algumas denominações religiosas que têm investido na formação dos ILS.

Assim, o reconhecimento legal dessa categoria resulta, também, de um investimento recente por parte dos órgãos públicos. Nessa linha de pensamento, ROSA (2003:239) afirma

Embora a atividade de intérprete de LIBRAS, já exista há muitos anos, o interesse e o investimento por parte dos órgãos públicos na profissionalização desses indivíduos são bem recentes. Os intérpretes de LIBRAS surgiram dos laços familiares e da convivência social com vizinhos, amigos da escola e igrejas. Devido essa característica não há muitos registros sobre a profissão.

A oficialização da profissão do ILS é parte do projeto de lei que foi encaminhado pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, em 1996, ao Congresso Nacional, em Brasília, Distrito Federal. Foi aprovada essa lei em 2002 e regulamentada recentemente, em dezembro de 2005. Essa história se encontra permanentemente em construção, impulsionada pelas demandas que têm se apresentado desde aquela década até os dias atuais. Essa ação implica na profissionalização dessa categoria, por meio do reconhecimento oficial desse grupo que tem atuado em várias instâncias, como por exemplo, em palestras, congressos, faculdades, instituições religiosas, escolas, universidades, entre outros.

No caso brasileiro, os primeiros registros dos trabalhos de atuação dos ILS datam da década de oitenta. Referente a esse grupo e sua emergência, PIRES e NOBRE (2004) nos esclarecem que Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos existe um departamento específico, denominado Departamento Nacional de Intérpretes da FENEIS – DNIF-, que se responsabiliza pelas questões referentes aos intérpretes de Libras. Segundo esse departamento, o intérprete é aquele que toma a posição de sinalizante ou de falante, transmitindo pensamentos, palavras e emoções do sinalizante, servindo de elo entre as duas modalidades de comunicação.

Os ILS, percebendo a carência de formação da categoria, começaram a mobilizar-se em busca de organização profissional. QUADROS (2004:14) contextualiza, em nível nacional, as organizações de formação através de congressos que o grupo realizou:

Em 1988, realizou-se o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais organizado pela FENEIS que propiciou, pela primeira vez, o intercâmbio entre alguns intérpretes do Brasil e a avaliação sobre a ética do profissional intérprete.

O segundo encontro nacional ocorreu em 1992. Após os encontros nacionais, os ILS organizaram, nas regiões brasileiras, encontros estaduais que pudessem discutir questões referentes à formação, à ética, e ao papel do profissional ILS. Por exemplo, em 1998 aconteceu o I Encontro Nordestino de Intérpretes de Libras, realizado em João Pessoa, no estado da Paraíba. Em 2000, foi realizado o II Encontro nesta região que aconteceu em Recife, no estado de Pernambuco. Em São Paulo, foi realizado I Seminário de Intérpretes deste estado em março de 2001. No estado de Santa Catarina, o primeiro encontro aconteceu em junho de 2004, enfocando a situação e o trabalho desenvolvido pelos ILS nesse estado. O II encontro datou de outubro de 2005, contribuindo de forma significativa para a formação desses profissionais. Esse encontro esclareceu vários elementos do ato interpretativo, tais como conhecimentos técnicos de tradução- interpretação, o papel do ILS, conhecimentos teóricos, entre outros fatores, como a fluência em ambas as línguas, a formação de ILS na Europa e a discussão para traçar as primeiras formas de organização e regulamentação da profissão por meio de uma comissão que atuará junto à Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, regional do estado de Santa Catarina, pensando as políticas de formação deste profissional.

A partir desse momento, estarei visualizando algumas das representações que foram atribuídas a esses profissionais, ao longo das décadas. Essas representações fazem parte da história que os ILS vêm construindo e merece ser posta em cena, na próxima seção.

#### **2.4.3. As representações atribuídas aos intérpretes de língua de sinais**

No Brasil, atualmente, pela escassez de produções científicas na área da interpretação e da tradução com foco nos ILS, os pesquisadores, além de investigarem questões pertinentes à área, estão transitando em outra área: a de historiador cultural. As contribuições que estão sendo apresentadas nesse trabalho, vinculadas à história cultural, emergem de onde? Conforme BARROS (2004) nos situa, a história cultural como campo historiográfico se tornou evidente nas últimas décadas do século XX. No entanto, esse campo epistemológico vem sendo tratado desde

o início do século e se torna significativo, por abrigar no seu seio diferentes possibilidades de tratamento. Mas o que constitui a História Cultural e quais contribuições trazem para os ILS?

Olhando por este viés, a História Cultural trata dos artefatos que constituem as culturas. Essa noção de cultura que enfoco não se constitui em fixar seu conceito em um única possibilidade para entendê-la, ou de fazer dicotomias entre alta ou baixa cultura. Trata, sim, de acolher para si as diferentes práticas que permeiam os estudos atuais, os grupos que desenvolvem suas formas de darem sentido às produções que emergem do espaço em que vivem. Tanto os Estudos Surdos quanto a história cultural trazem possíveis articulações para as práticas dos ILS, que estão permeados pelas questões culturais. BARROS (2004:55) diz que a história cultural se interessa por “*quaisquer outros campos temáticos atravessados pela polissêmica noção de “cultura”*”.

A história cultural tem se configurado em um novo campo do saber, oportunizando um vasto campo para os pesquisadores ILS registrarem a história que esse grupo está construindo no Brasil. No entanto, há a necessidade de estarmos atentos às afiliações que emergem da história cultural e os Estudos Culturais ou Estudos Surdos, pois não são todos os pontos tratados como comuns e semelhantes, há nítidas diferenças. Um exemplo dessa afirmação aparece quando tratamos o conceito de representação mencionado tanto nos Estudos Culturais quanto na história cultural.

A questão da representação é trazida por PESAVENTO (2005:39), ao afirmar que a mesma é uma categoria central na história cultural. Assim, “*representação são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade*”.

Já para os Estudos Culturais, a representação não está associada à realidade, mas sim as práticas de significação e o modo como é dado sentido a essas experiências. Essa afirmação é corroborada por WOODWARD (2004:17), ao enunciar que “*a representação inclui práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos*”.

No grupo de ILS, como poderíamos pensar a questão da representação? Como outros indivíduos dão sentido à prática da interpretação? Como o próprio intérprete dá sentido à sua

prática profissional? Conforme apresentado no capítulo anterior, em relação às formas de olhar para as pessoas surdas, ao longo da história, no que se refere aos ILS, as questões a respeito da representação tiveram suas marcas e olhares diferenciados em relação a esse grupo.

Enunciados, tais como *que lindo teu trabalho! Tem que ter paciência! Vocês são uns anjos, ainda bem que existem pessoas como vocês*, configuram algumas das expressões que grande parte dos ILS já ouviu soar após o término do trabalho (em palestras, congressos, encontros e seminários) em que estava atuando.

Na sala de aula, narrativas de professores universitários que se dirigiram aos ILS perguntavam: *os surdos sabem mexer na internet? Vocês não precisam traduzir isso para eles! O que vocês estão fazendo aqui?* São algumas das situações que nos mostram como os ILS são representados por pessoas que não transitam nos espaços culturais. Esses discursos se direcionam na perspectiva assistencialista, do bom, do benevolente (por ser lindo o trabalho) e da pessoa paciente demonstram atitudes que não concebem o ILS como profissional; ao contrário, como uma pessoa dotada de bondade, de amor e de compaixão.

Por outro lado, em 2005, na Universidade Federal de Santa Catarina, foi atribuído aos ILS o apelido de *macaquinhos*. Notemos a conotação pejorativa que esse significado traz aos profissionais ILS, bem como aos alunos e professores surdos. A representação que algumas pessoas visualizam desse grupo, nesse caso, é depreciativa, do não ser profissional e, por conseqüência, de que a LS não tem seu prestígio, nem status lingüístico enquanto língua. Essa afirmação insiste em moldar a surdez e os profissionais que com ela trabalham, a partir da alteridade deficiente.

No entanto, nos lugares em que surdos e ouvintes vivenciam discussões lingüísticas e culturais, o significado dos ILS adquire outra conotação, a de mediador lingüístico e cultural, entre duas culturas (de surdos e de ouvintes), das quais ambas se pronunciam em línguas diferentes. Assim, os significados que nomeiam os ILS não se constroem sozinhos, mas são construídos a partir das estreitas relações que desencadeiam as questões culturais, históricas, políticas, lingüísticas, constituindo “as teias” que formam as representações, que por sua vez constituem as identidades. As representações, conforme Hall (1997:47) apud WORTMANN (2002:81), “atuam na constituição das identidades dos sujeitos e dos grupos sociais, estando, então, identidade e representação intimamente vinculadas, pois a identidade é ativamente produzida na e por meio da representação”.

A questão da representação perpassa as identidades e também é entendida a partir de um processo cultural, pois ela inclui práticas de significação e a forma como os sistemas simbólicos atuam na constituição de identidades, tanto coletivas como individuais. Para os ILS, essas práticas se constituem na trama que se forma entre as representações que lhes são atribuídas assim como os sistemas simbólicos que estão presentes na sociedade.

A realidade visualizada, atualmente, para os ILS que trabalham na área educacional é inquietante pelos significados e práticas atribuídas à esse profissional. A “falta”<sup>18</sup> da profissão de intérprete e tradutor no quadro funcional do Magistério impulsionou o Ministério da Educação a se utilizar do termo professor-intérprete. Intérprete educacional e professor-intérprete são algumas das nomenclaturas oferecidas a esses profissionais, ainda que os papéis desenvolvidos sejam completamente diferentes. QUADROS (2004:60) nos apresenta essas inquietações, pois muitas vezes, “*o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor*”. No estado de Santa Catarina, ações direcionadas à formação dos professores-intérpretes têm sido implantadas através da Secretaria Estadual de Educação em parceria com a Fundação Catarinense de Educação Especial.

Para QUADROS (2004), da confusão desses papéis surgem problemas de ordem ética. Em certos momentos, o ILS é solicitado pelo professor para responder sobre o desenvolvimento dos alunos surdos ou é delegado ao ILS o conteúdo que deverá ser ensinado aos alunos surdos.

KELMAN (2005) registrou em sua pesquisa com “professores-intérprete”, no ensino fundamental no Distrito Federal, onze papéis diferentes para esses profissionais. Esses papéis são: ensinar português como segunda língua, ensinar LS para surdos, ensinar LS para ouvintes, adequar (omissão curricular), participar no planejamento das aulas, integrar professora-regente e professora-intérprete, estimular a autonomia do aluno surdo, estimular e interpretar a comunicação entre colegas surdos e ouvintes, utilizar a comunicação multimodal e promover a tutoria.

QUADROS (2004) salienta que o ILS poderá estar atuando na educação infantil, na educação fundamental, no ensino médio, no nível universitário e no nível de pós-graduação considerando diferentes fatores específicos de cada nível, que se refletem na atuação do profissional.

---

<sup>18</sup> Coloco entre aspas essa expressão, porque essa profissão existe e é regulamentada. Esse assunto será tratado no capítulo 4.

No ensino superior, a presença dos ILS tem aumentado significativamente face à demanda dos alunos surdos, na graduação, no mestrado e no doutorado nas universidades brasileiras. Nesse espaço, os ILS estão constituindo seu papel enquanto profissionais da tradução e da interpretação, pois lhes é exigido conhecimentos lingüísticos, culturais e éticos altamente complexos. A constituição lingüística é parte da *identidade profissional* que os ILS vêm construindo, tema esse que foi tratado na seção 2.3.1.

Estamos vivendo momentos de estruturação profissional dos ILS, criando recentes discussões sobre o papel desses profissionais, em especial, no ensino superior, foco deste trabalho. Nesse sentido, o decreto 5626 que regulamenta a lei de Libras, dá vistas à formação desses profissionais.

No Brasil, estão surgindo às primeiras associações desse grupo, com intuito de discutir a organização profissional, a formação e o comportamento ético dos ILS. Dentre elas se destacam as seguintes: Associação dos Profissionais Intérpretes e Guias-Intérpretes da Língua de Sinais Brasileira do estado de São Paulo, a Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do Mato Grosso do Sul e a fundação da Associação dos Profissionais Intérpretes e Tradutores de Libras do estado do Ceará, sendo esta última criada recentemente. Em nosso país, ainda não temos a associação nacional de ILS, no entanto, em países como Canadá e Espanha<sup>19</sup> existem as associações desses profissionais.

No âmbito internacional, temos a Associação Mundial de Intérpretes de Línguas de Sinais<sup>20</sup> (WASLI), que realizou seu primeiro congresso em Worcester, na África do Sul, em outubro de 2005. O segundo congresso está previsto para julho de 2007, em Madri, na Espanha.

Por meio desses exemplos, podemos notar que a identidade profissional dos ILS vem se constituindo em meio a outras tantas identidades. Esse grupo tem afirmado seu espaço de atuação e também de discussão, com proposições e alternativas apresentadas para a formação e a criação de políticas públicas que visualizem o ser intérprete como um profissional legítimo e com sua profissão.

No entanto, é preciso questionar quais os critérios que diferenciam o ser profissional do voluntário, do empirista entre outros papéis sociais. Charlot e Bautier apud RAMALHO et.al (2004) utilizam os seguintes critérios para caracterizar o profissional:

---

<sup>19</sup> No Canadá, temos a Association of Visual Language Interpreters of Canada (AVLIC) e, na Espanha, a Asociación Intérpretes de Lengua de Signos de España (ILSE).

<sup>20</sup> World Association of Sign Language Interpreters.

- base de conhecimento;
- prática na situação;
- capacidade para demonstrar seus conhecimentos, seu saber-fazer e seus atos;
- autonomia e responsabilidade no exercício de suas competências;
- adesão às representações e às normas coletivas da identidade profissional;
- pertencimento a um coletivo que desenvolve estratégias de promoção e discursos de legitimação

O autor mencionado não tratou especificamente dos ILS, no entanto, esses critérios podem ser usados para reflexão sobre a questão profissional que esse grupo vem constituindo. Certamente, a necessidade em conhecer a história do grupo, o desenvolvimento profissional faz com que tenhamos subsídios específicos da profissão, entendendo os desdobramentos políticos, históricos, disciplinares, sociais e econômicos pelos quais os ILS vivenciaram desde quando se constituíram enquanto grupo. Para os ILS serem vistos enquanto profissionais é preciso desmistificar algumas das representações colocadas nesse trabalho e, além disso, esse grupo precisa ter formação teórica e prática do seu exercício profissional, dados esses embasados em pesquisas acadêmicas aliadas à prática de atuação. Os ILS merecem ser incluídos nas decisões que tratam além do seu espaço de atuação, mostrando suas habilidades e competências de negociação entre grupos. Atualmente, a maioria das leis que direciona para os ILS, apenas menciona a importância ou garantia desse profissional. No entanto, a participação dos mesmos se torna fundamental para o desenvolvimento das discussões que vêm se constituindo.

Esse processo de constituição da identidade profissional não é acabado, unificado, imutável, mas sim, o contrário, pois se configura em um processo cultural, lingüístico, histórico, cultural, político e social que dialoga com questões das quais muitos dos ILS vêm buscando há algum tempo. Elementos tais como a formação, a regulamentação, o status profissional são inquietações que estão próximas das discussões dos ILS.

Para LIMA<sup>21</sup> (2006), os critérios para atuação profissional de um ILS compreendem os seguintes requisitos básicos: ser fluente em LS, a Libras, e em língua oral, português, no caso do Brasil, conhecer e dominar as técnicas de interpretação, respeitar o Código de Ética dos ILS, conhecer o mercado de trabalho e suas demandas, saber trabalhar em equipe, manter atualizados

---

<sup>21</sup> Esses critérios foram eleitos pela pesquisadora em sua dissertação de mestrado que centraliza seu estudo na presença do intérprete de Libras no ensino superior.

conhecimentos gerais e, principalmente conhecimentos lingüísticos sobre Língua Portuguesa e LS, conviver harmonicamente com a comunidade surda, respeitando suas organizações e lideranças e reconhecer suas limitações e habilidades.

Nessa direção, discutir os elementos que constituem a identidade profissional dos ILS sugere cursos de formação, o domínio de técnicas e estratégias para interpretação das línguas, mas, além disso, sugere pensar na reflexão das práticas de atuação nos diferentes níveis em que esse profissional trabalha. Por meio do trabalho reflexivo em grupo, construindo e reconstruindo permanentemente as identidades que se encontram em deslocamentos, as contribuições para a formação desses profissionais tendem a significativos avanços.

Assim, os ILS estão diante de vários desafios para a consolidação da sua identidade profissional dentre outras. Na medida em que os ILS aprendem a *articular-se enquanto grupo profissional*, tendem a criar políticas de valorização da sua profissão, pensando as questões de formação, de remuneração desse grupo, das questões éticas e avaliação permanente do exercício desses profissionais.

É nesse cenário pós-moderno que os ILS vêm constituindo suas identidades múltiplas, instáveis e em deslocamentos constantes. Elementos tais como produtos, símbolos, acessórios e mídias marcam a posição de pertença ao grupo, constituindo, reproduzindo e definindo identidades. Não me preocupo em estabelecer indícios de verdade ou falsidade sobre as questões das identidades, interessa-me identificar as formas políticas e culturais que são construídas por meio dessas identidades. Também, identificar o que elas representam nesses tempos marcados pela dúvida e pela incerteza.

É assim que encerro essa seção, afirmando que as fragmentações desses constantes deslocamentos desestabilizam o sujeito. As palavras de SILVA (2004:115) a respeito desse cenário pós-moderno em que estamos vivendo complementa a reflexão apresentada: “*o cenário é claramente de incerteza, duvida e indeterminação. A cena contemporânea é – em termos políticos, sociais, culturais, epistemológicos – nitidamente descentrada, ou seja, pós-moderna*”.

No próximo capítulo, estarei apresentando o caminho metodológico que a pesquisa percorreu. Questões como subjetividades, memórias pessoais, fatos e questões marcantes como parte das identidades dos intérpretes de língua de sinais são apresentadas como base da escolha metodológica. São mencionados os sujeitos que aceitaram participar deste trabalho e as contribuições para o desenvolvimento dessa dissertação.

## CAPÍTULO 3

### 3. DETALHES METODOLÓGICOS

Esta pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, sendo que o instrumento utilizado para a coleta de dados foi à entrevista semi-estruturada aberta. Semi-estruturada, porque continha alguns pontos a serem mencionados ao longo das narrativas, porém, ao mesmo tempo, aberta, por deixar fluir esse discurso do participante de modo a deixá-lo o mais à vontade possível. Essa estratégia foi adotada pelo fato de eu querer buscar depoimentos, conversas, diálogos que possibilitassem mencionar elementos pertencentes à temática deste trabalho.

O conceito de “narrativa” nesse texto é entendido como os tipos de discursos, de falas, de depoimentos que são mencionados pelos ILS que participaram da pesquisa. BOLÍVAR (2002:111) fala que

Narrar biograficamente a experiência permite reconstruir a trajetória de vida não só no sentido óbvio de ações (passadas ou atuais), expressas por meio de relatos que fazemos ou que ouvimos, porém mais radicalmente no sentido de que os pensamentos e ações estão estruturados em práticas narrativas ou discursivas.

Nesse trabalho, *narrativa é tomada como sinônimo de discursos*, embora haja discordância de autores sobre essa afirmação. SILVEIRA (2005), ao referir-se a discurso e narrativa, menciona que não são sinônimos. No entanto, afirma que, em alguns trabalhos correntes nos Estudos Culturais, eles são tomados como sinônimos.

Saliento a necessidade das narrativas nessa dissertação, a fim de obter dados pessoais sobre elementos constituintes de possíveis identidades dos ILS, acontecimentos que marcaram seus processos subjetivos na atuação e formação como intérpretes. Essa forma flexível de expor expressões tão íntimas exige cumplicidade entre o pesquisador e os entrevistados quanto ao resguardo de suas falas. Essa relação desencadeada, entre pesquisador e participante da pesquisa, não se torna tarefa fácil, pois outros elementos adentram essa construção de pesquisa científica. Nesse sentido, apresento na próxima seção a abordagem metodológica.

#### 3.1. A ABORDAGEM METODOLÓGICA

As narrativas enunciadas pelo pesquisador confrontam-se, compartilham-se e permitem reconciliar pontos de vistas diferentes com os entrevistados sobre determinado assunto. Esse

assunto pode ser olhado por diferentes lugares, tempos e histórias pessoais. Assim, as narrativas tornam-se mais do que entrevistas para conhecer histórias individuais, e sim dados metodológicos que nos auxiliam a refletir, criticar e construir ações que venham contribuir na prática do pesquisador bem como na dos seus entrevistados.

O pesquisador, ainda que desejasse manter imparcialidade ao interpretar fatos, é recheado de outras construções de identidades que se reflete em concepções, representações, idéias pré-concebidas sobre o público alvo de sua pesquisa. Despojar-se de algumas posições críticas (em relação às idéias pré-concebidas), é algo que necessita ser exercitado na vida profissional do pesquisador. Aos iniciantes na pesquisa, cabe a responsabilidade desafiadora de atingir esse exercício.

No caso dos ILS, isso não poderia ser diferente, pois esses elementos (concepções, representações...) também foram constituintes de identidades e entraram em cena ao longo da pesquisa. Para o pesquisador, por mais que ele queira dotar-se de um maior distanciamento na interpretação dos fatos, vários discursos atravessam e se cruzam, tornando-se emaranhados nas análises, tanto para o pesquisador, quanto para os entrevistados.

Entra em discussão algo bastante relevante, isto é, como desenvolver essa atitude imparcial perante o grupo que está sendo investigado, quando o pesquisador faz parte desse grupo? Este distanciamento que a academia exige nas pesquisas científicas, para que se perceba com melhor clareza os dados colhidos nos estudos de campo, se torna uma tarefa árdua, porém compõe o processo metodológico das pesquisas científicas. O objetivo é exercitar o distanciamento, mas sem a ilusão da imparcialidade completa, pois enquanto intérprete e pesquisadora, estarei compondo subjetivamente as análises desse trabalho.

Assim, a entrevista mantém estreita relação com a afetividade, com a busca de identificação com o sujeito entrevistado, em uma forma de reconhecimento e admiração no caminho que define, marca e delinea sua trajetória profissional e que se apresenta no diálogo dos participantes dessa dissertação. São memórias de fatos, de acontecimentos, de histórias, de fragmentos e detalhes que compõem as experiências subjetivas dos entrevistados. Noto que os participantes da pesquisa não encerram sua colaboração após os términos das entrevistas. Eles estão na equipe de organização do III Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, datado para 2007, desdobramento, também, dessa dissertação, ao continuar desenvolvendo

discussões e aprimorando pontos que foram levantados nela para formação e organização profissional do grupo de ILS no Brasil.

No caso dos ILS, proponho mostrar que os sujeitos têm muito para contribuir com suas experiências e que estas, antes de serem interpretadas pelo pesquisador, são testemunhos de fragmentos de suas vidas que serão recompostos em novas histórias num processo bastante marcado pelas questões subjetivas. Além disso, esses mesmos sujeitos compõem um quadro atual de um grupo que vem buscando se organizar profissionalmente, conforme exposto acima.

Essa pesquisa justifica-se, também, como o registro de mais uma produção científica na área da interpretação em língua de sinais, a fim de que o desenvolvimento desses trabalhos possa servir como subsídios para as gerações futuras que desejarem traçar dados investigativos na área.

A necessidade de saber como foram as primeiras reflexões acerca da estruturação do trabalho dos ILS, ou seja, quem eram os personagens e que formação esses sujeitos tinham, tem um significado relevante e especial que nessa pesquisa, foi olhado de forma cultural. Mas essa não é a única possibilidade de contar esses dados históricos e culturais, há outras como as pesquisas que estudam os ILS pela perspectiva dos estudos literários, conforme MASSUTI (2006). A preocupação desse trabalho centra-se em enunciar questões de tensão, do tempo, dos acontecimentos que permeiam as ações humanas em jogo no ato de interpretação. Segundo ARFUCH (2002:88) ao tratar dessas questões aponta que:

El tiempo mismo se torna humano en la medida en que es articulado sobre un modo narrativo. Hablar del relato entonces, desde esta perspectiva, no remite solamente a una disposición de acontecimientos – históricos o ficcionales-, em un orden secuencial, a una ejercitación mimética de aquello que constituiría primariamente el registro de la acción humana, com sus lógica, personajes, tensiones y alternativas, sino a la forma por excelencia de estructuración de la vida y por ende, de la identidad, a la hipótesis de que existe, entre la actividad de contar una historia y el carácter temporal de la experiencia humana, una correlación que no es puramente accidental, sino que presenta una forma de necesidad “transcultural”.

Nessa vertente, a entrevista, além das perguntas que são enunciadas, pelo seu lado subjetivo, tramando memórias, fragmentos e detalhes que permeiam as narrativas, as articulações entre as diferentes identidades que se apresentam, instiga os pesquisadores a transitar em outra função: a de historiador cultural. A história cultural tem se configurado em um novo campo do

saber, caracterizando-se por discutir um dos elementos fundamentais dessa teoria, ou seja, a questão da representação, conforme já discutido no capítulo 2.

No entanto, o pesquisador deve possuir uma posição crítica em relação às questões historiográficas, isto é, deve observar que nos fatos históricos há, na maioria das vezes, a procura por “heróis” que foram responsáveis pelos feitos em seu tempo histórico. O desejo dessa pesquisa é o de tratar das questões sobre as identidades dos intérpretes de língua de sinais por meio daquelas que permeiam suas trajetórias profissionais, porém não visa à construção de “heróis”.

Essa pesquisa é uma das possibilidades entre tantas possíveis para visualizar algumas questões que perpassam esse grupo profissional. Há sempre outros olhares, com ganhos e riscos, na realização deste tipo de percurso. Quando se trata com as narrativas que envolvem o contar das experiências dos participantes, corre-se o risco de trabalhar com questões de esquecimento, por exemplo. Porém, há ganhos significativos em saber desses discursos, conforme veremos no próximo capítulo.

Os “óculos”<sup>22</sup> que o pesquisador necessita, se olhado pelo viés da história cultural, é o de entender a entrevista não só como uma fonte documental, mas como todo um aparato que coloca outros elementos a serem discutidos além das falas, entre eles, as questões subjetivas, a forma como algumas histórias foram constituídas, as estratégias utilizadas na própria forma de narrar os fatos e de como eles são narrados. Esses dados nos conduzem a entender a entrevista pela perspectiva cultural e não uma visão essencialista que prioriza as questões de verdade ou falsidade.

As narrativas que compõem as entrevistas ou as entrevistas que são narrativas, delineiam posições sociais e contornam espaços experimentados ou não pelos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Conforme ARFUCH (1995:89) nos explica sobre a entrevista, afirma que: *La entrevista es una narrativa, es decir, un relato de historias diversas, que refuerzan una orden de la vida, del pensamiento, de las posiciones sociales, las pertencias y pertinências. En ese sentido, legitima posiciones de autoridad, diseña identidades, desarrolla temáticas.*

Mas quem são os sujeitos que desenham estas identidades que emergiram nas entrevistas? É o que veremos na próxima seção.

---

<sup>22</sup> Quando uso a expressão óculos para designar possíveis análises, estou baseando-me em Perlin (1998) que traz esse termo.

### 3.2. SUJEITOS DA PESQUISA

Nessa dissertação, apresento alguns critérios para a escolha dos participantes da pesquisa:

- ILS com tempo de atuação igual ou superior a quatro anos;
- Preferencialmente, ILS pesquisadores da área de interpretação de línguas orais ou de sinais;
- ILS atuantes no ensino superior;
- ILS que estão inseridos nos espaços em que os surdos transitam;
- ILS dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Nesse momento, estarei justificando cada um desses critérios e sua relevância. Quanto ao primeiro item, ILS com tempo de atuação igual ou superior a quatro anos, a escolha se justifica por conferir, a princípio, uma experiência mais consolidada, devido ao tempo de atuação.

Outro quesito considerado foi à preferência por ILS pesquisadores na área de interpretação de línguas orais ou de sinais, por conta de estarem inseridos nas discussões acadêmicas. Uma das conseqüências desse envolvimento, na maioria das vezes, por serem experientes na área, são os cursos de formação ministrados por esses ILS. Isso acontece porque seus estudos teóricos se transformam em feitos práticos que se desdobram na formação de novos ILS.

A preferência por ILS atuantes no ensino superior se dá por entender que esses profissionais carregam consigo uma bagagem cultural e teórica considerável, pois ao longo desses anos vivenciaram diversas situações que facilitam (pelo seu amadurecimento profissional) falar sobre os artefatos constituintes de possíveis identidades enquanto ILS. Além disso, eles, provavelmente, experimentaram situações em sua prática profissional que serão abordadas na análise dessa dissertação. Essa questão será melhor explicitada, pois a formação é um dos temas latentes na atuação dos intérpretes.

Outro critério considerado foi à inserção dos ILS nos espaços que transitam surdos, que permite uma aproximação cultural com esse grupo. Essa atitude possui um significado especial quando se trata de intérpretes e de surdos, pois influencia e, em determinados casos, demarca o desempenho do ILS, que conseguirá transitar ou não pelas fronteiras entre os espaços surdos e os ouvintes. Observo que os ILS que não dedicam seu tempo às discussões e à participação nos deslocamentos políticos dos surdos, poderão ter comprometido a credibilidade na sua atuação enquanto intérprete.

As redes de comunicação entre surdos são admiráveis e funcionam como marcadores de confiabilidade ou não em determinados casos profissionais. Isso se observa nas narrativas informais, por meio de posições críticas do grupo cultural de surdos que enunciam em seus discursos tanto em relação aos ILS e aos professores bilíngües, bem como em relação a outros surdos.

### 3.3. OS LOCAIS DA PESQUISA

Quanto à escolha por participantes oriundos do estado do Rio Grande do Sul e do estado de Santa Catarina, a justificativa que se apresenta para esta seleção decorre das produções e dos trabalhos que esses estados têm desenvolvido. Em relação à língua de sinais e aos trabalhos de interpretação com os ILS, o estado do Rio Grande do Sul tem se destacado nos últimos anos pelas questões que abordam temas relevantes, como a qualificação através de cursos de capacitação, de oficinas, de cursos de extensão e a reivindicação pelos direitos dos/das ILS. É importante situar desde quando iniciaram os primeiros trabalhos nesse estado. Nesse sentido, QUADROS (2004:41) refere que o Rio Grande do Sul.

Iniciou a capacitação de seus profissionais intérpretes em 1997 através de cursos certificados pela FENEIS e UFRGS. Neste estado, desde 1988 são realizados encontros sistemáticos para discussão sobre a qualidade da interpretação e sobre princípios éticos. Inclusive este estado tem seu regulamento para atuação dos seus profissionais.

Outro aspecto que justifica a escolha dos sujeitos desse estado, Rio Grande do Sul, refere-se às relações estreitas que a pesquisadora desenvolveu ao longo de sua formação acadêmica e profissional, que aconteceu nesse estado, em meados da década de noventa, com os intérpretes. Essas pessoas, hoje, se encaixam como sujeitos dessa pesquisa, conforme os critérios expostos anteriormente.

Há também a participação de pessoas do estado de Santa Catarina, pois trabalho nesse Estado há mais de quatro anos e nele estabeleci relações com outros profissionais que se encaixam nos critérios mencionados para seleção dos participantes. Além disso, nesse estado estão emergindo discussões acadêmicas que têm efeitos práticos, devido à organização dos ILS que trabalham na Universidade Federal de Santa Catarina.

A contribuição desses sujeitos é fundamental para o processo dessa análise. Por tudo isso, penso que o trabalho ganhou elementos riquíssimos para discussão, que estarão apresentados no capítulo seguinte, colocando em cena tanto o estado do Rio Grande do Sul quanto o estado de Santa Catarina.

Assim, o objetivo é o de propor um diálogo aberto na busca de um intercâmbio sobre realidades que se constituíram únicas na sua diferença nestes dois estados do sul do Brasil. O diálogo possível entre participantes desses estados permite um jogo múltiplo de experiências, de conversas, de relações de intermediação cultural que permeiam suas vidas.

A aproximação com esses participantes aconteceu, primeiramente, de maneira informal através de e-mails, telefonemas, visitas pessoais, eventos, seminários e congressos. Num segundo momento, o encontro com esses profissionais foi previamente agendado, com o objetivo de realizar a entrevista. Esses encontros sejam eles virtuais ou presenciais, possibilitaram explicar a importância da pesquisa, os objetivos propostos, o tema abordado e o convite para participarem desse processo de investigação.

No momento em que essa pesquisa passou pela fase de qualificação, foram realizadas duas entrevistas piloto, com o objetivo de exercitar a prática da coleta de dados que compunha esse trabalho. Naquela etapa, houve orientação para que se organizassem novamente os tópicos e as perguntas que iriam compor o trabalho, pois a falta de experiência do pesquisador-entrevistador deixou lacunas no trabalho que estava sendo desenvolvido.

Esse período suscitou em mim, pesquisadora, a reavaliação dos dados obtidos, a leitura de outras possibilidades que pudessem sinalizar o que se pretendia. Isto é, a busca de fragmentos e detalhes que se completassem no quebra-cabeça das identidades que compunham as trajetórias dos ILS participantes da pesquisa. A forma com que eu ensaiei meus primeiros passos na pesquisa, indo a campo coletar os dados, não desencadeou a relação esperada entre entrevistador e entrevistado. Isso ocorreu em função dos desafios que constituem trabalhar a entrevista sob o aspecto cultural, isto é, além do que as falas enunciam: a forma com que eu, pesquisadora, me aproximei dos participantes da pesquisa e como emergem essas relações.

SILVEIRA (2002) situa algumas das relações desencadeadas entre os pesquisadores e os participantes da pesquisa, enfocando a própria forma de denominar os sujeitos, através das palavras envolvidas, por exemplo, o sufixo – *or*, ou seja, o entrevistador e o entrevistado. A autora argumenta, através das ações, que a palavra desencadeia uma série de significados.

Essas relações são entendidas além das ações que os verbos significam em si, pois o comportamento, as atitudes, os olhares, as falas que se dão em “off” também são partes das entrevistas, difíceis às vezes de registrar e em alguns casos não autorizadas para análise do material, conforme ocorreu em algumas situações neste trabalho. Esses comportamentos demarcam lugares em que se posicionam entrevistador e entrevistado e como os mesmos devem agir nas entrevistas. Tradicionalmente, o pesquisador fica com a responsabilidade de perguntar, de distanciar-se dos assuntos enunciados pela entrevista, de não participar, de ser o mais imparcial possível nas narrativas enunciadas. Por outro lado, o entrevistado fica com a responsabilidade de responder aos tópicos colocados em cena na entrevista.

Em certos casos, a preocupação em alto grau com essas questões do comportamento, tende a criar um manual de etiquetas nas saídas a campo para a busca dos dados da pesquisa. Assim não há possibilidade para o acaso, para as surpresas que emergem desses encontros. Essa forma apresentada caracteriza a entrevista tradicional.

SILVEIRA (2002:122) rememora as visões tradicionais a respeito da entrevista como instrumento de pesquisa. A autora explicita que abundavam “*as recomendações metodológicas que oscilavam entre a preocupação com um clima propício a “abertura da alma” do entrevistado e a preocupação com a obtenção de dados relevantes, confiáveis, ricos para a pesquisa e para o entrevistador*”.

Podemos notar que a entrevista não se constitui como uma análise metodológica fácil, pois traz em seu seio uma dimensão ampla dos quesitos a serem por ela abordados, isto é, entra em pauta vários dos elementos que a compõem: a relação entre pesquisador e participante da pesquisa, o cenário em que está ocorrendo a busca pelos dados, as posições sociais que esses sujeitos ocupam e como discursam sobre os temas enfocados, as estratégias utilizadas pelo pesquisador e outras tantas possíveis utilizadas pelo entrevistado na forma de conduzir essas narrativas, as negociações apresentadas entre estes personagens, as redes de poder desencadeadas por esses comportamentos.

Esses casos se constituem, na grande maioria, desafios singulares aos pesquisadores, pois sabemos que as relações nos mais diversos grupos são permeadas por estratégias de poder, já que os grupos possuem suas diferenças, ainda que atuem na mesma profissão, conforme ocorreu nas entrevistas desse trabalho, que serão apresentadas no próximo capítulo.

SILVEIRA (2002) alerta para essa questão. Há jogos de representações e de imagens, bem como negociações e disputas mesmo na pesquisa acadêmica. A autora sugere que tenhamos uma dimensão ampla do processo que se constituem as entrevistas olhadas sob o gênero narrativo. Isso é fato, ao perceber que *“idade, status social e profissional, prevalência econômica, gênero, situação familiar, origem regional...são dimensões não desprezíveis nessa delicada situação em que as identidades de entrevistador / entrevistado são assumidas”*. (SILVEIRA, 2002:126)

Com o grupo de intérpretes de língua de sinais, não foi diferente. Tais situações se refletiram ao longo das entrevistas, afinal o pesquisador que, por sua vez também é ILS, está falando para seus colegas profissionais. Houve necessidade de negociar esses espaços que se estabeleceram, pois a forma com que transcorreu as entrevistas ocorreu em contextos e lugares diferentes. A entrevista ocorreu de formas variadas e de comportamentos diversos. Algumas delas regadas à descontração, outras em seu estilo formal. Cabe salientar que apenas são mencionadas essas atitudes, porque as mesmas fazem parte das entrevistas como discursos narrativos que as compõem.

Nesse contexto, discursos são entendidos além do que as falas nos possibilitam entender, mas compostos por atitudes como olhares, pensamentos e estratégias que se configuraram nas possibilidades de pensar os ILS, entre as inúmeras vozes que se entrelaçaram com esta dissertação. A tentativa de pensar desta forma, me conduz à preocupação em delinear a análise metodológica, enfatizando o contexto em que os participantes estão inseridos e de que forma eles pronunciam seus conteúdos narrativos, uma vez que todos esses entrelaçam as práticas culturais.

Conforme BARROS (2004:137) *“todo texto é produzido em um lugar que é definido não apenas por um autor, pelo seu estilo e pela história de vida deste autor, mas principalmente por uma sociedade que o envolve, pelas dimensões desta sociedade que penetram no autor, e através dele no texto, sem que disto ele se aperceba”*.

A entrevista é uma dessas vozes<sup>23</sup>, as outras se localizam nas leituras realizadas pelo pesquisador, nas disciplinas, nos cursos de formação na área de interpretação, que permitiram novas maneiras de trabalhar com a questão das identidades dos intérpretes de língua de sinais e de posicionar essas idéias em feitos práticos de discussão e da própria escrita da dissertação.

A menção que é dada à entrevista neste texto, insistindo para que a mesma seja pensada e analisada além do fato de entrevistar por entrevistar, visa abordar essa dimensão de ordem não

---

<sup>23</sup> Estou usando essa expressão freqüentemente enunciada por SILVEIRA (2002).

tão recente, em pensar esse encontro entre pesquisador e participante, como algo que se desdobre pós-dissertação.

Como a pesquisadora tinha, anteriormente, iniciado um diálogo informal com os participantes dessa dissertação, a etapa seguinte foi a de organizar a continuidade desse trabalho, isto é, explicitar aos sujeitos da pesquisa para que a mesma se propunha, qual seria sua aplicabilidade e qual a efetiva participação desses ILS na dissertação.

Certas considerações, referentes aos materiais que fizeram parte das entrevistas, merecem ser colocadas em questão. Esses instrumentos foram à filmadora e o gravador, que inibiram alguns dos participantes. Nos encontros que antecederam as entrevistas, conversas informais ocorreram de forma despreocupada. Apontei meu interesse em registrar essas falas em anotações, mas fui advertida que as mesmas não constassem na composição da dissertação, uma vez que apresentavam apontamentos sobre determinadas situações das quais os enunciadores desse discurso não desejavam que fossem publicadas, ainda que seus nomes fossem resguardados.

Vale pensarmos sobre o significado e as representações que a filmadora/câmera e/ou gravador adquirem neste contexto. Um dos temas principais na obra de Foucault, conforme salienta LARROSA (2002:60), “*é a questão da visibilidade, sendo para aquele, qualquer forma de sensibilidade, qualquer dispositivo de percepção*”. Então, não seria a filmadora uma prática de regulação dos discursos enunciados por esse autor? E por que eu, enquanto pesquisadora, me utilizei desse instrumento para realizar as entrevistas?

É comum, quando trabalhamos com temas que se afiliam a educação de surdos, utilizarmos como instrumento para coletar dados, a filmadora. Ela vai além do registro da LS, pois estamos em um cenário caracterizado pela questão visual. Mesmo que os ILS sejam pessoas que ouvem, eles estão inseridos nesse contexto visual, necessitando para o registro dessas entrevistas um instrumento que acolha também as informações corporais como o riso, a ironia e a expressão facial, não somente a “fala”.

Na grande parte dos instrumentos utilizados para análise metodológica, tais como questionários, observações, filmagens, entrevistas, entre outros tantos, o que antecede as marcas de poder refere-se na relação entre participante e pesquisador. Quem determina o poder de narrar sobre o assunto e como narrar aquele participante que enuncia uma fala tramada de outras significações? Poder, nesse sentido, entendido como as instâncias que tramitam forças que definem quem são e como devem ser os discursos narrados. No entanto, essa pesquisa não tem o

objetivo de demonstrar essas narrativas como fontes únicas de verdade, são olhares possíveis a diálogos e que podem a todo instante serem negociados. Surge, então, a dúvida: em que lugar esse sujeito produz e/ou reproduz suas narrativas e como se reconhece enquanto autor das mesmas?

Esse questionamento é apontado por LARROSA (2002:71), pois segundo ele *“deve-se perguntar também, portanto, pela gestão social e política das narrativas pessoais, pelos poderes que gravitam sobre elas, pelos lugares nos quais o sujeito é induzido a interpretar-se a si mesmo, a reconhecer-se a si mesmo como o personagem de uma narração atual ou possível, a contar-se a si mesmo de acordo com certos registros narrativos”*.

Essa afirmação nos provoca a pensar sobre a tensão desencadeada entre entrevistador e entrevistado, na medida em que coloca em cena estratégias de ambos os lados. Instiga-nos, também, a pensar que, talvez, ambos os sujeitos envolvidos tenham de desenvolver outras formas de lidar com as entrevistas.

VEIGA-NETO (2000) apud COSTA(2002:85) salienta que *“os discursos podem ser entendidos como histórias que, encadeadas e enredadas entre si, se completam, se justificam e se impõem a nós como regimes de verdade”*.

Parece fácil, mas não é, analisar um discurso narrativo em toda a sua complexidade, visto que envolve muitas coisas que excedem as questões das falas enunciadas. As atitudes apontadas por alguns dos participantes ILS em resguardar seus enunciados poderá ser compreendida numa prática discursiva em que operam mecanismos de controle, sobre o que se deve falar e como falar, para quem enunciar e em que circunstância enunciar. Segundo BARROS (2004:144) nos afirma

Daí surgem as suas preocupações em examinar os mecanismos de interdição que se afirmam as práticas discursivas de uma sociedade – seja através dos objetos permitidos e proibidos (não se pode falar de tudo em qualquer circunstância), ou dos direitos diferenciados atribuídos aos sujeitos que falam (quem pode dizer o quê, sem sofrer reprovação social ou até uma punição).

As narrativas nos desafiam a atitudes complexas quando escolhidas nas pesquisas acadêmicas, conforme esta que se apresenta. Dentre tais atitudes, situam-se as questões das vidas destes participantes, as exposições pessoais a que estes diálogos se propõem, as estratégias usadas para preservarem seus dados. Todos esses dados fazem parte do comportamento ético do pesquisador.

Nesse caminho, o objetivo que tenho com tais entrevistas é a busca em desenhar relações das narrativas, das vidas pessoais dos ILS entrevistados e dos elementos que podem contribuir na articulação de contextos educacionais e lingüísticos para a formação de outros ILS. É chegado o momento de tornar explícito como as entrevistas ocorreram.

As entrevistas foram realizadas individualmente de forma descontraída. Busquei ser flexível, no sentido de tornar a interação o mais natural possível, a fim de visualizar um jogo que se fragmenta e ao mesmo tempo se completa, sem perder o rigor.

Justamente por não ser formal, o pesquisador tem a possibilidade de explicar algumas situações e pontos que não ficaram esclarecidos nas perguntas feitas aos participantes e, também, de discutir com ele sobre a sua voz, que em determinadas ocasiões é semelhante com as experiências vivenciadas pelo pesquisador.

O pesquisador corre risco em trabalhar dessa forma, pois desenvolver a imparcialidade, a qual a academia nos exige, é uma tarefa exercitada progressivamente. As narrativas, em épocas passadas, tratavam de abordar os discursos proferidos por celebridades consideradas importantes naquele espaço social.

Hoje, estamos inseridos nas narrativas com discursos, falas, depoimentos de várias ordens, pessoas com ou sem fama, mas que traçam suas vidas por diálogos significativos de serem analisados e colocados no palco das discussões. Na história cultural, bem como nos Estudos Culturais, as narrativas marcam encontros com essas pessoas e têm seu lugar assegurado, pois, conforme BURKE (2005), há uma preocupação cada vez maior que este campo tem com as pessoas consideradas comuns e se interessa, também, pelo modo como essas pessoas dão sentido às suas vidas.

### 3.4. OS TÓPICOS DAS ENTREVISTAS

Sendo assim, o momento da organização das entrevistas, deu-se na escolha de alguns tópicos para nortear o trabalho, sendo que em cada um deles o pesquisador descreve um breve comentário para salientar qual era seu objetivo inicial com estes tópicos<sup>24</sup>. A seguir, apresento cada um deles.

---

<sup>24</sup> Os tópicos apresentados aqui foram discutidos informalmente nas entrevistas.

### **3.4.1. Como aprendeu língua de sinais?**

Entendo que a forma como aconteceu a aquisição da LS é uma das questões-chaves na área da interpretação. Para ser intérprete de qualquer língua, seja ela oral ou sinalizada, há necessidade de adquirir as línguas. Isso não se discute, pois há maneiras diferenciadas de tornar-se um intérprete. Alguns buscam aprender a língua e todos seus desdobramentos (estudos da tradução, estudos gramaticais, estudos da interpretação) nas universidades. Alemão, Inglês, Francês, entre tantas outras línguas, seriam alguns dos exemplos que oferecem essas possibilidades nas diversas universidades brasileiras. Mas os ILS como adquirem a língua? Conforme mencionado no capítulo anterior, no Brasil ainda não existem cursos de formação universitária para os ILS.

### **3.4.2. Que traços servem como marcadores culturais para as identidades dos ILS?**

O grupo de ILS vem desenvolvendo, nos últimos anos, discussões que compõem parte da política cultural que as pessoas surdas têm traçado, em especial solicitando formação e qualificação dos trabalhos. No entanto, essas discussões ganharam pouca visibilidade nacional, porque a carência de materiais científicos e o interesse do governo, há pouco atrás, não era o de qualificar o ILS. Um exemplo dessa afirmação é a falta de registros sobre a história de como os ILS se constituíram. Alguns desses marcadores culturais serão apontados no próximo capítulo, como parte das identidades desses profissionais.

### **3.4.3. Como aconteceu o processo de formação dos ILS?**

É fundamental entender os lugares onde os ILS se posicionam. O processo de formação é recente em grande parte do Brasil, pois a exigência nos últimos anos em relação à presença dos surdos nos mais diversos espaços tem provocado a reflexão sobre a formação necessária para esse profissional. Palestras, oficinas, encontros, reuniões entre grupos, organização de associações de intérpretes, seminários são possibilidades de formação desse grupo.

#### 3.4.4. Em que espaço está atuando como ILS?

Esse tópico tem objetivo de trazer a reflexão sobre os espaços de atuação dos ILS. Os apontamentos (dos conhecimentos teóricos, culturais e técnico-práticos) sinalizaram narrativas que remeteram aos desafios enfrentados pelo grupo de intérpretes. Os discursos entrelaçaram-se em determinados momentos, porque os ILS têm experiências comuns.

A partir dessa contextualização, falarei sobre os lugares em que as entrevistas foram realizadas. Os lugares escolhidos para a realização das gravações e filmagens ficaram à escolha de cada participante, a fim de que os mesmos tivessem identificação pessoal e/ou profissional do espaço escolhido. A decisão em escolher os nomes fictícios para compor os discursos narrativos dessa dissertação também ficou sob a responsabilidade dos participantes ILS. Em relação aos aspectos formais da entrevista, para maiores esclarecimentos, consta em anexo o termo de consentimento.

Apresentarei os participantes que deram significado à dissertação, por terem aceito participar expondo mais do que falas, mais do que diálogos, expondo suas vidas, suas identidades, suas subjetividades que sem dúvida são alguns dos primeiros discursos narrativos que entram em cena na história dos ILS. São eles: *Barriga Verde*, *Contestado*, *Chimango* e *Chimarrão*. A escolha desses pseudônimos para todo esse trabalho aconteceu de acordo com personagens históricos e costumes significativos para cada estado. Por exemplo, Chimarrão é um traço cultural para o estado do Rio Grande do Sul bem como Chimango que é parte da história de um grupo relacionado a lutas políticas daquele estado. Barriga Verde e Contestado, da mesma forma são figuras centrais para o estado de Santa Catarina, co-relacionadas à Guerra do Contestado. Os demais personagens envolvidos na dissertação seguem esse mesmo modelo de “dar vida” a essas pessoas que trazem suas identidades regionais visivelmente localizadas em suas narrativas.

As palavras, as narrativas se entrecruzam e se distanciam nas entrevistas. A entrevista envolvendo a idéia de fragmentação enquanto narrativa carrega consigo duas tendências, como explica ARFUCH (1995:93): *“la primera tiene una connotación arqueológica, no solo respecto de algo perdido, sino también de lo que puede reconstruirse a partir de ello: el fragmento como índice. La segunda evoca la citación, el entrecomillado, la transposición de una palabra a otra”*.

Para ARFUCH (1995, 2002), a entrevista carrega pontos de vista importantes de serem abordados e questionados. Essa autora enfatiza o quanto à atualidade tem sido assinalada pelas marcas subjetivas da contemporaneidade constituídas pelo espaço biográfico, que abarca em seu seio: biografias, autobiografias, diários íntimos, testemunhos, histórias de vida, entrevistas. Todos esses apontamentos nos servem como exemplo para entender a entrevista enquanto um gênero narrativo, capaz de nos mostrar os dois lados que compõem a mesma.

Assim ARFUCH (1995) aponta a entrevista sob dois ângulos importantes a serem entendidos. Mostra-nos, por um lado, a tentativa que enfoca a reconstrução das vivências experimentadas pelo narrador, sendo que essa poderá ser a reconstrução da própria vida. Nesse caso, trabalha com a idéia de flexibilidade, pois a reconstrução da vida não significa ser recomposta no seu todo. Por outro lado, a autora nos mostra que esse resgate histórico pode ser enunciado através de diálogos, gestos, palavras, olhares que são partes e se entrecruzam ao longo da entrevista.

O sujeito contemporâneo ocupa lugar nas muitas histórias e narrativas enunciadas na atualidade. Assim, ARFUCH (1995: 96) alerta para a presença do interesse em colocar essa pessoa e sua subjetividade nos tempos atuais: *“El lugar destacado que ocupan los relatos biográficos em el horizonte massmediatico delinea um espacio de identificación respecto de la macro-narratividad en que está inmerso, anonimamente, el sujeto contemporâneo”*.

É esse diálogo, com os espaços que as entrevistas ocupam, com os participantes que enunciaram suas narrativas e escritos teóricos, que me permite compor essa dissertação em que desejo desenhar as interpretações das análises com foco nos seguintes aspectos: a questão do assistencialismo, do voluntário e da religião como marcos iniciais da atuação dos ILS; sobre a formação dos ILS e a profissionalização dos mesmos no contexto atual e, por fim, pensando nas múltiplas identidades que compõem esses profissionais.

## **CAPÍTULO 4**

### **4. INTERPRETANDO MEMÓRIAS E OLHARES**

Neste capítulo, estarei dialogando sobre três aspectos, isto é, marcas culturais das identidades que se destacaram nas entrevistas analisadas:

- A questão do assistencialismo, do voluntariado e da religião como marcos iniciais da atuação de alguns dos ILS;
- A formação e a profissionalização dos ILS;
- E, por fim, o contexto atual, pensando nos marcadores que constituem as múltiplas identidades desses profissionais.

Os dois primeiros pontos serão abordados porque têm relação com a história que compõem os ILS e, também, com o terceiro ponto discutido, os marcadores culturais que constituem as múltiplas identidades, que é o foco desse trabalho.

#### **4.1. A QUESTÃO DO ASSISTENCIALISMO, DO VOLUNTARIADO E DA RELIGIÃO**

Na história dos ILS, os lugares iniciais para a atuação desse profissional foram às igrejas, as instituições de caridade e os espaços familiares em que transitavam surdos. Assim, a aquisição da LS pelos ouvintes acontecia no contato direto com as pessoas surdas, isto é, sem nenhuma aprendizagem sistemática por meio de cursos que ensinassem essa língua. A função da interpretação não era vista como profissional, pois, há décadas atrás, os surdos eram considerados a partir de uma alteridade deficiente, a qual precisava ser corrigida conforme mencionei no capítulo 2.

Dessa forma, alguns dos ILS começam a praticar a interpretação nos locais nos quais surdos transitam, tais como igrejas, colônias de férias, associações de surdos, grêmios estudantis, entre outros. Em certos casos, essas pessoas não desejavam ser ILS, mas sim conviviam com os surdos e, por esse motivo, adquiriam a LS, conhecendo a comunidade surda, suas formas de expressões, as narrativas e as produções culturais que esse grupo construía. A intérprete

Chimango<sup>25</sup>(2005), nos conta como foi sua inserção no grupo de surdos e quais motivos levaram-na a essa decisão.

*Eu tinha, acho que uns 12 anos quando eu tinha uma vizinha minha que era surda. Eu ficava observando ela de longe, queria saber como era ela, a LS, eu nem sabia que era língua. Não tinha noção disso, sabia que era alguns gestos, e nós tínhamos uma amiga em comum, ouvinte. E essa pessoa me apresentou a Bruna, que é minha amiga surda,(...). Então desde lá, ela vinha me ensinando a LS. Eu comecei aprender um pouco mais. Eu lembro que naquela época, passava aquela novela Sol de Verão e o Tony Ramos era surdo, então, eu sabia as letras assim, rapidinho, eu jurava que sabia me comunicar com os surdos e tal. Na escola a gente brincava, os outros colegas sabiam um pouquinho também as letras e aí a Bruna foi me apresentando para a LS, fui começando a ter contato com ela, com essa outra minha amiga ouvinte. E aí com o tempo a Bruna foi me apresentando os amigos delas, eu participava dos encontros esportivos e sociais com os surdos na escola Ephatá, na própria Sociedade dos Surdos aqui no Rio Grande do Sul. E aí eu fui indo conhecendo as pessoas, tendo contato e me aproximando mais da comunidade surda a ponto de me associar ao clube dos surdos, a Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul. Então eu passeava com eles e meus amigos na adolescência eram surdos.*

Por meio dessa narrativa, analiso que as relações de amizades entre surdos e ouvintes eram um dos espaços que serviam como ambiente lingüístico para a aquisição da LS. O próprio ILS destaca questões, tais como a falta de noção de que LS era língua e o fato de que saber as letras (referindo-se ao alfabeto manual) bastava para se comunicar com surdos. Frequentemente, para grande parte da população ouvinte que não está a par das discussões que os estudos surdos vêm nos apresentando nos âmbitos lingüísticos, culturais e políticos, a LS é confundida com linguagem<sup>26</sup>, isto é, apenas como uma forma de comunicação.

A compreensão que a sociedade tem com relação aos Estudos Surdos, nessa situação, está em paralelo com a concepção de HALL (2004) sobre identidades, que é a visão iluminista. Essa visão cria uma identidade única e centrada em apenas um sujeito, ou até mesmo em um grupo. No caso de pessoas ouvintes e surdas, os ouvintes é que padronizavam as características consideradas como únicas e corretas, e os surdos se encontravam em posição subalterna. Tanto a LS não era considerada como língua, como a presença dos ILS não era mencionada na história. Aqueles que atuavam compreendiam os surdos enquanto pessoas que precisavam de “caridade”, de afetividade, de bondade e assim por diante.

Essas pessoas, pelo desconhecimento das causas surdas, produzem e enunciam em seus discursos os sujeitos surdos enquanto possuidores de uma alteridade deficiente e com dificuldades de comunicação, isto é, os surdos sinalizam gestos e não sinais que fazem parte de

<sup>25</sup> As narrativas nesse texto serão identificadas com molduras, exceto quando as mesmas não ultrapassarem uma a duas linhas.

<sup>26</sup> Temos um exemplo dessa afirmação em uma reportagem recente do Jornal Diário Catarinense, no dia 28/10/2006, (página 23) em que menciona a seguinte colocação: (...) o ensino da linguagem de sinais é o grande objetivo de Daniel Antonio Passos, presidente da Associação de Surdos de Curitiba. Ele virá especialmente do Paraná para Florianópolis para as aulas, e pretende se tornar professor.

uma língua. Nesse contexto, a LS não possui um status lingüístico legítimo, estando em condição subalterna às demais línguas. Pensando nessa condição subalterna, alguns ILS tentam “ajudar” os surdos, desenvolvendo por meio da caridade e do voluntariado atitudes assistencialistas que não concebem os surdos com um status lingüístico e cultural. Essa tentativa de reconhecimento da LS é de ordem recente, conforme menciona KARNOPP (2004:103)

As línguas de sinais existem de forma natural em comunidades lingüísticas de pessoas surdas. Entretanto, o reconhecimento político e social das línguas de sinais é bastante recente. Wrigley (1996) reporta declarações da UNESCO, da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Federação Mundial dos Surdos (World Federation of the Deaf - WFD) e do Encontro Global dos Especialistas (Global Meeting of Experts) sobre o status lingüístico das línguas de sinais. Ele lembra que a UNESCO, apenas em 1984, declarou o seguinte: “(...) a língua de sinais deveria ser reconhecida como um sistema lingüístico legítimo e deveria merecer o mesmo status que os outros sistemas lingüísticos”.

No entanto, no caso brasileiro, pesquisas na área da lingüística, como FERREIRA BRITO (1995), FERNANDEZ (1990), KARNOPP (1994) e QUADROS (1995) apresentam evidências de que a LS apresenta todos os elementos que constituem uma língua. QUADROS (2004) salienta que essas pesquisas associadas às atividades dirigidas pela FENEIS, enquanto representante dos movimentos surdos, foram responsáveis pelo reconhecimento da língua brasileira de sinais como uma língua de fato no Brasil.

Na área educacional, pesquisas de PERLIN (1998, 2002, 2006), RANGEL (2004), LUNARDI (1998), entre outros pesquisadores, apresentam discussões que fortalecem a presença dos estudos surdos olhados pelo viés cultural, sem precisar inventar a surdez sob a visão da deficiência. Esses estudos têm nos mostrado as narrativas dos próprios surdos em busca da diferença como parte de uma política cultural, que se efetiva por meio do currículo, do trabalho, das representações, das identidades, das histórias surdas passadas de geração em geração de surdos, da escola e seu modelo normalizador face às pessoas surdas. Os ILS se construíram nas tramas dessas discussões e estão, atualmente, passando por um processo de redescobrimto das habilidades contemporâneas que se fazem necessárias a esse profissional. Compreendo essas habilidades na forma como os ILS vêm se constituindo na atualidade, isto é, conhecedores da LS, das produções culturais de surdos, das discussões dos Estudos Surdos, das preocupações com a formação, das representações que esses ILS fazem das pessoas surdas, olhados de maneira lingüística e cultural.

HALL (2004) afirma que a terceira concepção de identidade centra-se no sujeito pós-moderno, ao qual transita entre as múltiplas identidades. Esse trânsito exige desconforto, desestabilização e crises de identidade que leva os sujeitos a assumirem identidades diferentes em diferentes momentos. Com os ILS, isso é visível, na medida em que permeiam esses espaços entre duas culturas distintas, no ato de interpretação. É comum, atualmente, visualizarmos que os próprios ILS sentem a necessidade de afirmar suas identidades, mostrando justamente esse processo de redescobrir-se enquanto ILS, ou seja, somente possuir atitudes benevolentes e caridosas não constitui mais um ILS que atue profissionalmente, é preciso mergulhar em outras identidades que se apresentam constantemente em sua vida profissional.

Podemos refletir, também, na narrativa acima, a aquisição da LS na interação entre surdos e ouvintes naquele espaço, ou seja, da associação de surdos e a convivência com as amigadas surdas fora daquele ambiente. Isso proporcionou uma aprendizagem de forma fluente para Chimango, isto é, de forma espontânea, passando a conhecer e afiliar-se à Sociedade dos Surdos, conforme expressa no seu depoimento. Naquele momento histórico, cerca de vinte anos atrás, o ILS não era visto como profissional em decorrência das relações estabelecidas com os surdos, bem como dos mitos que a sociedade ouvinte mantinha a respeito dos ILS. QUADROS (2004) menciona três mitos bastante difundidos em relação aos intérpretes, que são: professores de surdos são ILS, as pessoas ouvintes que dominam a LS são intérpretes e, por fim, que os filhos de pais surdos são ILS. Ela afirma que em nenhuma dessas situações dominar LS basta para ser ILS. Há necessidade de uma qualificação específica para atuar enquanto tal, desenvolvendo habilidades, técnicas e estratégias, bem como a observância do código de ética para garantir que um profissional intérprete seja competente.

Assim, registrar quem foram os primeiros ILS se torna uma tarefa árdua de ser mencionada, uma vez que pessoas fluentes em LS atuavam enquanto “intérpretes”, mas sem o *status* profissional, lingüístico, cultural e ético dos quais entendemos, atualmente. Esse status profissional que menciono refere-se tanto às preocupações que o grupo surdo tem com a formação dos ILS, quanto às desses profissionais, que estão repensando sua prática. Por exemplo, um ILS que não considera o código de ética, que não compreende a LS enquanto língua e sim como uma “língua”, que não está a par das discussões culturais que os Estudos Surdos têm apresentado, que não possui uma postura profissional diante dos surdos, dificilmente

será reconhecido enquanto tal. No entanto, as exigências não se restringem somente a essas, SANDER (2003:130) afirma que

É de suma importância para que nossos intérpretes possam receber informações e conhecimentos sobre cultura e identidade de pessoas surdas, sintaxe e semântica da língua de sinais e língua portuguesa (ou mais línguas orais, em especial atenção ao inglês), estudos de pragmática, a história dos surdos no mundo e no Brasil, trabalhos e treinamentos de expressão corporal e fácil, etc.

Com isso, princípios, como ajuda, bondade e filantropia, constituíam a realidade de um passado não distante que influenciou a constituição das identidades dos ILS. Encontramos um terreno fértil para averiguar a história dos intérpretes, de maneira geral, pois conforme DELISLE e WOODSWORTH (2003:257) afirmam

A pesquisa sobre a história da interpretação em suas diferentes formas e variados contextos mal começou. Devido à inexistência de registros confiáveis, alguns hiatos provavelmente nunca chegarão a ser preenchidos, especialmente com respeito àqueles períodos em que as relações de poder conferiam prestígio a uma língua em particular, em detrimento das outras.

Os ILS iniciaram sua atuação em outros lugares também, como as igrejas, congregações, templos de diversas denominações religiosas. Com o intuito de evangelizar, catequizar os surdos, pastores, missionários, padres e demais pessoas sentiam a necessidade de conhecer a LS, para que pudessem transmitir a palavra de Deus aos surdos. Por conviver intensamente nesses espaços, Barriga Verde<sup>27</sup> (2005) menciona, que

*Ali nós passeamos juntos, vamos na casa um do outro, trabalhamos as visitas com surdos através da congregação. Através da congregação, eu pude entrar, é a porta de entrada porque é algo que me motivou porque se não tivesse a congregação de LS eu não iria, provavelmente nunca teria contato com surdos.*

Esse fato de evangelizar os surdos é semelhante à catequização dos índios, que aconteceu em nosso país. Assim como havia traduções da bíblia em diferentes línguas, certas instituições religiosas traduziram-na para a LIBRAS, no caso do Brasil. Com a convivência entre surdos e ouvintes nesse espaço religioso, a aquisição da LS tornava-se cotidiana e, aos poucos, fluente para os interessados. Algumas pessoas desenvolviam tão bem a fluência em LIBRAS que

<sup>27</sup> Barriga Verde é um apelido dado a todas as pessoas que nascem no estado de Santa Catarina. Esse nome se justifica pelas questões da guerra do contestado, ocorrida nesse estado, na qual os soldados, para disfarçarem-se dos inimigos, deitavam-se no chão, deixando assim a Barriga Verde em consequência da grama que os sujava.

passavam a servir de intermediadores lingüísticos, isto é, “intérpretes” nos cultos e missas realizados.

Na igreja, há décadas atrás, não era discutida a postura e o comportamento que um ILS necessitava ao ocupar o púlpito, ao lado do pastor ou do padre para realizar a interpretação. No entanto, as igrejas católicas, luteranas, batistas e testemunhas de Jeová iniciaram seus trabalhos de ensino da LS e formação dos ILS. É comum, na história da interpretação, observarmos que a evangelização, as missões religiosas funcionaram, também, como “porta de entrada” para intérpretes e tradutores de línguas orais, pois foi por meio dos textos bíblicos e das escrituras sagradas do budismo, entre outras religiões orientais, que se tornou possível ampliar o acesso a esses textos em diferentes línguas, bem como conhecer o trabalho de quem as traduzia. Para DELISLE e WOODSWORTH (2003:170)

As traduções de textos religiosos refletem condições políticas, filosóficas, e ideológicas cambiantes, encorajando o diálogo com os textos fundamentais e fornecendo novas interpretações para públicos diferentes. Assim também, os tradutores têm ajudado a estender a influência religiosa, acrescentando, muitas vezes, uma dimensão ideológica à conquista militar ou ao domínio colonial. A tradução é um elemento essencial da maioria dos projetos de evangelização, como se vê claramente nas histórias do cristianismo e do budismo.

O espaço religioso é um forte elemento que marcou e constituiu as identidades da maioria dos ILS que hoje atua profissionalmente. Isso se dá em razão de eles adquirirem a LS nos espaços religiosos e, posteriormente, após a fluência em LIBRAS, essas pessoas passarem a ser convidadas para atuar como ILS.

Analiso essas etapas como um processo de formação dos ILS, pois nem sempre eles freqüentam os espaços religiosos com o objetivo de tornarem-se intérpretes. Alguns afirmam ter recebido uma tarefa, dom ou missão designada por Deus, que é a da interpretação em LIBRAS/Português, para atuarem junto às pessoas surdas, evangelizando-as. A questão da vocação, da missão serve como estratégia para trabalhar em “prol”, “em favor” das pessoas surdas. Parte-se da premissa que esse grupo é desvalorizado e discriminado pela sociedade em geral e que os mesmos, nessa perspectiva, precisam da *ajuda*<sup>28</sup> de pessoas que conheçam a LS e de ILS para que tenham o mesmo nível de formação e informação.

---

<sup>28</sup> Não estou querendo dizer com isso que as pessoas surdas não precisam ter acesso às informações e à formação como a sociedade de maneira geral. No entanto quero salientar que o ILS precisa ser visto enquanto profissional para atuar nessa mediação.

É crescente o número de ILS que aparece nos programas televisivos em rede nacional, realizando as interpretações de cultos e missas. A mídia contribui, também, para a constituição de identidades, sejam elas profissionais ou religiosas. Os meios de comunicação, as instituições religiosas são construções simbólicas que impulsionam alguns ILS a assumirem discursos, posturas frente ao meio em que vivem e para o público alvo para o qual trabalham. Esse grupo compartilha valores e atributos de identidades que situam os sujeitos conforme o lugar, o tempo e a posição que ocupam. Nesse sentido, uma das contribuições da história cultural, afirmada por PESAVENTO (2005:90), é de que *“as identidades podem dar conta dos múltiplos recortes do social, sendo étnicas, raciais, religiosas, etárias, de gênero, de posição social, de classe ou de renda, ou ainda profissionais”*.

Assim, para se aproximar dos surdos, é necessário conviver e aprender a língua que esse grupo compartilha. Outros ILS conheceram a LS dentro dos espaços religiosos e identificaram-se com a língua, tornando-se bilíngües, mas não necessariamente com a intenção de tornarem-se ILS. Barriga Verde (2005) nos conta seus passos iniciais na aquisição da LS.

*Antes eu trabalhava já, atuava como intérprete na Congregação de LS Testemunhas de Jeová e às vezes em alguns eventos quando era convidado para dar uma participação de 1h que necessitava de tradução, ou quando algum surdo pedia para ir ao médico a gente realizava esse trabalho de tradução, mas não eram profissionais, não eram pagos junto com a comunidade surda pela congregação. (...) A motivação de ser ILS não teve uma motivação, teve uma consequência, consequência por eu ter aprendido a LS. O que me fez aprender a LS foi um convite feito por pela congregação em LS porque atuar nela, porque eles estavam precisando de pessoas para trabalhar nela, serviços técnicos dentro da congregação e eles precisavam de ajuda*

Temos também, o espaço acadêmico, pois as escolas, as faculdades e as universidades têm sido, nos últimos anos, um local onde algumas pessoas, em contato com a LS e com os estudos surdos, desenvolvem o desejo de se tornarem ILS. Esse fato vem acontecendo na medida em que a LS é inserida nos currículos dos cursos de licenciatura, por meio de projetos de extensão, ou como atividade complementar de graduação, ou ainda, como disciplina optativa em algumas universidades brasileiras. Cada vez mais esse fato torna-se realidade na medida em que o decreto 5626, que regulamenta a lei de LIBRAS 10.436, é atendido pelas instituições. Temos nesse decreto<sup>29</sup>, em seu capítulo II, artigo 3º que trata da inclusão da LIBRAS como disciplina curricular, a seguinte afirmação: *“A LIBRAS deve ser inserida como disciplina curricular*

<sup>29</sup> Nesse decreto são apresentadas questões como a inclusão da LIBRAS como disciplina curricular, a formação do professor de LIBRAS e do instrutor de LIBRAS, o uso e a difusão da LIBRAS e da língua portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação, a formação do tradutor e intérprete de LIBRAS – língua portuguesa entre outras questões. Esse decreto é fruto de muitos anos de reivindicações por parte dos movimentos surdos que se representam por meio da FENEIS enquanto entidade nacional desse grupo.

*obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.*

No entanto, anteriormente a esse decreto, atividades de ensino da LS já eram praticadas nos espaços acadêmicos. Entretanto, há alguns anos atrás, o ensino da LS se pautava em métodos tradicionais e com pouca qualificação didática para o ensino, devido à falta de formação dos professores que assumiam a disciplina. O ensino dessa língua se concentrava em categorias, isto é, sinais das frutas, dos alimentos, da família e assim por diante. Essa metodologia de ensino proporcionava aos alunos memorizar os sinais, porém de forma fragmentada dificultando a compreensão de uma conversa informal, por exemplo. O fato de não conseguir articular os sinais com o contexto diário gerava obstáculos às pessoas ouvintes que desejavam adquirir a LS.

Uma das reflexões possíveis para esse depoimento, gira em torno da fragmentação do próprio sujeito ouvinte que se vê frente a uma nova língua e que precisa criar estratégias para resolver essa posição enquanto aprendiz. Para esse sujeito, o português é a sua língua primeira e para tal a identidade lingüística dessa pessoa é estável, confortável e quando posta em uma nova situação, de aquisição lingüística, a desestabilização desse torna-se visível. HALL (2004:12) afirma que *“o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas contraditórias ou não resolvidas”.*

Ao adquirir uma nova língua, outras identidades entram em cena, desestabilizando as já existentes. Assim, um dos motivos da dificuldade dos ouvintes adquirirem LS era que, nessa época, discussões relacionadas às culturas surdas, à literatura e toda produção cultural que os surdos vinham traçando, por meio de seus movimentos sociais e tímidas pesquisas acadêmicas, não se apresentavam enquanto elementos pertencentes ao currículo do ensino da LS. SILVEIRA (2006) faz uma minuciosa análise sobre o currículo de LS na educação de surdos, discutindo questões como as identidades, o empoderamento surdo, a consistência dos conteúdos ensinados segundo o olhar surdo, assim como as representações que esses sujeitos apresentam do currículo de LS. WILCOX (2005:5) menciona situação semelhante ocorrida nos Estados Unidos, há alguns anos atrás, onde

Havia poucos programas de treinamento de professores, escassez de materiais, ausência de currículo padrão, pouca ou nenhuma literatura

sobre ensino da ASL<sup>30</sup> como segunda língua e nenhum procedimento oficial para a certificação de programas e professores de ASL. Era comum encontrar a ASL sendo ensinada por instrutores bem intencionados, porém com muito pouco conhecimento da língua de sinais e de seus usuários.

Felizmente, as mudanças culturais, econômicas, sociais, políticas e lingüísticas proporcionaram modificações, também, nos espaços surdos e nas discussões que deles emergiam em relação ao ensino da LS. As participações dos próprios sujeitos surdos em seus movimentos e deslocamentos sociais proporcionaram aos mesmos ampliar suas discussões e experimentar o contato com diferentes alteridades surdas, com diferentes culturas, bem como com elementos lingüísticos e culturais que a cada encontro surdo-surdo eram descobertos, pensados e refletidos. Temos como exemplo o curso de Letras-LIBRAS, recentemente em andamento na Universidade Federal de Santa Catarina juntamente com oito pólos espalhados pelo Brasil, que tem como objetivo formar professores para atuarem no ensino de primeira e segunda língua. Esse curso é mais uma das ações que visa atender o decreto 5626, pois em seu capítulo III, que trata a formação do professor de LIBRAS<sup>31</sup> e do instrutor de LIBRAS, em seu artigo 4º menciona que

A formação de docentes para o ensino de LIBRAS nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: LIBRAS ou em Letras: LIBRAS / Língua Portuguesa como segunda língua.

Esses acadêmicos, pela primeira vez, estão tendo acesso a um ensino sistemático, de qualidade no ensino da sua língua, LIBRAS. QUADROS (2006), em sua apresentação no guia do aluno desse curso, afirma que o mesmo representa a inversão da lógica das relações, que se reflete na política lingüística atual. E ressalta que pensar um curso de Letras LIBRAS requer pensar um curso de um jeito surdo de entender os conceitos e processar o conhecimento

O fato de os surdos estarem inseridos em escolas e universidades ensinando a LS não lhes garantia condições de igualdade com os demais professores, deixando-os à margem das discussões que os demais realizavam. A nomenclatura “instrutores” e os desdobramentos que dela surgiam os colocavam em um grau inferior de ensino e de relações sociais nos lugares onde ensinavam.

Essa subalternidade vivenciada pelos surdos nas escolas, em especial, era imposta pela falta da formação, dos baixos salários, do ensino precário e pelas atitudes colonialistas que as pessoas

<sup>30</sup> Língua de Sinais Americana (American Sign Language).

<sup>31</sup> E afirma em seu parágrafo único que as pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput.

ouvintes impunham. Tal atitude se baseava na suposta falta de capacidade dos professores surdos e, por outro lado, das próprias pessoas ouvintes que gerenciavam o poder na educação de surdos, por desconhecerem, em grande parte, as formas de pensar e as estratégias de agir do grupo surdo. Por outro lado, temos as resistências que se construíram frente ao ouvintismo que se impunha aos surdos. SKLIAR (1998:17) exemplifica

O surgimento das associações de surdos enquanto territórios livres do controle ouvinte sobre a deficiência, os matrimônios endogâmicos, a comunicação em língua de sinais nos banheiros das instituições, o humor surdo, etc., constituem alguns dos muitos exemplos que denotam uma outra interpretação sobre a ideologia dominante.

Os ILS são ouvintes e passam por esse processo de compreender, reconhecer e negociar os espaços em que transitam para tornarem-se pertencentes à comunidade surda. A necessidade de romper com essas “*metanarrativas*”<sup>32</sup> faz com que esses profissionais precisem deslocar suas identidades, até então consideradas centradas, para descobrirem novas identidades. Esse deslocamento é permeado pelos vários elementos que constituem os grupos surdos, exigindo dos ILS a necessidade de fato em conhecer o que os estudos surdos têm nos apresentado. REIS (2006:3), ao apresentar seu trabalho sobre o professor surdo: a política e a poética da transgressão pedagógica, afirma que

A representação feita pelo surdo inclui as práticas culturais e a construção de identidade por meio de produções de posicionamento como sujeito. O que acontece na representação dos ouvintes sobre os surdos a visão dos ouvintes é que os surdos são incapazes, subalternos, e que apesar disso, na grave apresentação nos pensamentos dos ouvintes do desempenho educacional e do crime, das violações de vistos, sempre que "Surdo Macaco" ou "Olha, um surdo!" , não são ditas, mas aparecem em um olhar, ou são percebidas no lugar de um silêncio profundo; sempre, e em qualquer lugar, que vejo alguns preconceitos, ou flagro o seu olhar.

Essas inquietações em relação à formação dos professores surdos para o ensino de LIBRAS direcionado às pessoas ouvintes foram alvos de debates em reuniões, congressos, seminários. Dessas discussões surgiram propostas articuladas com as pesquisas acadêmicas dos primeiros professores surdos, observando-se a necessidade de mudanças no ensino da língua, por meio de

---

<sup>32</sup> Estou utilizando esse termo que foi enunciado por Tomaz Tadeu da Silva em seu artigo “O adeus as metanarrativas educacionais”.

estratégias, didáticas de ensino, metodologias, bem como a própria visão que se tinha da educação de surdos.

Isso afetou, diretamente, a formação do instrutor de LIBRAS que teve, naquela época, acesso a cursos de agentes multiplicadores apoiados pelo Ministério da Educação, por meio dos cursos oferecidos pela FENEIS. Além disso, a entrada dos instrutores no ensino superior, na maioria das vezes nas áreas de licenciatura, proporcionou que a qualidade de ensino fosse estabelecendo-se. Aos poucos, os instrutores passaram a professores surdos discutindo as conquistas e as fragilidades que a história da educação de surdos vem constituindo. Eles se tornaram protagonistas (e ainda continuam a fazer parte desse processo como tal) de uma história que está em permanente fluxo, movimento, que não é estática e tem-se aberto às reivindicações surdas. Conforme PERLIN (2004:78) afirma

A virada cultural torna-se visível com as transformações, como a pedagogia de surdos<sup>33</sup>, o atual ensino da língua de sinais<sup>34</sup>, a existência do professor de língua de sinais e do professor surdo, as pesquisas de surdos, os pesquisadores surdos, o modo de vida das famílias surdas, o estilo de vida surda, o aumento das mulheres surdas que residem sozinhas. Há, ainda, as novas tecnologias, como centrais telefônicas, celular digital, porteiros luminosos, facilidades para a vida dos surdos.

Vemos esse depoimento nas palavras de Contestado (2005), que adquiriu a LS no espaço universitário. Nesse lugar, ela conheceu, adquiriu e tomou a decisão de ser ILS já na qualidade de profissional, perspectiva essa diferente dos espaços de convivência social e religiosa de cunho voltado ao assistencialismo.

*No início, não entendia praticamente nada, eu sempre fazia aquele sorrisinho amarelo assim e logo o professor percebia que eu não entendia o que tava sendo dito, isso no primeiro semestre. No segundo semestre, eu já estava na última fase da faculdade e aí me interessei realmente por essa língua e aí nesse meio do caminho tive contato com outros surdos fui conhecendo aos poucos, embora conhecesse o mínimo de língua de sinais, não entendia o que eles falavam, era completamente fragmentado, entendia alguns sinais, mas não percebia o contexto apresentado do que eles falavam.(...) Chegou um certo ponto, que o ensino que era feito naquela época, hoje refletindo não era o mais adequado para a aprendizagem de uma segunda língua, principalmente para nós ouvintes, que a língua de sinais é uma língua visual. Para mim foi muito difícil no começo.*

Nesse depoimento, podemos visualizar que Contestado entendeu a LS a partir do *status* lingüístico que a mesma possui, com todas suas particularidades, ou seja, as estruturas gramaticais que permitiam a comunicação de forma efetiva entre surdos, sejam nas piadas, nas

<sup>33</sup> Não se trata de uma pedagogia pronta, mas de uma pedagogia histórica que assume o jeito surdo de ensinar, de propor o jeito surdo de aprender, experiência vivida por aqueles que são surdos.

<sup>34</sup> Grifo meu.

poesias, nos contos ou em conversas informais. QUADROS (2004) afirma que, por meio de pesquisas, se comprovou a complexidade da LS e que a mesma possuía todos os níveis de análise da lingüística, isto é, a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica. Embora Contestado não conhecesse essas questões da LS, a escolha por ser ILS já precedia a idéia de que esse profissional era alguém capaz de intermediar, por meio da interpretação, informações aos surdos de qualquer ordem. Contestado (2005) ainda afirma que

*No segundo semestre, eu realmente vi que a língua de sinais tinha suas particularidades, acreditava assim que era uma língua, via os surdos se comunicando, via os surdos conversando, riam, contavam piadas e essa língua embora não conhecesse teoricamente essas questões da língua de sinais, vi que ela tinha características e funções que possibilitavam ser uma língua porque os surdos se comunicavam, interagiam ou não, mas eu acreditava que a comunicação realmente se efetivava por meio dessa língua. Tanto que um dia no curso, eu falei para esse meu instrutor, eu vou ser intérprete de língua de sinais, e ele achava que eu estava brincando com ele. Então, foi nesse momento que eu vi uma possibilidade atuando como intérprete, uma possibilidade de trazer informações para o surdo num espaço em que eu pudesse estar atuando., certo, não somente intérprete, óbvio. Nós somos um meio para que o surdo consiga ter acesso às informações.*

Essa forma de os ILS adquirirem a LS tem sido bastante refletida, pois os mesmos adquirem de forma fragmentada, entendendo alguns sinais e não o contexto que se apresenta. Alguns instrutores daquela época, para facilitar a comunicação com alunos ouvintes, ensinavam a LS sinalizando-a e oralizando concomitantemente, fazendo com que os acadêmicos aprendessem essa língua dentro da estrutura do português, ficando à parte a estrutura da LS, isto é, dificultando a emissão em LS e mais ainda a recepção da mesma, dificultando assim a compreensão do sinal para voz. Essa modalidade de interpretação, para a grande maioria dos ILS, apresenta inúmeras dificuldades quando eles são solicitados a interpretar. Resultante dos estudos e pesquisas recentes realizadas nessa área, como LEITE (2001, 2004), QUADROS & KARNOPP (2004), atualmente, o ensino da LS tem sido pensado de forma contextualizada, incluindo temas como as identidades, as subjetividades, a história dos surdos, as relações de poder e as noções lingüísticas (aspectos semânticos, morfossintáticos, noções sobre espaço, configurações manuais e outros) como parte dos elementos que compõem o ensino dessa língua. Inclusive LEITE (2001:25) relata em sua pesquisa autobiográfica de aquisição da LS que *aprender as palavras sem saber como relacioná-las tornou mais difícil seu desenvolvimento na LSB*<sup>35</sup>. Esse autor apresenta uma série de considerações a respeito do ensino da LS, com foco nos professores surdos, mencionando as alternativas para qualificação desses profissionais e as possíveis metodologias que podem ser usadas. Os ILS são beneficiados com essas pesquisas, no

<sup>35</sup> Língua de Sinais Brasileira (LSB) é a sigla adotada por esse autor.

sentido de qualificarem sua atuação e, ao mesmo tempo, também os professores surdos, pois essas pesquisas os auxiliam a repensar o ensino da LS enquanto segunda língua para ouvintes.

Temos, também, Chimarrão (2005) que desenvolveu uma relação profissional com a língua, pois “(...) *na verdade, para mim a língua de sinais significou mais uma língua de trabalho*”. Essa afinidade com a língua foi estabelecida desde seu início de atuação, diferentemente de outros ILS, devido a sua formação na área da tradução. A formação na tradução e interpretação é uma perspectiva que vem aumentando, recentemente, por meio de cursos politécnicos nas universidades brasileiras, conforme mencionado no capítulo 2 dessa dissertação. Em sua narrativa abaixo, essa afirmação se torna visível.

*Na verdade eu sempre gostei de línguas estrangeiras, meu pai sempre me incentivou muito a aprender o inglês. (...) e eu olhava os surdos assim, eu olhava perto da faculdade eu pegava o ônibus e passava perto de uma escola aqui em Porto Alegre, o Coração de Jesus, uma escola de surdos que eu só vim saber que era escola de surdos depois, né. Enchia o ônibus de surdos e eu achava muito interessante a sinalização, eu pensava assim como é que pode ter comunicação em algo tão rápido, como é que pode passar o significado. Coloquei assim como objetivo, eu vou aprender a língua de sinais um dia, e o tempo foi passando. Nessa escola eu trabalhava, comecei a trabalhar como professora e fui chamada pela coordenadora da escola, que foi da primeira turma de intérpretes do RS. (...) Foi a primeira vez, e eu disse olha eu não tenho condições de interpretar, eu tinha muito claro isso que a minha língua de sinais era para sala de aula, para conversar e que a Me senti extremamente insegura, no fim eu perguntei para os surdos, vocês entenderam? Eu fiz, eu estava bem acostumada naquela língua de sinais como interação e não como alguém falando, mostrando slides e eu passando para eles. Eu não tinha técnica, não tinha nada. Foi o começo, que eu acho que a grande maioria teve, que aqui no RS a gente chama no facão, no improviso sem saber de nada e foi assim.*

Certamente a maioria dos ILS que hoje atua profissionalmente aprendeu, no facão<sup>36</sup>, no improviso e sem saber de nada. A ILS Contestado menciona, também, que aprendeu a “trancos e barrancos” suas primeiras atuações como intérprete. Podemos refletir que a ausência do trabalho de apoio de outro colega ILS com mais experiência para auxiliar a interpretação, a falta de formação, entre outros fatores, têm contribuído para dificultar as primeiras atuações dos intérpretes em seus trabalhos. Se voltarmos aos tempos modernos, compreenderemos como os intérpretes eram representados pela sociedade. Dessa forma DELISLE e WOODSWORTH (2003) afirmam que prevalecia o argumento de que os “intérpretes já nasciam feitos”. Elas ratificam que, embora tenha existido o treinamento em línguas estrangeiras, o ensino de técnicas de interpretação só começou na primeira metade do século XX.

Podemos refletir com esse depoimento que a fluência em LS ainda funciona como um imperativo para a atuação dos ILS, ou seja, se o mesmo sabe LS ele está “apto” a desempenhar

<sup>36</sup> Expressão utilizada pela ILS Chimarrão.

um papel de extrema responsabilidade, que é interpretar uma língua para outra; não importando as habilidades que essa pessoa precise desenvolver.

Ainda presenciamos a idéia de que mesmo que esteja “difícil a interpretação” é melhor do que não ter a presença desse profissional, gerando com isso a idéia de que os surdos se prejudicam por não terem acesso às informações, assim como os ILS que estão expostos a situações que fogem do seu conhecimento. Um exemplo típico dessa afirmação é a presença desses profissionais no ensino superior, onde se sentem desafiados pela densidade dos conteúdos apresentados.

Alguns ILS sentem-se intimidados, pois mesmo sem condições para atuar são confrontados com a seguinte afirmação: *“e ela fez chantagem; mas os surdos não vão ter ninguém para interpretar para eles”*. Se mantém a idéia de que mesmo sem as habilidades necessárias é preciso atuar para que os surdos tenham acesso às informações. Porém, se invertêssemos essa forma de pensar, afirmando que os surdos querem e reivindicam por ILS qualificados para atuarem enquanto tal? Assim, não basta apenas disponibilizar um profissional, ele precisa ser qualificado, isto é, a idéia de que mesmo com desempenho fragilizado ter um ILS é melhor do que não ter nada, precisa ser foco dessas discussões. Isso é um discurso normalizador que, na maioria das vezes, a educação o usa para justificar a falta de formação dos ILS. Essa forma de regular por meio do discurso não está presente em um determinado lugar, ela é difusa e característica da sociedade contemporânea. SILVA (1996:243) afirma que

O que caracteriza a sociedade contemporânea é precisamente o caráter difuso desses mecanismos de regulação e controle, dispersos que estão em uma ampla série de instituições e dispositivos da vida cotidiana. A educação é certamente um desses dispositivos, central na tarefa de normalização, disciplinarização, regulação e governo das pessoas e das populações.

Se aceitarmos essas afirmações, do tipo “se não tem um profissional habilitado, vai aquele que mesmo sem habilidades, mas que conhece a LS pode atuar,” a má qualidade de interpretação, a falta de formação dos ILS se tornarão uma prática normalizadora, ou seja, sabemos a precariedade dessa situação e não criamos estratégias de mudanças, deixando da maneira como está, tornando um discurso – como se a maioria dos ILS tem uma formação precária e isso é “normal”.

Uma dessas habilidades para o exercício do profissional ILS são as técnicas e estratégias de interpretação. Elas têm sido incluídas nos pequenos cursos de formação para esses profissionais,

mas ainda de forma tímida, continuando a ser um déficit na prática desses intérpretes, uma vez que raros são os estudos que tratam dessas questões. Abrem-se possibilidades para a formação dos ILS por meio do decreto 5626, em que é mencionado, no capítulo V, em seu artigo 17 que “*a formação do tradutor e intérprete da LIBRAS – Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em LIBRAS – Língua Portuguesa*”.

No entanto, as instituições de ensino superior, na grande maioria, não estão preparadas para atender a demanda das pessoas surdas, assim como a inclusão dos ILS em seu quadro funcional, pois faltam políticas públicas que levem em consideração a realidade específica dessa situação. A formação profissional para atuação dos ILS é fundamental, pois isso implica nas representações que esses terão a respeito das línguas envolvidas, dos grupos culturais envolvidos e do próprio contexto de tradução e interpretação.

Chimarrão tinha uma visão ampla sobre o contexto da interpretação, pois compreendia que seu domínio lingüístico estava aquém daquele necessário para interpretar. Isso nos mostra a forma como o ILS, com base em sua formação, preocupava-se em entender o papel desse profissional. A interpretação está inserida em questões mais abrangentes do que o “simples” ato interpretativo em determinado momento, pois junto com essa afirmação, estão em jogo elementos como as culturas envolvidas, as línguas, as visões de mundo diferenciadas que exigem do profissional intérprete perspicácia e conhecimento para atuar em tal função.

Chimarrão estava habituado a traduzir nas línguas orais, mas não interpretar em LS e esse fator nos traz uma diferença considerável na atuação, pois enquanto o tradutor possui tempo para realizar suas tarefas, recorrendo a diversos materiais que o apóiam; o ILS interpreta simultaneamente, exigindo dele vasto conhecimento lingüístico e cultural, técnicas e estratégias de interpretação, necessitando, às vezes, do improvisado para finalização do trabalho. Se a maioria aprendeu ‘no facão’, conforme Chimarrão afirma, ou a ‘trancos e barrancos’, conforme Contestado, que formação os ILS, atualmente, possuem?

#### 4.2. A FORMAÇÃO E A PROFISSIONALIZAÇÃO DOS ILS

A formação dos ILS, de modo geral, tem sido muito reivindicada há alguns anos, desde que os surdos começaram a se posicionar enquanto sujeitos que possuíam uma língua e uma cultura diferentes dos demais. Infelizmente, não se dispõe de documentos oficiais para registrar a data

precisa em que os ILS começaram a atuar, no entanto, conforme discutido no capítulo 2 desse trabalho, é provável que os parentes, os amigos de pessoas surdas ou com contato de denominações religiosas tenham sido os primeiros intérpretes. Esse fato tem sido datado desde a década de oitenta. A formação nessa época não tinha um alvo profissional e a preocupação centrava-se na filantropia, ou seja, em ajudar a pessoa surda, precisando para isso aprender a LS. Conforme ROSA (2005:93) afirma,

Nem sempre o profissional ILS tem consciência da necessidade de atualização de assuntos gerais, o que se deve, principalmente, a concepção assistencial de que se o surdo tiver alguma informação em LIBRAS já lhe é suficiente. Desse modo, é em parte compreensível que o trabalho do ILS ainda esteja relacionado ao voluntariado. A presença do ILS não é considerada um ato de cidadania, e sim um ato de benevolência às pessoas ainda consideradas deficientes.

Atualmente, esse quadro está mudando face às conquistas que os surdos vêm alcançando, como a oficialização da LS, a reivindicação por escolas de surdos qualificadas, por professores surdos, por professores bilíngües, por ILS capacitados e assim por diante. Os cursos de formação, inicialmente, eram de curta duração, por volta de 40h a 100h, sendo ministrados por profissionais da área da educação e ILS que atuavam há mais tempo e que fossem reconhecidos entre os surdos por terem experiência para atuar em tal função. Nesse momento, Contestado (2005) e Chimango (2005) afirmam que Ricardo Sander e Ronice Müller de Quadros, ambos do estado do RS, desempenharam um papel fundamental na formação e organização inicial da maioria dos ILS, conforme apontado nos seguintes depoimentos:

*(...) Aí tive um professor que era do RS e agora na verdade está em SP, que é o Ricardo Sander que deu um curso de 40h conosco, que foi muito bom, que a gente trabalhou, só que a gente trabalhou questões sobre a ética do ILS e não questões voltadas à interpretação. Fizemos algumas atividades e tal, mas nada que fosse tão aprofundado certo.*

*(...) Daí a gente pode dar um salto para 97, quando foi esse 1º curso que a Vanessa foi minha colega. Então nesse curso a Vanessa também veio de Guaporé e foram 20 pessoas que fizeram esse curso. E aí nesse curso a Ronice e o Ricardo foram um dos professores.*

O órgão responsável por esses cursos era a FENEIS, em parceria com universidades ou faculdades. A universidade, juntamente com a FENEIS, constituiu, nessa época, um “espaço de saber” que legitimaria e certificaria os ILS que estivessem aptos após o término desses cursos. COSTA (2006:75) afirma que “nos debates que se seguiram à análise de Larson sobre o surgimento do profissionalismo, ela e outros autores apontaram para o importante papel

*assumido pelas universidades, nas sociedades modernas, como fonte de legitimação do conhecimento dos experts.”*

A formação dos ILS está fortemente atrelada a FENEIS e o decreto 5626, recentemente regulamentado, no capítulo V, parágrafo único corrobora essa afirmação, pois declara que “*a formação do tradutor e intérprete de LIBRAS pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III*”.

No estado do RS, um grupo inicial de profissionais ILS começou a organizar a demanda de formação que o momento exigia, por volta da década de noventa. Porto Alegre vivenciava na agenda as reivindicações surdas que se faziam presentes na época e foi nesse cenário que o ILS Chimango (2005) nos conta a sua formação.

*(...) Silvana: esse curso estava ligado a FENEIS?*

*Chimango: estava, foi uma parceria da FENEIS com a Universidade do Parque da Redenção, porque surgiu esse curso? Porque foi uma luta da comunidade surda, em 96 foi toda essa luta da comunidade surda e foi oficializada em Porto Alegre a língua de sinais. Então havia necessidade de ter esse profissional para estar acompanhando os surdos. Eu me lembro que os surdos estavam participando do Orçamento Participativo, começou ai, tinha uma, a Gisele e agora eu não lembro, não mas foi depois da formação já. Mas antes disso tinha esse movimento em luta por escola, por língua de sinais e ai depois da oficialização de língua de sinais em 96, houve a necessidade de ter esse profissional. E ai a FENEIS, a recém estava começando aqui no RS e a universidade federal com parceria do Bento Gonçalves, fizeram esse, proporcionaram esse curso e foi 80 horas que é outra questão para se discutir depois, se for o caso, que capacitou pessoas que já tinham fluência da língua de sinais, que já vinham trabalhando como intérpretes, como intérprete informalmente, e ai que fizeram esse curso.*

No Brasil, os ILS, em articulação com pesquisadores envolvidos na educação de surdos, estão começando a traçar o movimento de profissionalização. Essa ação está presente nas próprias reivindicações desses profissionais, que tem se efetivado por meio de encontros regionais, de seminários, de discussões virtuais, de organização das associações de ILS. Essas medidas têm servido de estratégias para a articulação em busca de formação do grupo, pois um curso de 80 ou 120 horas é questionável, de forma geral, na formação de qualquer intérprete, uma vez que não dá conta da formação necessária para esses profissionais. HALL (2004:40) afirma que

Falar uma língua não significa apenas expressar novos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais. Além disso, os significados das palavras não são fixos, numa relação um-a-um com os objetos ou eventos do mundo existente fora da língua. O significado surge nas relações de similaridade e diferença que as palavras têm com outras palavras no interior do código da língua.

No caso dos ILS, muitas pessoas que são bilíngües confundem os cursos de formação para intérpretes com o curso de LIBRAS avançado e não desejam se tornar ILS, mas sim aperfeiçoar a LS. Chimarrão (2005), enquanto formadora de ILS, afirma essa questão.

*(...) Até por eu participar como formadora, então eu sei: ahhh, fulana foi para tal lugar, mas muitas pessoas ainda vêm o curso de interpretação como curso de LIBRAS avançado. E muitos dizem assim: ah, eu vim para o curso porque eu quero aperfeiçoar a minha língua de sinais, porque eu quero ser fluente em língua de sinais. Então existe ainda muita confusão das pessoas que entram nos cursos, então obviamente, elas saem e não vão atuar.*

Analiso que a formação dos ILS merece atenção, pois é desses cursos que saem os profissionais com as noções mínimas a respeito do que é ser intérprete e quais são as habilidades necessárias para tal função. Os significados não vêm prontos, há necessidade dos ILS “mergulharem” nas produções culturais dos surdos para que possam entender que somente saber a língua não os torna intérpretes. É imprescindível que eles compreendam o que significa ser ILS e que desenvolvam relações de pertencimento com as comunidades nas quais prestarão seu trabalho, e esse é um processo de tradução cultural. Nesse sentido, essas produções culturais possibilitam que os ILS se tornem a cada dia “outras” pessoas, pois os mesmos encontram-se em movimento, em fluxo cultural que os instiga a pensar quais e por que tais elementos compõem as produções culturais. As habilidades, competências dos intérpretes, que freqüentemente menciono, servem como orientações para a atuação desse profissional. Não é conveniente pensá-las como um ideal de ILS a ser seguido, até porque esses profissionais não surgem prontos e não desejo engessá-los, pois os mesmos se tornam mais intérpretes a cada ato de interpretação.

Em seu livro ‘Da Diáspora’, HALL (2003:41) traz as contribuições de Sarat Maharaj, que manifesta sua preocupação com o tradutor<sup>37</sup>, referindo-se aos compromissos advindos do processo de tradução cultural.

A tradução (...) não se trata de transportar fatias suculentas de sentido de um lado da barreira de uma língua para outra – como acontece com os pacotes de fast-food embrulhados nos balcões de comida para viagem. O significado não vem pronto, não é algo portátil que se pode “carregar através” do divisor. O tradutor é obrigado a construir significado da língua original e depois imaginá-lo e modelá-lo uma segunda vez nos materiais da língua com a qual ele ou ela o está transmitindo.

No Brasil, não temos ainda uma estrutura institucional que nos possibilite uma formação acadêmica de graduação ou nos níveis de especialização ou mestrado para os ILS. Contamos

---

<sup>37</sup> Vale mencionar que essa preocupação não se restringe somente ao tradutor, pois o intérprete também é envolvido constantemente no trânsito entre duas línguas diferentes.

com os cursos proporcionados pela FENEIS, conveniada a instituições de ensino superior, ou pelo Ministério da Educação ou ainda, com menos frequência, pelas associações de surdos. Infelizmente, os cursos vêm “de cima para baixo”, ou seja, esses órgãos públicos criam cursos conforme as suas perspectivas de formação, sem consultar os ILS e as suas experiências, sugestões e pontos que precisam com mais urgência de formação. As experiências biográficas (as histórias de vida, as narrativas, os depoimentos, as pesquisas e os diários de campo) merecem ser consideradas como instrumentos que contribuem a fim de melhorar as práticas desses profissionais; avaliando-os e servindo como meios de formação permanente. Sem esse diálogo, a maioria dos ILS tende a aprender na prática, por meio do método do erro e acerto, como se tornar intérpretes e quais as habilidades que terão de aprender. QUADROS (2004: 51) alerta que *“para pensarmos em formação de intérpretes, precisamos, portanto, estarmos atentos ao nível de participação da comunidade surda na sociedade. Dependendo desse nível de participação, a comunidade surda estará mais ou menos envolvida na formação dos intérpretes implicando sucesso ou não dessa implementação”*.

Contestado (2005) ressalta que sua formação foi bastante solitária, com pouquíssimo contato ou articulação com colegas do estado de Santa Catarina, e que o primeiro curso foi de 40 horas com professores vindos de outro estado.

*...) Pessoas de Brasília, onde eu fui até fazer um curso de formação. Também, do RS que querendo ou não são do RS, tem gente muito boa que trabalha muito bem lá, que eu tenho um carinho muito grande apesar de eu não ter muito contato, mas troca de experiência assim é pouco, sabe? É bem pouco, e aqui em Florianópolis, inda continua, cada um fazendo seu trabalho e tal, algumas pessoas a gente até conversa, mas nada muito de entrar, estudar, pesquisar ou fazer uma troca. Tem as meninas lá na universidade, daí tem tu que vieste aqui para Florianópolis, mas essa trajetória toda foi sempre uma atuação solitária, em termos de ter outros profissionais da mesma área trabalhando.*

Às vezes, o curso de formação para ILS é o próprio lugar onde se adquiriu a LS, como no caso de Barriga Verde, que não teve uma motivação inicial para se tornar ILS. Se tornar ILS foi uma consequência que se fez presente pelo fato de ter adquirido a LS no espaço religioso e por conta dessa convivência com as pessoas surdas se tornou ILS. Essa forte articulação dos ILS com a igreja não é uma experiência única dessa profissão, pois os professores também tiveram laços fortes e estreitos com as questões religiosas. COSTA (2006:72) ressalta isso ao dizer que

Parece que tudo é amplamente admitido e a contrapartida aparentemente suficiente tem sido reconhecer e justificar que apenas “mulheres afetuosas” e “seres vocacionados” – como as professoras – poderiam assumir a importante “missão social” de educar, recebendo em troca tão pouca retribuição salarial e discutível reconhecimento social.

Vemos na narrativa de Barriga Verde (2005) o local da igreja funcionando como um forte elo de aquisição da LS, que futuramente se desdobraria no exercício de tornar-se ILS.

*Daí na comunidade surda porque era congregação porque era de manhã, de tarde e de noite convivendo com surdos, ali a gente vive um modelo na congregação como irmãos dentro da congregação vivendo em conjunto. Daí a partir que eu aprendi a LS na congregação.*

Após o término desses cursos de formação, chega determinado momento que mesmo aqueles ILS que atuam nos espaços religiosos saem para atuar nas diferentes esferas institucionais, a maioria na área da educação, nos níveis fundamentais (séries finais), ensino médio e ensino superior. Assim, estarei discutindo a presença do profissional ILS no ensino superior e, para tal, inicio com um dos primeiros obstáculos enfrentados nesse espaço, que é a forma de contratação dos intérpretes.

O discurso que impera, em especial em instituições de ensino superior particulares, é de que o custo para remuneração desses profissionais compromete os lucros adquiridos por essas universidades. Algumas instituições alegam que é necessário aumentar as mensalidades para dar conta da inclusão desse profissional, isto é, não estão comprometidas com a qualificação e nem com a atuação do ILS. Sendo assim, cumpre-se a lei, mas exime-se da responsabilidade de subsidiar o trabalho desse profissional, contando para isso com as diversas formas de contratação. Existem outras universidades, ainda, que se omitem, não disponibilizando o serviço de interpretação. Nesse caso, os familiares pagam o trabalho de um ILS, até conseguirem informações de que são amparados pelas leis de acessibilidade e de LIBRAS a terem esse serviço sem nenhum custo adicional. Uma das medidas para resolver tal situação é entrar com uma ação contra a instituição no Ministério Público.

Nas universidades particulares, temos contratações que variam desde a carteira assinada (Consolidação das Leis Trabalhistas) enquanto ILS, ou professor daquela instituição, até bolsas de estudos ou pesquisas destinadas para estagiários atuarem enquanto intérpretes, obtendo descontos no pagamento das mensalidades desses alunos que prestam seus serviços.

Nas universidades federais, sabemos das seguintes formas de contratação: como professores substitutos (contrato temporário por 2 anos), ILS que se efetivaram por meio de

concursos públicos<sup>38</sup> e, na maioria das vezes, no cargo de professor. Temos, também, as contratações via FENEIS, no estado do RS, em universidades públicas, onde os ILS prestam serviços às instituições que solicitam o trabalho profissional dos mesmos. Ao mesmo tempo em que a própria FENEIS tenta padronizar esse trabalho, exigindo a constante atualização desses profissionais que são conveniados a ela, por outro lado, há complexos déficits que emergem dessa relação. Um deles vemos no depoimento de Chimango (2005), que faz a seguinte afirmação:

*Tem uma parceria com a FENEIS, porque a gente trabalha via FENEIS, assim, eu não sou funcionária da universidade, eu presto serviço pela FENEIS. Então é tudo assim, desde pagamento eles pagam de seis em seis meses assim, é um absurdo isso, né, até a própria organização de não ter, não ter os surdos reclamavam e até hoje reclamam os que estão lá, de ter horas de interpretação para estudo assim, de estar produzindo os textos, enfim não existe isso. (...) Pô tinha muitos pesquisadores lá gente com influência, os surdos podiam ter meio que padronizado, colocar as regrinhas direitinho, mas tá né. E aí o que acontece, eu comecei a trabalhar como intérprete na Universidade do Parque da Redenção porque os surdos pediram e isso acontece muito lá na Universidade do Parque da Redenção assim. O intérprete que atua na Universidade do Parque da Redenção, no mestrado até porque lá não tem graduação, é só mestrado e doutorado na parte em educação, são os surdos que escolhem. Tem os surdos tal e escolhem, eu quero esse e esse intérprete.*

No entanto, podemos visualizar que falta vontade política por parte das universidades para agilizar a contratação efetiva por meio de concursos públicos e, por outro lado, falta articulação por parte dos ILS para reivindicar seus direitos. O cargo para tradutor e intérprete já existe tanto para nível superior quanto para nível médio no âmbito federal. Essa função deve ser preenchida por servidores técnicos, tradutores e intérpretes, conforme previsto no Plano único de classificação e retribuição de cargos e empregos 7596 de 1987, regulamentado pelo decreto 94664/87 que confere no anexo I, sub-grupo NS – 03 – Tradutor e intérprete. Já no sub-grupo NM – 01 – que compete ao ensino médio, consta como cargo de nº 58, o tradutor e intérprete de Linguagem de Sinais. Durante as entrevistas, foi levantada a questão quanto aos critérios que definem a atuação do profissional ILS. O que significa ser profissional ILS? Para Barriga Verde, “*profissional é quando a gente passa a receber pelo trabalho que a gente exerce*”. No entanto, não basta receber financeiramente o pagamento devido à atuação, pois a questão salarial não sustenta os quesitos para permanecer enquanto intérprete. COSTA (2006:74) afirma que

A “concepção de profissional emerge, assim, baseada na autoridade social – aceitação social da legitimidade das definições

<sup>38</sup> Recentemente realizado por meio do Ministério da Educação e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, no Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET), o concurso público – edital 005/2006.

estabelecidas por um grupo de especialistas – e na “autoridade cultural” – poder de estabelecer os parâmetros de tais definições”. (...) as profissões conquistam o reconhecimento de sua competência social na medida em que se utilizam da linguagem formal da ciência e a transformam em linguagem pública.

No caso dos ILS, há a inversão daquilo que a autora menciona acima. Essa inversão acontece porque o reconhecimento profissional parte, primeiramente, na maioria dos ILS entrevistados, da prática da sua atuação, para em um segundo momento, tomarem parte desse saber formal que os constituiria e certificaria enquanto ILS. Essa inversão acontece, também, porque nas universidades, por meio dos cursos de tradução ou letras, até o presente momento, não há um espaço legitimado para a formação desses profissionais. Analiso, também, que além da questão financeira (conforme Barriga Verde menciona), os critérios que definem o ser profissional ILS estão fortemente atrelados às reivindicações surdas, ou seja, estar inserido nas discussões sobre cultura, identidades, domínio da LS e do português, das formas de representar os surdos, do respeito ao código de ética entre outros elementos.

Para LIMA (2006), os critérios para atuação do ILS, além desses acima mencionados, se estendem a conhecer as técnicas de interpretação, conhecer o mercado de trabalho e suas demandas, saber trabalhar em equipe e manter atualizados conhecimentos gerais e, principalmente, conhecimentos lingüísticos sobre língua portuguesa e LS, conviver harmonicamente com a comunidade surda, respeitando suas organizações e lideranças e reconhecer suas limitações e habilidades.

Sem dúvida, esses elementos devem ser critérios determinantes para a atuação profissional, mas outros precisam ser acrescentados a essa lista, pois não se pode confundir isso com questões de ordem subjetiva, escolhendo quem é o “melhor” profissional por valores pessoais de afinidades e de amizades. Os ILS e os surdos necessitam esforçar-se para construir relações profissionais nesses grupos e que as mesmas sejam respeitadas no momento da interpretação. Podemos atribuir essas conseqüências atuais, da dificuldade do distanciamento profissional, aos resquícios históricos em que as pessoas surdas nunca foram convidadas a pensar, ou realmente não era o foco refletir sobre a figura do ILS enquanto profissional. Essa afirmação é reforçada na narrativa de Chimarrão (2005) que diz:

*(...) Então, o que se vê nessa relação surdo com o ouvinte, às vezes é esse desconhecimento por parte do surdo, de como se utilizar do meu serviço, desse serviço que eu tenho a oferecer de uma forma que eu não me sinta usada, eu como indivíduo não me sinta usada. (...) O desconhecimento assim é geral. Muito poucos surdos têm aquela visão assim: ohh Chimarrão agora tu és intérprete, todo intérprete convive na comunidade aqui tu és minha amiga. Agora nesse momento, na sala de aula, nesse congresso a Chimarrão é minha intérprete. Eu não posso*

*pedir dela, exigir dela, coisas que vão além da interpretação.*

A reflexão faz parte da premissa que se o grupo surdo exige ética por parte dos ILS, penso que os ILS sentiriam-se satisfeitos profissionalmente se fossem atendidos em relação à questão ética por parte dos surdos. A direção desse avanço no tratamento profissional está tanto endereçada para os ILS que atuam com as pessoas surdas, bem como para os surdos que formam esses ILS. Uma questão pouco refletida em meio à educação de surdos: quem seriam esses formadores?

Sem dúvida, essas problematizações apresentadas fazem parte da situação cotidiana enfrentada pelos ILS, nos espaços universitários, e é por isso que alguns elementos devem ser acrescentados à lista quando tratamos da questão profissional, conforme Charlot e Bautier apud RAMALHO (2004), que apresentam a distinção entre o ser profissional e o não profissional (empirista e voluntário). Os autores mencionam os seguintes critérios para essa diferenciação: *base de conhecimento, prática na situação, capacidade para demonstrar seus conhecimentos, seu saber-fazer e seus atos, autonomia e responsabilidade no exercício de suas competências, adesão às representações e às normas de grupo da identidade profissional, pertencer a um grupo que desenvolve estratégias de promoção e discursos de legitimação.*

Refletir essas condições com foco nos ILS significa pensar que a base de conhecimento que os mesmos devem apresentar, assim como a prática de interpretação qualificada, não se sustenta somente por cursos de curta duração. Pelo contrário, para que esse profissional se qualifique, há a necessidade de cursos adquiridos por meio de uma formação universitária (na área da interpretação e tradução).

De certa forma, o decreto 5626 visa, por meio do Prolibras,<sup>39</sup> certificar os ILS que forem aprovados nessa avaliação nacional. O Prolibras é o exame de certificação nacional para professores de Libras (surdos e ouvintes) e para intérpretes e tradutores de Libras. Em 2006, esse exame foi realizado pela primeira vez em nosso país, e isso ocorre na medida em que não temos cursos que permitam um diploma universitário, o Prolibras, nesses primeiros dez anos a contar da publicação do decreto, tem a função de certificar esses profissionais. Essa medida vai contribuir, também, para que os profissionais certificados possam atuar, pois ser ILS compreende

<sup>39</sup> Vale ressaltar que o Prolibras não certificará somente ILS, mas também surdos que atuam como professores de LS no ensino médio e ensino superior. Mencionei apenas os ILS, porque é o foco desse trabalho.

uma série de conhecimentos que são específicos desses profissionais e não de outros, como por exemplo, os médicos.

No decreto mencionado, consta inclusive o perfil do profissional que deverá prestar essa prova. O capítulo V, artigo 19, inciso I, afirma: *“profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em LIBRAS para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de nível médio e de educação superior”*.

Esse movimento de profissionalização que os ILS vêm construindo é um desenvolvimento sistemático da profissão, isto é, tem sido fundamentado nas suas práticas cotidianas, no seu saber fazer, assim como a responsabilidade de seus atos que configuram a necessidade de aperfeiçoamento permanente para as atividades desses profissionais.

Nesses contextos em que os ILS têm se afiliado aos seus pares, com seus colegas de outros estados, e construído estratégias validadas por um grupo específico, os próprios ILS, que buscam discutir a formação desses profissionais, as habilidades e competências exigidas, as dimensões éticas dessa profissão e as conseqüências que a inserção de um profissional ILS causa em certos espaços tem resultado em organização política e cultural desse grupo.

Por outro lado, enquanto essas questões da profissionalização não acontecem efetivamente em todos os sentidos, ainda continua por conta da FENEIS, na maioria das vezes, a formação dos ILS. Essa interação entre FENEIS e ILS tem causado certas “relações estremecidas” em que o efeito do poder colonial tem se tornado visível no estado do RS. Como os ILS convivem com o hibridismo cultural e lingüístico, por estarem envolvidos entre duas línguas e grupos diferentes, no ato de interpretação e tradução, é por meio desse mesmo hibridismo que os efeitos do poder colonial se operam. Essa é uma relação complexa, afirmada por BHABHA (2005:163)

O hibridismo é a reavaliação do pressuposto da identidade colonial pela repetição de efeitos de identidade discriminatórios. Ele expõe a deformação e o deslocamento inerentes a todos os espaços de discriminação e dominação. Ele desestabiliza as demandas miméticas ou narcísicas do poder colonial, mas confere novas implicações a suas identificações em estratégias de subversão que fazem o olhar do discriminado voltar-se para o olho do poder.

Ao mesmo tempo em que o hibridismo é uma constante na atuação dos ILS, por estarem próximos de duas culturas, ele também cria efeitos de poder, dos quais esses profissionais por vivenciarem esse deslocamento lingüístico e cultural, são impulsionados a buscarem seus direitos, isto é, a lutarem por formação adequada a sua função, a se deslocarem e compreenderem

a desestabilização de suas identidades, descobrindo que múltiplas identidades se fazem presente nesse caminho. No entanto, pelo efeito de hibridismo que é visível para os ILS, os surdos olham para esses efeitos de poder e centralizam nos profissionais toda essa articulação de formação como uma possível atitude colonialista.

Diferentemente dessa situação enfrentada no estado do Rio Grande do Sul, temos no estado de Santa Catarina as contratações dos ILS para atuação em sala de aula, seja em nível municipal, estadual ou federal, mas estas não são responsabilidades da FENEIS. No entanto, como representação dos movimentos surdos, geralmente, essa entidade é chamada para a composição de bancas para avaliação dos profissionais.

A FENEIS é um dos espaços em que os ILS necessitam negociar as relações que se estabelecem entre líderes<sup>40</sup> surdos e líderes ILS. As contribuições vindas por parte dos intérpretes, na grande maioria das vezes, não entram em pauta e são olhadas de forma desconfiada por parte das pessoas surdas. Essa desconfiança transparece em algumas narrativas surdas de que os ILS não desejam se organizar profissionalmente e sim controlar os grupos surdos, uma vez que essas pessoas são usuárias da LS e podem ensiná-la, na visão surda. O receio de perder a legitimidade em ensinar a LS faz com que os surdos não visualizem as outras possibilidades que a presença do profissional ILS suscitará nesse espaço.

No entanto, essas narrativas têm articulação com a questão do colonizado e do colonizador e podemos refletir a respeito disso, resgatando as discussões realizadas no capítulo 2 dessa dissertação. Naquele capítulo, discuti alguns dos elementos que constituíram a educação de surdos e a forma como as relações entre ouvintes e surdos acontecia, isto é, como o discurso colonial envolvia esses grupos. Esse “olhar de desconfiança” por parte das pessoas surdas se constitui em uma estratégia atenta para com os ouvintes (mesmo que sejam ILS e que se aproximem cultural e lingüisticamente do grupo surdo, mas fazem parte do grupo de ouvinte que exerceu o discurso colonial). BHABHA (2005:111) explica que

O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução. Apesar do jogo de poder no interior do discurso colonial e das posicionalidades deslizantes de seus

---

<sup>40</sup> Vale mencionar que não estou enfatizando que essas formas de poder são exclusivas de pessoas surdas e ouvintes, essa situação é vivenciada por inúmeros grupos que se definem enquanto culturais, podendo ser conflitos étnicos, religiosos ou de outra ordem. Ressaltei sim nesses depoimentos as “relações de poder” entre surdos e ILS porque constitui um dos fatos que se destacou nas entrevistas quando falamos a respeito da formação e do movimento de profissionalização que temos atualmente.

sujeitos (por exemplo, efeitos de classe, de gênero, ideologia, formações sociais diferentes, sistemas diversos de colonização, e assim por diante), estou me referindo a uma forma de governamentalidade que, ao delimitar a “nação sujeita”, apropria, dirige e domina suas várias esferas de atividade.

Para os intérpretes, a possibilidade de organizar propostas dentro da FENEIS, em parceria com os surdos, se constitui em estratégia para a formação desses profissionais, que estão experimentando esse movimento de profissionalização e não o de exercer o objetivo do discurso colonial. Embora sejam ouvintes, a intenção é de “somar forças” para que a qualificação aconteça, também com a presença dos ILS organizando essas propostas. Mas alguns ILS sentem receio de estarem à frente dessas discussões e não se expõem para que não sejam rechaçados pelas representações surdas. No entanto, alguns surdos discordam dessa posição e se aliam aos ILS, solidarizando-se com esse processo cultural e profissional, propondo inclusive políticas públicas que tratem da especificidade desses sujeitos. Essa situação é corroborada nos testemunhos de Chimango (2005) e de Chimarrão (2005) que mencionam, respectivamente:

*(..) é uma coisa chata de falar, mas é uma questão acho assim que se pode dizer poder, de dizer assim: ohh durante muito tempo vocês fizeram e aconteceram com a gente agora é a nossa vez, meio que de estar dominando o jogo, manipulando as marionetes de teatro sei lá se a gente pode estar fazendo uma metáfora mais ou menos assim, é isso. Qualquer relação humana tem relação de poder, isso é fato. E eles têm essa veiculação muito forte que é a FENEIS que forma a gente, a FENEIS tá muito veiculada a nossa formação, com razão, acho que é importante, acho que é necessária para que se tenha um nível de formação porque senão qualquer um vai formar intérprete. E a FENEIS mesmo com seus problemas ou não é uma entidade que tá aí, tem a sua historia enfim, mas tem essas questões. A gente não tem uma autonomia enquanto categoria dentro da FENEIS, né. Por vários motivos, tanto pelo lado da comunidade surda quanto pelo nosso, de se reunir enquanto grupo de estar se unindo mais, eu acho não sei se é por aí.*

*(..) a partir do momento em que nós, nós intérpretes do RS nos organizamos, nós tínhamos um grupo interno da Feneis, né. Então nós organizamos um colegiado, nós achávamos que só o coordenador era muita coisa. A pessoa não conseguia dar conta com tantas questões do intérprete. Ações, problemas às vezes de ética, né problemas, de formação. São muitas coisas que estão dentro do próprio, só o setor de interpretação tem várias funções, é muito difícil lidar com comunicação, agendar os intérpretes para tal lugar, conseguir os horários, enfim é muito complicado. Então, entre nós o grupo votou instituir um colegiado. O colegiado foi votado, se fez uma reunião, se fez um regimento interno e o que aconteceu foi que essa forma democrática de nós gerirmos foi vetada. Então a partir de um certo momento se disse, o colegiado não se existe mais, o regimento não existe mais, e agora nós vamos voltar aos velhos tempos.*

Com isso, a falta de articulação entre os profissionais ILS, a competitividade demasiada entre alguns, deixa à mercê as próprias necessidades e reivindicações do grupo, esfacelando-se toda e qualquer tentativa de organização profissional. Também, enfrentado no ensino superior pelos ILS, é a disparidade do discurso a ser interpretado e o nível de conhecimento que os mesmos possuem. A realidade nos estados do RS e de SC é a seguinte: os ILS que possuem

graduação (licenciatura ou bacharelado) interpretam nos níveis de graduação ou pós-graduação (mestrado e doutorado), ou seja, a discrepância do nível para atuação é alarmante. QUADROS (2004:73) menciona as seguintes competências de um profissional tradutor-intérprete: competência lingüística, competência para transferência, competência metodológica, competência na área, competência bicultural e competência técnica. É necessário, então, que os cursos de formação na área de interpretação em LS levem em consideração esses quesitos. Mas além da formação, outros desafios se impõem na atuação do ILS, esse “estranho-familiar<sup>41</sup>” que se encontra em constante trânsito nas culturas envolvidas no ato de interpretação. São algumas dessas discussões que estarei abordando na próxima seção.

#### 4.3. TRANSITANDO ENTRE AS MÚLTIPLAS IDENTIDADES

Nessa dissertação, desde que iniciei meus diálogos com os ILS, os quais narraram a questão do assistencialismo, da caridade, das formações dos ILS que passam atualmente por um movimento de profissionalização, foi possível inferir que esses traços apresentados compõem as marcas culturais desses profissionais que se constituem de forma singular na área da interpretação. Isso nos leva a crer que essas mesmas marcas culturais constituem as identidades dos ILS, que são múltiplas e dinâmicas.

Os ILS, quando pensados sob o enfoque cultural, encontram conexões com as discussões realizadas nos Estudos Culturais em que poder, tradução, identidades, hibridismo e cultura são refletidos. Uma dessas conexões se encontra no fato de pensar esse profissional enquanto um ser híbrido que se desloca entre duas culturas diferentes no ato da interpretação e da tradução. Esse acontecimento interpretativo gera desdobramentos de ordem subjetiva, política e social.

Um exemplo disso é a forma como o ILS representa o grupo surdo e como traz a própria imagem de si perante as comunidades envolvidas na interpretação, isto é, entre surdos e ouvintes. Ocupar o “entre-lugar” nesses espaços requer desconstruir valores, crenças, discursos e se tornar o mais imparcial possível, pois sabemos que a neutralidade é algo complexo na interpretação, uma vez que é difícil alguém se despojar por completo do próprio eu para dar conta dessa atividade. Por isso, os ILS estão em constante transição a cada interpretação que realizam em

---

<sup>41</sup> Com essa expressão, retomo a discussão realizada no capítulo 1 e 2, onde busquei em HALL (2003) elementos teóricos para discutir a situação de “estranho-familiar”.

diferentes espaços, construindo outras identidades. No depoimento de Chimarrão (2005), analiso essa situação, pois um misto da tarefa de interpretar se funde com as questões subjetivas que freqüentemente geram crises de identidade em alguns profissionais.

*(...) Eu vejo intérpretes tento crises assim, crises de não vou mais ser intérprete, é muito freqüente e muito comum. Olha, eu acho que todo intérprete teve essa crise, essa revolta, eu não quero mais, eu não consigo mais, eu acho que mexe muito não só com auto-imagem, mas com convicções que a gente tem, com jogo de poder e nós estamos, é uma situação difícil porque nós somos ouvintes e nós estamos intermediando uma relação entre surdos e ouvintes, mas a gente é ouvinte. É muito difícil a gente fazer esse equilíbrio, a gente fica num fogo daqui, fogo de lá, e a gente tentando ser imparcial, não digo neutro, imparcial porque a gente tem as nossas opiniões, tem as nossas convicções, a gente não pode nem isso nem isso.*

Essa tensão, enfrentada pela maioria dos ILS, requer pensar quem é o outro que fala ou sinaliza uma língua diferente da minha e que compreensão desenvolvo desse acontecimento, pois não é apenas transmissão. Esse processo promove um trânsito nesses espaços que se constituem com suas singularidades lingüísticas e culturais. Nesse sentido, RAJAGOPALAN (2003) afirma que as línguas não são apenas instrumentos de comunicação, mas sim a expressão das próprias identidades. O autor assegura, ainda, que vivemos em uma época em que as identidades precisam ser constantemente renegociadas e estão susceptíveis a mudanças, sendo o contato das pessoas com as diferentes culturas um dos exemplos dessa renegociação. Este não é um sentimento agradável, conforme Chimarrão (2005) afirma ao presenciar esse acontecimento:

*(...) Se vê, infelizmente, assim muitos intérpretes que os surdos dizem, eu não estou entendendo nada. (...) E aspectos psicológicos, lingüísticos e culturais, acho que principalmente isso, mas uma coisa que eu acho assim que é muito pouco trabalhado é o psicológico.*

Ou ainda, conforme Contestado (2005) relata:

*(...) Foi um momento assim de “boomm”, sabe e eu cheguei no primeiro curso, nos dois primeiros dias eu vi assim; eu não sei nada, sabe? O que eu faço está tudo errado assim foi o que eu pensei; eu tô fazendo tudo errado, não é nada disso, né? Até mesmo porque a própria questão de eu estar muito apegada à estrutura da minha língua, não pensava em LS, eu pensava em português e tentava passar isso para sinais. E não é efetivamente o que a gente deve fazer a nossa função enquanto interpretação de um conteúdo, sabe?*

Mas como os ILS conseguem sentir-se “aceitos” ou pertencer ao grupo surdo? Essa é a discussão que inicio no próximo item, que ressalta a negociação necessária e as implicações da mesma quando os ILS iniciam suas atuações profissionais.

### 4.3.1 A Relação de pertencimento dos ILS nos grupos surdos

HALL (2003) afirma insistentemente que, ao trabalharmos com as questões culturais, estaremos sempre em uma área de deslocamento, de tensão e de negociação. Essa área não se constitui de forma homogênea e unificada, mas sim descentralizada pelos efeitos do deslocamento cultural. Quando penso a respeito do ser ILS, me inspiro nessas afirmações para traçar algumas reflexões, pois freqüentemente, no ato da interpretação, os ILS precisam mais do que conhecer as línguas envolvidas, mas também, seus desdobramentos culturais para realizar a passagem da tradução.

Nas entrevistas realizadas, verifiquei que as formas como os ILS passam a pertencer aos grupos são variadas, não existindo um único caminho. Outro fato interessante é justamente a necessidade que esses profissionais sentem em ser “aceitos” no grupo surdo para poderem atuar profissionalmente, pois, caso contrário, a credibilidade desse profissional poderá estar ameaçada. Pertencer ao grupo surdo, estar inserido nas discussões que esse grupo realiza, conhecer suas formas de entender o mundo, funciona como um “sinal” para a atuação profissional, conforme Barriga Verde (2005) narra:

*(...) Então eu imergi mesmo nessa imersão cultural, eu imergi nessa imersão cultural e daí é imersão cultural esmo. Eu comecei a ver, a entender o ponto de vista do surdo. Então eu comecei a ver como surdo enxerga as coisas e entender esse tipo de pensamento. Daí quando eu fui, a primeira, a primeira atuação profissionalmente om salário foi a 6ª série do ensino regular, sala inclusiva, seis alunos surdos, passei de agosto a dezembro, com ma 6ª série peguei o bonde andando na metade do ano e fui traduzir.*

Assim, não é de estranhar que os ILS, raramente, identificam-se com outros grupos de intérpretes de línguas orais, embora sejam intérpretes também. As estratégias para pertencer culturalmente às comunidades envolvidas por surdos e ouvintes são distintas. A grande maioria dos ILS necessita se tornar híbridos culturalmente e não somente conhecer as línguas, pois o ato interpretativo não é uma simples transferência lingüística, é sim um ato de tradução cultural toda e qualquer interpretação, quer seja da LS para o português ou vice-versa. Passado e presente são elementos que instigam os próprios ILS a repensarem quem eles são, como e por que a cada interpretação sentem-se perturbados por residirem nas fronteiras lingüísticas e culturais dos grupos envolvidos, de ouvintes e surdos. Esse trânsito faz com que eles se descubram e questionem suas identidades, por estarem em permanente fluxo e encontro com o “novo”, o não experimentado até então. BHABHA (2005:27) afirma que

O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma idéia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, refigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver.

No entanto, vale afirmar que os ILS serão sempre os “estranhos-familiares” nos grupos surdos, estrangeiros que foram aceitos perante processos de negociação ao trabalho fronteiriço da tradução cultural que realizam. É o que Barriga Verde (2005) sente ao afirmar que:

*(...) eu vou ser sempre o estrangeiro dentro do grupo, mas eu já estou lá dentro. Mas mesmo assim eu vou ser sempre o estrangeiro que foi aceito dentro do grupo, mas eu tô, lá vivo tranquilo com os surdos da cidade inteira, conheço quase todos os surdos da cidade inteira, os surdos me conhecem a gente conversa.*

Os ILS se aproximam dessas culturas, mas continuarão sempre a ser ouvintes, não compreendendo em alguns casos os pensamentos e as reflexões advindas dos surdos, por mais próximos que estejam. Esses profissionais necessitaram negociar espaços, posições, diferenças culturais e lingüísticas que permeiam as relações entre ouvintes e surdos. Um dos exemplos para ilustrar essa afirmação baseia-se na necessidade de que os ILS precisam desenvolver a experiência visual, uma vez que a modalidade da LS é visual-espacial. Esse espaço híbrido em que os ILS residem, freqüentemente, no ato das traduções e interpretações não é totalmente confortável, pois aparecem questões de tensão cultural comum a pessoas que pertencem a culturas distintas.

Esse desconforto cultural, experimentado pela maioria dos ILS, no ato de tradução e interpretação, é o foco da teoria cultural que problematiza as questões da instabilidade das identidades. Pensar nessa direção significa afirmar que os ILS estão em constante mobilidade quando posicionados nos espaços híbridos que transitam surdos e ouvintes.<sup>42</sup> É nesses espaços que se coloca em xeque a incerteza, a dúvida, a ambigüidade a respeito das identidades consideradas como prontas, imutáveis e acabadas. SILVA (2005:88), quando apresenta as complicações da identidade, afirma que

Embora menos traumática que a diáspora ou a migração forçada, a viagem obriga quem viaja a sentir-se “estrangeiro”, posicionando-o, ainda que temporariamente, como o “outro”. A viagem proporciona a experiência do “não sentir-se em casa” que, na

<sup>42</sup> Utilizo a palavra ‘viagem’, de SILVA (2005), como uma metáfora que se refere a deslocamento. A cada ato de tradução e interpretação, os ILS se deslocam constantemente entre uma língua e outra, nesse caso LS e português ou vice-versa.

perspectiva da teoria cultural contemporânea, caracteriza, na verdade, toda identidade cultural. Na viagem, podemos experimentar, ainda que de forma limitada, as delícias – e as inseguranças – da instabilidade e da precariedade da identidade.

PERLIN (2006) corrobora essa idéia de que os ILS “voltam para a casa”, que não são surdos e atendem a um hibridismo cultural. Quando os ILS se aproximam das produções culturais surdas, serão sempre os estrangeiros. A questão que intriga é a de que forma os ILS se aproximam dos surdos a ponto de conseguirem pertencer aos seus grupos? As discussões sobre o pertencimento cultural por parte dos ILS estão focadas sempre em direção às pessoas surdas, e por que não entre os próprios ILS? Segundo todos os entrevistados, uma das causas dessa não reflexão entre os ILS acontece na medida em que a articulação entre o grupo é pouco estimulada, se não quase invisível. Em contrapartida, enquanto pesquisadora e ILS, observo que por meio de instrumentos tecnológicos como MSN, chats, e-mails e listas de discussões entre o grupo, há certo desabafo das experiências vivenciadas enquanto profissional ILS.

Essas narrativas demonstram que o encontro ILS-ILS traz uma satisfação imensurável, por saber que os mesmos compartilham de situações semelhantes e o contato entre os próprios colegas ILS contribui para a formação destes num sentido global. Essa interação é uma forma de serem ouvidos entre si, de expressarem as subjetividades envolvidas, os desabafos, as falhas, as pesquisas, as dificuldades e as produções satisfatórias do ato de interpretação. Mas ainda é muito subjetivo compreender quais são os critérios de pertença dos surdos em relação aos ILS, assim como, por parte dos ILS, o que significa pertencer aos grupos surdos. Será somente estar dentro ou inserido nos espaços surdos? Há, também, ILS que se sentem tão bem em convivência com os surdos que não apontam o encontro ILS-ILS como fundamental, devido a diferentes pontos de vista sobre o que é ser ILS. Barriga Verde (2005) nos conta em seu depoimento

*Eu gosto é de conversar com surdo mesmo (risos), com os surdos. Não é que eu não me sinta ILS, eu me sinto intérprete, mas eu vejo intérpretes que têm uma visão sobre o grupo que é os surdos e eles estão fora do grupo, eles atuam como profissionais e deus. E nada contra, é a opção de vida da pessoa, ninguém é obrigado a viver e conviver entre os surdos, mas o meu lado é diferente. Eu me inseri entre eles não pensando em ser ILS, eu vivi entre os surdos e eles tiveram uma boa relação comigo. Depois me apareceu essa oportunidade de trabalho, de mercado de trabalho e atuo como intérprete. Mas eu gosto é de estar mesmo com surdos. Eu me sinto bem entre eles.*

*(...) eu me identifico com os ILS, me identifico com os surdos, me identifico muito com os surdos, me identifico com o grupo de homens, não me identifico muito com o grupo das mulheres eu me identifico enquanto ser humano, mas as panelinhas de vocês são outra coisa. Então, essa é a questão de se identificar e sentir-se pertencente a tal grupo. Eu me sinto pertencente ao grupo de ILS, mas antes do grupo de ILS, eu me sinto muito mais pertencente ao grupo de surdos.*

Há outros ILS, como Chimango, que, mesmo ao realizar uma prova de seleção para trabalhar como ILS em uma universidade, o caráter informal tanto do surdo quanto da ILS fazia parte dessa situação, sem questionamentos. Isto é, o fato de pertencer ao grupo surdo dá condições aos ILS de possuírem liberdades que talvez outros ILS não as possuam. Esse é mais um dos exemplos da necessidade de negociar esse espaço de pertença, pois ele não é acessível a todos os ILS. Pouco a pouco, alguns ILS conseguem conquistar seu espaço no grupo surdo. Alguns por meio da religião, outros pela questão profissional mesmo, o que é mais raro, e há ainda aqueles que por relações de amizades e parentesco são considerados parte do grupo surdo. Acompanhe o depoimento de Chimango (2005),

*Eu me lembro da minha postura nas cadeiras de sentar, naquelas cadeiras que tem o braço assim, e eu estava assim como eu estou aqui, escorada e eu estava fazendo a prova assim num papo super informal. E as próprias questões dos surdos, que o surdo fez para mim eram, se eu tinha namorado surdo, se eu tinha ficado com algum surdo. Então assim, eu acho que aí vem essa aceitação como usuário da LS, assim como pertencer à comunidade, se assim posso dizer, né?*

No Brasil, no momento atual, por maiores que sejam as mudanças sociais, culturais, lingüísticas e políticas, se tornar ILS constitui-se em uma atividade profissional diferente dos demais intérpretes de línguas orais. Mas essas relações apresentam questões de tensão cultural também enfrentada por parte dos ILS. Minha intenção não é apontar quem são dominantes e quem são dominados, pois é certo que em toda e qualquer relação humana há poder, mas sim apresentar o que os entrevistados apontaram, numa perspectiva dos ILS. Aprende-se na prática como se tornar ILS, como negociar a presença nos espaços surdos, como se portar enquanto profissional, como pensar o ofício desse profissional sem acesso à formação adequada para realizar essa tarefa. Ser ILS significa passar por processos de redefinição das identidades, significa perturbar, deslocar as concepções que estão centradas, fixas e não permanentes. Ser ILS significa, também, pensar quais são os marcadores culturais que constituem as identidades que tanto afirmamos, mas e que identidades? É o que discuto na próxima seção.

#### **4.3.2. Os marcadores culturais das identidades dos ILS**

Desde o início desse trabalho, tenho discutido sobre os marcadores que constituem as identidades dos ILS, uma vez que os mesmos não possuem apenas uma identidade e sim múltiplas, conforme as problematizações que os Estudos Culturais nos apresentam. Entendo por marcadores, os elementos que contribuem para a constituição dessas identidades múltiplas dos ILS. Um desses marcadores são as religiões que, pautadas nas atitudes de voluntariado e

assistência, constituem um dos primeiros marcadores das identidades dos ILS. Um outro marcador é a precária formação dos ILS, que os distinguem de outros intérpretes, como por exemplo, os de línguas orais que possuem cursos de formação universitária. Por fim, nesse trabalho, um dos marcadores que se destaca na fala de todos os entrevistados é ‘assumirem-se enquanto sujeitos possuidores de múltiplas identidades e apontarem a complexidade que tal tema demanda’.

As identidades não são auto-suficientes, elas precisam de um processo relacional que lhes dê condições de existência, como diria WOODWARD (2005), isto é, necessitam de outras identidades que ponham em jogo as diferenças que se apresentam. Outra característica para o conceito de identidade que essa autora afirma é a necessidade de sistemas classificatórios que mostram, por exemplo, as relações sociais que se dão por oposição em pelo menos dois grupos distintos, nós e eles.

Um tema bastante problematizado no meio da interpretação em LS e por seus profissionais tem sido a nomenclatura do professor-intérprete, amplamente difundida na área da educação de surdos. Tal visão tem dividido opiniões e posturas por ambos os grupos, tanto professores quanto intérpretes. Esse é um dos exemplos que podemos utilizar para mostrar o jogo das diferenças frente às identidades. Quais quesitos são necessários para tornar os ILS diferentes dos professores? A ILS Chimango (2005) atribui aos órgãos competentes, como por exemplo, o MEC, como sendo os principais responsáveis pela divulgação da nomenclatura professor-intérprete, uma vez que os interesses políticos e econômicos se fazem presentes nessa escolha. Em seu depoimento, ela apresenta esses interesses quando narra,

*(...) Porque a gente pode, tem mil e possibilidades de saber por que veio essa questão do professor-intérprete, por custos obviamente porque para MEC ou qualquer esfera pública você tem um professor que tem domínio da LS e pegar esse mesmo profissional para colocar atuar como intérprete é menos custo do que ter que estar chamando um outro profissional intérprete para fazer esse mesmo trabalho. Então, e falta de clareza porque são coisas diferentes, formação mil coisas que a gente pode pensar porque surgiu essa nomenclatura professor-intérprete. Eu particularmente não concordo porque tenho clareza bem até porque sou professora e intérprete, né. Então eu conheço o que é o trabalho de um professor e o que é um trabalho de um intérprete.*

A diferença entre o “nós ILS e eles professores-intérpretes”, embora não explícita, mas implicada nos depoimentos, observa-se na narrativa da ILS Contestado (2005), que esclarece os quesitos que distinguem ILS de professores-intérpretes. No entanto, a ILS aponta também que os quesitos que um ILS educacional deve possuir conforme seu nível de atuação, uma vez que não é apenas interpretar em sala de aula, mas também participar dos momentos pedagógicos.

*O trabalho do professor, professor ele é o regente da turma, ele trabalha os conteúdos, e o intérprete está ali para fazer a mediação entre o professor e o aluno surdo. Ele vai interpretar as aulas, certo? O que eu penso sobre isso? Que se tu estás ali, dependendo do nível escolar também, de 5ª até o ensino médio, ensino médio e universidades, acredito que há possibilidade de o intérprete estar ali fazendo só a atuação dele, nesse caso como ILS, interpretando as aulas, claro que tem que estar presente nos momentos pedagógicos, esse assunto ILS e nos espaços pedagógicos é uma discussão que tem que ser feita até mesmo em do código de ética dos ILS. Porque se tu for, percebendo o que o código de ética ele apresenta que o ILS no momento de atuação enquanto postura profissional, enquanto sujeito que faz a relação entre uma cultura ouvinte e uma cultura surda onde são duas línguas diferentes.*

Por outro lado, não tenho a pretensão de tornar esses grupos fixos, fechados e impenetráveis, pois a visão que compartilho sobre identidades é a de constante construção e não a de visões essencialistas. Enquanto essência, as identidades são analisadas sobre aqueles que pertencem e os que não pertencem ao grupo de ILS, por exemplo, sobre aqueles que seriam os verdadeiros e legítimos ILS, isto é, criando um ideal de modelo a ser seguido. Das visões não essencialistas, entendo as identidades em constante processo de construção, que ora se aproximam e ora se afastam dos grupos de pertencências.

Assim, os professores-intérpretes mantêm características comuns em relação aos ILS (formação educacional, por exemplo) e, ao mesmo tempo, outras que se distinguem completamente, como a interpretação propriamente dita<sup>43</sup>. A maioria dos ILS que atua profissionalmente possui formação na área educacional, nos cursos de licenciaturas, e é possível que já tenham atuado enquanto professores. Mas a visão de que esses grupos, ILS e professores-intérpretes, convivem harmoniosamente é equivocada, pois há disputas de espaços e de poder, como em qualquer outro grupo, produzindo discursos de identidades. SILVA (2005: 81) argumenta sobre o poder de definir a identidade e a diferença quando afirma:

Afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.

SILVA (2005) apresenta os riscos que tais escolhas sobre identidade e diferença podem nos trazer, sendo o principal deles a normalização que funciona como um processo sutil de eleger quem são aqueles que pertencem e os que não pertencem a determinadas identidades. Para os

---

<sup>43</sup> Em algumas situações, os professores-intérpretes buscam explicar os conteúdos para os alunos aos quais interpretam, enquanto o ILS preocupa-se em interpretar o discurso que está sendo apresentado por alguém.

ILS, refletir sobre as múltiplas identidades tem se apresentado como um campo novo de investigações e problematizações. Ainda de forma tímida, alguns profissionais afirmam não existirem identidades, mas caminhos possíveis e trajetórias semelhantes de características que constituiriam grupos distintos de ILS. Chimarrão (2005) afirma existirem dois grupos de ILS que poderiam constituir identidades visivelmente marcadas:

*Eu tenho uma visão de identidade, como algo muito flutuante algo também por convicções filosóficas, religiosas minhas, muito impermanente. Eu posso visualizar talvez possíveis e aí não sei se seriam identidades, possíveis caminhos, possíveis trajetórias, que teriam alguns aspectos em comum e esses aspectos, nos formariam, nos, nos caracterizariam. (...) Alguns pertencem a famílias de surdos, boa parte, eu acho que dois, dois grupos significativos são: professores de surdos que entraram e o pessoal de religiões, vinculado a alguma instituição religiosa, assim. São grupos mais marcantes que talvez tenham o que se possa chamar assim de uma identidade, mas mesmo essa identidade ela seria incompleta sempre, ela é mais ou menos isso.*

A ILS Chimango (2005) também concorda com Chimarrão em relação aos grupos de ILS, mas acrescenta que existe um terceiro grupo vindo das religiões que marcariam as distintas identidades desses profissionais. Acompanhe no depoimento a seguir:

*Então eu acho que tem essa questão, dos intérpretes que vieram de se ter familiares, aqueles que vieram que eram amigos de surdos, e esses que já atuavam como professores que vieram mais pelo lado profissional, como uma 2ª opção pelo lado profissional. Esse é um tipo de variável que identifica talvez no grupo de intérpretes. E hoje tem vindo, né, tem o pessoal que trabalha nas igrejas, independente de que igreja for.*

Por meio dessas narrativas, é importante analisar que não há uma identidade homogênea enquanto ILS, pois os grupos mencionados acima são apresentados enquanto pertencentes a grupos diferentes dos próprios ILS. Artefatos como a questão religiosa, a questão profissional, questões familiares funcionam enquanto marcadores constituintes de identidades dos ILS e balizam as diferenças que dessas relações emergem. No entanto, todos esses ILS estão construindo-se enquanto profissionais e não é intenção, nesse trabalho, fechar e tornar cada grupo de ILS com uma identidade pura e não transitável a outras. Os mesmos estão construindo seus caminhos, suas identidades que, somadas a outras, têm possibilitado inúmeras contestações. Afirmar que os ILS possuem múltiplas identidades é um fato, mas perceber as conexões possíveis com essas diferentes identidades é um trabalho que está sendo construído. O momento atual está permitindo enriquecedoras possibilidades<sup>44</sup> para os ILS, tanto no sentido profissional quanto no intelectual e político.

<sup>44</sup> Estou referindo-me às recentes dissertações defendidas por ILS e que tratam dessa temática, por exemplo LIMA (2006), ROSA (2005), VIEIRA (2006, em andamento) que tratam de temas significativos sobre os grupos de ILS. No sentido profissional, já mencionado nesse trabalho, destacam-se os desdobramentos do decreto 5626 e a lei de

Porém, pontos de tensão cultural abordados pelos ILS entrevistados remetem à questão da subalternidade, traduzida no desconhecimento desse profissional, e as representações atribuídas aos mesmos quando solicitados a trabalhar em sala de aula, juntamente com outro professor ou na sociedade em geral. Escolhi, para ilustrar essa afirmação, as falas de Barriga Verde (2005) e Contestado (2005), respectivamente:

(...) <i>Eu me sinto inferior, ele está acima, ele está acima de mim, ele é o professor, ele que manda, eu não mando nada. Sabe se estou contratado como intérprete para ser, para atuar como intérprete para estar abaixo, tudo bem. Mas se eu tivesse a oportunidade de ser o professor atuando diretamente ensinando em LS, com certeza eu seria professor.</i>
(...) <i>Eu falo mais num geral na sociedade. Eles nos vêem como alguém que tem um bom coração, como um anjo que está ali pra, coitadinho do surdo, o surdo tem que estar entendendo o que esta acontecendo.</i>

No primeiro exemplo, o ILS sente-se inferior. Analiso essa situação a partir da hipótese de que o ser ILS ainda não possui status profissional reconhecido e legitimado. A construção dos pilares dessa profissão tem sido problematizada há poucas décadas. Ser professor dá a oportunidade de exercer o poder, de ditar a norma, de ser reconhecido enquanto docente, ao passo que ser ILS é alguém que não detém esse poder e, portanto, está em condições subalternas perante o outro, segundo Barriga Verde. Mas qual a compreensão que o ILS tem em querer exercer poder se estivesse atuando como professor?

Normalizar, conforme SILVA (2005:83), *significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação as quais as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas*. Nesse caso, a identidade escolhida pelo ILS entrevistado é a de ser professor e, a partir dela, as outras identidades podem ser pensadas. O parâmetro é o ser professor hierarquizando o ser ILS, o ser surdo e assim por diante.

Por outro lado, o ILS não está valorizando seu papel enquanto intermediador lingüístico que compõe o triângulo educacional, isto é, professor ouvinte que desconhece a LS, o surdo enquanto acadêmico e o próprio ILS que intermedeia essas relações educacionais. Esse papel que o ILS desenvolve é fundamental para que o processo educativo aconteça em espaços em que o professor não domina LS.

---

LIBRAS 10.436, em especial, que focam na necessidade do profissional ILS como mediador lingüístico e cultural para as pessoas surdas e ouvintes. Além disso, temos as propostas de cursos de formação universitária sendo traçadas (Universidade Federal de Santa Catarina, curso de especialização para tradutor-intérprete de LIBRAS). O meio político conta com as primeiras associações de ILS que buscam discutir e criar ações a respeito dos direitos e deveres dos ILS, a necessidade de formação entre outras questões partilhadas por esse grupo.

No segundo exemplo, Contestado expõe sua fala a respeito da falta de conhecimento da sociedade em geral e da forma como os ILS são representados. O fato de representar os ILS enquanto anjos, além de reforçar os traços do assistencialismo, nos quais essas pessoas intérpretes desenvolveriam a função de acompanhar os surdos, proteger e ser caridosas, nega, a relação que se estabelece entre os ILS, os surdos e as pessoas que desconhecem a LS. Em um desses componentes, o ILS é suprimido enquanto profissional, pois anjos são pessoas divinas que não necessitam de nomes, de autoria pelos discursos que proferem, nem atitudes éticas, apenas realizam o bem. Atualmente, para os ILS, saliento que as perspectivas futuras se tornam desafios a serem desbravados, pois mesmo que esses profissionais, em alguns lugares, já tenham demarcado seus espaços, como no caso da Universidade Parque da Redenção e da Universidade Franklin Cascaes, outros espaços de negociação precisam ser articulados.

Por mais que se afirme que os ILS são profissionais que atuam enquanto mediadores lingüísticos e culturais e que, embora poucos, mas significativos trabalhos têm subsidiado essa premissa, do ponto de vista dos ILS entrevistados, a situação é inquietante. Para finalizar, trago as narrativas de todos os entrevistados, quando foram questionados sobre quais seriam as mensagens que falariam aos seus colegas ILS. Abaixo, respectivamente, Chimarrão, Contestado, Chimango e Barriga Verde narram como é sentir-se ILS, tornar-se ILS e conviver com esse processo.

*Mas no geral assim, nós somos assim invisíveis, nós não somos considerados, ninguém sabe o que a gente faz, acham que nós somos algum acadêmico que está auxiliando o surdo, ou é parente dela, aquelas idéias bem antigas sobre, que tem que ajudar o surdo, coitadinho, tem que estar sempre do lado dele, ainda permanece muito.*

*Não é fácil, é difícil, todo mundo começa sem essas técnicas, sem essas habilidades como eu comecei, como tu começaste, assim como outros começaram, mas futuramente Deus há de querer que a gente consiga recursos de formação para que realmente quem tenha o interesse de ser intérprete. Para que não comece sempre nessa angústia de que eu pelo menos fiquei, de como eu vou interpretar, que vocabulário de sinais que eu vou usar, como a gente vai conseguir efetivar realmente essa comunicação, LS / português, português / LS, não é fácil isso, mas tem que ter perseverança e sim, se consegue mas tem que estudar, e estudar muito.*

*É complicado, é bem complicada essa questão.*

*Coitados sofredores, treinem, aprendem e convivam com o grupo de surdos porque vocês estão aprendendo a língua deles, para vocês serem bons profissionais.*

## **CAPÍTULO 5**

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta dissertação, foram trabalhados os marcadores culturais das identidades dos ILS por meio de quatro entrevistas realizadas com intérpretes dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. As discussões que subsidiaram esse trabalho foram orientadas pelos estudos surdos e suas articulações realizadas com os Estudos Culturais. Os ILS são profissionais que estão dentro da política cultural de surdos, fortemente enfocada na questão da diferença e na importância de visualizarmos os surdos enquanto sujeitos culturais. Os debates que seguem a respeito dos ILS se apresentam como mais uma das articulações possíveis entre os estudos surdos e os Estudos Culturais.

Para esse trabalho, foram escolhidos três tópicos que se destacaram nas entrevistas como marcadores culturais das diferentes identidades desses sujeitos. Esses marcadores são: a questão do assistencialismo, do voluntariado e da religião; a formação e a profissionalização dos ILS e o trânsito nessas múltiplas identidades.

A questão do assistencialismo, do voluntariado e da religião se destacou em dois ILS entrevistados nesse trabalho. Esses marcadores culturais contribuíram para a constituição de identidades e se fazem presentes por meio das representações que os próprios ILS fazem de si e do grupo surdo. Em outros dois ILS, foi observado que o meio profissional (na escola e na universidade em que entraram em contato com a LS) propiciou que esses sujeitos tivessem uma compreensão diferente a respeito do ser intérprete e do grupo surdo e das representações que se desdobrariam dessa relação.

Já a formação e a profissionalização foram destacadas pelos quatro ILS entrevistados como um marcador que constitui identidades. Esse é um assunto latente que esses sujeitos estão enfrentando na atualidade, frente às exigências que se fazem presente. Essas exigências se apresentam em decorrência do acesso de surdos ao ensino superior, por meio dos níveis de graduação e pós-graduação. Para atender a essa demanda, os ILS precisam ser qualificados, uma vez que a formação deles ainda é precária no contexto brasileiro. Uma das entrevistadas destacou a relevância do decreto 5626 que regulamenta a lei 10.436, de abril de 2002, de LIBRAS. Nesse decreto, no capítulo V, em seu artigo 17 consta que a “*a formação do tradutor e intérprete de*

*LIBRAS – Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em LIBRAS – Língua Portuguesa”.*

Três dos ILS entrevistados destacaram situações difíceis enfrentadas no ensino superior, tais como: a densidade de conteúdos para interpretar, o cansaço e a sobrecarga cognitiva pelo excesso de horas trabalhadas e o não reconhecimento enquanto profissional, uma vez que, freqüentemente, os ILS são confundidos com alunos, monitores ou parentes da pessoa surda, que estão ali para ajudar. Foi possível analisar que as formas de contratação desses profissionais variam de acordo com cada universidade. No entanto, destaco que falta uma política que considere o ser ILS como profissional efetivo, pois o cargo de Tradutor-intérprete existe no quadro funcional previsto no Plano único de classificação e retribuição de cargos e empregos 7596 de 1987, regulamentado pelo decreto 94664/87 que confere no anexo I, sub-grupo NS – 03 – Tradutor e intérprete. Já no sub-grupo NM – 01 – que compete ao ensino médio, consta como cargo de nº 58, o tradutor e intérprete de Linguagem de Sinais. Se já existe, está regulamentado por meio do decreto mencionado acima, por que não existe ILS efetivos nas universidades federais? Falta vontade política por parte dos gestores públicos, assim como falta articulação por parte dos ILS para que reivindiquem seus direitos profissionais.

Os ILS não possuem uma identidade apenas, única e centrada, pois, conforme os estudos apresentados por HALL (2004), estão diante de múltiplas identidades. Esse autor enfoca três concepções acerca de identidade que foram trabalhadas no capítulo 2 dessa dissertação. No último foco, transitando entre as múltiplas identidades, foi observado que elementos como o pertencimento cultural e lingüístico, o hibridismo cultural por transitarem entre duas línguas e culturas distintas e as representações que advêm dessa relação foram enunciados pelos ILS na análise dos dados.

Os dados apresentados, nessa dissertação, demonstram que há fortes marcadores culturais das identidades dos ILS, sendo que esses são singulares para esse grupo que tem sua formação distinta dos demais intérpretes de línguas orais. O olhar cultural que foi dado a essa pesquisa permitiu dialogar, também, com as tensões culturais que se mostram presentes entre os ILS e os grupos surdos. Esses dados ratificaram a idéia de que os ILS se constroem cultural e lingüisticamente em meio às produções de surdos e ouvintes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARFUCH, Leonor. El espacio biográfico: dilemas de la subjetividad contemporánea. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2002.
- \_\_\_\_\_. La entrevista, una investigación dialógica: dilemas de la subjetividad contemporánea. Buenos Aires: Fondo de, 1995.
- BARROS, José.A. O campo da história: especialidades e abordagens. 2ed. Rio de Janeiro: VOZES, 2004.
- BHABHA, Homi K. O local da cultura. Tradução: Myrian Ávila... (et al). 3ª reimpressão/2005. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- BURKE, Peter. O que é história cultural? Tradução: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2005.
- BOLÍVAR, Antonio. Profissão professor: o itinerário profissional e a construção da escola. Tradução: Gilson César Cardoso de Souza, São Paulo: EDUSC, 2002.
- COSTA, Marisa V.C; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel e SOMMER Luis Henrique. Estudos Culturais, educação e pedagogia. Revista Brasileira de Educação: Campinas , 2003.
- \_\_\_\_\_. Estudos Culturais em Educação – um panorama. In: Rosa Maria Hessel Silveira (org). Cultura, poder e educação: um debate sobre Estudos Culturais em Educação. Canoas: ULBRA, 2005.
- \_\_\_\_\_. O magistério na política cultural. 1ed. Canoas: ULBRA, 2006.
- DELISLE e WOODSWORTH. Os tradutores na história. Tradução: Sérgio Bath. 1ed. São Paulo: ÁTICA, 2003.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina.D. Cartografias dos estudos culturais – uma versão latino-americana. Belo Horizonte: AUTÊNTICA, 2001.
- FERNANDES, Sueli. F. É possível ser surdo em português? Língua de sinais e escrita: em busca de uma aproximação. In SKLIAR, Carlos (org). Atualidade da Educação Bilíngüe para Surdos. 1ed. Porto Alegre: MEDIAÇÃO, 1999.
- JOHNSON, Richard. O que é, afinal Estudos Culturais? Tradução (org): Tomaz Tadeu da Silva. 2ed. Belo Horizonte: AUTÊNTICA, 2000.

- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1983.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. Porto Alegre: Educação e Realidade, v.22, nº 2, 1997.
- \_\_\_\_\_. Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais. SOVIK, L. (Org). Tradução: Adelaine La Guardia Resende...(et al). Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- \_\_\_\_\_. A identidade cultural na Pós-Modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 9 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- KARNOPP, Lodenir. B. Língua de Sinais na Educação dos Surdos. In: Thoma, Adriana da S; LOPES, Maura C. (Org). A invenção da surdez. 1ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- KELMAN, Celeste A. Os diferentes papéis do professor-intérprete. In Espaço: informativo técnico-científico do INES, nº 24, Rio de Janeiro: INES, 2005.
- KLEIN, Madalena. Cultura surda e inclusão no mercado de trabalho. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura C. (Orgs). A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. 1ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- LEITE, Tarcisio de A. Pesquisa Autobiográfica de Aprendizagem da Língua de Sinais Brasileira como segunda língua. Estudo em Diário. Relatório de Pesquisa: Universidade de São Paulo, 2001.
- LIMA, Elcivanni.S. Discurso e identidade: um olhar crítico sobre a atuação do(a) intérprete de Libras na educação superior. Dissertação de Mestrado: Universidade de Brasília, 2006.
- LOURO, Guacira. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 5ed. Rio de Janeiro, 2003.
- LULKIN, Sérgio A. O silêncio disciplinado: a invenção dos surdos a partir de representações ouvintes. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- NELSON, Cary; TREICHLER, Paula A; GROSSBERG, Laurence. Estudos Culturais: uma introdução. In: Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos Estudos Culturais em educação. TOMAZ, Tadeu da S. (org): 2ed. Rio de Janeiro: VOZES, 1995.
- PAGURA, Reynaldo J. A interpretação de Conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. DELTA – Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, São Paulo, v.19, 2003.

- PESAVENTO, Sandra J. História e História Cultural. 2ed. Belo Horizonte: AUTÊNTICA, 2005.
- PERLIN, Gládis; QUADROS, R. M. Educação de surdos em escola inclusiva?. Espaço Informativo do INES, Rio de Janeiro, v. 7, p. 37-44, 1997.
- \_\_\_\_\_. Histórias de Vida Surda: Identidades em questão. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.
- \_\_\_\_\_. O local da cultura surda. In: Thoma e Lopes. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- \_\_\_\_\_. A cultura e os intérpretes de língua de sinais. In Revista Eletrônica. Educação Telemática Digital. Universidade Estadual de Campinas. v 7, nº 2, 2006.
- \_\_\_\_\_ e MIRANDA. Surdos: o narrar e a política. Revista Ponto de Vista, Florianópolis, v.5, 2003.
- PIRES, Cleidi. Intérprete de língua de sinais: um olhar mais de perto. In Espaço: informativo técnico-científico do INES, nº 12, Rio de Janeiro: INES, 2000.
- PIRES & NOBRE. Cleidi L.e Maria A Uma investigação sobre o processo de interpretação em língua de sinais. In: Ivenção da Surdez I, Thoma e Lopes. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- QUADROS, Ronice M. Situando as diferenças implicadas ba educação de surdos: inclusão/exclusão. Revista Ponto de Vista, Florianópolis, v.5, 2003.
- \_\_\_\_\_. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC/SEE, 2004.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. Por uma lingüística crítica; linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.
- RAMALHO, Betania; Nunez, Isauro B; Gauthier, Clermont. Formar o professor profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios. Porto Alegre: 2ed. SULINA, 2004
- REIS, Flaviane. Professor Surdo: a política e a poética da transgressão pedagógica. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- RODRÍGUEZ. E. de los S. Técnicas de la interpretación de lengua de signos. 2ed. Barcelona: CNSE Fundación, 2001.

ROSA, Andréa S. A presença do intérprete de língua de sinais na mediação entre surdos e ouvintes. In Ivani Rodrigues Silva; Samira Kauchaje; Zilda Maria Gesueli (Org). Cidadania, Surdez e Linguagem. São Paulo: PLEXUS, 2003.

\_\_\_\_\_. Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete. Dissertação de Mestrado: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SANDER, Ricardo. O Intérprete da Libras: um olhar sobre a prática profissional. Anais do Seminário do INES. Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. Questões do intérprete da língua de sinais na universidade. In: LODI, Ana C.B; HARRISON, Kathryn M.P; CAMPOS, Sandra R.L; TESKE, O. Letramento e Minorias. Porto Alegre: MEDIAÇÃO, 2003.

SILVEIRA, R.M.H (org). Cultura, poder e educação: um debate sobre os Estudos Culturais em Educação. Canoas: Ed. ULBRA, 2005.

\_\_\_\_\_. A entrevista na pesquisa em educação – uma arena de significados. In: In: COSTA, M.V. (Org). Caminhos Investigativos II. Outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. 1ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, T.T.da (Org). Identidades Terminais. As Transformações na Política da Pedagogia e na Pedagogia da Política. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. 4.ed/2005. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu. 1ed. Petrópolis: VOZES, 1998.

\_\_\_\_\_. Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo. 1ed. Belo Horizonte: AUTÊNTICA, 1999.

\_\_\_\_\_. Teoria Cultural e educação – um vocabulário crítico. Belo Horizonte, Minas Gerais: Autêntica, 2000.

SKLIAR, Carlos B. Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A., 2003.

SKLIAR, Carlos B e LUNARDI, Márcia. Estudos Surdos e Estudos Culturais em Educação. Um debate entre professores ouvintes e surdos sobre o currículo escolar. In: Cristina Lacerda e Maria Cecília de Góes (Org). 1ed. São Paulo: LOVISE, 2000.

- \_\_\_\_\_. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. 2ed. Porto Alegre: MEDIAÇÃO, 1998.
- THOMA, Adriana da S. O cinema e a flutuação das representações surdas: que drama se desenrola neste filme? Depende da perspectiva. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- WILCOX, Sherman. Aprender a ver. Tradução: Tarcísio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: ARARA AZUL, 2005.
- WOODWARD. Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: TOMAZ, Tadeu da S. Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. 4.ed/2005. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- WORTMANN. Maria L.C. Algumas considerações sobre a articulação entre Estudos Culturais e Educação (e sobre algumas outras mais). In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel (Org). 1ed. Canoas: ULBRA, 2005.
- \_\_\_\_\_. Análises culturais – um modo de lidar com histórias que interessam à educação. In: COSTA, M.V. (Org). Caminhos Investigativos II. Outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. 1ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- BASSO, I. M.de S. Educação de Pessoas Surdas: novos olhares sobre o ensinar e o aprender língua portuguesa. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.
- BECHE, R.C.E. A Sexualidade do Surdo: Retalhos Silenciosos na Constituição da sua Identidade. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.
- BRITO, Lucinda F. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, 1995.
- FERNANDES, Eulália. Problemas lingüísticos e Cognitivos do Surdo. 1ed. Rio de Janeiro: AGIR, 1990.
- GIORDANI, Liliane F. “Quero escrever o que está escrito nas ruas”: representações culturais da escrita de jovens e adultos surdos. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- KARNOPP. L. Aquisição do Parâmetro Configuração de mão na Língua Brasileira de Sinais (Libras): um estudo sobre quatro crianças surdas, filhas de pais surdos. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

KLEIN, Madalena. Tecnologias de governmentamento na formação profissional dos surdos. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

\_\_\_\_\_. A formação do surdo trabalhador: discursos sobre a surdez, à educação e o trabalho. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

LACERDA, Cristina B. Feitosa. O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: Ana Claudia Lodi; Kathryn Pacheco Harrison; Sandra Leite de Campos; Ottmar Teske(Org). Letramento e Minorias. 1ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2002.

\_\_\_\_\_. A escola inclusiva para surdos: e a situação singular do intérprete de língua de sinais. In 27 reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa em Educação: Caxambu, 2004.

LEITE, Tarcísio de A. O ensino de segunda língua com foco no professor: História oral de professores surdos de língua de sinais brasileira. Dissertação de Mestrado: Universidade de São Paulo, 2004.

LOPES, Maura C. Foto & Grafias: possibilidades de leitura dos surdos e da surdez na escola de surdos. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

\_\_\_\_\_. As atitudes do professor ouvinte da classe regular frente ao escolar surdo. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

LUNARDI, Márcia. Produção da anormalidade surda nos discursos da Educação Especial. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

\_\_\_\_\_. Educação de Surdos e currículo: um campo de lutas e conflitos. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

MACHADO. P.C. A política de integração/inclusão e aprendizagem de surdos: um olhar do egresso surdo sobre a escola regular. Dissertação de Mestrado: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2002.

MARQUES, Rodrigo R. O ensino da língua de sinais para falantes de português. Tese de Doutorado (em andamento). Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

MASSUTI. Mara. Intérpretes de língua de sinais: processos de subjetivação. Tese de Doutorado (em andamento): Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

METZGER, Melanie. Sign Language Interpreting: deconstructing the myth of neutrality. 2 ed. Washington: Gallaudet University Press, 2000.

- MIRANDA, W. de O. Comunidade dos Surdos- olhares sobre os contatos culturais. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.
- NAPIER, Jemina. Sign Language Interpreting: theory and practice in Australia & New Zealand. The Federation Press, 2006.
- PERLIN, G. O ser e o estar sendo surdo: alteridade, diferença e identidade. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- PIRES & NOBRE. Cleidi Lovato e Maria Alzira. Intérpretes de língua de sinais: considerações preliminares. In Espaço: informativo técnico-científico do INES, nº 10, Rio de Janeiro: INES, 1998.
- PIZZIO, A.L. A variabilidade da ordem das palavras na aquisição da língua de sinais brasileira: construções com tópico e foco. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- QUADROS, Ronice M. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC/SEE, 2002.
- \_\_\_\_\_. Prefácio do Guia do Aluno. Curso de Letras-Libras: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- \_\_\_\_\_. Phrase Structure of Brazilian Sign Language. Tese de Doutorado: Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.
- \_\_\_\_\_. As categorias pronominais: uma análise alternativa com base na Libras e reflexos no processo de aquisição: Dissertação de Mestrado. Universidade do Rio Grande do Sul, 1995.
- \_\_\_\_\_; KARNOPP, Lodenir B. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. 1ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.
- RAMPELOTTO, Elisane M. Mesmidade ouvinte & alteridade surda: invenções do outro surdo no curso de Educação Especial. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- RANGEL, Gisele. História do povo surdo em Porto Alegre: imagens e sinais de uma trajetória cultural. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- RONÁI, Paulo. A tradução vivida. 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ROY, Cynthia B. Interpreting as a discourse process. Oxford University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. Innovative practices for teaching sign language interpreters. Washington, Gallaudet University Press, 2000.

SÁ, Nidia R.L. A produção de significados sobre a surdez e sobre os surdos: práticas discursivas em educação. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

SHMITT, Deonísio. História dos Surdos em Santa Catarina. Dissertação de Mestrado (em andamento): Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

SILVA, V. A luta dos surdos pelo direito a educação e ao trabalho. Relato de uma vivência político-pedagógica na Escola Técnica Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

SILVEIRA, Carolina. O currículo de língua de sinais na educação de surdos. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

STEWART, David; SCHEIN, Jerome; CARTWRIGHT, Brenda. Sign Language Interpreting: exploring its art and science. Allyn and Bacon, 1998.

STROBEL, Karin L. Vestígios Culturais não registrados na história. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

STUMPF, Marianne R. Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting: línguas de sinais no papel e no computador. Tese de Doutorado: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

TESKE, O. “Relações Ouvintistas” e prática da diferença: o multiculturalismo crítico na formação das comunidades surdas e seus movimentos. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

THOMA, Adriana da S. Imaginário social e educação do surdo institucionalizado. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

VIEIRA, Mauren. E.M. O intérprete de língua de sinais: a tradução da língua de sinais para o português. Proposta de Qualificação de Mestrado: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

WINSTON, Elisabeth A. Educational interpreting: how it can succeed. Washington: Gallaudet University Press, 2004.

#### SITES CONSULTADOS

[www.sj.cefetsc.edu.br/nepes/nepes\\_histórico](http://www.sj.cefetsc.edu.br/nepes/nepes_histórico). Consultado em junho de 2005.

[www.feneis.com.br/feneis/histórico](http://www.feneis.com.br/feneis/histórico). Consultado em março de 2005.

[www.coletiva.net](http://www.coletiva.net). Consultado em março de 2006.

[www.feneis.com.br](http://www.feneis.com.br) / decreto 5626. Consultado em setembro de 2006.

[www.cefetsc.edu.br](http://www.cefetsc.edu.br) / edital 005/2006. Consultado em outubro de 2006

## ANEXOS I

Entrevistas realizadas com quatro participantes que são os intérpretes Chimango, Chimarrão, Contestado e Barriga Verde em 2005.

### INTÉRPRETE CHIMANGO

Silvana: Muito prazer, muito obrigado em primeiro lugar porque você concedeu a entrevista. A gente vai estar dialogando com a questão dos elementos que constituem as identidades dos intérpretes. E eu gostaria de conhecer um pouco mais da sua história, saber como você começou aprender LS? O porquê dessa vontade em aprender LS? Em relação à aquisição da LS e a decisão de se tornar intérprete?

Chimango: bom resumindo um pouco dessa história é quase vinte anos. São vinte anos mais ou menos de história ou um pouco mais. Eu tinha, acho que uns 12 anos quando eu tinha uma vizinha minha que era surda. Eu ficava observando ela de longe, queria saber como era ela, a LS, eu nem sabia que era língua. Não tinha noção disso, sabia que era alguns gestos, e nós tínhamos uma amiga em comum, ouvinte. E essa pessoa me apresentou a Bruna<sup>45</sup>, que é minha amiga surda, minha comadre hoje em dia. Então desde lá, ela vinha me ensinando a LS. Eu comecei aprender um pouco mais. Eu lembro que naquela época, passava aquela novela Sol de Verão e o Tony Ramos era surdo, então, eu sabia as letras assim, rapidinho, eu jurava que sabia me comunicar com os surdos e tal. Na escola a gente brincava, os outros colegas sabiam um pouquinho também as letras e aí a Bruna foi me apresentando para a LS, fui começando a ter contato com ela, com essa outra minha amiga ouvinte. E aí com o tempo a Bruna foi me apresentando os amigos delas, eu participava dos encontros esportivos e sociais com os surdos na escola Ephatá, na própria Sociedade dos Surdos aqui no Rio Grande do Sul e aí eu fui indo conhecendo as pessoas, tendo contato e me aproximando mais da comunidade surda a ponto de me associar ao clube dos surdos, a Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul. Então eu passeava com eles e meus amigos na adolescência eram todos surdos, eu tinha amigos ouvintes, mas a turma de sair mesmo eram os surdos, de passear. Eu ia para a Colônia de férias em Bagé e foi assim, até os meus dezessete anos, mais ou menos, um contato bem assim extenso. Eu lembro dos meus quinze anos, que foram um monte de surdos na minha festa e aí com o tempo, fui começando a trabalhar e começa a se afastar desse convívio mais de adolescentes, de festas, essa

---

<sup>45</sup> Todos os nomes sublinhados nessa entrevista são fictícios para preservar a imagem pessoal e moral dos participantes entrevistados.

coisa, mas sempre em contato com a Bruna, enfim..ela sempre foi minha amiga e tal. Então foi assim.

Eu aprendi a LS assim, nesse contato diário, eu nunca fiz curso para aprender a LS, na convivência e venho aprendendo até agora. Comecei a trabalhar, fiz a faculdade na área da educação. E quando eu ingressei na área da educação, a decisão pela área da educação, tem um pouco a ver com a questão da surdez, indiretamente. Eu sempre pensava em que ia fazer, depois que acabei o segundo grau, eu não sabia que rumo ia tomar, e aí eu pensei na questão da surdez, eu gostava da LS, então vou fazer alguma coisa na área da educação, de repente pode me ajudar. Aí eu fiz o curso, pensando que na universidade aqui na Universidade do Parque da Redenção, tivesse alguma questão mais relacionada à surdez, mas não tinha nada. Mas eu fiz o curso, e durante o curso, eu fui retomando esse contato mais próximo com a comunidade surda, de ter essa amizade mais próxima, estudando um pouco mais essas questões de surdos, aí teve dois eventos. Quando eu fiz a faculdade teve dois eventos da área da surdez, em Guaporé que eu fui aí eu tive contato com Bento Gonçalves, daí eu comecei a voltar ter contato com todos, com esse pessoal que antes eram meus amigos de adolescência, de festas e que hoje, já estavam pensando mais essas questões de ser surdo, da língua, do bilingüismo pois era o auge do bilingüismo, o que era o bilingüismo.

E aí quando eu acabei o curso em 1995, eu continuei, como eu continuei na universidade, fiz outra habilitação e os surdos começaram a entrar, como ele estava mais presente lá, foi aí que eu soube que tinha a questão da legalização da LS, em 1996 aqui em Porto Alegre, e aí começou a ter essa questão do curso de intérprete e aquela coisa e teve o curso em 1997 e eu fiz a seleção, fiz a prova de seleção e aí eu passei e aí eu comecei a me envolver mais na questão da interpretação, propriamente dita, porque até então eu usava a LS e era intérprete bem informalmente, principalmente para a Bruna, ia com ela nos lugares, ajudava ela em algumas questões, mas nada assim profissional nem pensava em que era ser intérprete, essa questão toda que a gente pensa agora.

E aí foi isso, aí fiz o curso, acabei o curso final de 1997, ou comezinho de 1998 não tenho certeza, e nesse mesmo ano. Não, acabei o curso de 1997, foi de 1996 a 1997 o curso e aí em 1997, em 97 eu já comecei a trabalhar como intérprete. A Usina do Gasômetro começou com o contrato depois, bom depois disso vem até hoje.

Silvana: Um pouco da história, da história dos intérpretes, aqui no RS começou mais ou menos em que ano? Tu tens noção desse trabalho?

Chimango: Eu me lembro assim, eu me lembro quando eu tinha essa relação de adolescência com os surdos, eu vi assim o Ricardo Sander, isso foi o que? Em 90, sei lá mais, 85, 86, 87, eu me lembro do Ricardo assim, no Ephatá ele como pastor da igreja, me lembro muito dele do Eli Pietro como professor do Ephatá que ele trabalhava a questão religiosa com os alunos, eu frequentava isso, me lembro dele traduzindo cultos assim, isso eu lembro bem, da Ronice mas eu acho que onde eu mais assim, a memória mais recente ou antiga, não sei, a memória clara do trabalho de interprete assim, em eventos foi desse evento lá em Guaporé que eu me lembro assim da Ronice, da Lodi, do Ricardo, especialmente, traduzindo esse evento de Guaporé, a Vanessa que é uma intérprete também de Guaporé, trabalhando nesse evento e foi ai que eu me sentei e PÁ, isso é interessante, eu acho de repente que isso é um caminho. Isso que me lembre de ver o interprete assim trabalhando, ter essa clareza que aquilo era interpretação, porque até então eu via aquilo acho como Ahhhh...usuário da LS, eu não tinha uma visão muito clara quem era o profissional interprete. E nesses eventos, nesses dois eventos que foi em cima do outro, um ano depois o outro, deu uma esclarecida. Comecei a ter mais contato com Bento Gonçalves, também falei com ele da possibilidade de fazer uma disciplina como aluno Pec, daí eu fiz a disciplina.

Silvana: o que é aluno Pec?

Chimango: aluno Pec, é aluno sem vínculo no mestrado.

Silvana: aluno especial?

Chimango: não, não aluno ouvinte no mestrado, que aqui na Universidade do Parque da Redenção tu pode, tu pode assistir as aulas como aluno ouvinte, aluno Pec, você paga, se matricula, você recebe um atestado no final de que participou da disciplina. Se por acaso, você vai fazer uma prova de seleção, até cinco anos depois aqueles créditos valem como crédito pra ti. Aí comecei mais a saber dessa questão.

Silvana: esse contato, durante todo esse processo de convivência que você teve com o pessoal surdo e convivendo com outros interpretes também, nesse evento que tu viu, visualizou e tal, será que existem grupos de interpretes aqui, porque me parece que no RS essa história já está há bem mais tempo, desde a década de oitenta, se constituindo. Que tipos de interpretes você consegue observar. Como é um pouco dessa história?

Chimango: é, eu acho que é bem por aí assim, eu acho que teve aquele primeiro grupo que começou organizar bem esse trabalho de intérprete. Essas pessoas foram os que vieram formar os primeiros intérpretes no primeiro curso que teve aqui. Eu acho assim, que os três nomes são pioneiros na interpretação aqui no RS, que são: o Ricardo, a Lodi e a Ronice. Eu acho que essas três pessoas foram meio quem primeiro começou a organizar esse trabalho de intérprete. Com um trabalho pioneiro, com experiência. A Ronice filha de pais surdos, a Ronice e a Lodi estudando a lingüística, o Ricardo indo pelo lado da religião, na escola Ephatá, porque Ephatá é uma escola luterana de vínculos com a igreja luterana, enfim na época não era. Quer dizer até era porque tinha uma entidade alemã que subsidiava o trabalho. Mas sempre tinha essa questão, da igreja São Pedro ou São Paulo acho, que ficava lá perto da escola Ephatá, e eu me lembro do Ricardo atuando ali na igreja como pastor, primeiro com o Eli Pietro, o sinal<sup>46</sup> dele era assim, eu não sei se tu conhece. Bah, o Eli Pietro, eu me lembro dele assim muito bem, acho que ele também, mas, pois é, o Eli, eu não via ele como intérprete. Eu via ele mais como educador, ele era professor da escola, mas ele também atuava como intérprete, acho. Agora o Ricardo, eu via ele mais, mais como intérprete assim. Então tem esse grupo primeiro assim, que eu acho que é quem puxou os demais assim. E daí então, teve esse evento lá de Guaporé que eu te falei, que foram essas três pessoas que trabalharam e aí tinha a Vanessa, eu não lembro se tinha mais gente, dessas pessoas eu me lembro. Daí tinha a Vanessa que é uma professora lá do Getúlio Vargas em Guaporé e também não tinha a formação como intérprete, ninguém tinha, até porque não existia isso. Isso eu me lembro, então são esses, esses são os primeiros grupos digamos assim, tirando a Vanessa, porque acho que ela já vem da década de 90, né, mil novecentos e alguma coisa mas esses três assim já como um marco digamos assim. Daí a gente pode dar um salto para 97, quando foi esse 1º curso que a Vanessa foi minha colega. Então nesse curso a Vanessa também veio de Guaporé e foram 20 pessoas que fizeram esse curso. E aí nesse curso a Ronice e o Ricardo foram um dos professores.

Silvana: esse curso estava ligado a FENEIS?

Chimango: estava, foi uma parceria da FENEIS com a Universidade do Parque da Redenção, porque surgiu esse curso? Porque foi uma luta da comunidade surda, em 96 foi toda esse luta da comunidade surda e foi oficializada em Porto Alegre a LS. Então havia necessidade de ter esse profissional para estar acompanhando os surdos. Eu me lembro que os surdos estavam

---

<sup>46</sup> Nesse momento a intérprete faz em língua de sinais, o sinal de Eli Pietro.

participando do Orçamento Participativo, começou ai, tinha uma, a Gisele agora eu não lembro, não mas foi depois da formação já. Mas antes disso tinha esse movimento em luta por escola, por LS e ai depois da oficialização de LS em 96, houve a necessidade de ter esse profissional. E ai a FENEIS, a recém estava começando aqui no RS e a Universidade do Parque da Redenção com parceria do Bento Gonçalves, fizeram esse, proporcionaram esse curso e foi 80 horas que é outra questão para se discutir depois, se for o caso, que capacitou pessoas que já tinham fluência da LS, que já vinham trabalhando como intérpretes, como intérprete informalmente, e ai que fizeram esse curso. Foi 20 pessoas que eu me lembro, pessoas de Santa Maria, Porto Alegre, tinha a irmã Silvana do PR, que veio fazer esse curso também. Mas foram mais pessoas do estado aqui do RS, mesmo. Teve esse curso de 80 horas e logo ao término do curso, parece assim que, eu não sei se abriu mais ou se nós começamos visualizar mais onde poderia estar atuando. E aí na Usina do Gasômetro, os surdos começaram a participar mais do Orçamento Participativo, lutando pela escola, pelo EJA, várias lutas que eles estavam querendo, enfim conquistar espaços na cidade. E foi aí que a Gisele, uma outra intérprete que foi minha colega no curso em 97, também da área da educação, começou a participar do OP como intérprete voluntária. E ai a Usina do Gasômetro começou, opa..a gente tem que organizar isso aí. Ai eles fizeram uma licitação, e aí eu e a Gisele fomos selecionadas dessa listagem para atuar junto a Usina do Gasômetro no orçamento participativo e também num outro espaço, que eu não falei que foi o Fórum Municipal das Pessoas com Deficiência, que começou em 96 por aí. Então a gente começou a atuar como intérprete da Usina do Gasômetro nesses dois espaços, o orçamento participativo que às vezes eu falo OP e no Fórum Municipal das Pessoas com Deficiência. A partir daí, começamos, começamos então a atuar em vários espaços dentro da Usina do Gasômetro também.

Silvana: nessa época já existiam identidade, ou identidades, não sei, dos profissionais intérpretes, alguma consciência ou não de ser intérprete?

Chimango: eu acho que esse grupo, até eu estava falando antes, a Ronice, a Lodi e o Ricardo. E aí teve esse 2º grupo, eu acho que esse 2º grupo se caracterizou como um grupo, tinham grupos. Porém, nesse 1º grupo, poucos continuaram como intérpretes. Todo mundo era isso, não era 100% intérprete, era professor e intérprete, era sei lá o que e era intérprete. Então, tinha esse grupo: ahh, o grupo de 97 que se formou e tal. Então teve esse grupo, e a partir disso foram surgindo. Depois de 97 teve em 2000 o outro curso que a FENEIS promoveu também acho em

parceria com a Universidade do Parque da Redenção, não tenho certeza e aí já começou a abrir mais. E a partir de então começou a ter outros pequenos cursos, no interior de 120 horas, ali, ali, e ali. Meio que começou vir esse final de 90, início de 2000, esse novo grupo assim, esses novos grupos de intérpretes que não foi só em Porto Alegre e já começou a ir mais para o interior. Em relação às identidades eu não sei, é complicado a gente falar sobre as identidades. Eu acho que tem muito assim, os intérpretes que vieram de uma relação de amizade com a comunidade surda, por exemplo eu, eu conheci e convivi com surdos há vinte anos atrás. Então tem um pessoal assim, que eu acho que a gente pode caracterizar como um grupo. Os filhos de surdos que nesse grupo que eu me formei também tinha um ou dois, não tenho muito certeza, filhos ou sobrinhos ou familiares de surdos, e aquelas pessoas que vieram da formação assim, que eram pedagogos, que tinham feito educação especial na Universidade Minuano em Julio de Castilhos, por exemplo a Anita Garibalde, a Dalila Gonçalves, a Bibiana Farroupilha a Bibiana, não a Bibiana não fez curso de intérprete, só se ela fez em 2000, mas acho que não. O pessoal da religião tinha a irmã Silvana, que eu acho que ela trabalhava com surdos lá no PR. Mas eu acho que era escola também, eu não tenho bem certeza. Então eu acho que tem essa questão, dos interpretes que vieram de se ter familiares, aqueles que vieram que eram amigos de surdos, e esses que já atuavam como professores que vieram mais pelo lado profissional, como uma 2ª opção pelo lado profissional. Esse é um tipo de variável que identifica talvez no grupo de intérpretes. E hoje tem vindo, né, tem o pessoal que trabalha nas igrejas, independente de que igreja for.

Silvana: Isso é muito forte na formação do intérprete, né? Nesse processo histórico, se percebe que a maioria vem dessa formação religiosa, né, ou com laços religiosos ou com laços de amizade, conforme tu falou? Não só pela igreja, claro.

Chimango: pois é, eu acho que principalmente os intérpretes que até então vem atuando como intérpretes até hoje, 2006 eu acho que principalmente dessa relação de amizade com a comunidade surda para depois ir para o lado profissional.

Silvana: e como que se deu à relação de aceitação, de pertencimento ao grupo da comunidade surda, como ILS?

Chimango: como intérprete?

Silvana: isso, como intérprete. Quando você começou a se sentir intérprete?

Chimango: como intérprete, eu acho que já vem isso da prova de seleção do curso, pelo caráter informal da seleção, da prova assim...eu me lembro que foi num prédio da Universidade do

Parque da Redenção, não é informal, eu vou explicar. Foi numa sala da Universidade do Parque da Redenção eu me lembro, assim e tinha várias pessoas lá que iam fazer a prova, algumas eu conhecia outras não. E aí na hora da prova foi um papo muito informal entre eu e o surdo que estava me entrevistando, porque foi uma avaliação para saber o nível de língua, que nível eu estava na LS. Então eu me lembro até da minha postura, porque eu tenho essas fitas, porque essas fitas foram me entregue. Essas fitas ficaram comigo da prova de seleção e do curso todo daí, até como registro. Eu me lembro da minha postura nas cadeiras de sentar, naquelas cadeiras que tem o braço assim, e eu estava assim como eu estou aqui, escorada<sup>47</sup> e eu estava fazendo a prova assim num papo super informal. E as próprias questões dos surdos, que o surdo fez para mim eram, se eu tinha namorado surdo, se eu tinha ficado com algum surdo. Então assim, eu acho que aí vem essa aceitação como usuário da LS, assim como pertencer à comunidade, se assim posso dizer, né? Depois como intérprete, como eu já logo assumi o trabalho como intérprete na Usina do Gasômetro, e comecei a estar mais em “evidencia<sup>48</sup>” pelo **OP**, pelo Fórum, eu acho que teve uma aceitação mais assim, de dizer ahhh Chimango é intérprete.

Silvana: e hoje em dia, você também trabalha com formação de intérpretes?

Chimango: pois é.

Silvana: como foi esse processo do intérprete para ser formadora?

Chimango: foi muito legal, foi bem assim assustador no começo. Eu não sabia que eu ia ter condições de fazer isso. Foi em 2002, já tinha feito dois grandes cursos, aliás, dois importantes cursos, que foi o que eu fiz em 97 como meu primeiro, e o segundo com 200h que foi maior, bem maior com 120h a mais, que foi o segundo curso que teve aqui em Porto Alegre, que eu acho que são os de referências assim para os intérpretes. Aí nesse curso de 2002, se formou Chimarrão, que eu vou chamar de “Chima” que hoje é minha colega. Se formou, também, já estava trabalhando como intérprete numa escola de surdos em Soledade. Aí em 2002, a Universidade Franklin Cascaes fez uma parceria com a FENEIS, de fazer um curso para professores intérpretes, né..aí tem outra relação, no Rio. E aí a Ronice estava puxando esse curso, organizando esse curso e convidou a Chimarrão, a Chima para trabalhar na parte prática do curso. A Ronice ia trabalhar com a questão teórica do curso e a Chima com a parte prática do curso. E aí a Ronice pediu para a Chimarrão, chamar mais uma pessoa que ela confiasse e que

---

<sup>47</sup> Nesse momento Chimango faz um exemplo como se estivesse sinalizando.

<sup>48</sup> Chimango, faz questão de colocar entre aspas essa palavra, em evidência.

trabalhasse um com o outro para a gente pensar como trabalhar a parte prática do curso de LS, ou seja, ILS ou professor intérprete, enfim. E ela veio falar comigo, me desafiou a fazer isso em 2002. Vamos fazer, tu estás a fim de fazer? Para nós era tudo novidade, ninguém nunca tinha feito isso, a gente tinha experiência de como aluna, eu com o Ricardo, a Ronice e ela também. Agora não me lembro, se a Ronice trabalhou nesse curso de 2000. O Ricardo com certeza, a Ronice não tenho certeza. De 2000, o curso, né! Então a gente sentou, então tá vamos assumir isso né? Vários dias de reuniões nós duas, pensando o que nós tínhamos que trabalhar, o que, quais habilidades que nós queríamos que aqueles alunos desenvolvessem para serem bons intérpretes, tá, mas enfim na questão bem técnica, da técnica de interpretação. Então, começamos assim a pensar nas questões que a gente vivenciava, o que a gente sentia dificuldade, o que nós vivenciamos na prática como dificuldade que nós poderíamos passar isso em um curso de formação para que as pessoas pudessem vivenciar essas questões. E aí começamos a pensar diferentes tipos de atividades.

Silvana: como foi assim, as principais dificuldades que vocês enfrentaram no início como intérpretes, alguns pontos assim que mais te marcaram?

Chimango: ahhhhhh, atuando como intérprete? A minha primeira atuação como intérprete. Já formada assim, foi assim um “baque”. Foi em 97, em uma conferência municipal de assistência social. Então assim algo bem político, tinha diretrizes políticas, diretrizes públicas, políticas na área de assistência social e aí foi um histórico na escola daqui de Porto Alegre imenso assim, eu nunca tinha subido num palco para interpretar alguma coisa assim. Foi eu e um colega que também se formou comigo, o Vagner que hoje não está mais entre nós. E foi assim, eu me lembro que foi numa sexta-feira à noite. Tinha um cara Phd e “bambam” da assistência social da parte das políticas públicas assim e logo que ele chegou assim no evento antes de começar, eu falei eu vou interpretar o senhor em LS. O senhor poderia mais ou menos me falar o que o senhor vai dizer. Ele me entregou um calhamaço assim com quinze páginas e disse eu vou ler isso aqui. Eu vou ler isso aqui. E eu tive um baque assim na hora. Eu não tenho essas coisas gravadas assim, mas não foi uma ótima interpretação (risos), não foi uma ótima interpretação porque o cara assim leu as quinze páginas. Então tu começa a imaginar assim, a assistência social, vem toda essa questão do ECA, do estatuto da criança e do adolescente, das legislações, de sei lá, então assim, bahhh, toda essa questão assim, específica mesmo. E eu me lembro que nessa abertura, o meu colega não foi, foi combinado que seria só eu, foi 1h:30 ou 2h min enfim, foi

longe, e eu sozinha lá. E tinha os surdos na platéia, e participaram, e nos outros dois dias também, mas depois foi uma questão de pequenos grupos e tal. Mas essa primeira experiência como intérprete foi única assim mesmo.

Silvana: mas qual foi exatamente a dificuldade?

Chimango: primeira coisa de ser a primeira vez, primeira coisa de ser a primeira vez, a primeira vez a gente nunca esquece. A segunda em questão a limitação lingüística, porque eu precisaria de mais vocabulário, até porque eu acho que muitos dos sinais que eu precisava usar naquela época não tinha sinais, assistência social, essas coisas desse tipo. E também a falta de ser de encarar como uma profissão eu acho que não tem uma coisa isolado, a coisa é um contexto. Hoje eu pensando nisso, a gente pensa como uma aprendizagem, todo tipo de interpretação a gente vê como uma aprendizagem assim, mas assim foi uma coisa importante para o processo todo. Hoje estou aqui trabalhando como formadora, como intérprete e que aquele momento foi importante pra tudo que está acontecendo hoje, também.

Silvana: antes você mencionou sobre professor intérprete. Como você vê a relação professor-intérprete, ILS, como você vê isso hoje? Aqui no Rio Grande do Sul aconteceu essa..

Chimango: eu acho que é muito claro essa questão, o que é professor ou o que é intérprete. A gente sempre pensou meio que separado esses papéis, até porque é separado esses papéis, são papéis diferentes na verdade. Daí agora de um tempo para cá vem essa discussão toda sobre o profissional intérprete e professor intérprete que o MEC vem trazendo isso, meio que eu acho que começou mais por esse curso de 2002 mesmo lá no Rio que eu tive o privilégio de estar lá, porque essa experiência foi super enriquecedora. Ahh, posso responder uma parte da pergunta anterior que eu lembrei agora. Porque esse curso foi a segunda parte, o segundo módulo, a segunda versão desse curso. Então um ano antes teve esse mesmo curso mas uma experiência muito negativa em termos de organização de tudo mesmo. Então as alunas que participaram desse curso que eram professoras, duas professoras de cada estado do Brasil, então teve uma manifestação, uma avaliação muito negativa da primeira versão do curso, da primeira parte do curso. E aí o MEC veio com uma segunda proposta mais organizada, com muita infra-estrutura, com muita clareza, enfim daí foi esse segundo curso. Até algumas alunas falaram que foi uma experiência radical entre o primeiro e o segundo, até porque a maioria das pessoas que vieram para o curso de 2002 eram as mesmas do curso anterior, do outro curso com algumas exceções. E a pergunta sobre o professor intérprete. Então no primeiro curso teve essa questão do professor

intérprete no Rio, mas no segundo foi muito forte assim, os alunos vieram com essa questão, falavam mas nós somos professores intérpretes, eu fiz curso de professor-intérprete, professor intérprete. Então a gente veio meio para esclarecer, também além da parte técnica a gente veio meio que esclarecer porque são papéis diferentes. Porque a gente pode, tem mil e possibilidades de saber porque veio essa questão do professor intérprete, por custos obviamente porque para MEC ou qualquer esfera pública você tem um professor que tem domínio da LS e pegar esse mesmo profissional para colocar atuar como intérprete é menos custo do que ter que estar chamando um outro profissional intérprete para fazer esse mesmo trabalho. Então, e falta de clareza porque são coisas diferentes, formação mil coisas que a gente pode pensar porque surgiu essa nomenclatura professor-intérprete. Eu particularmente não concordo porque tenho clareza bem até porque sou professora e intérprete, né. Então eu conheço o que é o trabalho de um professor e o que é um trabalho de um intérprete. Não significa que quem é professor nunca vai ser intérprete e vice-versa. A gente tem professores que tem formação como interprete, eu e outras pessoas, mas quando você coloca esse termo professor-intérprete você abre uma possível, você abre brechas para essas duplas interpretações entre essas confusões de papéis. Eu acho que tem que amadurecer muito isso ainda.

Silvana: voltando um pouquinho lá quando você fez a fala da Universidade do Parque da Redenção quando você selecionada para trabalhar dentro da universidade, que desafios você sentiu dentro do espaço universitário ?

Chimango: é isso é legal também de falar porque não teve uma seleção, assim dentro da universidade. Eu acho, é lamentável que isso tenha acontecido na Universidade do Parque da Redenção, que teve todo um movimento do NUPPES, com o Bento Gonçalves, que ficou lá não sei quantos anos, hoje já não existe mais, o Bento Gonçalves saiu enfim. Sei lá, foram anos de NUPPES, e não se organizou essa questão do trabalho do intérprete na universidade durante todo esse tempo, não ficou claro. Tem uma parceria com a FENEIS, porque a gente trabalha via FENEIS, assim, eu não sou funcionária da universidade, eu presto serviço pela FENEIS. Então é tudo assim, desde pagamento eles pagam de seis em seis meses assim, é um absurdo isso, né, até a própria organização de não ter, não ter os surdos reclamavam e até hoje reclamam os que estão lá, de ter horas de interpretação para estudo assim, de estar produzindo os textos, enfim não existe isso. Os surdos que querem fazer isso eles tem que pagar particular, então é muito desorganizado isso nesse sentido, eu acho que foi uma perda assim de não ter feito, de não ter

feito esse, de não se fazer essa organização. Pô tinha muito pesquisadores lá gente com influência, os surdos podiam ter meio que padronizado, colocar as regrinhas direitinho, mas tá né. E aí o que acontece, eu comecei a trabalhar como intérprete na Universidade do Parque da Redenção porque os surdos pediram e isso acontece muito lá na Universidade do Parque da Redenção assim. O intérprete que atua na Universidade do Parque da Redenção no mestrado até porque lá não tem graduação, é só mestrado e doutorado na parte em educação, são os surdos que escolhem. Tem os surdos tal e escolhem, eu quero esse e esse intérprete.

Silvana: então, continua ainda existindo um tratamento não profissional seletivo, talvez até existam profissionais, mas na questão de seleção, assim não?

Chimango: é, não assim de prova de seleção, não isso, não acontece.

Silvana: e você acha que os surdos têm critérios de avaliação na escolha desse intérprete ou se confunde uma questão ética com uma questão pessoal?

Chimango: eu acho que os critérios são bem variáveis assim, depende de cada surdo, depende de cada surdo. E fazendo um resgate assim, como a Gládis foi a primeira surda a entrar na universidade, eu me lembro do convite que ela me fez para interpretar e eu não me sentia preparada para isso. Eu falei não, sem condições e aí aos poucos como eu fui entrando como aluna Pec e aí tendo mais conhecimento do curso e tal, eu também comecei a me desafiar mais e assumir um pouco esse lado, né. Mas eu me lembro já daí da Gládis no doutorado, o Wilson no mestrado, o Wilson Miranda, e eu me lembro já de interpretar. Eu não lembro quando comecei interpretar na Universidade do Parque da Redenção. Eu não me lembro que ano, que ano foi isso, não tenho esse registro, mas é uma pena, faz tempo isso. E eu me lembro disso, o Wilson no mestrado, a Gládis no doutorado com o Bento Gonçalves e outras disciplinas.

Silvana: qual o fato que te marcou na interpretação ao entrar, se inserir nessas disciplinas?

Chimango: mais essa questão lingüística que não teve assim um sinal para falar o que realmente precisava falar, mas eu acho que daí, insegurança minha eu acho que não, insegurança acho que não, mais de saber como é que eu vou falar essa frase que tem dez palavras e das dez uma tem sinal, como é que eu vou interpretar isso. Eu me lembro que eu discutia muito com a Gládis, com o Wilson depois com a Gisele, que nós precisava sentar e criar esses sinais para as palavras que vinham surgindo, né específicas da linha de pesquisa de cada um, enfim.

Silvana: era só você que trabalhava como intérprete na instituição?

Chimango: não, eu lembro também que as próprias alunas do mestrado interpretavam. A Anita interpretava, a Anita Garibaldi, a Dalila Gonçalves interpretava que são do grupo de 97, né que se formou.

Silvana: ahh, foi o grupo de 97, claro. E entre vocês intérpretes, vocês não tinham uma troca, uma discussão, reflexão?

Chimango: na época não, hoje tem isso. Eu digo hoje, de uns dois anos para cá, porque vem atuando, mais eu e Chima dentro da Universidade do Parque da Redenção, né. De vez em quando uma não pode, daí chama uma colega pra substituir, eu e a Chima a gente tem uma conversa, conversa muito sobre o nosso trabalho dentro da universidade desde as questões lingüísticas até as questões de organização, enfim, mas eu acho enfim, até porque duas pessoas muito próximas né, a gente tá fazendo mais isso.

Silvana: e que visualizações você vê em termos de possibilidades de os intérpretes atualmente e futuramente, do ponto em que estão se..

Chimango: em que área?

Silvana: não, do sentido geral do ponto de organização de categoria mesmo?

Chimango: eu acho que a regulamentação da LIBRAS, o decreto 5626, 5696, do ano passado de dezembro de 2005, 5626 eu acho que é isso. Eu acho que aí vai ser uma coisa, essa legislação vai contribuir para organização e um pouco mais da profissão intérprete. Desde, desde a formação vai ser meio que padronizada acredito eu, até a atuação em qualquer espaço, acho que vai ajudar. Mas o que ainda falta eu acho que é isso, de os próprios intérpretes se organizarem, porque tá muito solto ainda, cada um por si e Deus por todos. Tem um rebu, um zumzumzum, de vez em outra surge essa discussão, ahhh vamos fazer uma associação, ahh precisamos nos organizar, precisamos nos encontrar, ahh precisamos fazer uma reunião aqui, um fórum ali. Tem muito essas, essas conversas né, mas não tem na prática.

Silvana: a que você atribui isso?

Chimango: ahhh

Silvana: que motivos, porque a gente tem tantas dificuldades?

Chimango: ahhh, é eu acho em primeiro por uma falta de esclarecimento, do que que é o que, quem é o intérprete, talvez, segundo por tempo também, eu acho que as pessoas fazem, se atribuem, eu acho que assumem outras funções, com outras coisas que não se reserva esse espaço para se organizar. Isso eu também estou falando minha culpa, obviamente também. Minha culpa

porque a gente que está, que é mais antigo digamos assim, que é mais experiente de estar encabeçando essa discussão, essa organização. Há momentos disso, há picos eu acho, mas aí acaba ficando, assim num marasmo, acaba não vingando assim. E as pessoas vão, vão se dedicando, com as suas coisas, com as suas áreas específicas dos seus trabalhos individuais e acaba se criando um pouco desse grupo. Houve tentativas disso, houve tentativas assim dos grupos dos intérpretes se organizarem aqui no RS, tínhamos um grupo de nove intérpretes aqui em Porto Alegre, que tentou organizar isso em parceria com a FENEIS, mas aí teve problemas diversos, acabou não acontecendo né. Eu acho que também tem um pouco disso Silvana, dessa relação dos surdos com a gente, de alguns momentos assim a comunidade surda se achar assim um pouco dona dos intérpretes, não sei.

Silvana: de certa forma de exercer poder, talvez?

Chimango: é, talvez, eu não sei se a palavra certa é poder, mas assim, di eu não sei se posso dizer assim, mas assim..é uma coisa chata de falar, mas é uma questão acho assim que se pode dizer poder, de dizer assim: ohh durante muito tempo vocês fizeram e aconteceram com a gente agora é a nossa vez, meio que de estar dominando o jogo, manipulando os marionetes de teatro sei lá se a gente pode estar fazendo uma metáfora mais ou menos assim, é isso. Qualquer relação humana tem relação de poder, isso é fato. E eles têm essa veiculação muito forte que é a FENEIS que forma a gente, a FENEIS tá muito veiculada a nossa formação, com razão, acho que é importante, acho que é necessária para que se tenha um nível de formação porque se não qualquer um vai formar intérprete. E a FENEIS mesmo com seus problemas ou não é uma entidade que ta aí, tem a sua história enfim, mas tem essas questões. A gente não tem uma autonomia enquanto categoria dentro da FENEIS, né. Por vários motivos, tanto pelo lado da comunidade surda quanto pelo nosso, de se reunir enquanto grupo de estar se unindo mais, eu acho não sei se é por aí. É complicado porque a gente é amigo de surdo, a gente tem essa relação profissional que é muito confusa às vezes esses papéis, né. A gente muitas vezes não consegue se ver como profissional e sim como amigo e eles também, então separar esses papéis eu diria que é um esforço para os intérpretes que até hoje vem atuando.

Silvana: porque às vezes bate de frente com alguma questão que serão resolvidas?

Chimango: claro, tem coisas que vem, por exemplo, tem equívocos nessa atuação do intérprete que vem vindo, vem vindo e vai se naturalizando como normal e é equivocado.

Silvana: Exemplos?

Chimango: um exemplo banal, que é: um surdo pergunta para a gente que dia que a minha prova? Contextualizando, eu intérprete trabalho numa escola ou numa universidade, traduzo as aulas, e aí o surdo me diz: tu lembra que dia é a minha prova, que dia que é a minha prova? Que matéria vai cair? Como se eu intérprete tivesse que, fosse a agenda dele. Então tem esse costume, não é depender, mas procurar um intérprete para pedir informação que é responsabilidade dele. A minha responsabilidade como intérprete é na sala de aula, ou em outro espaço que necessário na universidade ou na escola. Mas acabou ali, bom ele que tem que saber que dia que é a prova, que conteúdo vai cair, o que o professor disse, essas coisas entendeu? Então, tem essa confusão, tem isso.

Silvana: bom, boa sorte para nós, isso continua..risos..

Chimango: é complicado, é bem complicada essa questão.

Silvana: muito obrigado pela tua entrevista, e por aqui vamos encerrando.

Chimango: boa sorte para ti, vamos tomar um chimarrão então. Eu não sei se não ficou meio confuso.

### **INTÉRPRETE CHIMARRÃO**

Silvana: Oi Chimarrão, em primeiro lugar é um prazer à gente poder conversar. Muito obrigado porque você certamente está colaborando muito com o meu trabalho. Eu tenho o objetivo de estar discutindo quais são os elementos que permeiam as possíveis identidades dos ILS com colegas do RS e de SC. A entrevista será por meio de perguntas para contextualizar o processo histórico quando você começou a ser ILS. Em relação à aquisição da LS, o que te motivou a estar em contato com os surdos e a decisão de se tornar ILS...

Chimarrão: Na verdade eu sempre gostei de línguas estrangeiras, meu pai sempre me incentivou muito a aprender o inglês, eu fiz na época no segundo grau, tradutor-intérprete, tinha contato com o francês, consegui uma bolsa pela aliança francesa e eu olhava os surdos assim, eu olhava perto da faculdade eu pegava o ônibus e passava perto de uma escola aqui em Porto Alegre, o Moinhos de Vento, uma escola de surdos que eu só vim saber que era escola de surdos depois, né. Enchia o ônibus de surdos e eu achava muito interessante a sinalização, eu pensava assim como é que pode ter comunicação em algo tão rápido, como é que pode passar o significado. Coloquei assim como objetivo, eu vou aprender a LS um dia, e o tempo foi passando. Enfim eu só consegui concretizar esse objetivo meio sem querer uns 10 anos depois. Eu fui fazer um curso

de informática e tive um colega surdo e fiquei amiga desse colega e ele me apresentou na comunidade surda e na verdade o meu contato com a LS começou assim meio natural. Só depois de um tempo, eu senti a necessidade de, eu era professora estadual, para ter um título, conseguir uma elevação de cargo, já que eu tenho a LS eu vou fazer um curso de LS e aí eu entrei no curso na escola Praia de Belas e aí nessa escola, aí que eu comecei realmente a colocar no contexto, porque antes eu não tinha essa idéia do contexto escolar, da educação de surdos, nem imaginava o que era comunicação total, eu não tinha nada nem imaginava. E fui convidada para trabalhar nessa escola, trabalhei um ano como voluntária, só depois que eu consegui a minha cedência. Nessa época, nessa escola aí é que começou a surgir a questão da interpretação, eu não se é já outra pergunta ou se eu já emendo.

Silvana: Não, com certeza já é outra pergunta. Gostaria de saber como começou a questão de te sentires ILS, de desenvolver essa vontade, esse desejo profissional?

Chimarrão: Eu já era intérprete, eu já era tradutor-intérprete embora não exercesse, eu sempre exerci mais a parte da tradução, na parte de língua oral eu não gostava muito da interpretação, é um jeito diferente de fazer interpretação. Então, eu atuava raros trabalhos como tradutora, então eu sempre tive essa parte vocacionada para tradução e interpretação. Na verdade, para mim a LS significou mais uma língua de trabalho. Nessa escola eu trabalhava, comecei a trabalhar como professora e fui chamada pela coordenadora da escola, que foi da primeira turma de intérpretes do RS, e ela disse:

Chimarrão, os alunos vão a um evento e eu não posso ir. Tu podes interpretar?

Foi a primeira vez, e eu disse olha eu não tenho condições de interpretar, eu tinha muito claro isso que a minha LS era para sala de aula, para conversar e que a interpretação era um outro nível por eu já ter todo esse embasamento de formação. Eu disse, olha eu não tenho condições e ela fez chantagem

Mas os surdos não vão ter ninguém para interpretar para eles.

E aí eu fui, foi meu primeiro trabalho como intérprete e eu não me sentindo intérprete, eu me sentindo, vou dar o nome, como auxiliar de comunicação. Me senti extremamente insegura, no fim eu perguntei para os surdos, vocês entenderam? Eu fiz, eu estava bem acostumada naquela LS como interação e não como alguém falando, mostrando slides e eu passando para eles. Eu não tinha técnica, não tinha nada. Foi o começo, que eu acho que a grande maioria teve, que aqui no RS a gente chama no facão, no improviso sem saber de nada e foi assim. Agora você quer saber

quando eu comecei me sentir intérprete? Uma longa história. Nesse trabalho, eu comecei ser chamada pelos surdos para outras coisas.

- ahhh, eu preciso ir numa entrevista de trabalho, eu preciso de tal coisa, na própria escola começaram..

Eu vou ser bem sincera, não gostava, eu não gostava, eu não me achava preparada, eu achava que os surdos saíam perdendo, era muita responsabilidade para mim, que eu não tinha as ferramentas necessárias para fazer uma interpretação, até que uma menina surda que fazia estágio de magistério nessa escola, passou na universidade e disse:

Chimarrão, vai interpretar para mim.

Eu disse olha, eu posso fazer uma experiência, vamos ver o que tu achas. Foi, ela gostou. Eu passei alguns, uns dois no máximo três anos interpretando nessa faculdade, e foi um novo tempo onde não me sentia, não me dizia intérprete, até essa pessoa que trabalhou nessa escola, essa coordenadora ela sempre dizia assim:

Eu só vou me sentir intérprete, quando eu passar por uma formação. Eu atuo como intérprete que é bem diferente de ser intérprete ou de se considerar. E aí nesse tempo, surgiu a segunda formação de intérpretes que teve aqui no RS, que eu comecei a me vislumbrar como intérprete. Uma formação, se não me engano, era de seis meses. E no fim apesar de já ter a certificação, assim comecei me chamar de intérprete, mesmo assim e até hoje, eu vejo muitas lacunas na minha formação, muitas lacunas mesmo, algumas que eu não sei como eu vou preencher, não consigo ter alguém que possa me dar essa formação, coisas que eu acho que vão faltar, estão faltando ou eu tenho que buscar de outra forma. Foi a partir assim, eu coloquei assim como meu objetivo. A partir do curso, do certificado, eu posso me chamar de intérprete, foi mais ou menos assim.

Silvana: Quando você fala que teve uma inserção na comunidade surda de uma forma natural com seus colegas. Uma dúvida me resta no sentido ainda para saber como você viu a comunidade surda. Tu disseste que foi como mais uma língua, mas em relação às questões culturais, a participação da associação, como foi essa tua inserção na comunidade?

Chimarrão: a minha inserção, não tanto por associação, aliás, como é até hoje e como sempre foi; não fui muito frequentadora da associação, mas sempre frequentei casas de amigos surdos. Na época, a associação não intermediou muito essas relações. Pra mim assim, em termos de comunidade surda eu tinha uma grande curiosidade, no fundo para mim era uma interrogação. Eu

não tinha nenhuma noção, realmente eu era muito ignorante, até em termos culturais de tratar o surdo como uma outra cultura e ao mesmo tempo eu não tinha uma visão patológica, era algo em aberto assim, quem são os surdos? Eles são diferentes, mas até que ponto? E esses dias, eu estava me lembrando, meu primeiro contato assim, tentando lembrar qual foi o primeiro contato com surdos que eu tive. Eu era pequena e estava passeando com a minha mãe, e passou uma moça por nós e disse bom dia ou boa tarde, não me lembro mais, e a minha mãe olhou pra mim e disse; essa moça é surda. – mas como é que ela sabe falar? – não, ela aprendeu falar. E aquilo passou, depois eu comecei a pensar assim se não foi também, uma certa influência, mesmo que não explícita, porque a minha mãe não falou surda-muda, e ela não falou, sabe..não teve ..foi uma moça surda que aprendeu a falar. Foi uma coisa natural, talvez eu tenha sido influenciada sem querer por essa visão, uma visão assim natural sobre o surdo, que alguns falam, outros não...

Silvana: Tu tinhas contato já com os ILS quando houve o primeiro curso aqui no RS? Ou foi quando tu começaste a trabalhar na escola?

Chimarrão: eu comecei a trabalhar na escola, pra ser bem sincera, eu não sabia que existiam ILS. Com essa pessoa, que era coordenadora da escola, que eu vim a saber do primeiro curso. Olha existe formação para intérpretes!!! Eu comecei a ter contato, realmente, quando eu comecei a trabalhar , eu fiquei em sala naquela faculdade, estava trabalhando como intérprete...mas eu passei mais ou menos um ano, sem saber quem atuava naquela profissão.

Silvana: quando começou aqui no RS, os primeiros cursos de formação para ILS?

Chimarrão: minha memória agora, o primeiro foi um curso que foi dado na Universidade do Parque da Redenção, eu tenho isso anotado em algum lugar, em 199..., eu acho que 1996.

Silvana: Como é a relação entre os ILS, hoje aqui no RS, o que tem acontecido? De organização, ainda de curso de formação porque de 1996 até hoje, se passaram 10 anos e muitas coisas devem ter mudado.

Chimarrão: é bem interessante, o segundo curso que foi o que participei só saiu por volta de 2000, quatro anos depois. E depois desse curso houve uma explosão de cursos de formação, acho que daí um ou dois anos depois, começaram ocorrer freqüentemente mais cursos de formação. Nós temos um que sai quase anualmente, o curso de extensão do Centro Universitário Iguatemi, e temos algum que outro no interior: Santa Rosa, Passo Fundo, se não me engano. São cursos mais, apesar de que são cursos mais de formação, não sei se eu posso chamar de formação, mas vamos dizer um curso de formação e eu não sei realmente, mas muitas pessoas fazem o curso de

interpretação, não com o objetivo de serem intérpretes e nesses cursos a gente fica sabendo quem atua e não são muitos. Aqui a gente ainda consegue manter um contato e saber quem é quem. Até por eu participar como formadora, então eu sei: ahhh, fulana foi para tal lugar, mas muitas pessoas ainda vêem o curso de interpretação como curso de LIBRAS avançado. E muitos dizem assim: ah, eu vim para o curso porque eu quero aperfeiçoar a minha LS, porque eu quero ser fluente em LS. Então existe ainda muita confusão das pessoas que entram nos cursos, então obviamente, elas saem e não vão atuar. Aqui no RS, ainda existe bastante contato, muito desse contato é feito de uma certa forma pela FENEIS-RS e pelas faculdades, tem muitas. O grande campo de atuação aqui no RS são as faculdades tanto na graduação como para pós-graduação onde tem surdos. Realmente é onde tem mais, onde tu encontra mais intérpretes é nessas áreas, então é o nosso grande contato aqui é esse.

Silvana: antes tu comentaste que és formadora de intérpretes, e eu não tive a oportunidade de te perguntar como você se tornou formadora de intérpretes, uma outra experiência?

Chimarrão: é uma outra experiência, eu fui convidada pela Ronice que trabalha na Universidade Franklin Cascaes, né, para um curso que ia sair no Rio de Janeiro, um curso que ia ser patrocinado pelo MEC, pela própria Universidade Franklin Cascaes, pelo INES, pela FENEIS que era um curso para professores-intérpretes.

Silvana: a Universidade do Parque da Redenção ou a Franklin Cascaes?

Chimarrão: Franklin Cascaes, Franklin Cascaes e já tinha ocorrido um curso que não foi muito bem sucedido para professores, saíram dois cursos. O primeiro curso foi mais ou menos o mesmo esquema: pegaram pessoas, professoras de diversos estados do Brasil, que tivessem uma noção de LS, e colocaram essas pessoas no curso para que fossem supostamente formadas, como multiplicadoras de professoras, professoras-intérpretes. Então o primeiro curso foi bem complicado assim, pelo que eu sei. Então saiu uma segunda edição, com preferencialmente as mesmas pessoas que tinham atuado, que haviam participado do primeiro curso e aí a Ronice me chamou. E disse: olha Chimarrão, tem as técnicas de tradução e interpretação, tu aceita? Aceitei e indiquei uma outra colega porque eram muitas, muitas pessoas, né. A gente, para essa disciplina não se consegue trabalhar porque tem filmagem, análise da filmagem, processos esses às vezes demorados. Então tem que ser no máximo, umas vinte pessoas por turma. A partir dali, eu comecei a refletir sobre o que era sobre, se a gente pensa que existe uma falta, uma lacuna de formação do ILS; simplesmente formadores de ILS, é algo que nem se existia, nem se pensava. E

comecei a pesquisar, comecei, a gente começou a montar uma disciplina bem prática como desenvolvia o que, a gente começou a pensar também nessa parte, o que se passava se desenvolver, o que se precisa desenvolver no intérprete específico para o intérprete. E essa foi minha primeira experiência. Após, o que aconteceu, talvez exatamente por essa experiência, houve um encontro de formadores de intérpretes da América do Sul, patrocinado pela Federação Mundial de Surdos e pela Unesco. E por eu ter já atuado nesse, nessa formação eu fui convidada para representar o Brasil. Então ali, assim se eu achava que precisava de uma certificação para ser intérprete ali, seria minha certificação para ser formadora de intérpretes. Estavam, vieram representantes de países da América do Sul e um representante surdo, que na época foi a Mariane Stumpf de representante surdo. Então a gente viu até muitas coisas em comum na América do Sul, de a gente ainda estar um pouco perdido o que é o professor, o que é o intérprete, o que é o formador de intérpretes. Quando e como uma pessoa pode formar alguém? Se discutiu muito que tipos de cursos, que nós teríamos? Foi dali até que saiu uma série de terminologias que se usa hoje em alguns lugares, o intérprete empírico foi ali empírico ou natural, auxiliar de comunicação, muita coisa saiu dali. A gente tentou fazer alguns acordos, para que cada um voltasse para o seu país e voltasse a divulgar da melhor maneira possível, o que se acordou. E daí ficou, a gente criou uma lista de discussão, tu já participou né, que ta viva até hoje embora não muito ativa mas que a gente ta tentando assim, manter, o que ta acontecendo em tal país, a LIBRAS foi regulamentada, ohh na Colômbia a gente ta tentando fazer tal coisa. Então é um intercâmbio também, porque esse curso foi montado pela preocupação da Federação Mundial de Surdos com a América do Sul assim, com o que estava acontecendo em termos de interpretação de LS, algo muito solto totalmente empírico, totalmente natural. Eles queriam dar um embasamento para esse pessoal, né.

Silvana: foi em que país?

Chimarrão: foi no Uruguai em 2001.

Silvana: e a partir desse encontro, assim, até hoje o contato que você ainda tem com essas pessoas de outros lugares, tu vê alguma coisa efetiva no sentido de organização, algum país aqui da América Latina, com alguma associação ou com fórum de discussão? Como é que está depois desse encontro?

Chimarrão: o que nós temos, o que se viu na época assim, às vezes alguns países me surpreenderam. Por exemplo, no Uruguai é extremamente organizado, já tinha uma associação,

já tinha formação de intérpretes, até a gente ficou discutindo se não seria pelo tamanho do país que se levava um curso de intérpretes de uma forma muito fácil pelo interior do país. Era um curso padrão, vamos dizer assim. Aqui no Brasil é uma coisa muito difícil de a gente montar um curso padrão, alias não é só o curso, mas as pessoas que vão ministrar o curso, né. E colocar essas pessoas a viajar, vão passar tantos meses em tal lugar ou aí eles poderiam ir um fim de semana para tal cidade, para outra, para outra e formavam todo o país bem fácil. Então foi, eu acho que foi o Uruguai muito organizado, muito batalhador, com formação, sabe muito preocupado com isso, temos se não me engano Colômbia também tem uma associação, temos a Argentina, também por ser um país grande ela não tem uma associação, ela tinha na época, ela tinha duas associações no país, uma no Norte e outra no Sul, pela dificuldade de deslocamento, né. Então, até uma coisa que se colocou assim, cada país daquele já tinha o seu modo de se organizar. Pelas, pelas suas especificidades culturais, territoriais até. E eu, o que saiu, a última notícia que saiu que até estou tentando me informar para divulgar, é que vai haver esse ano 2006, um Congresso me parece sul americano, parece que é de ILS na Venezuela. Está saindo notícias sobre isso, e eu tô tentando me informar, quando, onde. Porque acho que foi o ano passado, teve um encontro de educadores acho que em Cuba se não me engano, o pessoal que era intérprete fez um encontro entre eles tentando montar esse encontro. Então eu vejo ta, existe uma movimentação, existe um intérprete que é da Bolívia, que é o Fabiano que ele queria o sonho dele era, ele tentou mobilizar o pessoal para fazer como se fosse, uma Confederação sul americana de associações. Só que para isso cada país dever ter pelo menos uma associação de intérpretes e nós não temos.

Silvana: claro, e no Brasil, em termos de encontros tu que já estas há mais tempo o que tu te lembra que saiu aqui no Brasil?

Chimarrão: olha, que eu lembro foi. O que eu pesquisei em artigos, eu não participei, foram atas de encontro que eu vi na FENEIS, que eu ainda não era intérprete e encontros dos intérpretes do RS, que nós chegamos a fazer alguns.

Silvana: ahhh é? Eu não sabia.

Chimarrao: mas foram até mais informais assim, oh pessoal vamos se encontrar. Uma moça de Guaporé ela nos dizia: ohh a gente consegue uma sala, a gente consegue. Tu não foste?

Silvana: não, eu não tive em nenhum encontro de intérpretes aqui no RS. Porque eu comecei a faculdade em 1997, em 2001 eu me formei. Não tinha, eu nem me sentia intérprete nessa época,

eu trabalhava mais com a questão educacional, era professora de surdos. Nessa época, no RS tinha outras pessoas dos quais eu ouvia falar como você, do Ricardo Sander enfim.

Chimarrão: que mais, encontros informais assim, uma das coisas que também, uma intérprete daqui, a Mari que coordena e organiza o curso de extensão para ILS no Centro Universitário Iguatemi ela gostaria de fazer esse ano ainda um encontro regional, um encontro gaúcho ou regional para que a gente pudesse a partir disso partir para o encontro nacional, que segundo eu sei surgiu a idéia no II Encontro de intérpretes de SC, né.

Silvana: isso, justamente.

Chimarrão: mas falta, falta organização, eu não sei explicar né. As idéias surgem, mas a execução das idéias, do projeto, as coisas não vão para frente.

Silvana: sempre foi assim desde que tu começaste a atuar como intérprete?

Chimarrão: não, tanto que surgiram esses, esses encontros aqui, né. Encontros informais, inclusive eu formei um grupo de estudos, eu não, um grupo formou um grupo de estudos, bem informal, nós fomos se encontrar e vamos ler, e vamos e esse grupo também se desfez e eu senti assim que nós fomos até um certo ponto, a partir do momento em que nós, nós intérpretes do RS nos organizamos, nós tínhamos um grupo interno da FENEIS, né. Então nós organizamos um colegiado, nós achávamos que só o coordenador era muito, a pessoa não conseguia dar conta com tantas questões do intérprete. Ações, problemas às vezes de ética, né problemas, de formação. São muitas coisas que estão dentro do próprio, só o setor de interpretação tem várias funções, é muito difícil lidar com comunicação, agendar os intérpretes para tal lugar, conseguir os horários, enfim é muito complicado. Então, entre nós o grupo votou instituir um colegiado. O colegiado foi votado, se fez uma reunião, se fez um regimento interno e o que aconteceu foi que essa forma democrática de nós gerirmos foi vetada. Então a partir de um certo momento se disse, o colegiado não se existe mais, o regimento não existe mais, e agora nós vamos voltar aos velhos tempos. Daí eu senti que houve uma quebra assim, não houve mais encontros, não houve mais reuniões de estudos, foi assim foi uma coisa bem traumática para nós, quem estava trabalhando, querendo e aquilo afastou muitas as pessoas.

Silvana: de certa forma, relações de poder né. Porque no momento que chega de forma autoritária, e impor que não existe mais, alguma coisa talvez tenha sido mal interpretada, né por outras pessoas?

Chimarrão: foi muito difícil, na época assim eu saí bem transtornada daquela reunião, não por ser, a gente começa por ser surdos e ouvintes, outros grupos que estivessem envolvidos ali né, mas o que tava, o que estava circulando ali dentro, era uma coisa assim muito autoritária, poderia ser como já foi durante muitos anos os ouvintes para os surdos, não interessa a direção, interessa é o que estava ali circulando. Então ali, eu senti realmente, eu me senti naquele dia, eu me decidi naquela época, me afastar de uma certa maneira assim, não que eu não fosse, eu ia colaborar e tal mas eu decidi repensar, foi uma fase de repensar até se eu continuaria sendo intérprete, entendeu? Porque eu sou intérprete porque eu gosto, gosto de idiomas, gosto de interpretar, mas se eu agüentaria aquele tipo de tratamento.

Silvana: e esse tipo de tratamento, tu alega a uma questão cultural ou local daqui especificamente por terem sido organizados há mais tempo os trabalhos, ou consegues visualizar isso em outras regiões da mesma forma?

Chimarrão: em algumas outras regiões até mais forte, alguns lugares que eu visitei assim tipo assim de tratamento dos intérpretes beeeemmm mais autoritário, vamos dizer assim, não sei se essa é a palavra que eu posso utilizar, né. Eu vejo como um, eu até estava conversando contigo antes da entrevista, que eu encontrei nesse próprio encontro do Uruguai, um surdo dinamarquês que ele contou como foi nos países escandinavos a instituição mais de surdos, as associações de surdos e as associações de intérpretes que trabalham em colaboração uma com a outra mas que são distintas cada uma com seus assuntos, com suas administrações, se gerenciando, o que não foi fácil, porque ele dizendo como os intérpretes eram um setor da associação de surdos, ou de alguma Federação, existia aquele pensamento de que os intérpretes são os únicos ouvintes sobre os quais nós temos poder. E quando os intérpretes começaram a querer se gerenciar, porque realmente algumas coisas que nós temos são próprias da interpretação propriamente dita. E de uma certa forma, ele disse sobrecarregam a administração dos surdos, né, é um setor há mais. Nós temos algumas coisas que são bem próprias nossas. Isso não quer dizer que a gente não vai colaborar, pelo contrário. Eu acho que quanto mais forte serão os intérpretes, mais fortes serão os surdos. E daí ele contando, que houve esse sentimento dos surdos, de uma revolta dos ouvintes. Eles vão voltar a nos dominar, eles querem se separar para conseguirem nos dominar, eles querem ser mercenários e por aí vai. E que não foi, claro que foi um processo de muitos anos, de muitas lutas, muitas discussões, até que pelo amadurecimento, os surdos viram que é de interesse dos surdos de que os intérpretes tenham uma boa formação, os intérpretes possam se gerenciar,

os intérpretes possam ter qualidade e o surdo não vai. E porque é uma associação diferente não quer dizer que o surdo esteja fora desse processo. Ele vai participar desse processo, tanto que nós precisamos nos cursos ter formadores surdos também de intérpretes, que é uma outra coisa que se pensa muito pouco. Quem são os surdos que vão formar os intérpretes? É um outro campo que existe, então quando eles começaram a perceber isso, assim as associações foram se criando de intérpretes, e é só a gente ver a qualidade de vida dos países escandinavos, a qualidade de vida dos surdos, a qualidade de interpretação que eles tem lá, é um serviço profissional: eles dizem, ohh eu quero um bom profissional, um intérprete qualificado. É diferente de pedir favor, qualificou muito mais e isso eu vejo que a gente, ta andando muito, muito lentamente, eu acho que a gente tem uma caminhada muito grande ainda, mas até de alguns surdos que antes não aceitavam essa idéia, hoje já começam aos poucos a pensar assim, os intérpretes precisam de uma qualificação, eles precisam se gerenciar, e isso nos sobrecarregam, nos temos de dar conta de todos, de tudo que uma interpretação exige, eu acho que ainda tem um longo caminho.

Silvana: que desafios você sentiu quando começou a interpretar no ensino superior? O que tu lembra assim que sentiu dificuldade, assim?

Chimarrão: e ainda sinto, eu sinto dificuldade, no digamos, desconhecimento do professor, do professor em estar dando aquela disciplina sobre o intérprete. Muitas vezes e às vezes não é culpa do professor em si, vamos dizer. Eu já entrei em várias salas de aula que não tinha sido avisado para o professor nem que tinha um surdo, muito menos que ele teria um intérprete. Então eu estava sentada de costas para o professor, o professor me olhando de braços cruzados achando que eu estava me rebelando, fosse uma aluna que estivesse fazendo um protesto. Então será que, não eu que tive que explicar tudo: não, eu sou intérprete ele é surdo e tal, vai ocorrer assim e tal. Eu sinto essa, essa dificuldade, interação com o professor, o professor às vezes atrapalhando o processo de interpretação, professores manipulando o intérprete achando que o intérprete vai ajudar, se encostando, pegando na mão, passando na frente entre o intérprete e o surdo. Muitas, muitas coisas práticas até que poderiam ser resolvidas com seminários, com formação para os professores. Com isso eu acho que é a maior barreira que eu ainda encontro, essa informação de esclarecer o que aquela pessoa ali está ali no palco, que é um palco, né, o que ela está fazendo ali? Até onde vão os limites dela? Ou professor diz: agora explica, que eu vou fazer tal coisa, explica para ele, explica para o surdo. Não é a minha função, então um grande desconhecimento

assim, achavam que eu era uma monitora, ou eu não sei. E até hoje eu acho que é bem, bem problemático.

Silvana: em relação ao tratamento que as universidades dão em relação ao intérprete no que concerne a salários, assistência, como todo e qualquer funcionário, uma vez que a nossa categoria ainda não é reconhecida, como está acontecendo isso aqui no RS?

Chimarrão: eu vejo assim, existem algumas universidades que tem um potencial bem grande de desenvolver essa, esse tratamento mais profissional quanto ao intérprete, pela quantidade de surdos que ela tem, pela quantidade de intérpretes, e daí a gente volta à velha questão da mobilização, da coesão do grupo. Se o grupo não se mobilizar, né, não colocar exigindo seus direitos ou até não informar a universidade quais são as suas competências, os anos vão passando e a coisa não muda. Hoje em muitas universidades ainda os intérpretes são terceirizados, os intérpretes são quase, são visíveis porque a LS é visível, eles são invisíveis como funcionários, uma grande curiosidade assim. Então tem aquelas pessoas, no fim da aula que vem me perguntar: onde a gente aprende LS? É bem comum. Algumas universidades e eu vou citar, porque o que é bom tem que ser falado, a Feevale que é o Centro Universitário de Novo Hamburgo, ela tem que eu vi, posso estar enganada, um dos melhores lugares para o intérprete trabalhar. Claro, a gente é contratado como professor, né, mas já na entrada eles colocam assim: o, tu vai ser intérprete, não é função, tua função não vai ser como professora. Tu tens direito a intervalo, tens direito a pausa. Uma coisa que me impressionou muito foi assim, a aluno vai fazer o seu texto. Se o professor não entender, tu podes revisar o texto e vai ser revisado por fulana de tal. Se o aluno sinalizar e tu escreveres, vai ser traduzido por fulana de tal. Sabe, uma consciência muito grande do que é o trabalho, e o reconhecimento né do que é o trabalho do intérprete. Eu não vou, tem um outro lugar que eu não posso dizer por que eu não sei como é, mas eu sei que é bem bom e cresceu ultimamente, que é o Centro Universitário Iguatemi, mas eu não sei como é. Mas no geral assim, nós somos assim invisíveis, nós não somos considerados, ninguém sabe o que a gente faz, acham que nós somos algum acadêmico que está auxiliando o surdo, ou é parente dela, aquelas idéias bem antigas sobre, que tem que ajudar o surdo, coitadinho, tem que estar sempre do lado dele, ainda permanece muito.

Silvana: tu achas que podem existir possíveis identidades de ILS ou tu achas que ainda não é uma questão do momento de tentar visualizar identidades dos intérpretes?

Chimarrão : eu tenho uma visão de identidade, como algo muito flutuante algo também por convicções filosóficas, religiosas minhas, muito impermanente. Eu posso visualizar talvez possíveis e aí não sei se seriam identidades, possíveis caminhos, possíveis trajetórias, que teriam alguns aspectos em comum e esses aspectos, nos formariam, nos, nos caracterizariam. Mas não sei se como identidade, e eu particularmente, a minha trajetória é um pouco diferente de boa parte dos intérpretes que eu tenho visto. Alguns pertencem a famílias de surdos, boa parte, eu acho que dois, dois grupos significativos são: professores de surdos que entraram e o pessoal de religiões, vinculado a alguma instituição religiosa, assim. São grupos mais marcantes que talvez tenham o que se possa chamar assim de uma identidade, mas mesmo essa identidade ela seria incompleta sempre, ela é mais ou menos isso.

Silvana: que tipo de elementos tu imagina que passa pela formação de um intérprete?

Chimarrão: elementos?

Silvana: elementos lingüísticos, elementos educacionais, elementos, enfim...uma série de elementos que formariam o grupo de intérpretes.

Chimarrão: eu vejo assim, primeiramente como a minha visão é muito da língua, muito lingüística né eu vejo muito e a minha preocupação atual é muito focada nesse aspecto, é sobre proficiência, tanto em LS quanto em língua portuguesa, né. Se vê, infelizmente, assim muitos intérpretes que os surdos dizem, eu não estou entendendo nada. E nem se pode colocar assim como desculpa ahh, você tem uma variedade de LS que não é dessa localidade, não. Então a gente começa refletir assim, como essa pessoa foi denominada intérprete se ela não tem a proficiência em LS. Ou quando se passa da LS para a língua oral, que no nosso caso aqui é o português, não se pode falar de um português correto ou incorreto, isso não existe, mas digamos de um discurso que ele está interpretando que fica inteligível. Então são dois aspectos que eu acho que deveriam ser muito, mas muito mais trabalhados na formação com os intérpretes. E existem vários aspectos psicológicos que eu também acho que não existem pesquisas a respeito. Ser intérprete é algo muiiiittto complicado, eu posso dizer que eu mudei muito como pessoa assim, depois de ser intérprete, por quê? A gente tem que desenvolver características auto-controle, autodomínio, auto-disciplina, né é uma profissão que nós na maioria das vezes, ninguém nos supervisiona, ninguém né, então fica a nosso cargo não só aspectos práticos como chegar na hora, fazer o teu trabalho e tal como a minha própria avaliação, como está o meu desempenho, de não passar muito e muito tempo sem se avaliar. E aspectos que já foram aqui

muito falados, aspectos culturais, de conhecer uma outra cultura, ter conhecimento de que uma comunidade e indivíduos que são diferentes, mas ao mesmo tempo são humanos como eu, aqueles anseios que todo ser humano tem, eles também tem, só que eles tem uma maneira diferente de expressar, de se expressarem. E aspectos psicológicos, lingüísticos e culturais, acho que principalmente isso, mas uma coisa que eu acho assim que é muito pouco trabalhado é o psicológico. Eu vejo intérpretes tendo crises assim, crises de não vou mais ser intérprete, é muito freqüente e muito comum. Olha, eu acho que todo intérprete teve essa crise, essa revolta, eu não quero mais, eu não consigo mais, eu acho que mexe muito não só com auto-imagem mas com convicções que a gente tem, com jogo de poder e nós estamos, é uma situação difícil porque nós somos ouvintes e nós estamos intermediando uma relação entre surdos e ouvintes, mas a gente é ouvinte. É muito difícil a gente fazer esse equilíbrio, a gente fica num fogo daqui, fogo de lá, e a gente tentando ser imparcial, não digo neutro, imparcial porque a gente tem as nossas opiniões, tem as nossas convicções, a gente não pode nem isso nem isso.

Silvana: em relação a esses jogos de poder, existem e continuam a cada dia se fazendo presentes na nossa atuação, tanto quanto intérpretes, nas relações com os surdos. Gostaria de saber da tua parte o que tu pensas a respeito dessa relação intérpretes e surdos, o que tu tens observado nesse sentido aqui no RS?

Chimango: bom, eu tenho falado tanto em faltas e lacunas, mas eu vou ter que falar de novo. É uma pena que na formação do indivíduo surdo desde criança, ele não tenha uma parte voltada para: como ter o intérprete, como utilizar o serviço de intérprete desde criança. Porque nós fazemos parte dessa, algum dia o surdo vai precisar de um intérprete. Então, o que se vê nessa relação surdo com o ouvinte, às vezes é esse desconhecimento por parte do surdo, de como se utilizar do meu serviço, desse serviço que eu tenho a oferecer de uma forma que eu não me sinta usada, eu como indivíduo não me sinta usada. Então, aqueles limites, de não o intérprete tem direito, ele vai fazer uma pausa porque o corpo não agüenta, é uma questão física. E às vezes é encarado como ahhh ele não quer interpretar para mim. Ele ta fazendo pouco caso, então eu vejo que existe esse desconhecimento e essa falta do encontro intérpretes, surdos formadores, surdos professores para que eles sejam multiplicadores na comunidade surda do que é ser um intérprete. O desconhecimento assim é geral. Muito poucos surdos têm aquela visão assim: ohh Chimarrão agora tu és intérprete, todo intérprete convive na comunidade aqui tu és minha amiga. Agora nesse momento, na sala de aula, nesse congresso a Chimarrão é minha intérprete. Eu não posso

pedir dela, exigir dela, coisas que vão além da interpretação. Então eu vejo isso, muito desconhecimento e acho uma pena assim que a gente não tenha conseguido entrar, por exemplo, aqui se chama instrutores ou professores surdos de LS, que intérpretes não tenham conseguido entrar nesses cursos para esclarecer, para ter uma formação sobre do que é o intérprete, como ele atua, o que ele pode fazer, o que não pode. A gente não teve ainda esse alcance.

Silvana: que desafios você veria para o futuro em relação aos ILS? Que pontos tu pensas como sendo os mais emergentes dados o atual momento da categoria pensar?

Chimango: atualmente, que está fervilhando é a questão de associações de intérpretes, associações regionais, estaduais, associação, essa necessidade de que a categoria tem de se reunir, pra conseguir lutar pelos seus direitos, lutar pela sua formação. Eu acho que tá muito presente aqui no momento atual não só em termos de Brasil, mas que a gente vê pela lista de discussão, da América do Sul, onde a gente tem mais contato assim, tá muito presente assim, nesse sentido. Vamos formar associações, as associações que existem vamos formar uma confederação, ta uma organização maior. E o desafio, o segundo desafio que ele já esta há algum tempo, ele já está em andamento, o meu medo é que se perca o controle sobre isso, é a formação do intérprete. Porque nós não que se deva padronizar, mas eu acho que deveria haver uma espécie de núcleo comum, e aí cada região, levando seus aspectos culturais e tal, desenvolveria alguma coisa. É uma formação que ainda continua, você tem formação de 20h, de 200h, de talvez 1000h, algumas são extensão outras não, eu já vi formação de intérprete que não tinha nada de interpretação, era só a parte educacional do surdo. Então é um desafio, como se e eu acho que essa parte da associação viria para nos auxiliar a ter força, então poderíamos falar de grupos de estudos e a agora a formação vai ter esse núcleo comum, pelo menos.

Silvana: aqui no Brasil, do que você tem observado, que estados conseguiram se organizar melhor a formação as associações? Mato Grosso do Sul, se não me engano já tem uma.

Chimarrão: Mato Grosso do Sul, São Paulo, Espírito Santo há algum tempo atrás, eu tinha, ouvi falar de uma associação. E aí o Ricardo Sander me perguntou a sobre as associações e eu disse ahh tem a do Espírito Santo, mas eu não sei como, como é que ficou, mas parece que eles tinham formado uma associação. Acho que são esses três estados assim.

Silvana: de repente esses estados poderiam nos auxiliar assim em fóruns, debates, também para tentar conseguir elementos de força política para montar uma associação, né?

Chimarrão: é eu acho que, o desejo que se tem por esse encontro nacional seria exatamente isso, né, de que esses lugares que já estão mais fortes, solidificados já que viessem nos dar um suporte de como encaminhar, como fazer, como.

Silvana: até porque esse evento já tem alguns anos que não tem acontecido, né? Vai estar juntando gerações diferentes de intérpretes.

Chimarrão: pensamentos diferentes, visões do que é interpretação bem diferentes.

Silvana: participe do primeiro e do segundo encontro?

Chimarrão: não.

Silvana: Clara, muito obrigado pela entrevista, encerramos aqui.

Chimarrão: imagina.

### **INTÉRPRETE CONTESTADO**

Silvana: Oi Contestado tudo bem, é um prazer muito grande dialogarmos sobre o tema da minha pesquisa que se constitui na busca de elementos para as possíveis identidades de ILS. Obrigado, por compartilhar um pouco da tua história comigo e começaria indagando em relação à aquisição da LS, a decisão em ser intérprete, como aconteceu?

Contestado: Quando eu estava no último ano de Pedagogia aqui na Universidade Franklin Cascaes, eu cursava a disciplina metodologia da deficiência auditiva, alguma coisa assim, os estudos eram mais voltados para área clínica. E nesse período, tinha uma outra professora que não estava mais aqui no Núcleo, trabalhava no NDI, ela tinha um projeto de curso de LIBRAS ministrados por um professor surdo e naquela época, me chamou a atenção por ser um na verdade não era um professor e sim um instrutor surdo no ano de 99, início de 99. Por ser um surdo em ministrar LS era um máximo para uns e para outros nem tanto. Mas para mim era um máximo, e então resolvi fazer para ver o que era essa LS. Na verdade naquela época, o professor utiliza mais a questão do bimodalismo, falava e sinalizava ao mesmo tempo. Utilizava de tudo que era recurso para estar trabalhando com a gente, durante o curso de LS e acabei conhecendo o curso de LS. No início, não entendia praticamente nada, eu sempre fazia aquele sorrisinho amarelo assim e logo o professor, percebia que eu não entendia o que tava sendo dito, isso no primeiro semestre. No segundo semestre, eu já estava na última fase da faculdade e aí me interessei realmente por essa língua e aí nesse meio do caminho tive contato com outros surdos fui conhecendo aos poucos, embora conhecesse o mínimo de LS, não entendia o que eles

falavam, era completamente fragmentado, entendia alguns sinais mas não percebia o contexto apresentado do que eles falavam. E no segundo semestre, no curso com esse mesmo instrutor, o projeto ficou para o outro ano. Naquele período a gente pagava pelo curso, não era gratuito, não era oferecido como uma disciplina, nada. Era um projeto que era pago em função de que o nosso instrutor era de outra cidade, ele vinha toda a semana, ele participava de um projeto com uma criança surda na escola da universidade. Em função disso, aproveitaram esse momento em que ele estaria em Florianópolis, no período da tarde ele estava com o aluno surdo e no período da manhã aproveitaram ele para esse curso de LS, por isso era pago, para a gente pagar as despesas dele, ida e vinda toda semana. Chegou um certo ponto, que o ensino que era feito naquela época, hoje refletindo não era o mais adequado para a aprendizagem de uma segunda língua, principalmente para nos ouvintes, que a LS é uma língua visual. Para mim foi muito difícil no começo. E no segundo semestre, eu realmente vi que a LS tinha suas particularidades, acreditava assim que era uma língua, via os surdos se comunicando, via os surdos conversando, riam, contavam piadas e essa língua embora não conhecesse teoricamente essas questões da LS, vi que ela tinha características e funções que possibilitavam ser uma língua porque os surdos se comunicavam, interagiam ou não, mas eu acreditava que a comunicação realmente se efetivava por meio dessa língua. Tanto que um dia no curso, eu falei para esse meu instrutor, eu vou ser ILS, e ele achava que eu estava brincando com ele. Então, foi nesse momento que eu vi uma possibilidade atuando como intérprete, uma possibilidade de trazer informações para o surdo num espaço em que eu pudesse estar atuando., certo, não somente intérprete, óbvio. Nós somos um meio para que o surdo consiga ter acesso as informações. Digo nós, porque tu também é intérprete. Mas não que a gente vá salvar o mundo, ou salvar fazendo com que os surdos tenham acesso a todas as informações, não. Mas num ambiente em que a gente estiver e que estejam surdos e a gente possibilite que aquela informação, aquele espaço, aquele discurso seja apresentado à gente possa interpretar para o surdo já é uma forma de estar possibilitando a ele, o acesso à informação. Então, naquele momento a gente trabalhava com música, com poesia, várias atividades e eu fui vendo que a LS era possível e fui me interessando realmente em ILS, claro que eu não sabia nem a metade do que me esperava nessa trajetória. Eu não sabia nem 1% do que ia acontecer, sabia que deveria ser difícil. Mas até então, seguindo ali durante a interpretação, fazendo aquela interpretação não literal, porque nunca vai ser uma interpretação literal, mas sinal-palavra, sinal-palavra dentro do português sinalizado, eu comecei daquele jeito

como todas as pessoas devem ter começado, eu acredito, porque a língua que eu conheço, pelo menos penso que conheço, é a língua portuguesa. Mas trazendo para a LS, em função de toda uma trajetória ali, em um ano vendo a questão do bimodalismo, de falar e sinalizar ao mesmo tempo, com todo aquele processo de aprendizagem dentro de uma filosofia ou metodologia da comunicação total de usar tudo quanto era recurso sendo uma forma de ensinar o ouvinte que na verdade é feito com o surdo. E eu ia lá fazendo minha interpretação dentro do português sinalizado.

Silvana: eu também fazia isso.

Contestado: é, e aí depois desse ano esse trabalho com esse instrutor ele parou e entrou uma outra instrutora surda e essa instrutora quase não oralizava, usava mais sinais. E foi realmente nesse momento, que parece que caiu a ficha né. Eu vi, olha a LS tem um “Q” diferente da língua portuguesa. A gente não pode ficar usando português sinalizado porque os surdos realmente não compreendem porque cada significado a idéia geral do que está sendo dito, tá sendo ao pé da letra muitas vezes.

Silvana: eu fiquei com uma curiosidade quando tu me falaste que no início tu não entendia nada e ficava fazendo aquele sorriso amarelo assim e ele percebia que você não tinha entendido, como você trabalhava com isso? Existia algum sentimento assim de aborrecimento, por não saber a língua, essa questão mais de auto-estima mesmo, quando a gente está aprendendo uma língua e se enche de expectativa no momento, como você trabalhou com esse processo inicial subjetivo?

Contestado: no começo eu ficava bem angustiada, sabe? Apesar de saber que era um processo de aprendizagem de uma língua, mas tu tá naquele ambiente e tem pessoas que falam aquela língua eu me sentia muito mal, embora a turma fosse de ouvintes a gente de vez em quando um né, não quase sempre a gente conversava. E ele ohh, vamos prestar atenção e tal, e eu me sentia mal sim de não poder de não conseguir entender o que o surdo estava falando e nem de me fazer entender, sabe? Naquele momento com aquele instrutor era mais fácil a comunicação porque já era um surdo de mais idade, sabe, tinham “n” fatores que possibilitavam a comunicação. Usava aparelho auditivo, já tinha uma idade mais avançada, tinha mais experiência na LS com ouvintes, então enfim oralizava bem. Agora quando entrou a outra, um outro surdo, era uma instrutora surda e que somente sinalizava dificilmente falava e oralizava, então parece que ficou pior assim sabe, daí aquela, aquele, porque aquele sentimento assim de impotência e incapacidade de tu tá num ambiente e ali eu já percebia que eu tinha que ter um respeito com aquela pessoa surda

porque, claro nesse meio tempo eu também freqüentava algumas atividades que os surdos faziam né, em outro curso numa outra instituição então eu tinha momentos de encontros com os surdos, então com os surdos a gente só se comunicava em LS e tal. Então eu estava praticamente começando, então eu via que não entendia nada; os surdos perdiam a paciência, estava estampado na cara deles como se dissesse ahhhh essa ouvinte que não sabe LS, pô que saco sabe, ahh fica atrasando o nosso trabalho. Então, da mesma maneira o curso com essa, com essa instrutora surda tinha aquele lance de ela estar lá sinalizando, explicando o conteúdo ensinando os sinais até aí nesse momento já tinha uma didática um pouquinho diferente da anterior, mas mesmo assim eu ficava às vezes imaginando assim, o que realmente esse surdo estava querendo dizer, o que ele queria dizer sabe, esse trabalhar o espaço. Eu estava começando a fazer algumas leituras de algum material que tinha por aí e que os autores falavam sobre a LS, porque ate então pra mim acontecia tudo ali na frente , não tinha noção da questão da referencia do espaço, sabe, a própria questão da gramática da LS, das unidades mínimas que compõem a LS, enfim então eu percebia que eu me sentia mal por não conseguir entender e também de não me fazer ser compreendida. Então eu sei que ali naquele espaço, a comunicação era sempre trocada podendo assim dizer. E querendo ou não, não é uma situação nenhum um pouquinho agradável quando todos falam uma língua e tu não compreende. Da mesma forma a minha experiência com o inglês , eu leio eu vou, eu tento ler o inglês e não consigo ler parece que tem uma barreira eu tenho uma barreira com o inglês, sabe? Se eu vou em um lugar só de pessoas que falam inglês, é capaz que eu me sinta mal com certeza porque, porque eu não vou conseguir estar interagindo com que está a minha volta. Mesma coisa acontecia com relação aos surdos com seu jeito de sinalizar. Um ouvinte olhava para o outro e dizia o que ele ta falando? Eu acho que ele falou isso, o outro eu acho que ela falou aquilo, eu acho, eu acho, sempre no ‘achismo’. Mas realmente, o que esse surdo estava falando, sabe? Então nesse sentido, eu me sentia assim desarmada, não sabia o que fazer, me sentia mal, mal porque não conseguir compreender. Então algumas vezes eu saia, saia da universidade para almoçar com os surdos e começava contar história, história, história e eu olhava, mas quem mesmo? Minha tia, aquele esquema assim de sinais, uma conversa fragmentada, não conseguia pegar o contexto da coisa. Eu nunca tinha entendimento real do que estava sendo falado. Sabe, isso no segundo ano que eu estava aprendendo a LS que eu comecei a ter contato direto com surdo. No primeiro ano foi com um surdo ou outro com o instrutor um ou outro que eu já conhecia, mas era assim bem complicado,

porque não, não, eu não conseguia haver uma forma de comunicar era só sinal solto, sabe? Eles faziam aquela, aquela flueza toda com os sinais e eu ficava olhando e entendia um pouquinho daqui, um pouquinho de lá e ficava assim.

Silvana: e como outros intérpretes assim, tu tiveste alguma experiência profissional há mais tempo ou não? Qual era a relação com esses profissionais?

Contestado: oh que eu lembro com intérpretes que já atuavam assim, a gente só se encontrava em alguns cursos que foram oferecidos, mas não havia assim uma relação de troca era os grupinhos, um grupinho lá, um grupinho cá porque na verdade também, eu ate atuava como intérprete mas não profissionalmente eu estava ainda em constantes cursos de LS e fui fazer o curso de intérprete que foi oferecido em nossa cidade e eu via aquele pessoal assim, nooosssa sinaliza, né interpretam maravilhosamente bem e ficava assim ate admirada será que algum dia eu vou conseguir ser igual ou até melhor. Eu às vezes eu pensava chegar nesse nível que é tão bom que o pessoal tem dentro da minha, como é que se diz dentro da minha perspectiva enquanto aprendiz de LS, sabe? Então, mas o contato com o pessoal assim não, não tinha mais voltado em conhecer uns e outros e só de encontrar nos cursos. Aí tive um professor que era do RS e agora na verdade está em SP, que é o Ricardo Sander que deu um curso de 40h conosco, que foi muito bom, que a gente trabalhou, só que a gente trabalhou questões sobre a ética do ILS e não questões voltadas à interpretação. Fizemos algumas atividades e tal, mas nada que fosse tão aprofundado certo. E nesse ínterim eu fui tendo contato com pessoas de outros estados.

Silvana: que legal isso.

Contestado: pessoas de Brasília, onde eu fui até fazer um curso de formação. Também, do RS que querendo ou não são tudo do RS, tem gente muito boa que trabalha muito bem lá, que eu tenho um carinho muito grande apesar de eu não ter muito contato, mas troca de experiência assim é pouco, sabe? É bem pouco, e aqui em Florianópolis, ainda continua, cada um fazendo seu trabalho e tal, algumas pessoas a gente até conversa, mas nada muito de sentar, estudar, pesquisar ou fazer uma troca. Tem as meninas lá na universidade, daí tem tu que vieste aqui para Florianópolis, mas essa trajetória toda foi sempre uma atuação solitária, em termos de ter outros profissionais da mesma área trabalhando.

Silvana: a que você atribui isso, tem algum motivo que tu imaginas?

Contestado: olha, posso estar enganada, mas tem a questão da competitividade, que não necessariamente precisava existir porque é um campo muito novo e tem espaço para todos os

profissionais estarem atuando, tem espaço para todo mundo que quer trabalhar como ILS, tem espaço, há carência de profissionais nessa área, certo? E percebe-se que há necessidade de alguns, claro alguns não estou generalizando, mas sempre alguns quererem ser sempre o melhor. Todos nós sempre queremos ser sempre os melhores, sabe? Mas querer ser o melhor no que está atuando e não eu tentar ser o melhor que você até numa situação, uma situação até de competição, que muitas vezes de ter um trabalho para fazer e tu sabes eu saber que tu poderias me auxiliar, mas não, deixa tu te virar sozinha, sabe? A falta, a competitividade faz com que aconteça a falta de companheirismo entre a própria categoria que eu acredito que não se possa nem ser chamada assim nem assim aqui nosso estado. É porque, nós não temos, eu, eu vejo dessa forma, nós não temos falta uma unidade para que a gente possa lutar para que sejamos reconhecidos enquanto categoria de ILS. Não sei, acho que de repente é isso. E também pela questão que cada um tem seu horário de trabalho, e claro que não justifica né, mas cada um ta seguindo seu caminho, uns estão terminando a faculdade, outros estão iniciando, outros estão no mestrado então tem tudo isso mas não justifica a falta de unidade porque nós temos ate a própria página na internet dos ILS de Santa Catarina foi criada para que se houvesse essa interação já que nós não conseguimos nos encontrar presencialmente, vamos tentar virtualmente mas também não está funcionando. Então, tem uma ou outra pessoa que encaminham documentos, informes, eventos, quando se encontra um site legal que fale sobre leis, o pessoal: ohh acessa lá no site lá na página dos intérpretes, mas assim ta bem parado. Eu vejo que foi feita uma divulgação para os professores no encontro que teve para intérpretes, intérpretes não, foi aquele curso introdutório da Fundação Catarinense de Educação Especial, tinham professores-intérpretes de todo estado. Lá foi divulgado para todas as pessoas que foram convidadas a participar na página e tal. Mas infelizmente nem todos, acredito que nem todos também tenham acesso à internet, então tem “n” fatores que impossibilitam a gente se encontrar, de discutir a nossa categoria porque tem temas para a gente estar discutindo. Coisas até em termos de nomenclatura é professor-intérprete, é tradutor-intérprete de LS, é o intérprete, é somente o ILS como é que fica a nossa nomenclatura enquanto profissionais.

Silvana: tu imaginas que essa diferenciação entre professor-intérprete e ILS que motivos talvez pudessem estar embasando essa discussão porque já que foi feito todos esses meios dos professores-intérpretes que estavam lá e hoje em dia a circulação de informações na página

virtual consta de tão pouca participação, tu atribui isso a algum tipo de identidade ou relações de poder entre ser intérprete e ser professor-intérprete?

Contestado: com relação ao acesso à página, como a gente tinha falado antes, às vezes as pessoas, nem todas as pessoas têm acesso livre ao ambiente virtual, tem isso. Com relação a essa questão do intérprete e do professor-intérprete, tu ser professora é uma coisa, tu ser intérprete é outra, sabe? O que acontece nas escolas é que colocam aquelas pessoas que atuam como, que eu vejo aqui na nossa realidade, né: aquele professor que conhece LS, então colocam ele para ser intérprete, na verdade professor-intérprete que atua. Às vezes trabalha de manhã numa sala de multimeios, a tarde com turma de surdos e a noite com esses surdos jovens e adultos. Então, tu só imagina, num momento ser professor desse surdo e no outro momento ele é intérprete desse surdo. Qual a diferenciação que esse surdo vai fazer, sabe? O trabalho do professor, professor ele é o regente da turma, ele trabalha os conteúdos, e o intérprete está ali para fazer a mediação entre o professor e o aluno surdo. Ele vai interpretar as aulas, certo? O que eu penso sobre isso? Que se tu estas ali, dependendo do nível escolar também, de 5ª até o ensino médio, ensino médio e universidades, acredito que há possibilidade de o intérprete estar ali fazendo só a atuação dele, nesse caso como ILS, interpretando as aulas, claro que tem que estar presente nos momentos pedagógicos, esse assunto ILS e nos espaços pedagógicos é uma discussão que tem que ser feita até mesmo em função do código de ética dos ILS. Porque se tu for, percebendo o que o código de ética ele apresenta que o ILS no momento de atuação enquanto postura profissional, enquanto sujeito que faz a relação entre uma cultura ouvinte e uma cultura surda onde são duas línguas diferentes. Quando tu vai pensar dentro de palestras, seminários, reuniões, consultas médicas enfim, quando tu vai pensar esse mesmo código de ética pra atuação na sala de aula tem vários momentos que tu acaba fugindo daquele código de ética. A começar quando fala que o intérprete tem que ser neutro. Não é, não há possibilidade de o intérprete ser neutro, não é uma pedra que está ali dentro. O intérprete tem um “eu”, tem a sua subjetividade, traz suas crenças, seus valores, sabe? Então ser imparcial é mais fácil ser neutro é inviável. Tu não estas lá só de corpo, tu vem com corpo, alma, uma bagagem com história, uma perspectiva de militância, sabe? Então creio que tu ser professor, professor tem uma função que é diferenciada do intérprete. E hoje dentro da nossa educação isso se mistura tirando a própria questão do, do que, o que é o papel desse profissional também, sabe o papel do intérprete dentro da sala de aula. Dentro da universidade onde eu trabalho, lá no início era complicado para as pessoas entenderem qual era minha função.

Tanto que a frase que eu brinco com o pessoal é: eu só sou intérprete, sabe! Mas nesse eu só sou intérprete não é só estar na sala de aula para interpretar aula o que o professor ouvinte esta falando para o surdo em sinais ou o que o surdo fala para o português falado para o professor. Não, é mais além disso, tem a questão do encontro com o conteúdo, o encontro com os professores da disciplina para esclarecer qual a minha função, o meu trabalho como que é a atuação na sala de aula, isso a gente faz junto com os tutores. A gente faz algumas, algumas orientações que estejam atentos quando vierem dar aula para os alunos. Então se não tem ninguém que faça isso, sabe eu me vejo que um, que há certos momentos que a gente tem, não em função de interpretar e não divulgar; não a gente também tem que divulgar nos aspectos referentes aos movimentos surdos, a educação de surdos se não tem ninguém que faça, se tu traz todo um conhecimento, que muitas vezes possa ser pequeno mas que pode auxiliar de alguma maneira e que se faça uma atuação melhor desse professor ouvinte na sala de aula, o intérprete com certeza também tem essa função. Às vezes, eu já tive que fazer isso, principalmente no espaço da sala de aula. A questão de atuar junto com um professor que não está acostumado a trabalhar junto com intérprete, é extremamente complicado, sabe? De ter ponto de eu quase ter sido colocada para fora da sala de aula, né, em função, em função da falta de conhecimento do professor, de não estar acostumado a trabalhar com intérprete, sabe? Tem muitas vezes o aluno em vez de olhar para o professor está olhando para o intérprete, só que não necessariamente todos os alunos estarão olhando para o intérprete ao mesmo tempo. Existem aqueles surdos que olham para o professor, olham para o intérprete, olham para o professor, olham para o intérprete, sabe?

Silvana: por que isso? É porque existe uma relação de confiabilidade de estar vendo a tradução ou simplesmente?

Contestado: não, tem a questão da confiabilidade de eles estarem realmente vendo se o intérprete está interpretando o que o professor está falando, também. Tem aqueles que são surdos oralizados que não dominam a LS, então vão lá e vem cá, ou então estão aprendendo a LS, pegam um pouquinho da fala do professor e olham para a LS para ver se ta dando, para ver se fica mais claro. Então, são poucos os surdos que tem essa, pelo menos que eu conheço, são poucos os surdos que tem essa clareza de que pelo menos quando o professor está falando aqui, o intérprete está sempre uma frase atrás, são poucos os surdos. E quando esse intérprete esta uma frase atrás, ele claro, não vou dizer que ele esta interpretando exatamente o que o professor esta

falando, mas o surdo sabe quando o ILS está, está passando para a LS aquilo que o professor está dizendo, sabe? Têm alguns surdos que tem resíduos auditivos, que usam aparelho auditivo estão olhando para o ILS para ver se está destoando muito no olhar deles. Então nessa hora, o ILS tem vários fatores que faz com que a gente veja se está sendo bem aceito ou não na interpretação.

Silvana: mas e esse estabelecimento do olhar entre o ILS e o surdo?

Contestado: e a pessoa surda, exatamente.

Silvana: tu falaste hoje em dia tu trabalhas no ensino superior, que desafios você encontrou na atuação do ensino superior?

Contestado: todos possíveis, todos. Que desafios? Primeiro a questão da língua mesmo, a LS frente à área do conhecimento e a conteúdos que embora não fossem novos para mim, por ser da área da educação, eu sou formada em Pedagogia, trabalho no curso de Pedagogia, embora os conteúdos não fossem desconhecidos, mas quando se fala em passar para a LS naquele momento, naquela época, eu pensava como eu iria fazer isso que eu tinha curso de, curso de sinais e ali um ano, um ano no máximo a atuação como intérprete. Também comecei assim sabe, aos trancos e barrancos, posso assim falar. Comecei num momento bem complicado que estava me adaptando a LS, me adaptando as formas de comunicação, não era colocado assim, sabia que tinha uma diferenciação nas frases, eu não faria uma tradução tal qual como no português mas ao mesmo tempo não podia fugir do que era falado. Hoje eu tenho compreensão que eu tinha que trazer muito a idéia e depois a gente estava trabalhando com novos conceitos, em função também de a gente ter uma clientela heterogênea de surdos, surdos oralizados, surdos que usam LS, surdos que tinham o básico da LS, surdos que dominavam LS, ouvintes com conhecimento de LS, de ouvintes sem nenhum conhecimento de LS, então um grupo bem diversificado em termos de língua, vários níveis, sabe e que era muito complicado, complicado. Porque na minha cabeça quando eu comecei, eu tinha que ir lá fazer o meu papel de intérprete e acabou, sabe e as pessoas, as pessoas a minha volta às vezes não compreendiam. Tinha pessoas que falavam: ah tu es muito técnica, tu tens que trabalhar mais com os sinais, tu faz o sinal e pronto e tem surdos que não conhecem, embora eu apresentasse no alfabeto a palavra, dissesse o sinal e o conceito, sabe? Mas mesmo assim naquela época que eu pensava, não eu sei tudo, a gente tem aquela fase que eu sou o máximo, pensava que eu estava ali e estava dando conta, a aquela questão do ego, ah é intérprete sabe LS, enfim, embora eu sabia também das minhas limitações e desse momento também. Trabalhava embora tivessem três tutores eu tinha a tutora que trabalhava comigo, que

estava num processo de início da aprendizagem da LS, e duas tutoras bilíngües mas que não tinham tanta afinidade, uma eu tinha mais outra não, mas mesmo assim questões de interpretação com quem eu pudesse estar discutindo também não tinha ai já são o que? Três anos já nessa trajetória de LS, e atuando como intérprete, como intérprete um ano, só que o que acontecia? Eu começava as disciplinas oh, e agora como eu vou fazer para interpretar em termos de vocabulário, o que tem de novo? Criam-se sinais ou já existem esses sinais até mesmo porque a gente começou com a montagem dos vídeos bilíngües, então era um estudo maior ainda pra ver como a gente ia fazer com a questão dos novos sinais, até então já estava estudando a questão da LS, materiais que falam sobre a questão da lingüística, né, um pouco mais aprofundado compreendendo que até mesmo não havia necessidade de se estar criando sinais. E primeiro foi montado um grupo com alunos surdos pra que se possibilitasse a questão do acesso à informação a eles e que eles pudesse nos acessar os sinais, porque na verdade foi até certo ponto foi bom, porque foi um momento de perceber que os próprios surdos também faltava a questão do estudo da língua, então o grupo viu isso. Porque tudo eu vou criar um sinal para isso, vamos criar um sinal para isso, um sinal para isso e então, deu pra ver a grande influência do próprio português na LS naquele momento de criar os sinais. Pro intérprete eu estava pensando no momento, isso facilitaria sim, mas ao mesmo tempo, é, tiraria a riqueza da LS enquanto língua com as características dela, e estruturas que são dela e se começasse a inserir mais sinais quando a gente fosse ver a gente estaria fazendo o português sinalizado. A LS que era utilizada, a forma de linguagem não que fosse a mais perfeita possível, não aquele processo de descobrir, ohh pode fazer o espaço aqui, o espaço ali, usa classificadores, usa parte de mímica, gesto, teatro e isso tudo pode ser possível durante uma interpretação, claro e dependendo da situação do que está sendo interpretado, óbvio. E o que acontecia? Bem no início do curso, eu tive a possibilidade de fazer dois cursos de formação para intérpretes, o pessoal deu essa possibilidade. Foi um momento assim de “boomm”, sabe e eu cheguei no primeiro curso, nos dois primeiros dias eu vi assim; eu não sei nada, sabe? O que eu faço está tudo errado assim foi o que eu pensei; eu to fazendo tudo errado, não é nada disso, né? Até mesmo porque a própria questão de eu estar muito apegada a estrutura da minha língua, não pensava em LS, eu pensava em português e tentava passar isso para sinais. E não é efetivamente o que a gente deve fazer a nossa função enquanto interpretação de um conteúdo, sabe?

Silvana: como é que é pensar em LS?

Contestado: como que é pensar em LS? Olha...

Silvana: eu tenho muita dificuldade com relação a isso, estou em todo esse processo ainda de buscar pensar em LS.

Contestado: eu acho que isso é automático já, tem a questão da interpretação automática, isso já é automático. Muitas vezes eu me pego em palestras, ou quando as pessoas estão falando, se eu vejo um conteúdo que é muito fora do que eu estou acostumada eu fico imaginando como seria isso em sinais? Parece que eu vou vendo as mãozinhas se movimentando, como ficariam aqueles sinais eu não vejo frases em português, mas eu fico pensando, como eu faria em sinais, a questão do espaço, onde eu colocaria aquele ponto e esse outro, como fica isso, é automático? Eu acho que não saberia nem te explicar como que é pensar, mas como a gente vai imaginando a letra no português quando a gente tá ouvindo, pensando numa música a gente lembra daquela música, a letra dela como é que é eu acredito que pensar essa questão em sinais, é tipo como se pensar em LS como se estivesse sinalizando: acho que é assim, boa pergunta essa tua, agora tu me pegasse, mas é todo um processo de imaginar como que ficaria a interpretação aquela frase, aquela palavra, muitas vezes não existe um sinal como vou interpretar, vou fazer essa palavra no alfabeto datilológico, vou trazer o conceito, o que ela está querendo dizer sabe? Então pra não pensar muitas vezes que as pessoas acham assim, ah quando tem uma interpretação de uma língua para outra acontece tal e qual uma com a outra. Eu tô ouvindo um discurso aqui e tô fazendo igual ao que, dentro da estrutura de frase que a pessoa discursando está falando, igualzinho, as pessoas pensam que é uma tradução, interpretação literal e na verdade não é. Tem todo aquele processo, no início de eu estar pensando, quando eu fui para esse curso que eu falei: gente a LS é expressão, não é só mão, é expressão facial, expressão corporal é tudo. E no meu momento, no primeiro momento de formação que eu tive, sabe, não era tão assim de dar ênfase nessa questão corporal, de se movimentar no espaço, claro tu não vai sair correndo né tem a questão dessa movimentação do espaço, quando tu trabalhas principalmente com mímica, com teatro, com o movimento do corpo, movimentos suaves do corpo até pra ti poder fazer referência se a personagem, se a pessoa sinalizar três pessoas no discurso tu faz referência para cada uma. Então quando eu fui para esse primeiro curso eu pude refletir o que eu estava fazendo dentro da universidade, porque começava pela língua depois pela diversidade de alunos que a gente tinha de níveis lingüísticos, interpretava como eu faço com determinado grupo de interpretação com determinados sinais que aquele grupo conhece, com o grupo todo eu não posso fazer, eu tenho

que tentar fazer uma LS que alcance a todos mas como isso? Aí nesse primeiro curso a escola foi muito boa, o professor foi muito bom mesmo ficou muito claro que a gente tem que ter a clareza dos sinais, se tem sinais novos e aquele grupo todo não conhece, se tu vai ver que será complicado trazer um conceito dentro daquele sinal então faz um sinal que possa dar conta daquele, daquele conceito, sabe? Existem sinais mais técnicos que muitas vezes nem todos os surdos conhecem, então se aquele grupo vai tentar entender daquela forma, há uma outra maneira também de se apresentar a LS. Porque a LS tem essa flexibilidade na língua e enquanto ILS tu precisa estar dominando essa habilidade não é só ser fluente na língua como antes a gente falava na questão do professor, professor-intérprete do professor que faz LS e coloca, é colocado para atuar como ILS. Se o professor é fluente em língua, LS isso não basta para que ele seja intérprete. Se ele tem a competência lingüística para ser professor, ótimo, mas para ser intérprete ele precisa ter habilidades e competências tradutórias para realmente fazer o tal trabalho. E se ele não tem essa competência tradutória e certas habilidades que necessita esse profissional, isso vários autores da área da tradução vão estar falando. Então é preferível que esse professor atue como professor bilíngüe até mesmo, para o próprio para a própria auto-estima dele e para não atrapalhar o trabalho que é feito com os surdos. Mas a realidade que nós temos, que nós vivemos, os professores trabalham como professores, trabalham como intérprete e sem falar na sobrecarga cognitiva. Nós temos pessoas que trabalham os três períodos do dia com surdos. À noite a pessoa está, está extremamente esgotada, sabe?

Silvana: é muito interessante quando você assim fala, né eu como intérprete, na realidade que nós temos aqui no estado. Tu colocaste antes que essa relação que tem com outros intérpretes de outros locais. Tu citaste o RS, enfim os cursos que você fez, as pessoas que tu conheceu durante toda essa caminhada. Tu achas que existe alguma característica que é comum a intérpretes aqui de Santa Catarina, algo assim que tu elencaria: não, esses são os ILS de Santa Catarina em relação a outros intérpretes de outros estados?

Contestado: características positivas ou negativas?

Silvana: independente não estou aqui para avaliar porque estamos dialogando. Porque isso que tu comentaste a respeito dessa pouca integração entre os ILS daqui de Santa Catarina, acontece em outros locais também, por exemplo, no RS. Tu sabes que eu sou de lá do RS e também tem essa dificuldade de articulação entre os ILS. Mas assim a minha curiosidade é em saber se existe, faz

pouco tempo que estou aqui, se existe alguma coisa que marca os ILS de Santa Catarina, independente de ser positivo ou negativo.

Contestado: olha não sei te responder, sinceramente.

Silvana: pensando, olha só antes tu comentaste a respeito do professor-intérprete e do ILS.

Contestado: uma característica marcante aqui que a maioria são professores-intérpretes e poucos atuam somente como ILS.

Silvana: em toda a caminhada histórica e tal de Santa Catarina.

Contestado: não que seja um ponto negativo, mas é uma realidade nossa em função de leis, enfim e o próprio estado assumiu uma proposta de educação para surdos, mas a situação desse profissional em termos legais não existia esse profissional com o próprio trabalho que iria aumentar e a função dele pápápápá e acredito, a partir disso que uma característica marcante nos ILS é que a maioria são professores-intérpretes, não tem uma formação voltada para área de tradução e interpretação, agora pensando bem em tradução e interpretação e o pouco conhecimento que tem não é compartilhado com todos sabe, porque tem muitos grupos e eu falo porque eu tenho meus pares iguais, eu tenho meus pares com quem normalmente eu compartilho. Então há um momento específico para que todos possam estar compartilhando. Então, eu acho.

Silvana: esses fatores influenciam na constituição de identidades, tu chegas perceber uma identidade enquanto ILS? Me dá a impressão que é muito forte, existem os tutores, os professores, e eu enquanto ILS. Como que tu te sentes, porque tu assumiste isso eu sou ILS?

Contestado: eu sou intérprete, por que eu assumi por quê? Porque eu assumi em primeiro pela questão da LS ser meu instrumento de trabalho junto com as mãos, as mãos são o meu instrumento de trabalho. Enquanto profissional dessa área, se eu sou intérprete eu vou falar como intérprete e eu me vejo nessa situação.

Silvana: te sentes bem?

Contestado: me sinto bem, me sinto profissional dessa área como ILS. E gosto que as pessoas me respeitem como ILS, eu sou Contestado, professora de surdos, embora minha formação seja de pedagoga, não sou psicopedagoga, não atuo nessas áreas embora trabalhe dentro da educação certo? Mas a minha profissão, é o que eu faço trabalhar como ILS. Eu interpreto aulas, faço interpretação na educação mesmo, dentro da sala de aula como ILS pedagógica e também intérprete em eventos. E essa questão da identidade se há fatores que possam, como é que é?

Silvana: tu achas que existem fatores que possam contribuir nessa constituição de identidade, ou você acha que não existam identidades entre os ILS. O que pensa a respeito desse tema, sendo bem sincera.

Contestado: com relação essa questão das identidades entre os ILS. Não sei se de repente é atribuída a nós essa categoria que já historicamente vem se constituindo embora não é nova, mas também não é tão velha assim, essa questão do ILS. Mas eu penso que a gente está nessa constante construção dos ILS em função de nós não estarmos sendo vistos enquanto categorias de profissionais assim como algo caritativo, como profissional que, aliás, não é visto como sujeito (me perdi). A tá de o ILS não ser visto enquanto um profissional, dependendo do espaço em que tu estás inserido, sabe. Eu falo mais num geral na sociedade. Eles nos vêem como alguém que tem um bom coração, como um anjo que está ali pra, coitadinho do surdo, o surdo tem que estar entendendo o que esta acontecendo. E ao mesmo tempo em que eles possibilitam esse profissional, entre aspas, às vezes um ambiente tão tumultuado que não há possibilidade de o ILS atuar. Mas existe, acho que vários fatores. De repente a sociedade coloca essa questão de a gente ser ILS e se constituir e a gente enquanto ILS pensar em identidades e as identidades partindo do que? Só do ILS ou de todas as identidades como a gente vem estudando historicamente. Eu sou o Contestado, eu sou uma mulher, eu sou a Contestado, eu sou branca, eu sou catarinense, enfim, vários aspectos, eu sou brasileira, e sou ILS, sabe? As pessoas me vêem: ahh a Contestado aquela que é ILS, sabe? Eu venho conseguindo conquistar meu espaço nos ambientes em que eu passo enquanto profissional da área. Eu vou, e faço: ahh como é que, como é que não é, tem que pagar, não tem que pagar e eu trabalho assim e assim e assim conforme a FENEIS, a FENEIS tem uma tabela quando se fala em preços, que também a gente precisa estar atualizando, oh a gente tem um código de ética, muitos me perguntam por desconhecer realmente. E penso também que esse desconhecimento da sociedade sobre nós, o grupo de ILS enquanto grupo com uma identidade, enquanto grupo que faz emergir uma identidade e se não há um grupo, cada um que vai constituir suas identidades enquanto ILS. Então eu tenho, o meu ver é que tem um intérprete e não que seja o sujeito pronto, não porque nós estamos constantemente nos modificando, mas a gente enquanto grupo a gente pega e se identifica com os pares iguais, partindo de um modelo a gente vai criando a nossa identidade. Em grupo com algumas pessoas que não se constituem nesse mesmo grupo. Como eu te falei, ahh eu tive contato com ILS de outros estados, então o pouco de contato que a gente vai tendo parece com cada um, parece que vai fazendo com que a gente vá

assimilando, não é assimilando, pegando para gente um pouquinho deles, sabe? Absorvendo, então eu tenho, tenho pessoas que eu admiro enquanto ILS, sabe tento não me espelhar, mas seguir certos discursos que existem de ILS porque eu concordo e assim vou constituindo a minha identidade enquanto ILS. Mas não que eu tenha parado para pensar uma identidade de ILS não sei, com a tua pesquisa tu vai estar podendo responder essa questão também.

Silvana: é a minha busca justamente de tentar descobrir se existem uma, duas, se são fragmentadas, se se aproximam esses fatores que constituem identidades dos ILS. A própria aproximação minha e sua nesse sentido profissional é muito grande enfim por ter alguns pontos que se diga de passagem à maioria deles eu concordo também, e eu estou num processo de amadurecimento profissional e tu tens me ajudado muito nesse sentido. Então eu tenho essa curiosidade de descobrir com esses ILS se eles têm identidades e quais são e como isso se processa marcando se for uma ou várias identidades.

Contestado: e até mesmo do que tu estas falando tem um livro que vai estar falando sobre a questão do tradutor, né, ou seja o que constitui, que elementos fazem parte desse sujeito. Quem é aquele que atua só profissionalmente, quem é aquele que atua só por interesse, pelo ganho financeiro. Aquele que faz só por bico, e não tem um comprometimento profissional e eu vejo assim um respeito com o discurso que está sendo emitido. Tem que ter um respeito de quem faz o discurso para quem recebe, então eu penso que partindo daí, da para perceber sim, até o livro é construindo o tradutor, dá para perceber sim alguns pontos que podem ser indicativos de repente até mesmo da questão das identidades.

Silvana: porque como é a nossa relação assim com eles, com eles que eu digo assim que eu digo nós quem? ILS que atuamos em vários âmbitos ensino superior, enfim ensino superior na área de educação, ensino superior na área de informática como tu colocaste no início temos vários discursos e somos permeados com crenças, valores, enfim como se dá essa relação nessa fragmentação toda não é decorrência disso? São possibilidades?

Contestado: são, são possibilidades sim principalmente por que? Eu vejo assim: tem intérpretes que atuam só, não somente na educação não, atuam na área de educação, atuam como profissionais como aqueles que atuam seja na área da educação ou em ambientes que precisam desse profissional e também atuam dentro de alguma denominação religiosa. Então, principalmente esses que atuam dentro de denominações religiosas como fazer, como separar essas questões: as crenças que são discutidas dentro da religião e não fazer com que elas

interfiram enquanto intérprete profissional durante a interpretação. Quando que esse profissional que tem as suas crenças, seus valores religiosos ou que seja qualquer outros valores também que não trazem para a interpretação, também. Então se eu passo por vários ambientes que podem trazer idéias, objetivos de vida, crença, até mesmo que vida que eu quero ter não só grupos de religião, mas também outros grupos, grupos de amigos, o próprio grupo de surdos. Então a cada grupo que eu passo será que eu não estou absorvendo um pouco disso, entendeu. A gente ao mesmo tempo pega aspectos individuais de cada espaço que a gente passa. O que é bom à gente guarda, o que é ruim a gente ignora e essa, mas é uma questão que tem que ser pensada sim. Fragmentação da própria identidade se for, se realmente existir identidades dos ILS. Mas como se pensar nas identidades, se os sujeitos passam por vários ambientes? Acho que é isso, ou eu fiz confusão?

Silvana: então, você teria alguma mensagem para deixar para os ILS daqui de Santa Catarina ou de outros lugares também?

Contestado: ohhh, é estudar, é ler. Não basta ter só a fluência da língua somente a competência, ser bilíngüe não basta para ser intérprete. Precisa as habilidades de interpretação, ter técnicas, conhecimento da mensagem. Não é fácil, é difícil, todo mundo começa sem essas técnicas, sem essas habilidades como eu comecei, como tu começaste assim como outros começaram, mas futuramente Deus há de querer que a gente consiga recursos de formação para que realmente quem tenha o interesse de ser intérprete. Para que não comece sempre nessa angústia de que eu pelo menos fiquei, de como eu vou interpretar, que vocabulário de sinais que eu vou usar, como a gente vai conseguir efetivar realmente essa comunicação, LS / português, português / LS, não é fácil isso, mas tem que ter perseverança e sim, se consegue, mas tem que estudar, e estudar muito.

Silvana: é verdade, Contestado, muito obrigado pela tua colaboração na pesquisa. Eu espero que eu possa traduzir da melhor forma possível tudo que tu colocaste aqui, acho que é um pouco de pretensão minha dizer tudo né, pois a gente perde muitas coisas ao transcrever mas eu te agradeço mais uma vez por poder participar e poder colaborar também nessa minha trajetória que está se constituindo.

Contestado: e eu que te agradeço por poder estar pesquisando essa questão da identidade e daí quem sabe tu vê qual é a minha realmente (risos).

Silvana: imagina, obrigada.

## **INTÉRPRETE BARRIGA VERDE**

Silvana: tá gravando?

Barriga Verde: ta gravando a gente, olha lá eu, olha eu na fita.

Silvana: bom, hoje é um prazer assim muito grande poder contar com a tua colaboração na pesquisa que eu estou desenvolvendo. Então eu gostaria de estar iniciando esse nosso diálogo, essa nossa conversa sabendo assim um pouco mais de você, assim, teu nome, a tua idade, essas coisas assim mais pessoais.

Barriga Verde: meu nome é Barriga Verde, eu tenho 26 anos, eu sou formado em Biologia aqui pela Universidade Franklin Cascaes e eu atuo como ILS desde agosto, profissionalmente desde agosto de 2003 e tenho, tive o primeiro contato com a LS a partir de março de 2000.

Silvana: quando tu falas que atua, que começou a atuar profissionalmente em 2004, antes você já desenvolvia a atividade de interpretação, de ILS?

Barriga Verde: sim eu falo em 2003, nós tivemos o curso em 2003. Profissional é quando a gente passa a receber pelo trabalho que a gente exerce. Antes eu trabalhava já, atuava como intérprete na Congregação de LS Testemunhas de Jeová e às vezes em alguns eventos quando era convidado para dar uma participação de 1h que necessitava de tradução, ou quando algum surdo pedia para ir ao médico a gente realizava esse trabalho de tradução mas não eram profissionais, não eram pagos junto com a comunidade surda pela congregação.

Silvana: Barriga Verde o que te motivou, o que foi assim que te motivou mesmo a ser ILS?

Barriga Verde: de ser ILS, a motivação de ser ILS não teve uma motivação, teve uma conseqüência, conseqüência por eu ter aprendido a LS. O que me fez aprender a LS foi um convite feito por pela congregação em LS porque atuar nela, porque eles estavam precisando de pessoas para trabalhar nela, serviços técnicos dentro da congregação e eles precisavam de ajuda e um grande incentivo que me fez decidir foi a Vênus que disse que eu só estudava, que eu não fazia mais nada e então era pra eu deixar de ser folgado e ir ajudar a congregação de LS. Daí eu aceitei, pelo grande estímulo que ela deu (risos) e daí fui atuar. Daí na comunidade surda porque era congregação porque era de manhã, de tarde e de noite convivendo com surdos, ali a gente vive um modelo na congregação como irmãos dentro da congregação vivendo em conjunto. Daí a partir que eu aprendi a LS na congregação, fiz um, eu tinha pedido para fazer retorno, eu tinha me formado em Bacharel e tinha pedido retorno para fazer as disciplinas da licenciatura em

Biologia. E daí tinha a disciplina de LS, com o Rodrigo, o Rodrigo Rosso na Universidade Franklin Cacaes e através dessa disciplina com o Rodrigo Rosso, surgiu uma vaga e ele me ofereceu essa vaga, e eu tive interesse e a partir disso e tinha vaga, eu comecei a atuar profissionalmente por isso. Não foi uma motivação de ter me preparado para isso, foi o treinamento que me levou por consequência a eu poder atuar como ILS nesse mercado de trabalho. Como há falta de profissionais nesse mercado e é um mercado amplo, passei a atuar e atuo até hoje como intérprete como profissional.

Silvana: e quando você começou o curso de LS, o primeiro contato que você teve com a LS Barriga Verde como tu te sentiste? Que sensação tu tiveste ao primeiro contato com a LS, com os surdos?

Barriga Verde: eu no começo não fiz curso de LS, eu fui direto com eles dentro da congregação que tinham os surdos. O Charles tem resíduo auditivo e até hoje os surdos falam que eu fui muito difícil para eles, porque eu pegava no pé deles e a gente ia ter que conviver junto na congregação, e eu tinha que aprender LS. Eles me faziam perguntas e eu não sabia responder e eles precisavam porque eu tinha leitura do português e eles não tinham, então eu precisava aprender a LS e ajudava eles entenderem o que era mais complicado. Então tem esse rapaz, o Charles, eu sentava do lado dele no salão e perguntava que sinal que é esse? E ele falava Jesus, e eu: o que é isso daqui? Ele; é terra. E a gente saía, saía na pregação congregação na casa dos surdos e eu saía muito com ele. Então daí eu perguntava, tinha grama eu dizia o que é isso daqui, o que é aquilo lá? Tinha árvore, e eu perguntava sinal por sinal as coisas e ele me dizia que eu era muito teimoso, muito chato, mas eu perguntava insistentemente pra ele, então e dali fui aprendendo, né. Conversar com ele era fácil, o dia que a gente foi a primeira vez visitar os surdos, eu via e não conseguia entender um nada que eles diziam lá e depois eu fiquei perguntando que sinais que eles tinham falado, e eles foram me ensinando. E os ouvintes que estavam se comunicando comigo eles foram dando conselhos sobre como estruturar a frase, qual é a ordem, a importância, tu não pode fazer de qualquer jeito, eles me deram os toques sobre o que vem na frente, o que vem atrás e me disseram que os verbos têm direcionalidade. Gravei essas partes da estrutura e depois fui acrescentando os itens lexicais nessa estrutura e depois eu fui aprendendo, flexibilizando a estrutura prévia que tinham me dado. Primeiro que era passivo, depois ativo e a ação. E é assim, depois eu peguei o básico e fui indo.

Silvana: quando tu comentaste a respeito, naquela situação os dois surdos sinalizavam, conversavam, e eu não entendi nada. Tem alguma ligação, alguma relação aos teus sentimentos enquanto sujeito, de estar vendo uma língua diferente da tua e de você não estar conseguindo entender? Como você trabalhou com isso?

Barriga Verde: eu acho, eu trabalhei para mim sempre foi tranqüilo, eu sempre desde o começo tratei LS como língua. Então quando eu via duas pessoas conversando em alemão e eu não entendia, e eu não entendia elas, eu sabia que se quisesse entender, eu ia precisar estudar e aprender aquela língua. Então, eu nunca me senti desconfortável perante pessoas que falavam uma outra língua. Meu pai, a família do meu pai eles falam muito italiano, Vêneto local, então mais eu não aprendi, quando eles conversavam eu não entendia nada, eu me acostumei a estar com pessoas que falavam um idioma que eu não sabia e não me incomodava por isso. Eu depois se eu tinha muita curiosidade eu perguntava depois o que tinha tratado, o que significava como eu fazia quando saía com o Charles e eu depois perguntava e ele me resumia o que tinha passado e eu fui aprender os sinais novos e os lexicais. E é interessante que eu tinha preocupação que se eu quisesse conviver com surdos eu tinha que aprender a LS e eu sabia que ia ser um processo natural, demorado mas que seria gradativo, nunca fiquei desanimado. Nunca fiquei assim desanimado, mas eu sabia que ia ser um processo contínuo e que ia chegar uma hora que iria e que a gente ia tocar para frente.

Silvana: segundo a tua avaliação, assim quanto tempo levou para ti sentir a segurança de conseguir passar em LS aquilo que tu estavas pensando?

Barriga Verde: de três a quatro anos.

Silvana: de três a quatro anos?

Barriga Verde: de três a quatro anos. Em agosto, setembro no ano de 2000, eu comecei a ter assim o primeiro contato de ver o surdo em março. Nessa época eu fazia discursos na congregação em LS. Antes disso, eu já tinha relativa fluência, conseguia colocar, começava entender tranquilamente o que os surdos falavam e era compreendido. O resto é refinamento de língua, de entender o mundo cultural, de entender, de aumentar o vocabulário, noções de conseguir pegar assim bem a variação das expressões não manuais, as expressões faciais e entendê-las né e depois ampliando o significado real do sinal, mas então em três a quatro meses já se tem uma comunicação básica bem desenvolvida, dava de se entender tranqüilo. E para

aquisição maior da língua, três anos, quatro anos ou cinco anos com vocabulário e ter uma expressão bem tranqüila.

Silvana: num determinado ponto você colocou que tinha o aconselhamento de ouvintes que também freqüentavam a congregação. Esses ouvintes eram ILS também?

Barriga Verde: eles também quando tinha a situação de tradução dentro da congregação, eles também atuavam como ILS, mas não eram ILS profissionais, não utilizavam a profissão de interpretação para receber seus salários. Dentro da congregação todas as nossas reuniões, pois temos cinco reuniões sendo que dessas quatro são direto em LS. Uma delas que é um discurso vem oradores de congregações de ouvintes então nessa situação tem interpretação, mas nas outras vai direto em LS. Então não tinham profissionais, pessoas bilíngües que quando tinha alguém de fora tinha que tradução. Mas a gente já tinha uma formação, formação empírica da convivência com surdos e eles não trabalhavam para a gente.

Silvana: todos eles aprenderam LS que nem você assim, em contato com os surdos dentro da Congregação?

Barriga Verde: todos que eu conheço lá, com os surdos.

Silvana: vocês não ofereceram nenhum tipo de curso de LS, alguma coisa básica assim, ofereceram algum tipo de trabalho?

Barriga Verde: eles tinham, eles tiveram. Teve um senhor que veio de São Paulo de uma congregação, uma congregação em LS de São Paulo que veio dar um curso que na época, em 98 mas é um curso introdutório, onde era palavra-sinal básico, significados básicos e depois das pessoas que fizeram alguns se prepararam para fazer um trabalho efetivo com surdos e desses os surdos se encarregavam de ensinar, pois os surdos na congregação, os surdos sabem, os ouvintes, dificilmente um ouvinte fica cinco, dez anos na congregação. As pessoas mudam, mudam as suas situações, às vezes não pode continuar o seu trabalho na mesma congregação. As pessoas às vezes estão experts em ensinar os ouvintes para a LS. E os surdos vão atrás, de ensinar as pessoas, às vezes eles ensinam tudo aquilo que pode para uma pessoa.

Silvana: como foi assim a tua passagem da atuação enquanto ILS ou membro usuário de LS dentro da congregação para a interpretação profissional? Tu viste alguma diferença ou não tem diferença nenhuma, enfim como tu, me conta um pouco disso?

Barriga Verde: eu não senti diferença porque dentro da congregação, a gente tem, a gente tem um princípio ali de estar ensinando a bíblia para as pessoas e nós Testemunhas de Jeová, sempre

temos a preocupação de não mandar na vida do surdo, não impor nada ao surdo. Nós temos os nossos, os nossos costumes, nossa obrigação, o que a gente acha correto ou incorreto segundo os valores bíblicos e nós deixamos claro que cada pessoa tem autonomia para tomar suas decisões. Então tudo que nós traduzimos nós passamos diretamente em LS nós procuramos sempre como é costume das Testemunhas de Jeová conversar, discutir sobre o assunto mas a pessoa que toma suas decisões. Então quando eu traduzia, eu tinha que ser fiel as coisas que estava sendo falado, tinha que ser bem claro e deixar para não ficar mandando na vida deles, dos outros, porque pode se ocorrer que a gente acaba mandando na vida dos surdos, quando a gente tem que explicar para eles mesmos tomarem as suas decisões. Então quando eu passei a atuar como ILS, os princípios são os mesmos. A gente não tem que mandar na vida do surdo, os ILS traduzimos fielmente o que está sendo passado e eles tem que tomar as decisões deles, tem esse eu quero, tem esse eu não quero. Então quanto a isso eu não senti diferença eu até acho que dentro da congregação a gente zela mais pela fidelidade, ser mais, mais fiel na tradução e mandar menos na vida do surdo do que fora, no ambiente escolar.

Silvana: tu já partiste direto para o ensino superior ou a primeira atuação tua enquanto ILS foi assim, empiricamente sem, enfim sem estar ligado a algum tipo de instituição. Eu lembro que no início tu comentavas a respeito de palestras, de congressos, mas quanto tempo foi isso, como que tu assumiu essa identidade, ou tu acha que não tem identidade de ILS. Enfim, como é essa relação de chegar mesmo para estar trabalhando?

Barriga Verde: as identidades são múltiplas e nós somos multifacetados enquanto identidades. Então, a primeira vez que eu atuei efetivamente como ILS dentro da congregação foi a partir de dezembro de 2000, antes era direto. Tradução é mais complicado, mas a tradução foi dezembro de 2000. Daí depois teve um surdo que se sentiu um pouco fraco e precisou ir ao médico, então ele me pediu para eu acompanhar ele no médico. Então eu fiquei mais ou menos um ano, um ano e meio toda vez que ele ia no médico ele me chamava e a gente ia no médico. E eu fazia tradução né, breve, mas era tradução. E eu traduzia tudo o que médico estava falando e o surdo querendo falar com o médico e eu traduzia. Era a vida da pessoa, tem que ser fiel.

Silvana: e o vocabulário?

Barriga Verde: o vocabulário já, não era, os sinais no corpo tem os sinais, muitos sinais são classificadores e então, nomes de remédios são soletrados, o surdo tinha essa compreensão que soletração era nome de remédios. Eu não senti dificuldade no vocabulário porque quando eu

comecei a atuar, os surdos já tinham me dado muito dos sinais, eu vivia ali de manhã, de tarde e de noite. Cheguei a dividir apartamento um ano e meio com surdo então, teve, teve momentos que eu falava mais a LS do que o português.

Silvana: olha só!!!!

Barriga Verde: então eu imergi mesmo nessa imersão cultural, eu emergi nessa imersão cultural e daí é imersão cultural mesmo. Eu comecei a ver, a entender o ponto de vista do surdo. Então eu comecei a ver como surdo enxerga as coisas e entender esse tipo de pensamento. Daí quando eu fui, a primeira, a primeira atuação profissionalmente com salário foi a 6ª série do ensino regular, sala inclusiva, seis alunos surdos, passei de agosto a dezembro, com uma 6ª série peguei o bonde andando na metade do ano e fui traduzir. Mas aí em outubro, eu já comecei a traduzir na Universidade Hercílio Luz, a universidade e de outubro a dezembro eu fiquei com os dois, né a Universidade Hercílio Luz mais a escola na 6ª série. E depois para cá na Universidade Franklin Cascaes.

Silvana: de 2000 para cá?

Barriga Verde: de 2004, olha só. A tua entrada na Universidade Franklin Cascaes como tu colocas teve alguma diferença por ser pós-graduação ou também foi de uma forma tranqüila tal qual tem sido o teu processo?

Barriga Verde: eu não, é um processo contínuo né, eu aprendi novos itens lexicais. O que houve muito aprendizado de sinais novos foi de conteúdo novo, então tive de aprender mais um conteúdo ou o conteúdo que era ministrado nas aulas de pós-graduação e junto com esse conteúdo os sinais e aquele entendimento ali. Eu achei que foi um processo, uma continuidade, um processo que aumentou o nível de conhecimento e aumenta o nível de sinais utilizados, mas às vezes esse não é um grande nível de, não teve sinais novos de verdade. Nome de autor, sinal de autor, alguns termos específicos, mas foram poucos em relação a minha bagagem. O que eu comecei a refletir mais foi ampliar o significado do conhecimento real de vários sinais. Então eu vi que esses sinais que eu tinha aprendido para contextos muito específicos, eu aprendi outros contextos que eles mesmos podiam ser utilizados pelos usos dos próprios surdos. E assim foi para frente.

Silvana: tua relação com os surdos é tranqüila ou tem alguma divergência em algum momento.

Barriga Verde: a divergência teve no início quando a gente tem, não entende ou desconhece que surdo tem um jeito, tem uma cultura diferente e até eu entender que ele tinha uma visão de

mundo diferente a gente tem atritos, né. Mas depois que a gente entende, a gente procura aprender isso. Às vezes tem atrito como a gente vive dia a dia com surdo, eu tenho uma visão de mundo, ele tem outra visão totalmente oposta, mas a gente diverge. Mas isso não é uma questão por ser surdo, mas qualquer pessoa vindo de um outro país, de uma outra língua. É que as pessoas pensam dentro dos seus códigos lingüísticos, dentro das informações que lhe são disponibilizadas e a gente quando trabalha com tradução tem que entender esses dois lados. Entender, não é, não necessariamente concordar, mas a gente tem que entender e às vezes a gente se surpreende com o pessoal. As pessoas têm opiniões diferentes tanto com o surdo ou com uma pessoa que utiliza outra língua, e é isso.

Silvana: quando tu falas que essas divergências podem ocorrer com qualquer outra pessoa, não somente com os surdos independentes da localidade, da região ou do país. Tu acreditas que existe algo que caracteriza a região, aqui em Santa Catarina, especialmente em Florianópolis? Esse algo que eu estou me referindo é como se tivesse algumas características, alguns aspectos que tu observas daqui desse local que tu não encontrarias numa outra cidade.

Barriga Verde: da população geral ou de surdos?

Silvana: a questão dos surdos, dos ILS em relação aos costumes, os hábitos, de repente a formação de sinais, exemplos enfim. Por exemplo, no RS as pessoas ouvintes ou surdas tem o costume de tomar chimarrão o qual não é típico daqui de Florianópolis. A LS, os movimentos surdos, a relação com os ILS, tu observas alguma coisa nesse sentido, que caracteriza como regional?

Barriga Verde: não, a única coisa que pode ter divergência quando você tem contato com uma variação ampla de, ampla variação de sinais e daqui a pouco tu adota para tal significado tal sinal, que tu achou que era mais bonito ou que era mais adequado tu pega ele para si. E quando ele é um sinal vindo de fora e os surdos vêem você usando LS e sabem que eu tenho a formação aqui, eles dizem: não, tu aprendeu os sinais daqui tu tens que usar os sinais daqui. Então às vezes eu uso, às vezes eu não uso. Isso vai depender né, com quem eu to tratando. Se são com surdos do meu dia a dia eu digo: não pára com isso, eu gosto desse sinal e vou usar esse sinal e pronto, e é isso.

Silvana: essa marca forte contribuiu com uma das identidades múltiplas ou não?

Barriga Verde: é, isso é questão que mesmo ouvinte fala isso, tu tem que falar o ti ou te soprado daqui do litoral e não o te palatal que é falado no planalto ou no Paraná, então tu é daqui. Então é

questão de, tu tem o teu regionalismo, tu ta morando aqui tu tem que usar os sinais, a língua, o código daqui. E se eu vou para outro lugar e se eu gostei mais daquele sinal eu uso aquele sinal. Eu uso aqui, pai e mãe. Quando eu estou com a Ana Regina eu uso mais esse aqui. Eu to usando direto esse sinal.

Silvana: como?

Barriga Verde: pai e mãe.

Silvana: tem um surdo lá no salão, que é de Santa Catarina que usa esse sinal. Eu passei a usar esse aqui e eles dizem ahh eu não conheço e eu digo é pai e mãe. Eles usam pai e mãe. E eu uso pai e mãe (estado do RS) porque eu gosto mais. Então, no começo eles disseram tem que usar pai e mãe assim (estado de Santa Catarina) e eu disse não eu gosto desse aqui, é fácil mais claro. Eles já não, é convívio eu vivo dentro do grupo, é a minha vida nós vivemos juntos eu já tenho algumas liberdades que talvez outros ouvintes não tenham. Eu acho que minha esposa no nível de contato em que ela esta de LS, ela iniciou LS agora, ela iniciou com o grupo aqui em Florianópolis, ela não teria essa liberdade frente ao grupo de surdos mas eu tenho essa liberdade.

Silvana: tu atribuis essa tua liberdade devido ao tempo em que tu estás dentro da congregação ou alguma coisa pessoal, alguma característica tua?

Barriga Verde: é primeiro eu sou teimoso, eles já sabem que eu sou turrão. Segundo pelo que já está ali sim, e por convivência. A gente não vê diferenças entre a gente. Às vezes tem reunião que só está surdo presente e eu de ouvinte, eles não chamam nenhum ouvinte, mas me chamam. Então eu vivo com eles direto então, eu to assim dentro do grupo. A gente tem uma identidade, a gente é do grupo, a gente pertence ao grupo. E tem uma naturalidade lingüística, um nível de troca, de conversa fluente, tranqüilo. Fluência também eu acho que é importante porque eles não têm paciência de ficar conversando horas e horas com quem fica: não to entendendo, não to entendendo, não to entendendo. Tu conversa um pouquinho, mas tu não fica uma tarde inteira da 1h às 7h da noite conversando direto com quem tem que ficar repetindo, conversando mais devagar. Tu conversa uns 15 a 20 min deu e vai embora. Se a gente tem uma fluência tranqüila, a gente passa horas e horas se necessário, vai madrugada e a gente está conversando.

Silvana: te consideras imerso totalmente na comunidade surda? Ou tu avalias que?

Barriga Verde: não, eu vivo tranqüilamente entre os surdos assim. É, eu vou ser sempre o estrangeiro dentro do grupo, mas eu já estou lá dentro. Mas mesmo assim eu vou ser sempre o estrangeiro que foi aceito dentro do grupo, mas eu to lá vivo tranqüilo com os surdos da cidade

inteira, conheço quase todos os surdos da cidade inteira, os surdos me conhecem a gente conversa.

Silvana: e com os ILS?

Barriga Verde: ahh eu vivo com surdos não vivo com ILS (muitos risos).

Silvana: tu não tens contato com outros colegas?

Barriga Verde: a gente tem contato profissional, mas de amizade assim não tem.

Silvana: não tem?

Barriga Verde: não tem, não tem.

Silvana: e esse contato profissional, o que tu avalia dessa relação que tu tens com outros ILS?

Barriga Verde: a gente tem contato profissional, a gente tem. A gente forma encontros, troca idéias de como traduzir, de como ter postura, troca idéia sobre ética profissional, mas parte muito do profissional, da atuação da área. Eu discuto muito pouco a questão de sinais, de língua, de convivência, do que é ser surdo, eu discuto muito pouco. Eu gosto é de conversar com surdo mesmo (risos), com os surdos. Não é que eu não me sinta ILS, eu me sinto intérprete, mas eu vejo intérpretes que tem uma visão sobre o grupo que é os surdos e eles estão fora do grupo, eles atuam como profissionais e deu. E nada contra, é a opção de vida da pessoa, ninguém é obrigado a viver e conviver entre os surdos, mas o meu lado é diferente. Eu me inseri entre eles não pensando em ser ILS, eu vivi entre os surdos e eles tiveram uma boa relação comigo. Depois me apareceu essa oportunidade de trabalho, de mercado de trabalho e atuo como intérprete. Mas eu gosto é de estar mesmo com surdos. Eu me sinto bem entre eles.

Silvana: se tu tivesses a oportunidade em atuar numa outra profissão tu deixarias a atuação de ILS? Porque tu dizes que isso é uma oportunidade de trabalho, que apareceu e que hoje você está fazendo e que você se sente muito bem no grupo de surdos. Então se acontecesse uma outra oportunidade de trabalho, tu deixarias a profissão de ILS?

Barriga Verde: é, tem uma questão que eu sempre penso. Trabalho é trabalho, então se tivesse uma outra opção de emprego, no qual eu me sentisse bem e na qual me de um rendimento igual a esse, igual ao que tenho atualmente eu trocaria. Mas eu prefiro, mas tem aí a questão de gostar do emprego né. Eu tenho trabalhos com LS, eu gosto do serviço muito de tradução de estar atuando com surdo, a questão da língua, eu gosto do serviço que eu faço. Gosto muito mais de dar aula, eu gosto muito mais de dar aula, como ILS eu me sinto sempre inferior a alguém.

Silvana: é mesmo?

Barriga Verde: eu me sinto inferior, ele está acima, ele está acima de mim, ele é o professor, ele que manda, eu não mando nada. Sabe se estou contratado como intérprete para ser, para atuar como intérprete para estar abaixo, tudo bem. Mas se eu tivesse a oportunidade de ser o professor atuando diretamente ensinando em LS, com certeza eu seria professor.

Silvana: olha que interessante isso, o fato de tu te sentires abaixo porque estás atuando como intérprete e no mesmo espaço digamos que existe um professor que acaba formando um triângulo (ILS, aluno surdo e professor) tu vês alguma divergência nesse sentido ou tiveste alguma?

Barriga Verde: não, eu não vejo divergência eu nunca vi como divergência. Eu só acho que tu como professor tu tem autonomia e possibilidades de fazer mais, tu que é a autoridade, tu que tem o conhecimento ali. Então, eu ser ILS eu trabalho tranqüilamente eu ser ILS, eu faço a minha atuação, eu fui contratado para isso. Mas um outro trabalho que eu gostaria de melhor me ver é professor. Mas ser professor atuando em LS porque eu vejo hoje em dia a questão de, do grupo surdo, grupo surdo nós temos que, eles estão querendo se desenvolver enquanto pessoas, estão querendo conviver com os ouvintes e para isso, para eles irem para a sociedade, eles precisam de conhecimento para ser reconhecidos. Então uma maneira de eles se projetarem politicamente é através da aquisição de conhecimento e de formação. Então se nesse momento ser profissional ILS é, é uma maneira melhor de fornecer esse conhecimento que está com os ouvintes, de os surdos terem acesso a esse conhecimento a eles e a atuação do ILS nesse momento é a melhor coisa, eu fico com a atuação do ILS. Eu to preocupado, o que me preocupa é os surdos vão terem e se sentirem bem na sociedade na qual eles vivem. Então é como eu tava lá no meio e, eles querem mais do que isso, eles querem reconhecimento, eles querem formação. ILS é uma opção, então ILS é uma questão de eu estar fornecendo, fornecendo conhecimento para o grupo ao qual eu me sinto parte. Então essa forma, profissão de ILS é muito interessante. Se for professor para atuar com surdos, beleza, mas se é para ser professor para 50 alunos ouvintes e 1 surdo lá? E eu ter que fazer aula para 50 e não poder preparar a aula adequada para um aluno surdo, eu prefiro continuar como ILS. Mas se tivesse uma escola de surdos e eu fosse convidado para ser professor, eu ia.

Silvana: olha só, que interessante. E me diz uma coisa, tu falaste a respeito desse, dessa escolha tua enquanto, se tivesse que ter, por exemplo, ahhh eu queria ser professor se houvesse oportunidade conforme tu propõe. Tu acreditas que essa relação de pertencimento teu ao grupo

de surdos se dá pela influência da religião ou não tem nada a ver? Ou é algo motivado por outras aspirações, sejam elas de quais forem à natureza?

Barriga Verde: não entendi.

Silvana: por exemplo, tu falaste que te sentes muito bem no grupo de surdos, tu te sentes aceito e é um grupo onde tu estás inserido, é grupo onde tu tens toda uma base, correto? E tu te sentes muito nesse grupo. Tu achas isso pela influência da religião pelo fato de conviver na congregação, ou são outros motivos que podem ocorrer?

Barriga Verde: não, é obviamente através da congregação, sem dúvida. Porque sem, eu tive o contato e convivência com os surdos na congregação. Ali nós passeamos juntos, vamos na casa um do outro, trabalhamos as visitas com surdos através da congregação. Através da congregação, eu pude entrar, é a porta de entrada porque é algo que me motivou porque se não tivesse a congregação de LS eu não iria, provavelmente nunca teria contato com surdos. Nunca veria, mas a partir do momento que eu fui e que tive acesso a essa língua a qual eu aprendi, e a qual eu amei e amei o povo eu entrei ali dentro. Após a entrada ali, tu vais conhecendo outros lugares e outros pontos, os quais tu vai entrando e tendo acesso. E a congregação, eu digo, a fluência que eu tenho hoje em LS é devido à congregação. E os outros lugares me aceitam devido à fluência que eu tenho, que é na congregação.

Silvana: então, por exemplo, intérpretes outros ILS que não passaram pela congregação ou não passaram por nenhuma entidade religiosa tu acreditas que existe uma dificuldade maior? Essa credibilidade que os surdos aderem à fluência que a maioria dos ILS que vivem na instituição religiosa, os que não tem estariam em par de desigualdades ou não? Como tu trabalhas com isso?

Barriga Verde: isso vai variar muito das situações. Eu vejo que pessoas que atuam como ILS que forem apenas pelo profissional, só, por exemplo, dentro de escolas eles sofrem mais e passam por um período muito maior para aprender e se não aprender completamente LS. Mas tem pessoas que não passam por religião nenhuma e que vão pela FENEIS, vão pelas associações de surdos e que convivem realmente com os surdos e através desses lugares por onde tem reunião, onde tem agrupamento de surdos e aprendem a LS muito bem e tocam para frente. Então as congregações, as religiões que trabalham com surdos, não é a única, única maneira. É uma maneira muito interessante dos, muito interessante e muito numerosa dos ouvintes aqui no Brasil aprenderem LS mas não é a única. Existem outras pontas tipo as associações de surdos, e os próprios escritórios da FENEIS, escritórios ativos que tem ouvinte que vai lá aprenderem, o

Tarcísio é um exemplo disso que aprendeu LS dentro da FENEIS. Ele não gosta de religião, ele fala isso na dissertação dele, ele não gosta então ele tem aversão à religião e ele aprendeu dentro do escritório da FENEIS, com os surdos se comunicando com os surdos. Ele teve interesse e os surdos viram interesse nele. A questão lá na congregação, os surdos não é por ser Testemunha de Jeová que vai à congregação que vai ensinar a LS. Eles vêem interesse na pessoa, a mesma coisa com os outros surdos de fora, então é uma questão de grupo se uma pessoa tem interesse, eles têm vontade de ensinar. E tem a questão dos cursos, eu acho os cursos muito interessantes para adquirir LS, mas os cursos sem convivência é muito precário o aprendizado. Tem que conviver com surdos, conviver e conviver mesmo. Para adquirir uma língua e ser tradutor, tem que conviver, tem que entender a pessoa, tem que entender o mundo da pessoa. Pode ser de outras maneiras, pode, mas eu creio que são bem mais demoradas.

Silvana: antes, bem antes no início ainda, tu tocaste a respeito que nós temos identidades múltiplas e multifacetadas. O que tu quiseste dizer com esse termo?

Barriga Verde: eu sou homem, sou branco, sou Testemunha de Jeová, sou universitário, sou biólogo, então tem vários discursos, várias identidades, várias experiências minhas que mostram que eu não tenho uma identidade, eu vou ter identidades conforme os grupos, eu me identifico com os ILS, me identifico com os surdos, me identifico muito com os surdos, me identifico com o grupo de homens, não me identifico muito com o grupo das mulheres eu me identifico enquanto ser humano, mas as panelinhas de vocês são outra coisa. Então, essa é a questão de se identificar e sentir-se pertencente a tal grupo. Eu me sinto pertencente ao grupo de ILS, mas antes do grupo de ILS, eu me sinto muito mais pertencente ao grupo de surdos. Eu me sinto pertencente a tal grupo que nem, quem foi que falou? Qual é o autor que a Ida falou para a gente que isso é psicológico. Era o, agora eu não lembro. Era o Tachfel. Isso, de identidade é Tachfel.

Silvana: é o Tachfel.

Barriga Verde: pois é, hoje em dia que tu estás no ensino superior atuando como ILS como que tu avalia as tuas aspirações futuras, o que você quer fazer daqui para frente?

Barriga Verde: ahhh, eu tenho muito interesse de continuar sendo ILS, provavelmente eu só largaria essa profissão se eu pudesse ser professor de surdos, mas como no momento os surdos estão entrando em diversos cursos e não tem como eu ficar dando aula para um ou dois surdos, eu continuo como ILS. E as perspectivas são mesmas, profissionais e a situação se precisa muito porque está tendo um momento de muita demanda. E provavelmente vai ser uma profissão que

eu vou carregar por vários anos, porque se não puder ser a única, eu vou exercer durante a maioria do tempo. Tem a questão que então essa é uma profissão que eu vou carregar durante muitos anos.

Silvana: que bom, Barriga Verde. Agradeço então a tua participação, aqui na pesquisa, te desejo boa sorte e enfim, chegamos ao final de tantas perguntas, ou se tu queres dizer algo ou se ficou ainda alguma coisa que tu gostarias de deixar registrado assim, estejas à vontade, enfim.

Barriga Verde: já tenho perguntado, como a gente trabalha junto, como é que está?

Silvana: imagina, não tenho nada da minha parte para estar que eu possa enfim estar colocando.

Barriga Verde: acabaram as perguntas?

Silvana: não, não tem mais nenhuma questão assim. Foi assim bem tranquilo, muito bom, muito produtivo de conhecer mais, porque o meu objetivo de estar pesquisando o porquê da constituição das identidades dos ILS, em especial no ensino superior, é algo que está muito entrelaçado com a minha formação, tu me conhecestes e tal. Começaste a, eu comecei a atuar junto contigo e nós tínhamos essa disparidade de formação que era algo, um tema muito forte para a minha formação. Era um momento de eu me sentir como ILS, mas o que era ser ILS. As várias implicações das quais eu experimentei durante março de 2004 até o presente momento. E tudo isso faz parte da minha formação, então o motivo principal de conhecer é de estar compartilhando com outros ILS também, né, como foi esse período inicial, essa constituição subjetiva.

Barriga Verde: se foi traumatizante?

Silvana: pode ter sido para uns, pode ter sido para outros.

Barriga Verde: e se foi e se não foi, o que acha? Foi traumatizante para você?

Silvana: eu não diria exatamente traumatizante, eu diria que foi um estranhamento cultural. Porque no início eu não entendia, mas com a maturidade que eu estou tendo sobre a situação, não toda completa é claro, mas com a experiência que eu tenho, as coisas aconteceram de uma forma muito radical para mim, radical porque eu acho que em função da minha personalidade.

Barriga Verde: eu até notei, tu teve estranhamento com um aluno surdo, e às vezes não entendia a postura que as pessoas tomavam, né. E daí tu vinha para mim e eu tratava com a maior naturalidade e daí porque para esse cara ele trata com a maior naturalidade e para mim é tão difícil?

Silvana: exatamente, então eu acho assim que foi um processo extremamente de estranhamento.

Barriga Verde: eu passei isso em 2000 e 2001.

Silvana: é mesmo, como que tu passaste? Chegou a passar igual assim?

Barriga Verde: sim, quando eu olhava e não entendia nada do que ele fazia. Porque é assim, porque é assim, não entendia. Depois que eu passei a entender, que foi o que te disse quando eu passei a entender a visão do surdo, a visão do que o surdo tinha do mundo e como o mundo o constituiria e é construído. Ahhh, é assim porque tem isso, isso, isso. Quando tu passa a conhecer as pessoas tem certas coisas que tu aprende a relevar, tem certas coisas que tu vê ou tu aprende a ampliar os significados dos sinais e a grosseria inicial que tu podes achar que é a maior grosseria tu vê que não é tão grosso assim. É a maneira como aquela cultura se expressa, com tato.

Silvana: pois é, isso é muito interessante. Eu vivi um processo digamos assim em minha opinião, um pouco rápido, eu já sabia LS, mas aquela LS bem básica estava acostumada num outro patamar não desenvolvia a função de intérprete e todas essas questões me marcaram muito. Eu percebia que tu trabalhavas isso com naturalidade, mas acredito que nós estávamos e estamos em momentos diferentes.

Barriga Verde: eu passei pelo que tu passou.

Silvana: da mesma forma assim que eu?

Barriga Verde: eu vi assim, eu passei momentos, são as diferenças individuais, mas eu passei momentos assim de não entender, de ficar aborrecido, de ficar chateado. Eu e o Charles vivíamos brigando.

Silvana: é mesmo?

Barriga Verde: ahhh, não tinha mês que a gente não tinha que pedir desculpa um pro outro, vivia brigando tu pode perguntar para ele, como que eu me construí dentro da LS. Gente, até hoje ele fala: esse ali, não teve rapaz mais difícil do que esse. Esse foi chato, foi teimoso, ficava em cima, a gente brigava, brigava, brigava, brigava. Hoje a gente não.

Silvana: e quando tu ficavas aborrecido, o que tu fazias?

Barriga Verde: daí é o meu jeito de tratar com essas coisas, ficava pensando, ahhh as pessoas são imperfeitas, as vidas nem sempre é fácil, a gente tem que passar por altos e baixos e viver como irmãos, a gente tem que passar, daí são os princípios das Testemunhas de Jeová. A gente se desculpava, eu pedia desculpa, a ta. Os surdos se você pede desculpas, é que ninguém pede desculpas para eles, eles surdos são sempre levados como culpados. Eles surdos não é só eles que estão errados, é os outros também que também estão errados e tem que mostrar isso. Então eu

pedia desculpa e ahhh, acabou o caso. Mas se eu não pedisse desculpa, tinha que chamar, às vezes ele estava errado, sentava e conversava. Mas tinha que conversar, mas daí é uma maneira que trato, que eu trato. Eu trato assim com ouvintes também. Eu geralmente fico sério, mas depois passa.

Silvana: certamente.

Barriga Verde: é diferente do teu jeito de tratar.

Silvana: eu achei muito interessante estar conversando com você, porque de certa forma a gente vai conhecendo a si mesmo. É um processo de diálogo, como outros ILS tiveram seus itinerários de vida, e como eu também me vejo como ILS. Eu acho superinteressante estar conversando com alguns colegas profissionais para a gente se conhecer, e essa forma de diálogo me permite saber mais de mim. Muito obrigado, Barriga Verde e em relação aos ILS daqui de Santa Catarina, o que tu deixas como uma mensagem assim para eles:

Barriga Verde: o vós coitados sofredores, treinem, aprendem e convivam com o grupo de surdos porque vocês estão aprendendo a língua deles, para vocês serem bons profissionais.

Silvana: mais uma vez, obrigada Barriga Verde. Por aqui encerramos nesse dia chuvoso, obrigado, conte comigo também e obrigado pela tua colaboração da pesquisa e ficamos por aqui.

**ANEXO II****Presidência da República****Casa Civil****Subchefia para Assuntos Jurídicos****DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.**

Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e no art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000,

**DECRETA:**

## CAPÍTULO I

## DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

## CAPÍTULO II

## DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

### CAPÍTULO III

#### DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LIBRAS E DO INSTRUTOR DE LIBRAS

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngüe.

§ 1º Admite-se como formação mínima de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que viabilizar a formação bilíngüe, referida no **caput**.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 6º A formação de instrutor de Libras, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação.

§ 1º A formação do instrutor de Libras pode ser realizada também por organizações da sociedade civil representativa da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por pelo menos uma das instituições referidas nos incisos II e III.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 7º Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

I - professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;

II - instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;

III - professor ouvinte bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.

§ 1º Nos casos previstos nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.

§ 2º A partir de um ano da publicação deste Decreto, os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o professor de Libras em seu quadro do magistério.

Art. 8º O exame de proficiência em Libras, referido no art. 7º, deve avaliar a fluência no uso, o conhecimento e a competência para o ensino dessa língua.

§ 1º O exame de proficiência em Libras deve ser promovido, anualmente, pelo Ministério da Educação e instituições de educação superior por ele credenciadas para essa finalidade.

§ 2º A certificação de proficiência em Libras habilitará o instrutor ou o professor para a função docente.

§ 3º O exame de proficiência em Libras deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento em Libras, constituída por docentes surdos e lingüistas de instituições de educação superior.

Art. 9º A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais mínimos:

- I - até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição;
- II - até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição;
- III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e
- IV - dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição.

Parágrafo único. O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas.

Art. 10. As instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 11. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

- I - para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua;
- II - de licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos;
- III - de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 12. As instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 13. O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O tema sobre a modalidade escrita da língua portuguesa para surdos deve ser incluído como conteúdo nos cursos de Fonoaudiologia.

#### CAPÍTULO IV

#### DO USO E DA DIFUSÃO DA LIBRAS E DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ACESSO DAS PESSOAS SURDAS À EDUCAÇÃO

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

§ 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no **caput**, as instituições federais de ensino devem:

I - promover cursos de formação de professores para:

- a) o ensino e uso da Libras;
- b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e
- c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III - prover as escolas com:

- a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
- b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;
- c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e

d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade lingüística manifestada pelos alunos surdos;

IV - garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização;

V - apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;

VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade lingüística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

VIII - disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

§ 2º O professor da educação básica, bilíngüe, aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, pode exercer a função de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, cuja função é distinta da função de professor docente.

§ 3º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Art. 15. Para complementar o currículo da base nacional comum, o ensino de Libras e o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental, como:

I - atividades ou complementação curricular específica na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; e

II - áreas de conhecimento, como disciplinas curriculares, nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior.

Art. 16. A modalidade oral da Língua Portuguesa, na educação básica, deve ser ofertada aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, por

meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, resguardado o direito de opção da família ou do próprio aluno por essa modalidade.

Parágrafo único. A definição de espaço para o desenvolvimento da modalidade oral da Língua Portuguesa e a definição dos profissionais de Fonoaudiologia para atuação com alunos da educação básica são de competência dos órgãos que possuam estas atribuições nas unidades federadas.

## CAPÍTULO V

### DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 19. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil:

I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;

II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental;

III - profissional surdo, com competência para realizar a interpretação de línguas de sinais de outros países para a Libras, para atuação em cursos e eventos.

Parágrafo único. As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 20. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, lingüistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.

Art. 21. A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.

§ 1º O profissional a que se refere o **caput** atuará:

I - nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino;

II - nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e

III - no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

## CAPÍTULO VI

### DA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 2º Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação.

§ 3º As mudanças decorrentes da implementação dos incisos I e II implicam a formalização, pelos pais e pelos próprios alunos, de sua opção ou preferência pela educação sem o uso de Libras.

§ 4º O disposto no § 2º deste artigo deve ser garantido também para os alunos não usuários da Libras.

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

§ 1º Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade lingüística do aluno surdo.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 24. A programação visual dos cursos de nível médio e superior, preferencialmente os de formação de professores, na modalidade de educação a distância, deve dispor de sistemas de acesso à

informação como janela com tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa e subtitulação por meio do sistema de legenda oculta, de modo a reproduzir as mensagens veiculadas às pessoas surdas, conforme prevê o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

## CAPÍTULO VII

### DA GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE DAS PESSOAS SURDAS OU

### COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 25. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde - SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, efetivando:

- I - ações de prevenção e desenvolvimento de programas de saúde auditiva;
- II - tratamento clínico e atendimento especializado, respeitando as especificidades de cada caso;
- III - realização de diagnóstico, atendimento precoce e do encaminhamento para a área de educação;
- IV - seleção, adaptação e fornecimento de prótese auditiva ou aparelho de amplificação sonora, quando indicado;
- V - acompanhamento médico e fonoaudiológico e terapia fonoaudiológica;
- VI - atendimento em reabilitação por equipe multiprofissional;
- VII - atendimento fonoaudiológico às crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica, por meio de ações integradas com a área da educação, de acordo com as necessidades terapêuticas do aluno;
- VIII - orientações à família sobre as implicações da surdez e sobre a importância para a criança com perda auditiva ter, desde seu nascimento, acesso à Libras e à Língua Portuguesa;
- IX - atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e

X - apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação.

§ 1º O disposto neste artigo deve ser garantido também para os alunos surdos ou com deficiência auditiva não usuários da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal, do Distrito Federal e as empresas privadas que detêm autorização, concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde buscarão implementar as medidas referidas no art. 3º da Lei nº 10.436, de 2002, como meio de assegurar, prioritariamente, aos alunos surdos ou com deficiência auditiva matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas.

## CAPÍTULO VIII

### DO PAPEL DO PODER PÚBLICO E DAS EMPRESAS QUE DETÊM CONCESSÃO OU PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, NO APOIO AO USO E DIFUSÃO DA LIBRAS

Art. 26. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o Decreto nº 5.296, de 2004.

§ 1º As instituições de que trata o **caput** devem dispor de, pelo menos, cinco por cento de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, e as empresas privadas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o tratamento diferenciado, previsto no **caput**.

Art. 27. No âmbito da administração pública federal, direta e indireta, bem como das empresas que detêm concessão e permissão de serviços públicos federais, os serviços prestados por servidores e empregados capacitados para utilizar a Libras e realizar a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa estão sujeitos a padrões de controle de atendimento e a avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, sob a coordenação da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conformidade com o Decreto nº 3.507, de 13 de junho de 2000.

Parágrafo único. Caberá à administração pública no âmbito estadual, municipal e do Distrito Federal disciplinar, em regulamento próprio, os padrões de controle do atendimento e avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, referido no **caput**.

## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, devem incluir em seus orçamentos anuais e plurianuais dotações destinadas a viabilizar ações previstas neste Decreto, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 29. O Distrito Federal, os Estados e os Municípios, no âmbito de suas competências, definirão os instrumentos para a efetiva implantação e o controle do uso e difusão de Libras e de sua tradução e interpretação, referidos nos dispositivos deste Decreto.

Art. 30. Os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, direta e indireta, viabilizarão as ações previstas neste Decreto com dotações específicas em seus orçamentos anuais e plurianuais, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184<sup>º</sup> da Independência e 117<sup>º</sup> da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Fernando Haddad*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.12.2005